

Joel Souza de Oliveira

**AS TIC NA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA:
POR QUE VOCÊ NÃO TEM A SEGURANÇA QUE MERECE?**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Tecnologias de Informação e Comunicação.
Orientador: Prof. Vilson Gruber, Dr.
Coorientador: Prof. Roderval Marcelino, Dr.

Araranguá
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

de Oliveira, Joel Souza

AS TIC NA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA : POR QUE
VOCÊ NÃO TEM A SEGURANÇA QUE MERECE? / Joel Souza
de Oliveira ; orientador, Vilson Gruber,
coorientador, Roderval Marcelino, 2017.
294 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Campus Araranguá, Programa de Pós
Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação,
Araranguá, 2017.

Inclui referências.

1. Tecnologias da Informação e Comunicação. 2.
Gestão Administrativa. 3. Gestão Operacional. 4.
Inteligência Criminal. 5. Investigação Eletrônica. I.
Gruber, Vilson. II. Marcelino, Roderval. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e
Comunicação. IV. Título.

Joel Souza de Oliveira

**AS TIC NA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA:
POR QUE VOCÊ NÃO TEM A SEGURANÇA QUE MERECE?**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Tecnologias da Informação e Comunicação”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação.

Araranguá, 13 de Novembro de 2017.

Prof.^a Andréa Cristina Trierweiller, Dr.^a
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Vilson Gruber, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Roderval Marcelino, Dr.
Coorientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Paulo Cesar Leite Esteves, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Giovanni Mendonça Lunardi, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Delamar José Volpato Dutra, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico esta dissertação aos meus familiares, pelo incentivo em todas as horas de dedicação ao Estudo. A meu filho, Eduardo Antunes de Oliveira, como exemplo de perseverança e conquista de objetivos na vida. In memória, aos meus pais, Ary Martins de Oliveira e Judith Souza de Oliveira, pelo trabalho que tiveram na minha educação, isso para bem me conduzir pela vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por ter possibilitado a minha existência e ter me dado muita saúde e me dotado de muitas possibilidades para correr em busca do conhecimento, isso para que pudesse ser útil à sociedade em que estou inserido.

Aos meus pais Ary Martins de Oliveira e Judith Souza de Oliveira, in memória, por terem, com muita sabedoria e inteligência, me preparado para enfrentar as agruras e dificuldades que encontraria na minha passagem por este mundo.

A minha esposa Lurdes e ao meu filho Eduardo, pela paciência demonstrada diante de dias e horas de esforço alocadas à realização do curso e em especial esta dissertação, muitas vezes em detrimento do convívio familiar.

Ao orientador, Professor Dr. Vilson Gruber, que sempre atuou com extremo profissionalismo acadêmico e demonstração de disposição ímpar durante a realização desta dissertação, sobretudo pela confiança depositada na nossa capacidade de concluir o presente trabalho, apesar da disponibilidade limitada de tempo para esta finalidade, mas também pela dedicação e interesse sincero que sempre demonstrou ao compreender nossos anseios e ideias, bem como, participar de nossas decisões em busca de alternativas, de forma incansável, para viabilizar o alcance dos nossos objetivos.

A toda a equipe de professores da Universidade Federal de Santa Catarina, Campus de Araranguá, em especial aos Professores Doutores João Bosco da Mota Alves, Paulo Cesar Leite Esteves, Giovani Mendonça Lunardi, Roderval Marcelino, Vilson Gruber, Fernando Spanol, Juarez Bento da Silva, Darlei Dall’Agnol, Delamar José Volpato Dutra, Márcio Secco, Danielle Anoni, Márcio Vieira de Souza, Simone Meister Sommer Bilessimo, Solange Maria da Silva, Alexandre Leopoldo Gonçalves, Anderson Luiz Fernandes Perez, Luciana Bolan Frigo, Ricardo Alexandre Reinaldo de Moraes e Eliane Pozzebon, pela riqueza dos conhecimentos transmitidos no transcorrer do Curso de Mestrado, do programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação – PPGTIC da UFSC, bem como, pelo interesse demonstrado na contextualização de tais conhecimentos, isso para a sua empregabilidade na realidade da gestão da segurança pública nos dias atuais.

A todos, ficam aqui consignado os nossos mais sinceros agradecimentos e que Deus proteja a todos.

Segurança Pública se faz com pessoas que conseguem aliar boas ideias, planejamento e ação. (Ivenio Hermes).

RESUMO

A presente dissertação versa sobre as TIC na Gestão da Segurança Pública: por que você não tem a segurança que merece? A segurança pública é uma área que tem uma evidência muito grande em nossos dias, haja vista que esta é uma das principais necessidades da nossa sociedade, segundo se observa na Pirâmide de Maslow. O objetivo é de sugerir e incentivar a inovação e a empregabilidade constante das tecnologias da informação e comunicação na segurança pública e também fazer algumas críticas construtivas a casos concretos onde estas estão sendo utilizadas de forma não muito adequada. A metodologia utilizada foi de pesquisa à literatura existente, à Internet e a experiência pessoal. Os resultados esperados foram alcançados através das pesquisas realizadas, onde se conclui que as tecnologias oferecem muitas oportunidades de integração da informação entre os órgãos e instituições que labutam em objetivos convergentes, como ocorre na segurança pública. Isso posto, entende-se que as organizações que tratam com a segurança pública devem ser dotadas de tecnologia de ponta, com o que há de mais moderno, assim como devem também acompanhar todo e qualquer avanço tecnológico, ou seja, devem passar por inovações constantes, isso porque a globalização facilita a atualização e a utilização das novas tecnologias por parte de todos, inclusive dos criminosos, daí a importância maior de que sejam feitos investimentos pesados na área da computação (hardware e software) na segurança pública, recursos estes importantes na produção, análise e disseminação de conhecimento, visando a integração das organizações de segurança pública em benefício da sociedade..

Palavras-chave: Gestão Administrativa. Gestão Operacional. Inteligência Criminal. Investigação Eletrônica.

ABSTRACT

The present dissertation is about the technologies of information and communication and its applicability in the administrative and operational management of the public security, an area that has very big evidence in our days, since this is one of the main necessities of our society. The objective is suggesting and stimulating the innovation and the constant employment of technologies of information and communication in the public security and also doing some constructive criticism to concrete cases where these are being used in the incorrect form. The used methodology was of inquiry to the existent literature, to the Internet and the personal experience. The expected results were reached through inquiries, where it was concluded that technologies offer many opportunities of integration of the information between the bodies and institutions that toil in convergent objectives. Arranged that, one understands that the organizations that negotiate whit the public security must be endowed of up-to-the-minute technology, with what there is of more modern, as well as they have to accompany also all and any technological advancement, in other words, must pass by constant innovations, because the globalization makes the use of technologies for the criminals easy, and it is important that heavy investments are done in the area of the computation (hardware and software) in the public security, recourses important in the production, analysis and dissemination of knowledge, aiming at the integration of the organizations of public security in aid to the society.

Keywords: Administrative Management. Operational Management. Criminal Intelligence. Electronic Research.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Bloco de construção de um Sistema de Informação.	54
Figura 2 - Serviços de Informações on line (Banco de Dados).	58
Figura 3 - Os três tipos de planejamento: estratégico, tático e operacional.	69
Figura 4 - Diagrama esquemático de um Sistema de Teleconferência..	84
Figura 5 - Diagrama esquemático de equipamentos utilizados em um Sistema de Videoconferência.	85
Figura 6 - Diagrama esquemático de um software para transmissão e recepção de fax.	87
Figura 7 - Diagrama esquemático de um Sistema de Telefonia IP.....	89
Figura 8 - Modalidades de Ensino a Distância - EAD.....	91
Figura 9 - Centro de Comando e Controle – CCC.....	92
Figura 10 - Componentes eletrônicos utilizados em circuitos computacionais.	95
Figura 11 - Placa-mãe de um computador.	96
Figura 12 - Vista do ambiente de uma Delegacia Eletrônica no Estado do Paraná.	97
Figura 13 - Diagrama esquemático de um Provedor de Acesso à Internet.....	99
Figura 14 - Diagrama esquemático de um Sistema de Terminais Leves.	100
Figura 15 - Diagrama esquemático de uma grande Unidade Principal e Memória.	101
Figura 16 - Dados, Informação e Conhecimento.	110
Figura 17 - Ambientes Organizacionais.....	112
Figura 18 - Diagrama esquemático de um Sistema de Interceptação Telefônica.	118
Figura 19 - Principais fontes utilizadas para se fazer Análise Criminal.	142
Figura 20 - Mapa do crime e a Análise de Vínculo dos principais envolvidos.....	146
Figura 21 - Mapa do crime no Estado do Rio Grande do Sul.....	148
Figura 22 - Utilização do software i2, na análise de um local de crime.	149
Figura 23 - O Geoprocessamento como instrumento de inteligência e investigação policial.	151
Figura 24 - Representação de um mapa do crime com utilização de gráficos que fazem a comparação das taxas de criminalidade em determinado local e período.	152

Figura 25 - Mapa do crime com representação de “Zonas Quentes”.	153
Figura 26 - Mapa do crime com a demarcação da criminalidade por tipo de delitos praticados em uma determinada região geográfica de uma cidade.....	155
Figura 27 - Mapa do crime em uma determinada zona da cidade de Madri, na Espanha. (Georreferenciamento de Área).....	157
Figura 28 - Mapa do crime muito utilizado pela polícia da cidade de Los Angeles.....	159
Figura 29 - Mapa com o georreferenciamento da prática de prostituição na cidade de São Francisco nos Estados Unidos.	160
Figura 30 - Mapa de uma Análise de Vínculo realizada com a utilização do software i2.....	164
Figura 31 - Análise de Vínculo com os principais envolvidos numa organização criminosa.....	165
Figura 32 - Planejamento operacional.	167
Figura 33 - O planejamento operacional, através de uma análise dos seus objetivos no plano estratégico, operacional e na sua implantação.	168
Figura 34 - Diagrama esquemático das principais fases de um planejamento operacional.....	170
Figura 35 - Diagrama do ciclo de vida de um projeto operacional. ...	171
Figura 36 - Atividades da fase de iniciação de um projeto operacional.	172
Figura 37 - O planejamento operacional.....	173
Figura 38 - Fases do monitoramento e controle de um projeto operacional.	174
Figura 39 -As fases de encerramento de um projeto operacional.....	175
Figura 40 -Principais características de um projeto operacional.	176
Figura 41 - O sucesso de um projeto operacional.....	177
Figura 42 - O que é fazer a gestão de um projeto operacional.	178
Figura 43 - O que é planejar um projeto operacional?	178
Figura 44 -O controle de um projeto operacional.....	179
Figura 45 -Gerenciamento dos <i>stakeholders</i> em um projeto operacional.	180
Figura 46 - As principais causas de fracasso em um projeto operacional.	181
Figura 47 - Interações sistêmicas do processo de gestão de um projeto operacional.	182
Figura 48 - O que a equipe do projeto operacional deve fazer para obter sucesso.....	183
Figura 49 - Diagrama das áreas do conhecimento em gerenciamento de um projeto operacional.....	185

Figura 50 - A execução do projeto operacional.	186
Figura 51 - Como orientar e gerenciar a execução de um projeto.	187
Figura 52 - O monitoramento e controle de um projeto.	188
Figura 53 - Execução e encerramento de um projeto operacional.	189
Figura 54 - O Ciclo do PDCA sendo rodado após a conclusão de uma ação.	190
Figura 55 - Serviços de telecomunicações.	191
Figura 56 - Componentes e funções de um sistema de telecomunicações.	192
Figura 57 - Sintonia de uma emissora de rádio através do uso de um cristal de galena.	193
Figura 58 - Diagrama esquemático dos sinais analógicos e digitais. ..	194
Figura 59 - Os sinais analógicos e digitais em telas de instrumentos eletrônicos.	195
Figura 60 - Diagrama de fundamentos de telecomunicações.	196
Figura 61 - Atribuição de faixas de frequências no Brasil.	197
Figura 62 - Diagrama de uma estação fixa e de uma estação móvel de rádio.	199
Figura 63 - Diagrama do experimento de Hertz com ondas eletromagnéticas.	200
Figura 64 - Diagrama de uma onda eletromagnética e sua propagação.	201
Figura 65 - As ondas eletromagnéticas e os principais sistemas associados.	202
Figura 66 - Espectro eletromagnético e região visível.	204
Figura 67 - Conjunto de equipamentos de radiocomunicação.	206
Figura 68 - Centro de Comando e Controle e o seu respectivo layout.	209
Figura 69 - Equipamentos de radiocomunicação em VHF digital.	211
Figura 70 - As Torres Gêmeas no momento do ataque terrorista.	214
Figura 71 - Diagrama da Torres Gêmeas em Nova York.	216
Figura 72 - Diagrama representando o mapa de localização das Torres Gêmeas em Nova York.	217
Figura 73 - Diagrama do térreo das Torres Gêmeas em 1993.	218
Figura 74 - Diagrama da projeção do ataque às Torres Gêmeas.	220
Figura 75 - Estação repetidora de VHF digital, modelo Quantar.	221
Figura 76 - Repetidora e transceptor portátil que deveriam ter sido utilizados no evento em Nova York.	227
Figura 77 - Centro de Comando e Controle.	236
Figura 78 - Delegacia Eletrônica em funcionamento.	238
Figura 79 - Impressora 3D.	243

Figura 80 - Diagrama da estrutura do Sistema Guardião de Interceptações.....	247
Figura 81 - Sistema Truster de detecção de mentira e identificação de voz.	250
Figura 82 - Veículo Aéreo Não Tripulado – VANT.....	252
Figura 83 - Centro de Comando e Controle de VANT.....	253
Figura 84 - VANT sobrevoando uma região determinada.	254
Figura 85 - Nano drones na forma de insetos.	258
Figura 86 - Os balões na segurança pública.....	260
Figura 87 - Scanner veicular para verificação e inspeção de cargas. ...	261
Figura 88 - Biometria na segurança pública.	262
Figura 89 - A segurança pública na Pirâmide de Maslow.	265
Figura 90 - Grafite sobre a participação de crianças e adolescentes no crime.	270
Figura 91 - Infográfico sobre a burocracia do comando.....	272
Figura 92 - Infográfico com o organograma da estrutura orgânica e administrativa do PCC.	273
Figura 93 - Infográfico com o mapa do tráfico.....	277
Figura 94 - Infográfico com o organograma da organização de uma facção criminosa.....	279

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
ACADEPOL – Academia de Polícia Civil
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
AV – Análise de Vínculo
BO – Boletim de Ocorrência
CB – Corpo de Bombeiros
CBT – Código Brasileiro de Telecomunicações
CCC – Centro de Comando e Controle
CE – Constituição Estadual
CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica
CF – Constituição Federal
CIOSP – Centro Integrado de Operações de Segurança Pública
CLP – Controles Lógicos Programáveis
CO – Centro de Operações (PC)
CP – Código Penal
COPOM – Centro de Operação Policial Militar (PM)
CORSAN – Companhia Rio-Grandense de Saneamento
CPP – Código de Processo Penal
CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil
CRT – Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações
DC – Defesa Civil
DDD – Discagem Direta à Distância
DDR – Discagem Direta a Ramal
DE – Delegacia Eletrônica
DEIC – Departamento Estadual de Investigações Criminais
DENARC – Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico
DETEL – Departamento Estadual de Telecomunicações
DIAE – Departamento de Inteligência e Assuntos Estratégicos
DINP – Departamento de Informática Policial
DIPOL – Departamento de Inteligência Policial
DISP – Departamento de Inteligência de Segurança Pública
DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto
DP – Delegacia de Polícia
DPI – Departamento de Polícia do Interior
DPR – Delegacia de Polícia Regional
DTMF – Dual-Tone Multi-Frequency
EAD – Estudo à Distância
EPTC – Empresa Pública de Transportes e Circulação
FAB – Força Aérea Brasileira

GIE – Gabinete de Inteligência e Estratégica
GIS – Sistema de Informações Geográficas
GM – Guarda Municipal
GPS – Sistema de Posicionamento Global
HC – Habeas Corpus
IGP – Instituto Geral de Perícias
ILB – Instituto Legislativo Brasileiro
ISP – Inteligência de Segurança Pública
LGT – Lei Geral de Telecomunicações
MP – Ministério Público
PC – Polícia Civil
PCC – Primeiro Comando da Capital
PF – Polícia Federal
PFF – Polícia Ferroviária Federal
PJ – Poder Judiciário
PL – Projeto de Lei
PM – Polícia Militar
PRF – Polícia Rodoviária Federal
RF – Radiofrequência
RGE – Rio Grande Energia
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SMAN – Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SPJ – Serviços de Polícia Judiciária
SSP – Secretaria da Segurança Pública
SUSEPE – Superintendência dos Serviços Penitenciários
TI – Tecnologia de Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UIT – União Internacional de Telecomunicações
VANT – Veículo Aéreo Não Tripulado
VHF – Very High Frequency (Frequência Muito Alta)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	27
1.1	APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	27
1.2	OBJETIVOS	31
1.2.1	Objetivo geral	31
1.2.2	Objetivos específicos	31
1.3	JUSTIFICATIVA.....	31
1.4	ESCOPO DO TRABALHO.....	33
1.5	ADERÊNCIA DO TRABALHO AO PPGTIC DA UFSC ...	33
1.6	METODOLOGIA	34
1.7	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	37
2	SEGURANÇA PÚBLICA	41
2.1	CONCEITO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA CF DE 1988 42	
2.2	SEGURANÇA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RS.....	46
2.3	CONCEITO DA SENASP PARA SEGURANÇA PÚBLICA.....	47
2.4	CONCEITO DE SEGURANÇA PÚBLICA EMITIDO PELO STF	48
2.5	A DEFINIÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA A ONU	49
3	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 53	
3.1	CONCEITOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	54
3.2	A EVOLUÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	55
3.3	A INTEGRAÇÃO DAS TIC NA POLÍCIA CIVIL DO RS.	55
3.4	COMPONENTES DAS TIC	56
3.5	AS TIC E A MELHORIA DOS PROCESSOS NA PC - RS	57
3.6	O USO DAS TIC NA POLÍCIA CIVIL DO RS	57

3.7	A INTERAÇÃO DOS USUÁRIOS E OS SISTEMAS COMPUTACIONAIS	59
4	AS TIC NA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	61
4.1	OS INVESTIMENTOS EM TIC NA SEGURANÇA PÚBLICA NO RS	61
4.2	A MOTIVAÇÃO EMPREENDIDA PELAS TIC NA SEGURANÇA PÚBLICA	62
5	A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO RS	65
5.1	A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E O ESTADO MÍNIMO	65
5.2	A GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO RS	67
5.3	A GESTÃO OPERACIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA NO RS	69
6	A POLÍCIA CIVIL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	71
6.1	A ESTRATÉGIA NA POLÍCIA CIVIL – RS	71
6.2	CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	73
6.3	OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA PC – RS	74
6.4	COMO A PC – RS PODE UTILIZAR OS INSTRUMENTOS DO PE	75
6.5	A IMPORTÂNCIA DE UM PE NA POLÍCIA CIVIL – RS	75
6.6	GESTÃO ORGANIZACIONAL DA POLÍCIA CIVIL – RS	77
7	INOVAÇÃO NA GESTÃO DA POLÍCIA CIVIL - RS..	79
7.1	A GESTÃO DA INOVAÇÃO EM UM ÓRGÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	80
7.2	A INOVAÇÃO E A ESTRATÉGIA COMPETITIVA NA PC - RS	82
8	A POLÍCIA DIGITAL NO RS.....	83
8.1	A TELECONFERÊNCIA NA PC – RS	83
8.2	A VIDEOCONFERÊNCIA NA PC -RS	85

8.3	SOFTWARE PARA A TRANSMISSÃO E RECEPÇÃO DE FAX NA PC – RS	86
8.4	SISTEMA DE TELEFONIA IP NA PC – RS.....	88
8.5	Ensino a distância – EAD	90
8.6	CENTRO DE COMANDO E CONTROLE	92
8.7	DELEGACIA ELETRÔNICA	94
8.8	PROJETO ESCRIVÃO (HOJE SPJ).....	98
8.9	PROVEDOR DE ACESSO À INTERNET.....	98
8.10	SISTEMA DE TERMINAIS LEVES.....	99
9	A GESTÃO DA INFORMAÇÃO.....	107
9.1	O CONCEITO DE INFORMAÇÃO	107
9.2	AS CARACTERÍSTICAS DE UMA INFORMAÇÃO	110
9.3	O USO DA INFORMAÇÃO	111
9.4	A INFORMAÇÃO E A COMPETITIVIDADE ORGANIZACIONAL	111
9.5	A ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO	112
9.6	A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO PARA UMA ORGANIZAÇÃO.....	114
10	A GESTÃO OPERACIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA	117
10.1	AS TIC COMO FERRAMENTA OPERACIONAL NA SEGURANÇA PÚBLICA	117
10.2	A REPRESSÃO	119
10.3	A PREVENÇÃO	119
10.4	NÍVEIS DE PREVENÇÃO	121
10.4.1	Prevenção primária	121
10.4.2	Prevenção secundária	121
10.4.3	Prevenção terciária	121
10.4.4	Prevenção geral e específica.....	122
10.4.5	A sanção e a sua finalidade preventiva	122
10.5	A REPRESSÃO QUALIFICADA E AS TIC	122

11	INTELIGÊNCIA POLICIAL	125
11.1	A INTELIGÊNCIA POLICIAL COMO FERRAMENTA DE APOIO OPERACIONAL	127
11.2	A DISTINÇÃO ENTRE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO POLICIAL.....	130
11.3	A SUBUTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA PELOS ÓRGÃOS POLICIAIS	131
12	A ANÁLISE CRIMINAL.....	133
12.1	SÍNTESE HISTÓRICA DA ANÁLISE CRIMINAL.....	133
12.2	CONCEITO DE ANÁLISE CRIMINAL.....	134
12.3	A ANÁLISE CRIMINAL E A INTELIGÊNCIA POLICIAL	136
12.4	A ANÁLISE CRIMINAL NO BRASIL	138
12.5	AS FINALIDADES DA ANÁLISE CRIMINAL.....	141
12.6	FONTES UTILIZADAS PELA ANÁLISE CRIMINAL ...	141
12.7	A INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA ANÁLISE CRIMINAL.....	143
12.8	A ANÁLISE CRIMINAL E O MAPEAMENTO DA CRIMINALIDADE.....	144
12.9	A ANÁLISE CRIMINAL E MONITORAMENTO DE INCIDENTES CRIMINAIS	144
12.10	A ANÁLISE CRIMINAL E OS MAPAS	147
12.11	A ANÁLISE CRIMINAL E O PERFIL GEOGRÁFICO...	148
12.12	A ANÁLISE CRIMINAL E O GEOPROCESSAMENTO	150
12.13	A ANÁLISE CRIMINAL E AS “ZONAS QUENTES”	153
12.14	A ANÁLISE CRIMINAL E O MAPEAMENTO DA CRIMINALIDADE.....	154
12.15	A ANÁLISE CRIMINAL E O GPS.....	156
12.16	A análise criminal e as teorias que lhe dão suporte.....	161
13	A ANÁLISE DE VINCULOS.....	163
13.1	A ANÁLISE DE VÍNCULOS NA ATIVIDADE POLICIAL	163

14	PLANEJAMENTO OPERACIONAL.....	167
14.1	PROJETO OPERACIONAL	168
14.2	O GERENCIAMENTO DE UM PROJETO OPERACIONAL 169	
14.3	CICLO DE VIDA DE UM PROJETO OPERACIONAL...	170
14.4	A INICIAÇÃO DO PROJETO OPERACIONAL	171
14.5	O PLANEJAMENTO OPERACIONAL.....	172
14.6	O MONITORAMENTO E O CONTROLE DO PROJETO OPERACIONAL.....	173
14.7	O ENCERRAMENTO DO PROJETO OPERACIONAL ..	174
14.8	AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DE UM PROJETO OPERACIONAL.....	175
14.9	CONCEITOS DE SUCESSO DE UM PROJETO OPERACIONAL.....	176
14.10	O QUE É FAZER A GESTÃO DE UM PROJETO OPERACIONAL?.....	177
14.11	O QUE É PLANEJAR UM PROJETO OPERACIONAL?	178
14.12	O QUE É CONTROLAR UM PROJETO OPERACIONAL? 179	
14.13	O QUE É GERENCIAR OS <i>STAKEHOLDERS</i> NUM PROJETO OPERACIONAL?.....	179
14.14	AS PRINCIPAIS CAUSAS DE FRACASSO EM UM PROJETO OPERACIONAL.....	180
14.15	O PROCESSO DE GESTÃO DE UM PROJETO OPERACIONAL.....	181
14.16	O QUE A EQUIPE DO PROJETO OPERACIONAL DEVE FAZER PARA OBTER SUCESSO?.....	182
14.17	AS ÁREAS DO CONHECIMENTO EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS.....	183
14.18	A EXECUÇÃO DO PROJETO OPERACIONAL	185
14.19	COMO ORIENTAR E GERENCIAR A EXECUÇÃO DO PROJETO OPERACIONAL?.....	186

14.20	O MONITORAMENTO E CONTROLE DO PROJETO OPERACIONAL.....	187
14.21	O ENCERRAMENTO DO PROJETO OPERACIONAL ..	188
15	OS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E A PC –	
RS	191	
15.1	CONCEITUAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA.....	191
15.2	TÉCNICA ANALÓGICA E DIGITAL	193
15.3	FUNDAMENTOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	195
15.4	COMPETÊNCIA REGULAMENTAR EXCLUSIVA DA UNIÃO	196
16	RADIOCOMUNICAÇÃO NA POLICIA CIVIL - RS....	199
16.1	CONCEITUAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA.....	199
16.2	ONDAS RADIOELÉTRICAS	200
16.3	A NATUREZA JURÍDICA DO ESPECTRO DE RADIOFREQUÊNCIA.....	202
16.4	AS FAIXAS DE FREQUÊNCIAS.....	203
16.5	AUTORIZAÇÃO PARA O USO DE RADIOFREQUÊNCIA	204
16.6	SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO DIGITAL DA PC –	205
RS		
16.7	A RADIOCOMUNICAÇÃO POLICIAL ATRAVÉS DO TEMPO	207
16.8	AS RADIOCOMUNICAÇÕES COMO ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL	209
16.9	O RÁDIO COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO DO POLICIAL.....	211
16.10	O 11 DE SETEMBRO DE 2001 – UM ESTUDO DE CASO	213
16.11	O ESTOPIM MAIOR DA TRAGÉDIA: A FALTA DE COMUNICAÇÃO VIA RÁDIO.....	218
16.12	AS FALHAS PODEM ATÉ ACONTECER, MAS AS LIÇÕES FICAM	222

16.13	OUTRA LIÇÃO: O TREINAMENTO SEMPRE É MUITO IMPORTANTE	226
16.14	A NECESSIDADE DE PLANEJAR E PROJETAR SOLUÇÕES	231
16.15	O ABANDONO DOS SISTEMAS DE RÁDIO	233
16.16	CENTRO DE COMANDO E CONTROLE	235
16.17	DELEGACIA ELETRÔNICA	237
16.18	PROJETO ESCRIVÃO (HOJE SPJ).....	239
17	A INVESTIGAÇÃO ELETRÔNICA	241
17.1	SISTEMA GUARDIÃO	246
17.2	SISTEMA TRUSTER.....	249
17.3	VEÍCULOS AÉREOS NÃO TRIPULADOS – VANT	251
17.4	OS NANO DRONES NA INVESTIGAÇÃO POLICIAL..	256
17.5	OS BALÕES NA ATIVIDADE OPERACIONAL DAS POLÍCIAS	259
17.6	A IMPORTÂNCIA DOS SCANNERS NA INVESTIGAÇÃO POLICIAL.....	260
17.7	A BIOMETRIA E A INVESTIGAÇÃO POLICIAL.....	261
18	POR QUE VOCÊ NÃO TEM A SEGURANÇA QUE MERECE?.....	265
18.1	O ESTADO COMO PROTAGONISTA DA SITUAÇÃO QUE ESTÁ POSTA	271
19	CONCLUSÃO	281
	REFERÊNCIAS.....	283

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A globalização é impiedosa, além de não permitir que a população mundial fique desatualizada com relação às tecnologias da informação e comunicação, ela permite, na área da segurança pública, que os criminosos também busquem, através do acesso imediato à informação, uma atualização e porque não dizer, uma reciclagem no seu modo de proceder e de atuar e, até mesmo, levando-os à prática de novos crimes, principalmente aqueles que envolvem grupos de criminosos para a sua execução, ou seja, a prática do famigerado crime organizado e porque não dizer transnacional, haja vista que este conhecimento tecnológico permite que se cometa os mais variados tipos de crimes, com uma base instalada em um determinado país e as práticas criminosas sendo realizadas em outro país, até mesmo muito distante da sede da base criminosa, isso ocorre constantemente em nosso país, haja vista que este é um país continental, daí a necessidade que os gestores desta área têm de inovar, de buscar novas formas de atuação, tanto na esfera administrativa como na operacional das organizações que dirigem e, nada é mais importante do que buscar esta inovação nas tecnologias de informação e comunicação, para modernizar a gestão e com isso alavancar as suas atuações de prevenção e de repressão ao crime, com a prática de uma atividade mais qualificada, isso para que possam dar uma resposta imediata à sociedade, que tanto clama por segurança nos dias atuais. Nós costumamos dizer que sem segurança não há desenvolvimento.

O advento das tecnologias de informações e comunicações, sobretudo a partir da década de 1990, mudou e continuará mudando, haja vista a rapidez na evolução dessas tecnologias, os paradigmas de funcionamento das organizações, sejam elas públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos.

A estruturação das atividades de segurança pública tende a se alterar de forma profunda, num movimento no qual os princípios que estabelecem o que é, ou o que não é ótimo para a sua consecução, mas estarão ao mesmo tempo em mutação constante. Isso significa que conflitos haverá, bem como incertezas, riscos de fracasso e também de grandes oportunidades no melhoramento de sistemas de gestão.

A tomada racional de decisões dependerá cada vez mais de uma conscientização das mudanças estratégicas engendradas pelas novas tecnologias. A identificação de novas ameaças e caminhos advirá da

percepção do papel das tecnologias de informações e comunicações tanto no funcionamento dos mercados quanto na reestruturação da produção e da distribuição de bens e serviços.

Na área da segurança pública não poderia ser diferente, há a necessidade urgente da implementação de novas tecnologias de informações e comunicações na gestão das organizações que tratam com este tema. Em primeiro lugar para que os órgãos que atuam nesta área possam atuar com mais eficácia, eficiência e rapidez; em segundo lugar, para satisfazer uma necessidade premente do cidadão, individualmente e da sociedade como um todo; haja vista que, sem segurança não há desenvolvimento e, em não havendo desenvolvimento, não há paz e tranquilidade, ou seja, não haverá a tão propalada felicidade das pessoas.

A experiência conduz a uma afirmativa: as tecnologias da informação e comunicações, se bem empregadas e utilizadas, são fatores de suma importância na gestão administrativa e operacional dos órgãos responsáveis pela prestação de um serviço que deve ser de excelência na esfera da segurança pública, principalmente no que diz respeito à gestão administrativa e operacional dos órgãos que integram a estrutura orgânica das Secretarias da Segurança Pública, presentes em cada Estado da Federação; embora, muitas vezes, com uma denominação diferente, mas que detêm a competência para atuar nessa área tão significativa e de suma importância para a sociedade brasileira nos dias atuais; tendo em vista, principalmente, a influência destas tecnologias na redução da criminalidade, é isso que temos a pretensão de tornar público através da realização desta dissertação, esta elaborada em razão da conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Tecnologia de Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, Campus de Araranguá.

No transcorrer do curso, várias foram as discussões sobre a empregabilidade das tecnologias da informação e comunicação na gestão organizacional, sejam elas em empresas públicas ou privadas, em razão de que estas, além de facilitar a execução efetiva da gestão administrativa, também tem um significado importante na gestão operacional, principalmente quando refere-se à segurança pública, isso porque contribuem para que as instituições que labutam nesta área da prestação de serviço público consigam, de forma mais rápida, eficaz e eficiente, encontrar soluções para muitas situações que exigem um trabalho mais apurado dos órgãos que lidam com o combate à criminalidade, principalmente no que se refere ao crime organizado, onde a utilização de softwares específicos, oportunizam que um grupo criminoso tenha todos os seus integrantes identificados, bem como as

principais lideranças destes mesmos grupos, de forma que se possa mensurar o grau de atuação de cada um deles e, em seguida prendê-los. Esses softwares foram salientados neste trabalho, embora muitas organizações ainda não possuam estas excelentes ferramentas tecnológicas.

O presente trabalho faz referências a vários processos que podem e devem ser desenvolvido pelas instituições que atuam como vetores de segurança pública, tal como a gestão planejamento organizacional; a gestão do planejamento estratégico; a gestão do marketing estratégico; a gestão da logística; a gestão da comunicação interna e externa; a gestão administrativa e operacional; a gestão dos recursos humanos; a gestão do ensino; a gestão do capital intelectual; a gestão da inteligência policial; a gestão de processos; a gestão dos planos de contingência e outras atividades que as organizações policiais desenvolvem em razão das suas competências, sendo que para bem executarem todas essas atividades esses órgãos necessitam contar com equipamentos relacionados às tecnologias de informação e comunicação, pois estas além de atender uma grande necessidade destas instituições, ajudam a suprir a falta de recursos humanos hoje tão evidente em todas as organizações vinculadas à segurança pública.

É feita uma referência da importância dessas tecnologias na inteligência policial e criminal, assim como na investigação policial, onde são apresentados alguns softwares que oportunizam aos usuários destes instrumentos um bom desempenho das suas atividades no que se refere ao combate à criminalidade.

Esta dissertação também menciona uma série de equipamentos tecnológicos da área da tecnologia da informação e comunicação que oportunizam que as polícias possam utilizá-los e com isso levar motivação ao seu corpo de funcionários, aumentando com isso, significativamente, a produtividade dessas instituições, tanto no que se refere aos trabalhos cartorários, assim como na solução de vários casos delituosos que chegam nos balcões das Delegacias de Polícia e que exigem desses órgãos policiais uma solução eficaz e eficiente em resposta aos anseios da sociedade.

Também é apresentado um case de um caso prático de segurança pública, referente ao ocorrido no dia 11 de setembro de 2001, na cidade de Nova York nos Estados Unidos, no ataque terrorista às Torres Gêmeas, fato que teve uma repercussão mundial, haja vista o grande número de pessoas que perderam suas vidas, dentre estas muitos profissionais da área da segurança, os bombeiros, fato ocorrido em razão da falta de utilização das tecnologias da informação e comunicação, ou

seja, da utilização de meios de comunicação, o rádio, fato que gerou uma série de constrangimentos, uma vez que os gestores da área não trataram disso antecipadamente, ocasionando uma grande falta de comunicação entre o próprio Corpo de Bombeiros e destes com a polícia de Nova York. Julga-se importante a citação deste fato, neste trabalho, em razão da importância da existência antecipada de um bom plano de contingência, o qual deve ser muito bem elaborado e que oportunize um treinamento simulado das instituições encarregadas da prestação de serviços públicos, quantas vezes sejam necessárias, isso para que não haja falhas em um momento de emergência tão importante, como aconteceu no caso em tela.

Na oportunidade procura-se salientar a importância da inovação na segurança pública, tendo em vista que esta possibilita aos gestores colocar em prática seus conhecimentos e tomadas de decisões na área em que atuam e que têm uma visibilidade muito grande nos dias atuais, haja vista que segurança pública pode ser considerada gênero de primeira necessidade para a sociedade brasileira, basta verificarmos a pauta das mais diversas formas de mídia, lá sempre estarão presentes fatos relacionados à segurança pública.

A Universidade Federal de Santa Catarina, Campus de Araranguá, trouxe para dentro da academia a discussão de um tema e um problema que afeta toda a sociedade e que necessita ser tratado com seriedade na busca de soluções imediatas para casos que nos machucam, pois envolve, em muitas ocasiões, o bem maior da pessoa humana, a vida; fator tratado pela ONU como sendo o maior indicador de índices de criminalidade. A importância maior deste curso ficou por conta da participação da academia, de funcionários de praticamente todas as organizações vinculadas à segurança pública e membros da sociedade civil; isso, com certeza, deu importância e agregou muito valor ao de especialização e a este Curso de Mestrado.

No último Capítulo desta dissertação responde-se à principal questão que delimitou o seu tema, onde apresenta-se uma série de estudos situacionais e comparativos teóricos que proporcionaram ao leitor o entendimento e também à justificativa de o por que você não tem aquela segurança pública que merece?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta dissertação é o de analisar a situação atual da segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul, através de um estudo de caso a Polícia Civil do Estado e o impacto positivo que as tecnologias da informação e comunicação podem causar, nesta área, caso venham a ser oferecidas e implementadas pelos gestores desta área hoje de significativa importância para a sociedade que é a segurança pública.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos, visam atender as necessidades contidas no objetivo geral, os quais só serão alcançados com gestão e inovação mais eficiente e estruturada nas tecnologias da informação e comunicação.

Dar a conhecer sobre a situação atual da instituição que será utilizada para a concretização deste estudo de caso, no que se refere à sua gestão.

Demonstrar onde estão os seus pontos fracos, os quais devem ser melhorados para que a organização possa estar melhor organizada em um futuro próximo, na busca da prestação de um serviço de qualidade, na área da segurança pública, e que é e está sendo prestado à sociedade gaúcha.

Comparar a instituição com outras empresas, sejam elas públicas ou privadas, no sentido de que, com este estudo, a mesma possa buscar, através da sua alta gestão, formas de solucionar os problemas que serão apontados nesta dissertação.

Especificar, nesta dissertação, os principais problemas ora existentes e que nada acrescentam à melhoria na gestão institucional.

Argumentar e contrastar sobre fatos que contribuem para que os gestores fracassem nas tentativas de formalizar atos que possam melhorar a gestão organizacional da instituição.

1.3 JUSTIFICATIVA

Esta dissertação está imbuída de realizar um estudo de caso relacionado empregabilidade das tecnologias da informação e comunicação na gestão da segurança pública no Estado do Rio Grande

do Sul, através da Polícia Civil, órgão de execução, e também demonstrar por que o cidadão Riograndense não tem a segurança que merece.

Para a concretização deste trabalho está se utilizando de uma organização policial que presta serviços de segurança pública no Estado, ou seja a Polícia Civil, instituição vinculada à Secretaria da Segurança Pública que, pelo que consta na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com a Polícia Militar, o Instituto Geral de Perícias e a Superintendência dos Serviços Penitenciários – SUSEPE, são os órgãos encarregados da segurança dos cidadãos que habitam o Rio Grande do Sul, todas as organizações citadas são empresas públicas vinculadas à Secretaria da Segurança Pública.

É do conhecimento de todos que as tecnologias da informação e comunicação, são ferramentas que, associadas à inovação, trazem muitos benefícios à área de gestão empresarial, por isso pretende-se que essas mesmas tecnologias possam contribuir com a segurança pública de forma a contribuir com a sua finalidade existencial que é a prestação de serviços de segurança pública.

O tema tem uma importância significativa, em razão de que as tecnologias têm um avanço muito rápido e constante e, esse mesmo avanço que se verifica no campo tecnológico, também é verificado na esfera criminal, pois esta atividade também avança constantemente e se organiza de forma muito rápida, calcula-se que isso também tem a contribuição das novas tecnologias, principalmente aquelas relacionadas à área da computação, dentre estas podemos citar a Internet, a qual permite uma comunicação mais rápida entre os seres humanos, tornou o mundo globalizado, a informação roda de forma muito rápida em todo o mundo e isso traz também muitas facilidades e oportunidades para todos, inclusive para aqueles que possuem má índole; pois é permitida constantemente uma atualização que será destinada às práticas delituosas, pois tomam conhecimento, através dos meios de comunicação, representados pelas mais diversas mídias sociais, do que está ocorrendo no mundo inteiro. Isso, em se tratando de Brasil, ocorre até mesmo dentro dos mais diversos sistemas penitenciários brasileiros, dentre os quais se inclui o do Estado do Rio Grande do Sul, onde os presos possuem muitas regalias, principalmente no que se refere à utilização de tecnologias, haja vista a quantidade de terminais celulares e smartphones que constantemente são encontrados no interior dos presídios onde há segregação de presos, inclusive dentro das celas dos presídios que integram o sistema penitenciário no Estado.

É do conhecimento de todos que as TIC proporcionam várias formas de bloquear os sinais de RF necessários para que o sistema de telefonia móvel fique sem sinal ao redor dessas casas prisionais, fazendo com que os terminais celulares não funcionem nesses ambientes, mas pelo que se vê não há interesse do Estado em realizar investimentos nesta área e o que se vê hoje é o crime sendo comandado de dentro do sistema prisional, principalmente o crime organizado.

1.4 ESCOPO DO TRABALHO

A presente dissertação tem por escopo analisar, comparar e demonstrar fatos relacionados à gestão de um órgão público de execução que está encarregado de prestar segurança pública à sociedade no Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, a Polícia Civil. A análise se dará em relação à inovação administrativa e operacional, bem como o que está relacionado à empregabilidade das tecnologias da informação e comunicação como ferramentas de gestão.

O desenvolvimento do trabalho está consubstanciado nas obras consultadas através da revisão de literatura e da experiência do autor que é integrante da instituição que servirá para o estudo de caso, tendo inclusive exercido, na mesma organização pública, vários cargos de gestão, como diretor de órgãos que compõe a sua estrutura orgânica.

O público alvo desta pesquisa são os próprios servidores públicos que integram e atuam na instituição e porque não dizer, os membros da sociedade Riograndense, aqueles que utilizam e necessitam dos serviços prestados pela organização. Todos são “*stakeholders*”, interessados na melhor performance da Polícia Civil, tanto no âmbito interno como no âmbito externo; pois, se isso acontecer, tudo irá muito bem, os funcionários atuaram em um órgão organizado e com conceito e a sociedade terá a segurança que merece.

Para a concretização desta dissertação utiliza-se somente conteúdos abertos e que são diuturnamente disponibilizados pelos gestores da organização e pelo o que é do conhecimento do autor participante, uma vez que o mesmo é integrante deste órgão público que tem como atribuição prestar serviços de segurança pública para a população Riograndense.

1.5 ADERÊNCIA DO TRABALHO AO PPGTIC DA UFSC

O Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação, o – PPGTIC, tem como área de concentração Tecnologia

e Inovação, a qual está dividida em linhas de pesquisas, ou seja: Tecnologia, Gestão e Inovação, Tecnologia Computacional e Tecnologia Educacional.

A presente dissertação está vinculada à linha de pesquisa que versa sobre Tecnologia, Gestão e Inovação do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação (PPGTIC), localizado no Campus Araranguá da Universidade Federal de Santa Catarina, é um Programa Interdisciplinar, que está estruturado na área de concentração Tecnologia e Inovação, tendo como linhas de pesquisa as áreas “Tecnologia Educacional”, Tecnologia Computacional” e “Tecnologia, Gestão e Inovação”.

A linha de pesquisa que envolve Tecnologia, Gestão e Inovação, trabalhará as novas tecnologias da informação e comunicação para o desenvolvimento de novas metodologias, técnicas, processos para a gestão das organizações, razão pela qual a aderência desta dissertação ao PPGTIC está alicerçada nas principais evidências e características contidas neste trabalho e que podem ser constatadas ao longo do mesmo, uma vez que, para levar em conta a interdisciplinaridade evidente, faz-se necessário, também, a evocação a essa mesma interdisciplinaridade natural que é um dos pilares basilares e de sustentação deste programa.

1.6 METODOLOGIA

A presente dissertação utilizará esta seção para descrever a metodologia que foi utilizada, assim como, também classificar todos os critérios que foram utilizados para o pleno desenvolvimento do trabalho, conforme especifica-se nos capítulos a seguir e que compõem a estrutura da dissertação. A questão ora apresentada, não apresenta um consenso entre os analistas da segurança pública em nosso Estado, o Rio Grande do Sul, ente federativo que está servido de base para a elaboração deste trabalho, assim como os demais Estados da Federação, haja vista que este é um tema recorrente, é um tema do momento, isso se levar em consideração o que se vê todos os dias publicados nas mais diversas formas de mídias, principalmente quando leva-se em conta o que as mídias apresentam diuturnamente à sociedade. No entanto a classificação utilizada é fruto de uma pesquisa que envolve vários autores, os quais expõem no dia a dia, o que pensam sobre este tema.

A pesquisa efetivada para a realização desta dissertação, como não poderia deixar de ser, versa sobre questões que envolvem um grande problema enfrentado pela sociedade brasileira e, também, pelos

principais gestores desta área, haja vista que são estes que detêm a obrigação de apresentar as soluções exigidas e que devem traduzir esta obrigação em melhorias; sendo que, com suas decisões, a segurança pública deve melhorar no seio da sociedade como um todo. Com isso, a tão propalada sensação de segurança deve passar a existir no ambiente social, por isso esta pesquisa pode ser classificada como sendo interdisciplinar, em razão de que há a necessidade, para o seu desenvolvimento, de tramitar por várias disciplinas que integram o conhecimento humano, ou seja, as ciências relacionadas à gestão, principalmente, tais como: a Gestão do Planejamento Organizacional; a Gestão do Planejamento Estratégico; a Gestão de Projetos; a Gestão de Custos e Processos; a Gestão de Riscos; a Gestão de Recursos Humanos; a Gestão da Comunicações (interna e externa); a Gestão da Comunicação Operacional; a Gestão do Marketing Estratégico; a Gestão do Conhecimento; a Gestão da Logística; a Gestão da Inteligência Policial; a Gestão da Investigação Policial a Gestão dos Recursos Humanos; a Gestão do Capital Intelectual; a Gestão Socioambiental, a Gestão da Prevenção Qualificada; a Gestão da Repressão Qualificada e a Gestão da Participação da Sociedade nas questões que envolvem segurança pública, a qual entende-se como a mais importante. Isso sem esquecer de que, para que se faça tudo isso de forma rápida e com eficiência, é necessário o emprego e utilização de muita tecnologia; neste contexto, entende-se também que é importante, como não poderia deixar de ser, a inclusão de algumas disciplinas acadêmicas, principalmente aquelas voltadas para a área das Tecnologias de Informação e Comunicação, as quais pode-se considerar como grandes aliadas de facilitadoras para que os órgãos encarregados deste mister colham, de forma rápida, eficaz e eficiente os bons resultados de que necessitam.

Como está se tratando com segurança pública, onde quase sempre se lida com a vida das pessoas, entende-se que há a necessidade de empregar uma pesquisa aplicada, haja vista a importância dos resultados obtidos, os quais devem ser imediatamente informados ao público em geral, isso para que a sociedade tome conhecimento, de forma transparente, do que está sendo realizado para atender uma das suas principais necessidades, a segurança. Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007) “na pesquisa aplicada o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos”.

A pesquisa tem sua abrangência no tempo, pode-se afirmar que se enquadra como sendo um estudo transversal, onde a opção foi pelo

método transversal e interseccional para a realização do levantamento e busca dos dados necessários. Com relação à abrangência supracitada, pode-se esclarecer com fundamento no que citam os autores Farias Filho e Arruda Filho (2013) que estudos transversais são “estudos feitos uma vez e representam apenas um determinado momento”.

Já no que se refere aos seus objetivos, pode-se afirmar que se trata de uma pesquisa descritiva, isso porque ela busca descrever o grau de satisfação de pessoas que integram a sociedade e que, na verdade, são os usuários dos serviços prestados por organizações públicas que estão encarregadas, através de uma forma de delegação fornecida formalmente pelo Estado, para cumprir com as atribuições da prestação de serviços de segurança. O quê, para Cervo, Bervian e Silva (2007) “significa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulação”.

No que se refere à abordagem, trata-se de uma pesquisa predominantemente quantitativa, isso se levar em consideração que o questionário é composto por questões fechadas. Para Vieira (2009) a pesquisa quantitativa fundamenta-se em informações de natureza numérica, uma vez que “o pesquisador busca classificar, ordenar ou medir as variáveis para apresentar estatísticas, comparar grupos ou estabelecer associações”.

Com relação aos procedimentos técnicos, sua fundamentação teórica está baseada na pesquisa bibliográfica que, para Pádua (2012), “é a realizada por meio da identificação, localização e compilação dos dados escritos em livros, artigos de revistas especializadas, publicação de órgãos oficiais, base de dados, etc.”

A dissertação vai tratar, na sua amplitude, da gestão da segurança pública realizada por um órgão público encarregado do planejamento de segurança pública, a Secretaria da Segurança pública no estado do Rio Grande do Sul, por fim, trata-se de um estudo de caso e, para isso, foi utilizada a Polícia Civil, órgão de execução e, em razão deste estudo, acha-se interessante conceituar segurança pública e trata-la como se a Secretaria da Segurança Pública fosse uma empresa com as suas respectivas filiais, dentre as quais está a Polícia Civil.

No capítulo a seguir abordar-se-á o tema segurança pública, levando-se em conta o que ocorre atualmente no Estado do Rio Grande do Sul. Entende-se que esta abordagem é importante no sentido de que isso leva a uma melhor identificação do problema que está sendo tratado nesta dissertação.

1.7 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação está alicerçada em dezoito capítulos, onde apresenta-se todo o desenrolar do trabalho que foi desenvolvido e que está plenamente relacionado ao problema identificado e delimitado para servir de tema para a presente pesquisa, conforme segue:

O Capítulo 2 foi destinado para conceituar segurança pública em várias esferas, haja vista que se entendeu que isso seria necessário para melhor entendimento de delimitação do tema proposto no estudo de caso e também para tornar possível a compreensão da resposta final que dá sustentação à realização deste estudo que é nada menos do que a resposta do questionamento mais impactante que se faz: por que você não tem a segurança que merece.

No Capítulo 3 tratou-se superficialmente da tecnologia da informação e comunicação, onde foram realizadas várias abordagens referentes a essas tecnologias, tal qual a conceituação, evolução, seus componentes, a integração na instituição em estudo, a sua utilização, a sua interação entre os usuários e como as TIC podem melhorar os processos institucionais.

Já no Capítulo 4 trata-se das TIC na gestão da segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul, onde se discute a questão dos investimentos nesta área, também, a motivação que estas impõem no meio funcional.

O Capítulo 5 versa sobre a gestão da segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul, onde trata-se da segurança pública e o propalado estado mínimo de Adam Smith e como é realizada a gestão administrativa da segurança pública, incursionando-se, também, pela gestão operacional dessa Secretaria.

O Capítulo 6 da dissertação está destinado ao estudo de proposto, pois adentra-se na Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, fazendo-se referências à sua estratégia, seu planejamento organizacional e estratégico, os objetivos deste, como podem ser utilizados os instrumentos deste planejamento, a importância do planejamento estratégico para a instituição.

No Capítulo seguinte, o sétimo, vêm à pauta a questão da inovação na Polícia Civil do Estado, onde se analisa a gestão da inovação em um órgão público, onde trata-se da inovação e a estratégia competitiva.

O Capítulo 8 está destinado a uma breve análise sobre como seria a polícia digital no RS, onde discute-se um projeto planejado e elaborado por um departamento que compunha a estrutura orgânica da

instituição, o DETEL, o qual era um departamento gestor de tecnologia no âmbito da instituição. O projeto não teve prosseguimento, mas, com certeza, traria grandes avanços e uma série de oportunidade e vantagens competitivas à instituição.

Através do Capítulo 9 pretende-se fazer uma análise sobre a gestão da informação no âmbito da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, pois entende-se ser necessária a realização desta análise em razão de que a informação é a principal matéria prima utilizada pelas polícias. Polícia sem informação não é nada!

O Capítulo 10 é destinado à atividade principal das polícias, ou seja, a operacionalidade; a realização das ações “linha de frente”, como se fala no jargão policial. A polícia tem como missão principal, nos dias atuais, o combate ao crime organizado e, para isso, são necessárias as operações policiais, as quais devem ser muito bem planejadas para que se possa lograr êxito.

No Capítulo 11 incursiona-se através da inteligência policial, ou de segurança pública; hoje, com o avanço da criminalidade, a inteligência policial é considerada a principal ferramenta utilizada pelas polícias para ajudar na elucidação de muitas práticas delituosas, principalmente aquelas praticadas contra a administração pública e o crime organizado.

O Capítulo 12 é destinado à análise criminal, esta pode ser considerada a ferramenta mais importante para quem quer e pretende fazer gestão de verdade em se tratando de segurança pública, pois é uma ferramenta muito utilizada para as tomadas de decisões nesta área, uma vez que é a ferramenta que os administradores desta área usam para melhor empregar os recursos que dispõem para concretizar os seus objetivos.

Já o Capítulo 13 versará sobre a análise de vínculo, também uma ferramenta de suma importância para a atividade policial, está baseada na utilização de software e traz uma série de facilidade para as investigações e análise, tanto para a análise criminal, como para a análise de vínculo, principalmente quando se está trabalhando com fatos relacionados à crimes praticados contra a administração pública, e/ou crime organizado, haja vista que tornam mais rápida, eficiente e eficaz a ação da polícia.

O Capítulo 14 está destinado a uma explanação sobre o planejamento operacional no âmbito das instituições policiais, de tão importante, entende-se que caberia até mesmo um estudo mais elaborado somente sobre este tema.

No Capítulo 15 analisa-se a importância dos serviços de telecomunicações de telecomunicações para os órgãos policiais, principalmente a polícia gaúcha, incursionando-se sobre vários temas relacionados às telecomunicações de forma genérica.

O Capítulo 16 está destinado a uma análise rápida nas questões referentes à radiocomunicação, primeiro de forma genérica e depois no âmbito da Polícia Civil e a sua importância para a segurança pública, inclusive com a apresentação de um estudo de caso que nada mais é do que o trágico evento ocorrido no dia 11 de setembro de 2001, na cidade de Nova York, nos estados Unidos e que envolveu uma ação terrorista contra as Torres Gêmeas.

No Capítulo 17 faz-se uma pequena introdução sobre a investigação eletrônica, ou seja, aquela que se utiliza de equipamentos computacionais e outros da área das TIC, para que as polícias possam melhor desenvolver seus trabalhos na área operacional, em prol da sociedade.

O Capítulo 18 foi destinado para trazer em seu bojo a resposta tão esperada. Para dar essa resposta achou-se importante fazer uma análise mais apurada, onde se buscou, através da observação de outros trabalhos já elaborados por outros colegas, inclusive de outras áreas e de outras instituições, para sabermos se a resposta que se tinha e que daríamos, seria a mais correta e então chegou-se à conclusão do por que você não tem a segurança que merece.

De tudo o que foi visto, entende-se que o trabalho não foi totalmente concluído; pois, no caso em tela, deveria haver uma explanação sobre a responsabilidade ética dos profissionais que labutam na área da segurança pública, haja vista que as instituições policiais armazenam grande quantidade de informações sobre pessoas e estas, muitas vezes, têm a ver com a vida dessas pessoas, portanto, o sigilo é fator importantíssimo.

No capítulo a seguir achou-se interessante conceituar-se segurança pública, para isso buscou-se informação sobre esta conceituação em várias áreas do conhecimento em nosso país.

2 SEGURANÇA PÚBLICA

Esta dissertação versa sobre as TIC na Gestão da Segurança Pública, uma vez que esta é uma Secretaria de Estado e, como tal, é um órgão público de planejamento e não de execução, haja vista que se está realizando um estudo de caso que envolve um órgão público prestador de segurança pública, a Polícia Civil do Estado e, ao final, pretende-se mostrar, e porque que não dizer, identificar os principais problemas que justifiquem o porquê de você não ter a segurança que merece; além do mais, busca-se apresentar algumas sugestões para a solução de um problema atual que atinge toda a sociedade ordeira do nosso país, a falta de segurança pública; serviço este de atribuição exclusiva do Estado em nossos dias.

Em todos os cantões do território nacional, há problemas com a segurança pública, principalmente em consequência ao avanço das drogas e do crime organizado, em razão de que o Estado, como ente federativo, não “consegue” impedir a entrada destas em nosso país, assim como também não “consegue” laborar na prevenção qualificada e também no que se refere à saúde pública, pois não “consegue” nem mesmo tratar os usuários destas, uma vez que estas podem ser encontradas no interior dos nossos municípios, daí a utilização do termo “cantões”.

Isso não é apenas de conhecimento do público em geral, mas de todos aqueles que atuam na segurança, mas também de toda a comunidade, haja vista que todos, lamentavelmente, têm conhecimento deste sério problema que afeta a todos; mas, juntamente com a academia, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Campus da cidade de Araranguá, pretende-se que a segurança pública busque, na inovação tecnológica, através de investimentos pesados nesta área, dar repostas rápidas para a sociedade ansiosa por uma prestação de segurança pública de qualidade e que tenha ou venha possibilitar maior eficácia e eficiência no atendimento desta necessidade, já que todos desejam ter os seus problemas resolvidos, até por que são as pessoas que mais merecem isso, pois pagam seus tributos e impostos e devem ser bem atendidas por todos os serviços públicos, principalmente um que mais os afeta e que nada mais é do que a segurança pública.

Na academia aprende-se que as tecnologias de informação e comunicações, são de suma importância para a solução de muitos problemas enfrentados pela sociedade e não poderia ser diferente no que se refere à segurança pública. Hoje se tem solução para praticamente tudo, principalmente quando se pensa em inovação tecnológica,

consubstanciadas no uso da computação, na nanotecnologia, na biotecnologia, nas tecnologias computacionais, na investigação eletrônica e na inteligência artificial, isso só para citar algumas que se conhece, mas sabe-se que as soluções são diversas e possíveis em todas as áreas do conhecimento humano¹, ainda mais quando se promove grandes investimentos em pesquisas e no envolvimento, dando oportunidades às academias e organismos da sociedade civil organizada e ordeira, para que estes organismos proporcionem as mais diversas de pesquisas, visando alcançar a esses órgãos públicos que atuam nesta área, o que há de mais moderno, isso para que possam melhor atendê-los.

Com a presente dissertação pretende-se realizar um diagnóstico de como é tratada a gestão da segurança pública por uma instituição que tem a atribuição da prestação de serviços de segurança pública, daí entendeu-se que é importante conceituar segurança pública, em várias áreas da produção de conhecimento.

2.1 CONCEITO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA CF DE 1988

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), ou simplesmente a Constituição Federal de 1988, devido à importância do tema, reservou um capítulo para tratar do assunto. No seu Capítulo III, a Constituição Federal trata da “SEGURANÇA PÚBLICA”, mais precisamente no seu artigo 144, “caput”, há uma definição para segurança pública, conforme segue:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – Polícia federal;

II – Polícia rodoviária federal;

III – Polícia ferroviária federal;

IV – Polícias civis;

V – Polícias militares e os corpos de bombeiros militares.

¹ É o conhecimento transmitido por intermédio de treinamento apropriado, sendo um conhecimento obtido de modo racional, conduzido por meio de procedimentos científicos.

Já o Professor Cláudio Pereira de Souza Neto enfatiza que:

A história constitucional brasileira está repleta de referências difusas à segurança pública. Mas até a Constituição de 1988, não havia capítulo próprio, nem previsão constitucional mais detalhada, como agora se verifica. Por ter “constitucionalizado”, em detalhe a segurança pública, a Constituição de 1988 se individualiza ainda no direito comparado, em que também predominam referências pontuais.

Como se verifica, a constitucionalização da segurança pública surgida com advento da Constituição Federal de 1988, trouxe importantes consequências para a legitimação da atuação estatal, principalmente na questão que envolve a formulação e execução de políticas de segurança pública, as quais devem ser planejadas e executadas em benefício da sociedade e, inclusive, com a participação desta. Em razão disso, as leis que versam sobre segurança pública, nos três planos federativos de governo (País, Estados e Municípios), devem estar em conformidade com a Constituição Federal; bem como, as respectivas estruturas orgânicas das instituições que passaram a deter atribuições para a execução dessas atividades, assim como as próprias ações concretas das autoridades policiais.

Professor Cláudio também faz referências ao fato de que:

Há duas grandes concepções de segurança pública que rivalizam desde a reabertura democrática e até o presente, passando pela Assembleia Nacional Constituinte: uma centrada na ideia de combate; outra na prestação de serviço público.

A conclusão que se pode tirar das referências supracitadas é a de que, em prima face, a missão institucional das polícias, em se tratando de termos bélicos é “combater” os criminosos, atuais inimigos internos, onde se verifica que a política de segurança pública ainda continua sendo formulada como estratégia de guerra, principalmente quando ainda se tem em atuação em nosso país, uma polícia militar, com formação exclusivamente militar e que não quer cumprir o seu papel constitucional de polícia encarregada de fazer a prevenção ostensiva e qualificada à criminalidade; entende-se que quem sai ganhando com isso

são as guardas municipais, as quais deverão ser futuramente as polícias locais, como já se vê em pleno funcionamento em países europeus, como na Espanha, por exemplo, onde cada cidade tem a sua polícia local.

O Professor Cláudio menciona ainda:

[...] na “guerra”, medidas excepcionais se justificam. Instaura-se então uma “política de segurança de emergência” e um “direito penal do inimigo²”. “O ‘inimigo interno’ anterior – o comunista – é substituído pelo traficante”, como elemento de justificação do recrudescimento das estratégias bélicas de controle social.

A segunda concepção citada pelo ilustre professor está centrada na ideia de que segurança pública é, na verdade, um “serviço público” a ser prestado pelo Estado. O cidadão é o principal destinatário desse serviço. Como é de se notar de tudo o que foi dito até aqui, não há mais em nosso país “inimigo” a combater, mas sim cidadãos para servir. A polícia democrática³, prestadora que deve ser de um serviço público de excelência, em regra, deve ser uma polícia civil⁴, a qual deverá atuar, em situações operacionais, em ações repressivas qualificadas, de forma uniformizada; sobretudo quando da necessidade da prestação de serviços que necessitem de ostensividade, ou seja, aquele em que os policiais devem estar plenamente identificados para que possam se diferenciar da sociedade civil organizada e ordeira, até mesmo por uma questão de identificação operacional, uma vez que este uniforme vai servir para identificar quem são os seus pares, no sentido de evitar acidentes de

² É uma teoria jurídica que prevê punições mais severas e uma tutela jurisdicional mais célere ao indivíduo que, após passar por alguns estágios se torna inimigo do Estado.

³ É a que se baseia no respeito aos princípios de direitos humanos, no aprimoramento dos serviços prestados à comunidade, na proteção das vítimas, na parceria com entidades da sociedade civil, na coleta, tratamento e divulgação de dados, no planejamento de ações, no estímulo ao uso de armas não letais e, por fim, na compreensão que a segurança pública é uma constituição complexa.

⁴ É o órgão que tem a função de polícia judiciária estadual, cuja função se resume praticamente em investigação de ilícitos penais por meio do inquérito policial, exercendo investigação de caráter inquisitivo, ou seja, sem a participação do investigado.

trabalho envolvendo os órgãos policiais quando estão atuando em situação operacional qualificada, ocasião em que deve estar uniformizados, haja vista que nesta oportunidade exercem atividade ostensiva qualificada, é o entendimento.

O professor Cláudio também nos deixa uma grande lição, ou seja, de que:

A polícia democrática não discrimina, não faz distinções arbitrárias: trata os barracos nas favelas como “domicílios invioláveis”; respeita os direitos individuais, independentemente de classe, etnia e orientação sexual; não só se atém aos limites inerentes ao Estado democrático de direito, como entende que seu principal papel é promovê-lo.

O entendimento que fica, no caso em tela, é o de que a participação democrática é de suma importância social, haja vista que ela fomenta a participação popular na gestão da segurança pública, assim como valoriza outras participações nesta gestão, dentre elas a da sociedade organizada, por isso é que elogia a decisão tomada pelos gestores da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Campus da cidade de Araranguá, por ter possibilitado, em convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, a realização de um curso de Pós-Graduação em Tecnologias de Informação, Comunicações e Direitos Humanos, o qual foi frequentado por policiais civis, policiais militares, bombeiros, agentes penitenciários e também por pessoas que integram a sociedade, oportunizando, desta forma, um intercâmbio muito gratificante e de grande utilidade para todas as instituições envolvidas. Só a discussão do tema segurança pública já bastaria, mas o que foi discutido e ministrado no transcorrer das aulas foi muito além disso.

Entenda-se que isso não só valoriza os arranjos participativos da sociedade, como também ajuda a incrementar a transparência das instituições policiais, haja vista a sinceridade dos assuntos colocados à discussão nos debates proporcionados durante o transcorrer das aulas.

Entende-se que a função primordial das atividades policiais é gerar “coesão social” e não pronunciar, incentivar e criar antagonismos, este é o entendimento; além disso, também é propiciar um contexto adequado de cooperação entre cidadãos ordeiros, livres e iguais perante a lei e detentores de direitos. O termo combate, mais adequado à atividade militar, deve e tem que ser substituído pela prevenção

qualificada, pela integração fundamentada em políticas públicas sociais, estas consubstanciadas por medidas de gestão administrativas que visem a redução de riscos, dando-se ênfase à inteligência policial e à investigação criminal, estas incrementadas sob a égide das tecnologias da informação e comunicação. Até porque não se faz segurança pública sem prevenção, em segurança pública entende-se que a prevenção qualificada e a repressão qualificada têm a obrigação de andar juntas. O entendimento é de que uma não funciona sem a parceria da outra, por isso não se pode ter só a repressão qualificada, tem que se ter também, a prevenção qualificada.

Para o Professor Cláudio:

Essas formas de lidar com episódios de confronto armado revelam divergência fundamental entre as duas concepções de segurança pública. Enquanto a primeira entende o policial como combatente, que deve ser premiado por seu heroísmo; a segunda lhe confere a condição de servidor que, para dar conta de suas importantes responsabilidades, deve estar psicologicamente apto. No artigo 144, a Constituição não optou, com precisão desejável, nem por um nem por outro modelo. Concebeu como finalidade das políticas de segurança a preservação da “incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

A Constituição Federal de 1988, é chamada também de Constituição Democrática, isso por ser ela uma constituição liberal na sua essência, pois está focada no eixo democrático, haja vista priorizou a proteção aos direitos sociais, aos princípios de respeito à dignidade da pessoa humana, aos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, o que possibilita a discussão e o questionamento da atuação das polícias nesse novo ambiente de liberdade institucional. Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a insegurança “freia” o desenvolvimento na América Latina. Isso reforça o pensamento que se tem, de que: “sem segurança não pode haver desenvolvimento”, isso é fato.

2.2 SEGURANÇA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RS

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (CE/RS) trata da segurança pública no seu Capítulo IV (art. 124 ao art. 139), o qual versa sobre a Ordem Pública, e seu Capítulo I, e a segurança pública está definida no artigo 124, como:

[...]dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida par a preservação da ordem pública, das prerrogativas da cidadania, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – Brigada Militar;

II – Polícia Civil;

III – Instituto-Geral de Perícias; e

IV – Corpo de Bombeiros.

Já no artigo 125, a Constituição do Estado menciona que a lei (lei regulamentar) disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul, de maneira a assegurar-lhes a eficiência das atividades e, no parágrafo único deste artigo, deixa claro que:

“O Estado só poderá operar serviços de informações que se refiram exclusivamente ao que a lei defina como delinquência”.

No artigo 126, a Constituição Estadual menciona ainda como será a participação do cidadão nos assuntos atinentes à segurança pública: “Art. 126 – A sociedade participará através dos Conselhos de Defesa e Segurança da Comunidade, no encaminhamento e solução dos problemas atinentes à segurança pública, na forma da lei”.

A conclusão que se tem sobre a participação da sociedade nos assuntos atinentes à segurança pública, no Estado do Rio Grande do Sul, é a de que ficou para ser definida através de uma lei regulamentar, mas esta foi esquecida e até hoje não foi elaborada em nem sancionada.

2.3 CONCEITO DA SENASP PARA SEGURANÇA PÚBLICA

De acordo com o texto base da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, que foi realizado em Brasília, entre os dias 27 a 30 de agosto de 2009, página 10, segurança pública, para a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, é:

“Do ponto de vista formal, a segurança pública pode ser compreendida como a convivência pacífica e ordenada das cidadãs e dos cidadãos, assim como da sociedade em seu conjunto... – é o meio utilizado para garantir a ordem da sociedade”.

A conceituação deixa clara a importância da participação da sociedade nos assuntos atinentes à segurança pública. Só a participação desta é que tornará pacífica a convivência dos cidadãos em sociedade e está convivência pacífica é de vital importância para o desenvolvimento de um mundo em sociedade. Este é o entendimento que se pode tirar dessa conceituação, que tem o endosso do Governo Federal.

2.4 CONCEITO DE SEGURANÇA PÚBLICA EMITIDO PELO STF

Para o Ministro Ayres Brito, em voto no Habeas Corpus nº 110.844/2013/RS, e ao analisar a questão sobre a manutenção ou não de determinada prisão cautelar⁵:

Para o que dispõem das hipóteses de incidência do art. 312 do CPP, nelas embutido o bem jurídico “Ordem Pública”, um dos explícitos fins dessa tão genuína quanto essencial atividade estatal que entende pelo nome de “segurança pública” (art. 144 da CF/88). Ordem Pública, por sinal, que está a exigir do Supremo Tribunal Federal uma interpretação que lhe dê claro teor semântico e franca operatividade.

Ainda, para o Ministro Ayres Brito, segurança pública, sob o aspecto jurídico, significa:

[...] o afastamento, por meio de organizações próprias, de todo o perigo ou mal capaz de afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou de direitos de propriedade dos cidadãos. É uma condição concreta proporcionada pelo Estado

⁵ É a prisão sem pena. Ocorre antes da condenação, visa garantir a finalidade processual, através da privação da liberdade física de uma pessoa. São: prisão preventiva, prisão em flagrante, prisão domiciliar e prisão temporária.

legal, através da garantia e preservação de direitos e liberdades individuais a serem alcançadas por seus cidadãos, na qual pode haver até mesmo uma limitação individual em detrimento do bem-estar de toda a sociedade.

O que fica claro nesse enunciado exarado pelo Supremo Tribunal Federal, é de que, a segurança pública limita, via de regra, a liberdade individual de forma que esta não ofenda a liberdade assegurada a todos os cidadãos de maneira geral, por isso costumamos dizer que o nosso direito acaba quando começa o direito do outro.

Neste aspecto, pode-se afirmar que a busca pela ordem pública e pela estabilidade social das relações humanas, no Estado Democrático de Direito, será obtido com auxílio das instituições policiais e de seus órgãos, os quais são os responsáveis pela manutenção desse Estado, em obediência a certa regulamentação de direitos e deveres que colocam a força policial como órgãos que detém a função e atribuições típicas de prevenir perigos, manter a ordem e a segurança da sociedade ordeira e organizada.

2.5 A DEFINIÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA A ONU

As Nações Unidas definem segurança pública humana como sendo:

“o termo que consegue conjugar as dimensões de paz, segurança e desenvolvimento”.

Isso pode ser interpretado como a ausência da violência em sociedade, à não existência de conflitos violentos, sendo que a expressão evoca os direitos fundamentais do ser humano, a governança, o acesso à saúde e à educação. O que vem ao encontro do que foi tratado na *Commission on Human Security* (2003). *Humman Security now: Potecting and empowering people New York: Commission on Human Security*, ou seja, de que cada indivíduo terá oportunidades e liberdade de escolha para alcançar seu próprio potencial; disso pode-se lembrar de Celso Furtado que, em sua premissa lembra:

“O desenvolvimento é uma construção coletiva, não basta anunciar um novo paradigma de segurança pública no Brasil, é preciso mobilizar a sociedade em torno dele”.

Da premissa de Celso Furtado verifica-se que a participação da sociedade é de suma importância para as questões relacionadas à segurança pública, isso em razão da prevenção, uma vez que, sem a prevenção não se faz segurança pública, como já foi dito. É aqui que os gestores pecam quando lidam com o tema segurança pública, poucos são os que acreditam que fazendo prevenção também se está fazendo segurança.

Pode-se até ir mais longe e afirmar que a prevenção reduz custo na gestão da segurança pública, fato que muitos ditos gestores da segurança não conseguem perceber, principalmente aqueles que vêm de órgãos operacionais das instituições encarregadas da prestação de serviços de segurança pública e que, por causas disso, não fazem gestão e, ao mesmo tempo, não fazem segurança, continuam fazendo ações como se estivessem no comando dos órgãos operacionais que dirigiam antes de assumir um posto de gestão.

Disso pode-se concluir que o conceito de participação social advindo da Constituição Federal de 1988, não é em vão, pois implica, no que se refere às políticas públicas, no envolvimento de muitos atores sociais, nas suas distintas etapas: elaboração, implementação, execução, monitoramento e avaliação das políticas selecionadas nas áreas mais diversas dos serviços públicos e que podem contribuir para melhorias, principalmente em se tratando de segurança pública. Nesse sentido, pode-se entender que a participação da sociedade ou de entes sociais é uma estratégia de gestão; e, mais que isso, um mecanismo capaz de transformar a cultura política nesta área.

Do exposto pode-se chegar à seguinte conclusão:

No cenário global, a segurança dos indivíduos e da vida em sociedade passa a ser vista como uma etapa essencial ao desenvolvimento das nações, independentemente de situação econômica, pois começa a se tornar prioridade, nas agendas políticas, criar condições para que todos tenham o direito a conviver em liberdade e sem violência.

Como esta dissertação versa também sobre as TIC na gestão da segurança pública, é importante conceituar tecnologia da informação e comunicação. Isso será analisado a seguir.

O capítulo três tratará das tecnologias da informação e comunicação, com foco na importância destas na gestão administrativa e

operacional da segurança pública, principalmente no que se refere à sua empregabilidade na instituição que está servido para o estudo de caso, a Polícia Civil.

3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

No transcorrer do desenvolvimento desta dissertação utilizar-se-á, muitas vezes, o termo tecnologia da informação, haja vista que assim eram conhecidas as tecnologias da informação e comunicações até pouco tempo atrás.

BATISTA (2004, p. 59), define: “Tecnologia da Informação é todo e qualquer dispositivo que tenha a capacidade para tratar dados e/ou informações, tanto de forma sistêmica como esporádica, independentemente da maneira como é aplicada”.

As tecnologias da informação e comunicação são aquelas que correspondem a todas as tecnologias que interferem e mediam os processos informacionais e comunicativos dos seres. E ainda podem ser entendidas como sendo “um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam, por meio das funções de hardware, software e telecomunicações, a automação e comunicação de processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem (WIKIPEDIA)”.

A gestão estratégica das informações, resultante da Tecnologia da Informação é parte integrante de qualquer estrutura organizacional de sucesso.

As tecnologias da informação e comunicação podem ser utilizadas em diversas atividades desenvolvidas pelo homem, podendo se destacar a automação das nossas indústrias; no comércio; no setor de investimentos; na educação, quando do desenvolvimento de processos que facilitam a aprendizagem, seja em aulas presenciais, ou através do ensino à distância; bem como a gestão administrativa e operacional das organizações, sejam elas públicas ou privadas.

Pode-se dizer que a principal responsável pelo crescimento e potencialização da utilização das tecnologias da informação e comunicação em diversos campos da atividade humana foi a popularização da Internet.

A comunicação é uma das principais necessidades do ser humano e algo que está presente nas nossas vidas, isso desde os tempos mais remotos. Trocar informações, registrar fatos, expressar ideias e emoções são fatores que contribuíram e contribuem para a evolução das formas de se comunicar, graças a isso chegamos à situação atual. E isso levou o homem a aumentar a sua capacidade de se relacionar, se aperfeiçoar e alcançar um estágio de conhecimento inacreditável.

3.1 CONCEITOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A tecnologia da informação e comunicação, ou TIC, é a área que utiliza as ferramentas tecnológicas com o objetivo único, ou seja, o de oportunizar e facilitar a comunicação e também alcançar um alvo comum de interesses, o conhecimento.

As tecnologias da informação e comunicação servem também para potencializar os processos de comunicação, assim como também podem revolucionar outros processos de interesse da humanidade, dentre eles os dos negócios, os de pesquisas científicas, dentre outros.

Na figura 1, apresentada a seguir, tem-se uma demonstração da evolução tecnológica iniciada com advento da eletrônica, a mãe de todas as demais tecnologias da informação e comunicação existentes hoje no mundo, isso por que a partir dela surgiram todas as demais, graças às pesquisas realizadas e que continuam sendo incentivadas e incrementadas, através da utilização dos mais diversos componentes eletrônicos que estão à disposição, para a realização das mais diversas experiências nas áreas tecnológicas. Costuma-se dizer que com a eletrônica e a informática se faz qualquer coisa no ramo científico e tecnológico.

Figura 1 - Bloco de construção de um Sistema de Informação.



Fonte: Coleção eletrônica básica do estado sólido (VALKENBURGH, 1985, v. 1, p. 3).

Tecnologia da informação e comunicação pode ser definida como sendo um conjunto de recursos tecnológicos, utilizados de forma integrada, com um objetivo comum. As tecnologias da informação e comunicação são utilizadas das mais diversas formas, na indústria, no comércio, no setor de investimentos, na educação, na segurança pública e nas mais diversas áreas de gestão.

Diante do que foi visto acima, entende-se interessante também realizar uma breve passagem pela evolução das TIC através dos tempos.

3.2 A EVOLUÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O desenvolvimento constante de hardware e software garante a operacionalização da comunicação e dos processos decorrentes em meios computacionais. No entanto, a popularização da Internet foi o fator preponderante que potencializou o uso das tecnologias da informação e comunicação em diversos campos do conhecimento humano.

Com o advento da Internet, novos sistemas de comunicação e informação foram surgindo no meio social mundial, possibilitando a formação da maior rede de comunicação que já se viu. As principais criações, até o momento, foram: o e-mail, o chat, os fóruns, a agenda de grupo online de comunidades virtuais, “*web can*”, dentre outros e que revolucionaram os relacionamentos dos seres humanos.

A utilização do trabalho colaborativo levou profissionais distantes um do outro, numa determinada área geográfica, a trabalhar em equipe sem nenhum problema. O intercâmbio de informações tem uma importância significativa porque possibilita a geração de novos conhecimentos e competências entre as instituições e os respectivos profissionais.

A necessidade de comunicação e da gestão desta “forçou” a integração das tecnologias da informação e comunicação, por isso entende-se interessante falar, em síntese, sobre esta integração.

3.3 A INTEGRAÇÃO DAS TIC NA POLÍCIA CIVIL DO RS

A integração das TIC se apresentou como uma necessidade de extrema necessidade para os seres humanos através dos tempos, desta necessidade surgiram novas formas de integração das tecnologias da informação e comunicação, as quais estão surgindo a cada dia, numa

evolução quase diária, e uma das áreas mais favorecidas com essas tecnologias da informação e comunicação, pode-se afirmar é a educacional. Tanto na educação presencial, como na educação à distância, por isso as tecnologias da informação e comunicação são vistas como potencializadoras dos processos de ensino, pois facilitam sobremaneira a educação e a aprendizagem. A razão disso tudo diz respeito aos procedimentos, métodos e equipamentos usados para processar e armazenar a informação e disseminá-las aos *stakeholders*.

As tecnologias da informação e comunicação não só facilitam a disseminação do conteúdo da comunicação, através da digitalização e da comunicação em redes (Internet), como agilizam a captação, transmissão e distribuição dessas informações, as quais podem assumir a forma de texto, imagem estática, vídeo ou som, bem como na forma de outros dados que possam ser manipulados.

Para uma melhor análise sobre a empregabilidade e utilização das tecnologias da informação e comunicação na gestão de várias atividades realizada pelo homem, dentre as quais pode-se, com certeza, incluir a segurança pública, entendeu-se como importante falar sobre os principais componentes dessas tecnologias.

3.4 COMPONENTES DAS TIC

A empresa de hoje e aquela que pretende alcançar o sucesso esperado, está ou deve estar vinculada totalmente à velocidade empreendida que as informações são processadas e assimiladas e, também, em consequência da rapidez que se exige para as tomadas de decisões, principalmente quando se trata da prestação de segurança pública, daí a importância significativa destas nesta área. Os componentes que fundamentam as TIC são os grandes precursores desse sucesso.

Segundo REZENDE e ABREU (2000, p. 76), a Tecnologia de Informação está fundamentada nos seguintes componentes:

- a) Hardware e seus dispositivos periféricos;
- b) Software e seus recursos;
- c) Sistemas de telecomunicações; e
- d) Gestão de dados e informação.

Como é de se notar, esses componentes, quando empregados em circuitos eletrônicos, elevam e potencializam a atuação de qualquer

empresa, sejam elas públicas ou privadas, pois agregam valor e capacidade de gerir processos e informações de forma muito eficiente.

3.5 AS TIC E A MELHORIA DOS PROCESSOS NA PC - RS

As Tecnologias da Informação e Comunicações geraram e continuam gerando muita inovação no mundo dos negócios. Com o surgimento dessas tecnologias os processos empresariais, que necessitam de confiabilidade, versatilidade, eficiência e eficácia, tornaram-se parte integrante das empresas que se presam e que visam a conquista de mercados, quando apresentam produtos de melhor qualidade.

Coa a utilização das tecnologias da informação e comunicação as melhorias vão se tornar evidentes e de forma rápida, não só no que envolve os processos, mas também estarão evidentes quanto aos produtos desenvolvidos pela empresa e, no caso da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, o principal produto é o inquérito policial, o qual, após ser concluído, é de pronto encaminhado ao Poder Judiciário, e se o inquérito não for de boa qualidade, provavelmente vai impedir a condenação de um criminoso.

3.6 O USO DAS TIC NA POLÍCIA CIVIL DO RS

A utilização das tecnologias da informação e comunicação e a maneira como as organizações públicas e/ou privadas, indivíduos e setores diversos da sociedade as utilizaram e isso influenciou profundamente o surgimento da atual “Sociedade da Informação (MAIA, 2003)”.

As tecnologias da informação e comunicação são tecnologias que necessitam de uma infraestrutura para que a sua plataforma computacional possa funcionar a contento, daí a necessidade de se conceituar hardware e software, em razão de que sem a presença destes, não se pode falar em tecnologia da informação e comunicação.

O hardware engloba todos aqueles dispositivos físicos e equipamentos utilizados no processo de informações. O termo “hardware” não se refere apenas aos computadores pessoais, mais também a equipamentos embarcados e produtos que necessitam de processamento computacional, como os dispositivos encontrados em equipamentos de diversas áreas, ou seja, todas as mídias de dados,

objetos tangíveis nos quais são registrados dados, desde folhas de papel até discos magnéticos.

A figura 2, apresentada a seguir, evidencia a memória central do computador, a conhecida Unidade Central de Processamento, a CPU, e apresenta um pouco do que foi proporcionado aos humanos a partir da sua descoberta.

Figura 2 - Serviços de Informações on line (Banco de Dados).



Fonte: Eletrônica básica do estado sólido (VALKENBURGH, 1985, v. 5, p. 5-152).

Já o software pode ser identificado como o segmento lógico necessário para que melhor se utilize os sistemas computacionais existentes e colocados à disposição dos usuários. É conceituado como sendo o conjunto de instruções e dados processados pelos circuitos eletrônicos do hardware.

As referências citadas anteriormente demonstraram que as tecnologias da informação e comunicação proporcionam grandes benefícios e oportunidades para a humanidade; mas, sem a interação do homem com a máquina, ou seja, do ser humano com as tecnologias, estes poucos resultados podem trazer, por isso fala-se a seguir sobre essa interação máquina/ser humano.

3.7 A INTERAÇÃO DOS USUÁRIOS E OS SISTEMAS COMPUTACIONAIS

Toda interação dos usuários com a “máquina” é realizada através do software, que só pode ser manipulado com a utilização da infraestrutura necessária para que o hardware possa desempenhar plenamente as suas funções e transformar o computador em algo de grande utilidade para o ser humano.

Ante ao exposto, conclui-se que software é uma sequência de instruções a serem seguidas e executadas pelos usuários, quando da manipulação, do redirecionamento ou da modificação de um dado e/ou informação ou até mesmo um acontecimento.

No caso, tudo é interpretado e executado por um processador, com fundamento em um programa correto e funcional, através de uma sequência lógica que segue padrões específicos e necessários para a perfeita integração de todas as tecnologias hoje existentes com o homem, isso para que este possa desenvolver todas as atividades que lhe são exigidas no transcorrer do exercício das mais diversas atividades profissionais que lhes são oportunizadas.

No próximo capítulo examinar-se-á a utilização das tecnologias da informação e comunicação na gestão da segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul.

4 AS TIC NA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Neste capítulo da dissertação pretende-se discorrer sobre os benefícios que a utilização das tecnologias da informação e comunicação podem oferecer para a gestão da segurança pública, quando bem empregadas por uma instituição que tem a atribuição de planejar e fazer o melhor possível para atender uma necessidade premente dos integrantes de uma sociedade que clama diuturnamente por uma necessidade básica para a sua sobrevivência nos dias atuais e que nada mais é do que o seu direito previsto na Constituição Federal, a segurança pública.

A dissertação faz um estudo de caso, através de um diagnóstico sobre uma instituição pública, a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, isso para diminuir a amplitude do trabalho e para tratá-lo de forma mais específica. Para isso pretende-se, como o foco principal é a gestão da segurança pública com a utilização das tecnologias da informação e comunicação, tratar esta instituição como uma filial integrante de uma empresa maior, a das tecnologias da informação e comunicação para os sistemas de gestão, de uma forma geral, entendeu-se por bem iniciar o capítulo tratando da questão referente aos Secretaria da Segurança Pública do Estado, a qual envolve uma empresa ainda maior, ou seja, o Estado, é este o entendimento que se deve ter quando se pretende fazer gestão pública de verdade.

Para começar este capítulo e levando-se em consideração a importância investimentos que devem ser realizados nesta área é que tratar-se-á a seguir sobre investimentos em TIC na segurança pública no RS.

4.1 OS INVESTIMENTOS EM TIC NA SEGURANÇA PÚBLICA NO RS

Os investimentos em tecnologia da informação e comunicação, na segurança pública não podem ser considerados luxo, mas sim uma necessidade, ainda mais em épocas em que fazer economia tem um significado muito importante, haja vista que o investimento aplicado terá um retorno garantido e de forma imediata e satisfatória.

Quando se elaborou o Projeto de Polícia Digital⁶, para a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, a certeza era de que o investimento proposto para este projeto, apesar de vultoso, teria um

⁶ É aquela polícia que está estruturada numa base computacional para dar uma solução rápida e eficiente aos seus processos administrativos e operacionais.

retorno rápido aos cofres públicos, haja vista que isso ocorreria em aproximadamente três anos, segundo cálculos feitos à época.

O investimento em tecnologia traz consigo uma série de consequências benéficas, todas em prol das instituições que as agregam, assim como para a sociedade de um modo geral. Aliás, esta deve ser a principal beneficiada, uma vez que é ela quem paga isso tudo, inclusive os salários dos funcionários públicos e que atuam diuturnamente nas instituições que recebem esta maravilha advinda da inteligência humana, chamada de tecnologia da informação e comunicação.

O retorno é imediato levando-se em consideração não só o legado que fica à disposição dos órgãos beneficiados, mas também pela motivação que estas tecnologias causam no ambiente organizacional, pois levam muita satisfação pessoal ao corpo de funcionários que labutam nesta área e que representam o Estado; o qual também sai beneficiado, assim como os seus gestores políticos, pois estes têm a oportunidade de poder apresentar e prestar um serviço altamente qualificado ao cidadão.

Como se referenciou acima, as tecnologias levam motivação e criam oportunidades no meio organizacional, daí a importância em se analisar este tema, motivação, como se procede a seguir.

4.2 A MOTIVAÇÃO EMPREENDIDA PELAS TIC NA SEGURANÇA PÚBLICA

Essa motivação organizacional não seria em consequência somente da aquisição de equipamentos, os quais seriam colocados à disposição dos funcionários, mas também pela necessidade de mexer com a qualificação dos funcionários que vão utilizar essas novas tecnologias para a execução do seu trabalho, pois é natural e até mesmo uma exigência que se faz e a torna necessária no ambiente funcional e organizacional que é no sentido que os funcionários devem receber, através dos treinamentos, uma melhor qualificação ou aperfeiçoamento profissional, uma vez que, “equipamento rima com treinamento”; isso quer dizer que cada vez que uma empresa faz investimentos em equipamentos, ela deve buscar treinamento para o seu quadro funcional, em razão de que, de nada adianta encher uma organização de equipamentos novos e modernos sem que o seu quadro funcional passe por uma rigorosa qualificação profissional. O treinamento para a utilização dessas novas ferramentas tecnológicas acaba levando motivação ao ambiente organizacional, melhorando o clima organizacional também.

Na administração pública não se pode e também não se deve pensar de forma diferente; inclusive, entende-se que as Instituições Públicas devem ser tratadas como se empresas privadas fossem, deve ser administradas desta forma; devem ser geridas até mesmo com mais eficiência do que acontece com as empresas particulares; com fiscalização mais rígida e realizada por órgãos que compõem a estrutura orgânica do Estado, mas que possam atuar de forma independente dos demais e que têm que passar por esta fiscalização.

Entende-se de suma importância a realização de uma análise, dentro do tema investimentos em tecnologia, sobre a questão quem envolve o propalado estado mínimo, haja vista as dificuldades financeiras que quase sempre são alegadas pelos gestores públicos que administram o ente federativo e que sempre estão alegando a falta de recursos para investimentos, fato que traz uma série de consequências à sociedade, levando está a ter que buscar no próprio seio, as alternativas para compor, em parte, esta situação; acabando por fazer às vezes do Estado, são subtributados, haja vista que pagam pontualmente seus impostos, mas têm que disponibilizar uma outra importância dos seus recursos para que, de forma forçada, possam ajudar o Estado a concretizar as suas obrigações.

O próximo capítulo versará sobre a gestão da segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul.

5 A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO RS

A gestão da segurança pública no estado do Rio Grande do Sul é realizada pela Secretaria da Segurança Pública, órgão político que detém a atribuição de planejar segurança pública, haja vista que o ocupante deste cargo de tamanha importância é exercido por alguém indicado pelo governador do Estado, fato que geralmente recai sobre a pessoa de um político, o qual, muitas vezes ou quase sempre, não possui nenhum conhecimento na área. Não raras vezes o cargo é ocupado por político que não obteve votos suficientes para exercer um cargo eletivo e, para não ficar na ociosidade, é beneficiado com um cargo no Poder Executivo.

A consequência é o que se vê no dia a dia, o cidadão que integra a sociedade ordeira, que paga em dia seus tributos e impostos, fica desprovido de um serviço adequado e que hoje pode ser considerado como de primeira necessidade, a segurança, basta observarmos a Pirâmide de Maslow.

A execução das atividades de segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul são atribuições das seguintes instituições públicas: Polícia Civil, Polícia Militar, Instituto Geral de Perícias, SUSEPE e Corpo de Bombeiros, todas “empresas” vinculadas à Secretaria da Segurança Pública e que possuem gestores também exercendo cargos políticos, uma vez que são indicados pelo Secretário de Estado da Segurança Pública ou pelo Governador do Estado e não raras vezes por políticos influentes.

5.1 A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E O ESTADO MÍNIMO

Assim como se entende que o Estado deve ser “mínimo⁷”, ou seja, o Estado deve ter poucos órgãos e empresas para administrar; aliás, sobre isso Adam Smith já dizia que “a função primordial do Estado é a de administrar a justiça e oferecer segurança”, conforme o que se vê a seguir:

⁷ É o estado de intervenção mínima. Este Estado cuidava apenas da segurança e da administração da justiça, deixando o provimento dos demais serviços aos indivíduos e empresas.

El primer deber Del soberano, el de proteger a la sociedad de la violència e invasión de otras sociedades independientes, solo puede ser cumplido mediante una fuerza militar em tiempo de paz y el empleo de la misma em tiempo de guerra es muy diferente em los diversos estádios de la sociedad, em las distintas etapas de su desarrollo (Adam Smith, 1776).

El segundo deber Del soberano, el de proteger em cuento Le sea possible a cada miembro de la sociedad contra la injusticia y opresión de cualquier meimbro de la misma, o el deber de establecer uma administración exacta de la justicia, también rquiere um gasto muy distinto em los diversos estádios de la sociedad (Adam Smith, 1776).

Adam Smith vai além e cita ainda que:

La libertad de cada indivíduo, la sensación que tiene de su própria seguridad, depende de uma administración imparcial de la justicia (Adam Smith, 1776).

[...]

Depués de las obras e instituciones públicas necesarias para la defensa da la sociedad y la administración de la justicia, ya mencionadas, las demás obras e instituciones de esta clase son fundamentalmente las que facilitam el comercio de la sociedad y las que promueven la instrucción Del pueblo. Las instituciones docentes so de dos clases: las destinadas a la educación de la juventud y las destinadas a la instrucción de las personas de todas las edades (Adam Smith, 1776).

Do supramencionado fica evidente, portanto, que os demais serviços que a sociedade necessite devem ser prestados por empresas privadas, as quais devem pagar seus tributos, impostos e prestar um serviço eficaz, eficiente e de muita qualidade a essa sociedade como um todo. Se assim fosse, não se estaria enfrentando problemas como os que se enfrenta atualmente, como o caso da PETROBRÁS, e outros que foram enfrentados, no passado, pelo próprio Estado do Rio Grande do Sul, dentre os quais se podem citar os seguintes: os da Companhia Rio-

Grandense de Telecomunicações – CRT e da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, dentre outros.

No entanto, é do conhecimento de todos que, muitas vezes, a questão política fala mais alto do que a econômica e coisas acontecem em prejuízo do Estado e, por via de consequências, da sociedade ordeira como um todo, principalmente.

A seguir, como a dissertação tem por objetivo tratar do uso das tecnologias da informação e comunicação na gestão da segurança pública, faz-se uma pequena explanação sobre este tema.

5.2 A GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO RS

A questão da gestão de empresas, sejam elas públicas ou privadas, é um tema atual e que exige uma discussão quase que permanente, isso devido a sua importância. Toda a empresa que se preze deve possuir um planejamento organizacional, o qual deve ser seguido de um planejamento estratégico⁸, isso para que se possa ter um norte a ser seguido, para que possa chegar aonde se quer chegar; para isso todos os gestores públicos, principalmente os governantes de um Estado e de um País, devem exigir dos seus assessores que ao assumirem uma empresa pública, uma “filial” de empresa pública, de imediato verifiquem a existência ou não de um planejamento organizacional e de um planejamento estratégico na empresa “filial” que vai administrar. Julga-se que esta atitude e este procedimento deve ser adotado por todas as secretarias que compõem a estrutura orgânica do Estado, inclusive estas devem ser consideradas “empresas filiais” da empresa maior que é o próprio Estado. Entende-se também que o Governador de um Estado, como gestor mor, deve exigir que assim se proceda, tendo em vista o sucesso da sua gestão, haja vista que o Estado, quando administrado como empresa dá lucro.

Caso não exista um planejamento organizacional e um planejamento estratégico, que seja providenciado a elaboração destes e de forma imediata; se desatualizados que sejam atualizados de pronto; haja vista que um planejamento organizacional e um planejamento estratégico devem ser elaborados para curto, médio e longo prazo.

⁸ É um processo gerencial que se refere à formulação de objetivos para a seleção de programas de ação e para a execução, levando em conta as condições internas e externas à empresa e sua evolução esperada.

Podendo, portanto, estes serem atualizados sempre que a administração ou gestão entender necessário.

Entende-se o planejamento estratégico como sendo uma Constituição Empresarial, assim como um país, um Estado e um município deve ter a sua constituição, com uma empresa não seria diferente, esta deve ter a sua constituição que nada mais é do que o seu planejamento estratégico e este, assim como uma constituição, também deve vir do Poder Originário, isto é das suas bases, ou seja, deve ser elaborado com a participação de todos os seus *stakeholders*, isso para que seja respeitado e tenha supremacia perante todos que integram a empresa.

O entendimento que se tem e que visa facilitar a cobrança por parte do gestor mor sobre estas questões, é de que os governantes devem, ao mesmo tempo, estipular regras no sentido de que nenhuma empresa pública, sob sua gestão governamental, receba recursos para realização da execução de algum projeto, se não possuir um excelente planejamento organizacional, assim como um excelente planejamento estratégico. Estes planejamentos devem ser documentados e formalizados e entregues aos gestores mores e, ao final de cada gestão e, devem ser repassados sob carga ao novo gestor que assume o órgão estatal a cada final e transmissão de uma gestão. O ideal é que essa determinação venha de cima, que parta da vontade e aplicação da alta gestão.

Assim como as organizações, os órgãos que compõem a estrutura orgânica destas devem, da mesma forma, possuir o seu planejamento organizacional e o seu planejamento estratégico, para que a direção da instituição pública possa ter em mãos, de forma rápida e a hora que for necessário, o que cada um dos seus gestores irá realizar em benefício da instituição que administram e da sociedade.

Os gestores dessas empresas são, a final, servidores públicos, mas no exercício, por delegação, de cargos de gestão; portanto, são devedores de satisfação sobre os seus atos; aqueles atos que praticam em nome do Estado e que são de interesse da sociedade, haja vista a existência da Lei da Transparência, e isso uma constante, algo rotineiro na gestão pública e deve ser estabelecido de forma que possa ser acessado a qualquer tempo pelo cidadão que tenha interesse nessas informações.

A figura 3, que se situa logo abaixo, mostra a Pirâmide do Planejamento, onde pode-se verificar a existência de três tipos principais de planejamento, que são: o planejamento estratégico, o planejamento tático e o planejamento operacional, todos de suma importância para

qualquer organização e principalmente para os gestores dessas empresas, pois é com base nesses planejamentos que serão tomadas as principais decisões de interesse da empresa, decisões estas que têm que ser tomadas pela alta gestão.

Figura 3 - Os três tipos de planejamento: estratégico, tático e operacional.



Fonte: < <http://tvhumana.com/2014/09/03/planejamento-estrategico>>

5.3 A GESTÃO OPERACIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA NO RS

A gestão operacional da segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul é atribuição dos órgãos citados anteriormente, ou seja, a segurança pública deve ser realizada pela Polícia Civil, Polícia Militar, SUSEPE, Instituto Geral de Perícias e Corpo de Bombeiros; portanto, cabe aos gestores dessas instituições traçar diretrizes no sentido de que possam atender da melhor maneira possível os anseios da sociedade em se tratando de segurança pública.

No próximo capítulo fara-se uma análise da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul como instituição prestadora de serviços de segurança pública.

6 A POLÍCIA CIVIL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul é um órgão vinculado, uma “empresa filial”, à Secretaria da Segurança Pública que detém atribuições de prestação de serviços de segurança pública à sociedade gaúcha. É uma instituição criada por lei que, de acordo com o que consta no art. 2º da Lei nº 10.994, de 18 de agosto de 1997, a qual estabelece que:

Art. 2º - À Polícia Civil, instituição permanente do Estado, incumbe o exercício, com exclusividade, das funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Art. 4º - Compete à Polícia Civil:

IV – zelar pela ordem e segurança pública, promovendo ou participando de medidas de proteção à sociedade e ao indivíduo;

V – colaborar para a convivência harmônica da sociedade, respeitando a dignidade da pessoa humana e protegendo os direitos coletivos e individuais.

VI – adotar as providências necessárias para evitar perigo ou lesões às pessoas e danos aos bens públicos e particulares;

6.1 A ESTRATÉGIA NA POLÍCIA CIVIL – RS

A estratégia corresponde à definição do propósito da Organização ou, por outras palavras, representa o conjunto de decisões e ações a adotar pela Organização e visam proporcionar aos clientes mais valor que o oferecido pela concorrência. (GARCIA, 2013, P. 33).

Entende-se que uma empresa pública como a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, deve possuir formalizado e de forma física o seu planejamento organizacional, assim como o seu planejamento estratégico, que com tenham as suas estratégias, as suas metas e os seus objetivos, e que este seja motivo de orgulho institucional e que se faça constantemente inovações tecnológicas em sua gestão administrativa e operacional. Lembra-se de uma ocasião em que um grupo de delegados recebia instruções na Academia da Polícia Civil - ACADEPOL e que, em dado momento, estes foram questionados sobre qual seria o objetivo permanente da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul?

A resposta veio em seguida, através de um silêncio total. É lamentável, é triste, mas é verdade. Apesar de ser uma instituição quase bicentenária, com mais de cento e setenta anos de existência e que, ainda não possui um planejamento organizacional e um planejamento estratégico, por isso não tem um norte a ser seguido, ou aonde se quer chegar como instituição pública.

Isto traz dificuldades na área da gestão administrativa e operacional, haja vista que ao elaborar qualquer projeto, ou até mesmo um planejamento operacional, por exemplo, se tem dificuldades na sua execução, devido ao fato de não se saber o que realmente a alta gestão pretende ou tem como interessante para a instituição seguir, para onde esta deva ir, ou onde deve ou pretende chegar.

Para muitos gestores que administraram a instituição isso que acaba de ser comentado se resolveria com a concessão, por parte do Governo do Estado, à Polícia Civil, da autonomia administrativa⁹ e financeira¹⁰. Ledo engano, algo mais deve ser concretizado em se tratando de organização da instituição, somente após a implementação destas ferramentas de gestão é que a instituição estará preparada para ter a sua autonomia administrativa e financeira; portanto, não basta ter essa autonomia se não tem organização.

Como se nota, entende-se de forma diferente, para que esta conquista seja facilitada e alcançada, tem-se que primeiro organizar a instituição, fazer gestão de verdade, inovar em todos os sentidos, principalmente no que se refere à sua estrutura orgânica, mudar a legislação, criar mecanismos de controle administrativo e operacionais mais rígidos, modernos e mais eficientes, para isso nada melhor do que possuir um excelente planejamento estratégico.

Como se falou até aqui em planejamento estratégico, entendeu-se por bem fazer uma síntese sobre esta ferramenta de gestão.

⁹Autonomia administrativa é o poder de praticar atos administrativos verticalmente definitivos, atos finais, no sentido de que constituem a última palavra da administração, nessa qualidade insusceptíveis da censura por outros órgãos administrativos, e só sindicáveis pelos tribunais administrativos.

¹⁰ Autonomia financeira é a capacidade de elaboração da proposta orçamentária e de gestão e aplicação dos recursos destinados a prover as atividades e serviços de órgão titular da dotação (HUGO NIGRO MAZILLI).

6.2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Michel Porter, consultor e professor da *Harvard Business School*, considerado uma autoridade mundial em estratégia competitiva, definiu os fundamentos da competição e da estratégia competitiva e é conhecido por estabelecer a ponte entre a teoria econômica da gestão e a sua prática, conseguindo transmitir a verdadeira essência da competição.

Porter inicia a sua análise ao nível de uma indústria singular, dissecando as fórmulas de negócios para empresas diversificadas:

A estrutura, a evolução e os meios pelos quais as empresas ganham e mantêm a sua vantagem competitiva são pontos fundamentais da competição, sendo que a diversificação deve interligar a competição nos negócios individuais.

Fica aqui o entendimento de que uma empresa, seja ela pública ou privada, para manter a sua competitividade deve ter como pontos fundamentais dessa competição a sua estrutura e a sua evolução, deve estar atenta e em constante atualização organizacional, bem como acompanhando a diversificação e evolução.

O planeamento estratégico constitui uma das mais importantes funções administrativas, onde o gestor e sua equipe estabelecem os caminhos para a organização da empresa, a condução da liderança e o controle das atividades.

O entendimento é de que o ponto mais importante das colocações realizadas por Michel Porter, e vai-se mais longe, o gestor é, dentro de uma empresa, o líder maior, o maestro; todos esperam muito deste administrador, mas se ele não tiver em suas mãos um excelente planeamento estratégico, ele até pode fazer alguma coisa, mas terá dificuldades; sua gestão nunca será uma perfeição, até mesmo porque, tudo o que se pretende fazer é um projeto, seja ele na esfera administrativa ou operacional e um projeto não tem bom resultado se não for bem concebido e gerenciado. Fica claro, portanto, que sem um planeamento estratégico não se estabelece caminhos. Se não se tem um norte aonde chegar, se é um barco à deriva. Lembra-se aqui do cantor espanhol Antônio Machado que em uma das suas canções diz: “Para um caminhante no há caminho, caminho se hace ao andar”. Disso conclui-se que primeiro tem que se elaborar o planeamento estratégico para depois fazer gestão, isso para saber para onde se quer ir ou chegar,

administrativamente ao fazer gestão. No caso, não adianta fazer um planejamento estratégico com imperfeições, pois se isso acontecer é melhor nem tentar fazê-lo ou implementar um planejamento estratégico defeituoso, pois logo isso será detectado e a gestão não terá crédito de seus subordinados.

6.3 OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA PC – RS

O objetivo primeiro do planejamento é fornecer aos gestores e suas equipes uma ferramenta de informações para a tomada de decisão, ajudando-os a atuar de forma a atender as mudanças que ocorrem no dia a dia.

O aprendizado é de que sem um planejamento estratégico não se obtém sucesso em gestão, pode até se fazer alguma coisa, mais fica difícil deixar um legado, haja vista que o planejamento é a ferramenta que vai ditar, ao gestor, os caminhos que ele deve seguir nas suas tomadas de decisão. No caso da polícia, decisões na esfera administrativa e operacional.

Michel Porter afirma que “uma empresa sem planejamento pode se transformar em uma folha seca, que se move ao capricho dos ventos da concorrência”. De fato:

“o administrador que não exerce a sua função de planejador acaba por se concentrar no planejamento operacional, agindo como um bombeiro que vive apagando incêndios, sem enxergar a causa”.

Michel Porter foi muito feliz nas suas colocações, com as quais se concorda plenamente, uma vez que se sabe que fazer a gestão administrativa e operacional dos órgãos que compõem uma instituição desta área é muito difícil quando não há um planejamento estratégico, quando o gestor maior não deixa bem entendido o que pretende da sua gestão.

Mas como evitar a armadilha do imediatismo na administração? Como garantir um tempo, no corre-corre do dia-a-dia, para planejamento dentro da empresa? Como definir um planejamento realista diante das mudanças que ocorrem numa velocidade tão grande?

As respostas para essas perguntas não são simples e podemos afirmar que o crescimento das organizações está cheio de acidentes e eventos imprevisíveis. É inegável que as empresas que crescem e

conseguem competir no mercado possuem algo mais do que sorte e o que determina seu sucesso é a capacidade de se adaptar às mudanças do ambiente, antecipando-se aos seus concorrentes.

6.4 COMO A PC – RS PODE UTILIZAR OS INSTRUMENTOS DO PE

Saber utilizar os instrumentos do planejamento de forma coerente, adaptando-os à realidade da empresa e às suas necessidades, pode ser uma excelente arma competitiva, mas é importante que os gestores conheçam os elementos do planejamento, suas funções¹¹, as mudanças que estão ocorrendo no contexto competitivo e as que influenciam na prática do planejamento, lançando alguns desafios para a gestão nas empresas.

O diagnóstico estratégico é o primeiro passo do planejamento organizacional e é nessa etapa que a organização obterá as informações para guiá-la em seu direcionamento estratégico, devendo estar pronta para captar e atualizar o conhecimento do ambiente e de si própria, visando identificar e monitorar as variáveis competitivas que afetam seu desempenho.

6.5 A IMPORTÂNCIA DE UM PE NA POLÍCIA CIVIL – RS

Muitos administradores podem até não gostar do supramencionado, podem alegar, como alegam, e este filme já passou várias vezes, “de que é perda de tempo tratar deste assunto, que estão cheios de serviço e que não podem doar alguns minutos, ou até mesmo horas do seu tempo sagrado, para elaborar um Planejamento Estratégico para o órgão onde são gestores”, mas tenham a certeza de que é melhor trabalhar num órgão organizado do que num local onde prevalece uma desorganização total.

O Planejamento Estratégico possibilita a criação de estratégias de gestão que levam as empresas que as adotam a patamares nunca vistos anteriormente, assim como a adoção da gestão de processos, da gestão por processos; além de possibilitar a adoção de medidas inovadoras na empresa; inovação, esta palavrinha mágica, que tem uma importância significativa em qualquer empresa, principalmente nas empresas que

¹¹ É o direito ou dever de agir, atribuído ou conferido por lei a uma pessoa ou a várias, a fim de assegurar a vida da administração pública ou o preenchimento de sua missão, segundo os princípios instituídos pela própria lei (DE PLÁCIDO, 1996)

atuam na área da segurança pública, estas são as que necessitam constantemente de inovação, inovação administrativa, inovação operacional, inovação em ações, principalmente; basta observar o que ocorre no Vale do Silício¹², sede mundial da inovação. Além do que foi citado, o Planejamento Estratégico ajuda na elaboração das metas e objetivos a serem cumpridos dentro de determinados prazos, em prol da segurança do cidadão ordeiro, do cidadão de bem, como queiram.

Para o Professor Luiz Carlos Dias Garcia, em Planejamento Estratégico, Teoria e Prática, 2013, p. 21 e 22:

“Planejamento Estratégico integra ideias e viabiliza as ações para a Organização, tendo como propósito estabelecer políticas, objetivos e projetos para os períodos de curto, médio e longo prazo, identificando e atendendo as necessidades das partes interessadas (*Stakeholders*)”.

Esta é, para o Professor Luiz Carlos:

“[...] a importância do Planejamento Estratégico, o qual poderá desenvolver um processo de modernização de uma gestão, fortalecendo a posição organizacional, imprimindo sinergia no cumprimento de sua missão e elevando o grau de reconhecimento junto a seus clientes e demais partes interessadas”.

O professor define Planejamento Estratégico, em Planejamento Estratégico Teoria e Prática, 2013, p. 23:

“Como o processo mediante o qual a Organização estabelece sua identidade organizacional, analisa seus ambientes externos e internos, atuais e futuro, e elabora estratégias orientadas para a sua sustentabilidade.

Esses caminhos são traduzidos em políticas, diretrizes, objetivos e projetos estratégicos a ser perseguidos e monitorados, maximizando os

¹² Uma região de terra ao Sul de São Francisco. “Silício” se refere aos fabricantes de chips de silício que dominavam a região nos anos 1970 e “Vale” se refere ao Vale de Santa Clara, para Sul da Baía de São Francisco (PISCIONE, 2014).

resultados para as partes interessadas, à luz da visão do futuro.

É o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida pela empresa, visando ao otimizado grau de interação com o ambiente e atuando de forma inovadora e diferenciada.

Nas organizações públicas, aconselha-se a inserção de representantes de todos os níveis hierárquicos, visando à busca do comprometimento de todos, haja vista que os mais altos escalões, possuem gestão efêmera, trocam com mais frequências. (pág. 39”).

6.6 GESTÃO ORGANIZACIONAL DA POLÍCIA CIVIL – RS

A gestão organizacional de qualquer empresa, seja ela uma empresa privada ou uma empresa pública, como o caso da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, é de suma importância, haja vista que hoje qualquer empresa que pretende prosperar e se firmar nesse mundo competitivo deve prezar, em primeiro lugar pela sua estrutura orgânica, a qual deve estar alicerçada no seu planejamento estratégico, o qual deve, para a sua elaboração, a participação de todos os seus *stakeholders*, desde a alta gestão aos mais humildes deles. Este planejamento, após a sua formalização deve ser apresentado fisicamente para todos, de forma transparente, isso para que todos fiquem sabendo qual o norte que devem seguir em prol da empresa.

O capítulo seguinte terá como tema a inovação, isso deve-se ao fato de que se entende que, devido à situação atual da segurança pública em nosso país e no Rio Grande do Sul, haja vista os problemas que a instituição enfrenta no seu dia a dia, as instituições que detêm a atribuição de execução da segurança, têm um motivo a mais para se preocuparem, criar novas formas para enfrentar a violência e a criminalidade sem se descuidar da suas situações organizacional e, para isso, uma das únicas saídas, talvez seja, a de apelar para a inovação, principalmente a inovação organizacional.

7 INOVAÇÃO NA GESTÃO DA POLÍCIA CIVIL - RS

Inovação não pode ser considerada simplesmente uma palavra do momento, ou da moda, haja vista que inovação, hoje em dia, mais do que nunca é importante para qualquer empresa, poucos gestores discordariam disso, em razão de que inovação é um imperativo do mundo dos negócios. A inovação deve ocorrer nas mais diversas áreas de uma empresa, começando até mesmo pela adequação da sua estrutura orgânica aos novos tempos, sempre no sentido de criar e agregar valores.

Para CRAINER (2014, p. 1) “A palavra *innovare* apareceu pela primeira vez em meados do século XVI. Vem do latim *innovatus*, que significa “renovado”. “Alterado”, do verbo *innovare*, composto de *in* (“dentro dele”) e *novare* (“fazer novo”). Em outras palavras, inovação é encontrar novas formas de mudar as coisas. Uma definição bastante útil de inovação é “a criação de um novo valor”.

Para TIGRE (2014, p. 199) “Uma inovação organizacional pode ser definida como a implementação de um novo método organizacional na rotina operacional de uma empresa, na organização do trabalho ou em suas relações externas”.

Ainda para TIGRE (2014, p. 200) “As mudanças organizacionais constituem um complemento indispensável das inovações tecnológicas voltadas a processos industriais. A influência é mútua, pois, por um lado, a tecnologia precisa ser customizada para um contexto microinstitucional específico e, por outro, as empresas precisam transformar suas rotinas e processos organizacionais para efetivamente incorporar as oportunidades abertas pela inovação tecnológica. Tanto o *technology push* quanto o *demand pull* atuam nesses casos, contribuindo para um processo dinâmico de aprendizado, adaptação e rotinização”.

TIGRE (2014, p. 200) lembra que “As mudanças organizacionais costumam ser mais difíceis de implementar do que as mudanças tecnológicas pois requerem alterações em processos de negócios, mudanças nas cadeias hierárquicas de comando e controle, novas formas de acesso a informações e reformulação em rotinas e estruturas de poder cristalizadas nas empresas ao longo dos anos. Quanto mais rígida a estrutura da organização, mais difícil se torna a introdução de mudanças organizacionais. Geralmente empresas ou plantas industriais novas conseguem tirar melhor proveito de uma inovação do que outras mais antigas, pois criam desde o início as condições organizacionais adequadas para incorporá-la. As empresas organizadas de forma mais

tradicional, em contraste, acabam tendo que passar por um processo de “desaprendizado” para substituir práticas organizacionais obsoletas”.

7.1 A GESTÃO DA INOVAÇÃO EM UM ÓRGÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul se recente de muita inovação, tanto na área de gestão como na área tecnológica, isso para que possa permanecer na corrida entre àquelas empresas públicas que desejam permanecer no mercado, com um serviço de qualidade e que, com isso, possa ter o pleno reconhecimento social como empresa importante nesse contexto.

A inovação deve ocorrer, nessa instituição, na área organizacional, de produto, de processos, de tecnologias e de técnicas. Para que melhor se entenda esta necessidade, ache-se interessante conceituar inovação.

Para Tigre (2014: 74), atualmente, a referência conceitual e metodológica mais utilizada para analisar o processo de inovação é o Manual de Oslo, que adota um conceito de inovação mais amplo. Para avaliar a inovação em países em desenvolvimento, nos quais a inovação depende menos de P&D do que em países avançados, utiliza-se o Manual de Bogotá.

Rogers e Shoemaker (1971) definem inovação como “uma ideia, uma prática ou um objeto percebido como novo pelo indivíduo”. Essa interpretação, por sua abrangência, é coerente com o conceito schumpeteriano, pois não associa necessariamente a inovação ao conhecimento tecnológico. Tampouco ela precisa ser nova para os competidores ou para o país. Na prática, muitas inovações são frutos da experimentação prática ou da simples combinação de tecnologias existentes, visando criar valor a um negócio. Isso inclui, além do desenvolvimento de novos produtos e processos, as atividades de criação de um novo mercado antes inexistente, a exploração de uma nova fonte de suprimento e a modificação dos métodos de organização da produção. Esse conceito abrangente de inovação é útil para abordar a gestão tecnológica e organizacional por estar diretamente focada na melhoria das condições de competitividade no mercado (TIGRE, 2014).

As inovações organizacionais, por sua vez, referem-se a mudanças que ocorrem na estrutura gerencial da empresa, na forma de articulação entre suas diferentes áreas, na especialização dos trabalhadores, no relacionamento com fornecedores e clientes e nas

múltiplas técnicas de organização dos processos de negócios (TIGRE, 2014).

De acordo com a PINTEC, “produto tecnologicamente novo é aquele cujas características fundamentais diferem significativamente de todos os produtos previamente produzidos pela empresa”. Inclui também o aperfeiçoamento tecnológico e produto previamente existente, cujo desempenho foi substancialmente aprimorado por meio da utilização de novas matérias-primas ou componentes e subsistemas de maior rendimento. Dessa definição são excluídas as mudanças puramente estéticas ou de estilo e a comercialização de produtos novos integralmente desenvolvidos e produzidos por outra empresa.

Para Tigre (2014, p. 75), as inovações de processos referem-se a “forma de operação tecnologicamente novas ou substancialmente aprimoradas, obtidas pela introdução de novas tecnologias de produção assim como de métodos novos ou substancialmente aprimorados de manuseio e entrega de produtos. Os resultados das inovações de processos devem lateral significativamente o nível de qualidade do produto e/ou reduzir custos de produção e prazos de entrega. São excluídas as mudanças rotineiras nos processos produtivos existentes e aquelas puramente administrativas ou organizacionais.

As inovações de processo geralmente estão associadas a novos investimentos produtivos. Uma nova planta industrial usualmente incorpora equipamentos de processo mais inovadores, o que torna a modernização de uma indústria dependente de seu ritmo de crescimento. Países em rápido desenvolvimento industrial como a China, têm a oportunidade de introduzir tecnologias no estado da arte. Já em setores industriais maduros ou indústrias localizadas em países ou regiões estagnadas, as empresas tendem a inovar de forma incremental, de forma a preservar o capital fixo instalado. O baixo crescimento de demanda leva as empresas a aproveitar o *vintage capital* já amortizado, uma estratégia que pode excluí-las do mercado no longo prazo.

Para Tigre (2014, p. 74), do ponto de vista conceitual, é necessário diferenciar tecnologia e técnicas. A tecnologia pode ser definida como conhecimento sobre técnicas, enquanto técnicas envolvem aplicações deste conhecimento em produtos, processos e métodos organizacionais. Outra definição importante é feita entre invenção e inovação. A invenção se refere à criação de um processo, técnica ou produto inédito. Ela pode ser divulgada através de artigos técnicos e científicos, registrada em forma de patente, visualizada e simulada através de protótipos e plantas piloto sem, contudo, ter uma

aplicação comercial de sucesso. Já a inovação ocorre com a efetiva aplicação prática de uma invenção.

7.2 A INOVAÇÃO E A ESTRATÉGIA COMPETITIVA NA PC - RS

As múltiplas incertezas que cercam a atividade econômica levam as empresas a desenvolverem, explícita ou implicitamente, estratégias competitivas que facilitem seu posicionamento nos mercados em que atuam. As estratégias são fundamentadas na avaliação das ameaças e oportunidades externas e da capacidade interna da firma de responder a estes desafios e influenciar o ambiente externo. Ela pode ser definida como “a seleção e implantação de um conjunto de objetivos com vistas a adaptar a empresa ao ambiente externo ou modificar este ambiente para melhorar suas chances de sucesso”. (Coombs et al. 1992:9)

O próximo capítulo, vai proporcionar uma síntese do que se pretendia com a implementação do Projeto Polícia Digital no Estado do Rio Grande do Sul.

8 A POLÍCIA DIGITAL NO RS

O Projeto Polícia Digital, teve a sua origem no Departamento Estadual de Telecomunicações – DETEL, Departamento que integrava até pouco tempo a estrutura orgânica da polícia gaúcha.

A intenção era a de trazer inovação tecnológica para dentro da Polícia Civil, através das tecnologias de informação e comunicação. Mais uma vez levou-se um banho de água fria, como se diz na gíria, até hoje o projeto não foi concluído como foi elaborado, uma vez que a pretensão só traria benefícios à instituição e à sociedade.

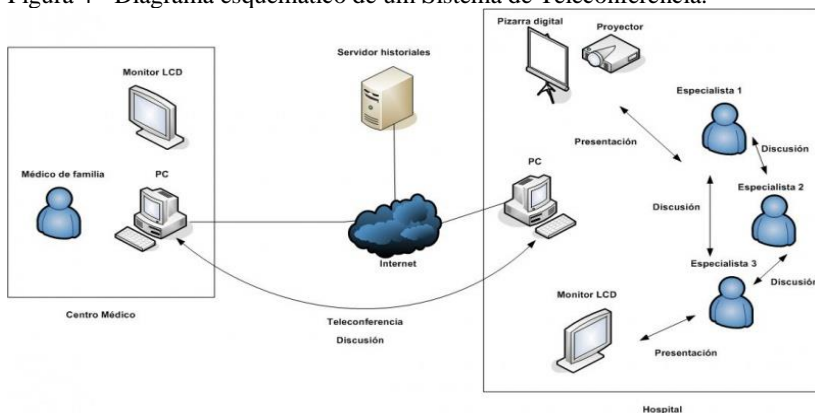
O projeto estava consubstanciado, em primeiro lugar, na inovação tecnológica para a área administrativa e operacional da instituição, com a adoção de vários sistemas de comunicações, haja vista que se tem em mente que a tecnologia, além de melhorar a qualidade dos serviços (QoS) prestados pela polícia, traria motivação aos funcionários, aumentaria a produtividade, principalmente na área operacional e, o que se julga mais importante, além de resultar em economia para os cofres públicos, haja vista que logo os empreendimentos estariam pagos, segundo os cálculos realizados na época.

Um dos primeiros projetos que foi planejado era a dotação de um sistema de teleconferência no âmbito da instituição, haja vista a grande contribuição que esta tecnologia traria para melhorar a qualidade dos produtos que esta ferramenta ajudaria a Polícia Civil a produzir de forma rápida e eficiente.

8.1 A TELECONFERÊNCIA NA PC – RS

Na figura 4, abaixo, será realizada a mostra de alguns equipamentos que integram um sistema de teleconferência e que devem ser adquiridos caso se pretenda implementar esta ferramenta importantíssima na Polícia Civil.

Figura 4 - Diagrama esquemático de um Sistema de Teleconferência.



Fonte: <<http://emina.tel.uva.es/mediawiki/index.php/Usuario:E71650979e>>

Na oportunidade se aproveitaria a fibra óptica disponível e subutilizada, no Estado. Era pretensão dotar a instituição de um sistema teleconferência, para a realização de reuniões de tomadas de decisões da alta gestão da instituição, à distância.

Como exemplo pode-se citar do Chefe de Polícia, do Departamento de Polícia do Interior¹³ – DPI; das Delegacias de Polícia Regionais – DPR; órgãos de gestão que estão sediados na Capital e no Interior do Estado. O Chefe de Polícia é o gestor principal da instituição; já as Delegacias Regionais de Polícia, bem como os demais órgãos policiais de atuação no interior, estão subordinadas¹⁴ administrativamente a esse Departamento, que tem sua sede administrativa na Capital do Estado, em Porto Alegre, também haveria a possibilidade da realização de reuniões entre as Delegacias de Polícia Regionais¹⁵ e as suas subordinadas, ou seja, as Delegacias de Polícia – DP, que integram a estrutura orgânica de uma determinada Regional.

¹³ Departamento de Polícia do Interior é o Departamento encarregado de coordenar administrativa e operacionalmente os órgãos policiais sediados no interior do Estado.

¹⁴ Que estão subordinados administrativa e operacionalmente a um órgão de hierarquia superior.

¹⁵ É o órgão policial sediado no interior do Estado e que está encarregado de coordenar administrativa e operacionalmente as Delegacias de Polícia que estejam situadas na sua circunscrição.

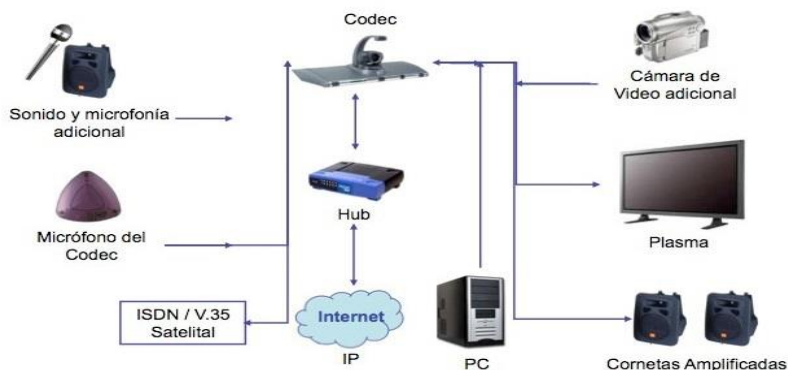
Isso reduziria as despesas do Estado com a utilização de diárias de viagem, reduziria os gastos com combustível, reduziria o desgaste das viaturas policiais, aumentando a vida útil desses veículos, bem como diminuiria o risco de acidentes, onde, muitas vezes, os envolvidos ficam impossibilitados de exercer as suas atividades laborais por um determinado lapso temporal, quando não ficam impossibilitados de trabalhar para o resto das suas vidas, devido às sequelas que podem resultar de um acidente; aposentam-se por acidente do trabalho e se aposentam precocemente, onerando o erário.

Outro projeto que foi elaborado e planejado é o de videoconferência, ferramenta de suma importância para uma instituição policial que detém a atribuição de prestar serviços de excelência na área da segurança pública.

8.2 A VIDEOCONFERÊNCIA NA PC -RS

Na figura 5, que abaixo será demonstrada, é apresentado um rol de equipamentos necessários para a implantação de um sistema de videoconferência, também de suma importância para uma instituição que presta serviços de segurança pública.

Figura 5 - Diagrama esquemático de equipamentos utilizados em um Sistema de Videoconferência.



Fonte: <http://auvision.com/imagenes/DIAGRAMA/POP12.htm>

A videoconferência, da mesma forma, é uma ferramenta tecnológica que teria uma importância significativa na gestão administrativa e operacional da segurança pública, em razão de que

haveria um ganho de qualidade, rapidez, eficácia e eficiência nas atividades de competência dos órgãos encarregados deste mister, mesmo que se tenha que alterar a legislação vigente, pois esta tecnologia possibilita a realização de oitivas, interrogatórios, reconhecimento de pessoas e criminosos, à distância.

A utilização destas tecnologias é fundamental na gestão administrativa e operacional dos organismos que atuam na segurança pública e que detém a atribuição estatal para a prestação de um serviço de qualidade nesta área.

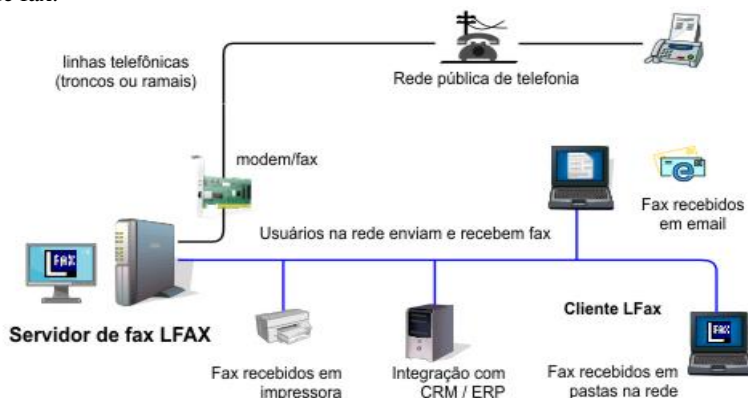
Na época, em razão do gasto elevado que se tinha com a utilização de aparelhos do tipo fac-símile, assim como a péssima qualidade da impressão dos documentos que eram transmitidos e recebidos, achou-se por bem introduzir no âmbito da Polícia Civil um sistema gerado por software para as transmissões de fax.

8.3 SOFTWARE PARA A TRANSMISSÃO E RECEPÇÃO DE FAX NA PC – RS

Pretendia-se acabar com a aquisição de aparelhos de fac-símile (fax) e dotar a polícia de um sistema software para a transmissão e recepção de documentos, haja vista que estes equipamentos possuem uma manutenção de alto custo, em razão de que possuem um componente eletrônico em seu circuito; o leitor óptico, que tem uma vida útil muito curta, até mesmo pelo fato de que este equipamento é utilizado, em muitas ocasiões, nas delegacias, como fotocopiadoras, embora o “papel térmico” utilizado por essas máquinas, além de necessitar ser importado o que eleva o seu custo; não ser o mais indicado para esse procedimento, em razão de que logo após saírem das máquinas, os documentos que foram transmitidos ou copiados, começam a amarelar e logo ficam ilegíveis, em razão da sua baixa resistência à luz. Se apanhar a luz do Sol o processo se torna mais rápido ainda. Isso tudo é contraproducente para a instituição e, por vias de consequência, para o Estado e para o cidadão.

A figura 6, que será apresentada abaixo, representa a implantação de um sistema central de fax em uma organização. Era o que se pretendia para as Delegacias de Polícia no Estado do Rio Grande do Sul. O projeto seria altamente econômico para o Estado e agregaria muito valor aos processos e produtos desenvolvidos pela instituição.

Figura 6 - Diagrama esquemático de um software para transmissão e recepção de fax.



Fonte: <<http://www.delgrande.com.br>>

Em determinada ocasião, verificou-se quanto custava para o Estado os registros de uma ocorrência em uma Delegacia de Polícia situada na Capital e em uma delegacia do Interior do Estado. Na oportunidade chegou-se aos seguintes valores: em Porto Alegre o registro de uma ocorrência custava R\$ 7,00 (sete reais), enquanto que no interior estava custando R\$ 12,00 (doze reais).

Munidos dessa informação, foi-se à cata da razão para esse custo, e, para surpresa, identificou-se os aparelhos de fac-símile como principais vilões dessa história. Além disso, esses aparelhos também colaboravam para a redução da produtividade dos órgãos policiais onde foi efetuada a pesquisa, principalmente no setor cuja produção mais interessa à polícia, os cartórios, haja vista que afetava diretamente a produção de inquéritos policiais.

Vejam só como o fenômeno ocorria: as delegacias não possuem telefones em todas as suas salas, até mesmo nos cartórios e, para completar, o aparelho de fac-símile geralmente fica instalado no Serviço de Plantão e/ou na Secretaria da delegacia, já os cartórios, geralmente, ficam situados, nas salas situadas nos fundos da delegacia; quando o Escrivão de Polícia necessita transmitir ou receber um fax, ele para o serviço que está executando e tem que se deslocar até o local onde o fac-símile está instalado; no deslocamento, pelo interior da delegacia, ele acaba encontrando um colega de trabalho; para e “bate um papo” com um colega, depois vai até ao fac-símile e liga para o órgão que vai receber o fax, conversa um pouco com o colega que está do outro lado

da linha e só depois solicita a liberação do sinal de fax, haja vista que há muito tempo não se encontram; após a liberação do sinal, transmite o fax, mas não confia na tirinha de papel que comprova que o outro colega recebeu o fax que lhe foi enviado; não contente com isso, ele faz outra ligação para a delegacia do colega para perguntar se ele recebeu o fax, troca mais uma ideia com o colega e, enquanto isso, o telefone permanece ligado e sendo taxado e elevando os gastos com telefonia.

Para completar a “tragédia”, durante toda esta operação o seu cartório estava parado, nada estava sendo produzido, pois os inquéritos não estavam sendo concluídos. Daí a justificativa para dizer que os fac-símiles não podem ser utilizados em órgãos policiais, uma vez que só dão prejuízo, como se verifica, tem-se que partir para a utilização de um sistema de centrais de softwares para esta finalidade, nos organismos policiais.

A questão referente à utilização dos sistemas de telefonia no âmbito da Polícia Civil é outro problema, inclusive com grande influência na produção cartorária principalmente, daí pensou-se na implementação de um sistema de telefonia que utilizasse o protocolo de Internet para a instituição.

8.4 SISTEMA DE TELEFONIA IP NA PC – RS

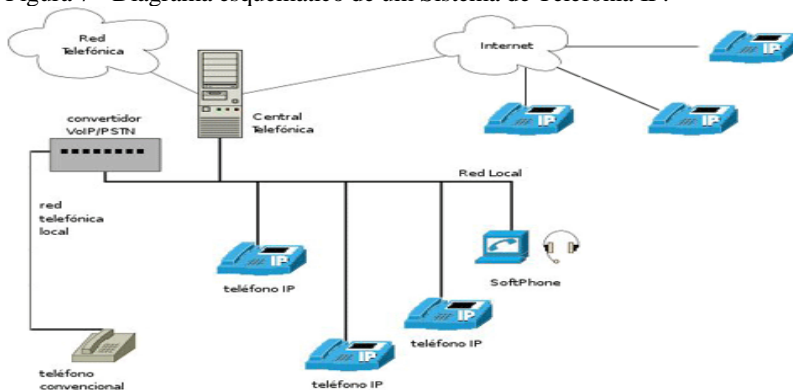
Outra solução que estava inclusa no projeto Polícia Digital e que se pretendia adotar era o sistema de telefonia IP, para dotar todas as salas de um órgão policial com telefones, isso para facilitar o trabalho dos policiais, bem como aumentar o *QoS* e a produtividade cartorária.

Também se trabalhava com a possibilidade de adoção de um sistema *WIMAX*, via rádio, uma vez que era a intenção reduzir os custos com infraestrutura de telefonia, haja vista que se gasta muito com a aquisição de material, principalmente com par trançado, dentre outros, e em razão de que os prédios que a polícia utiliza para colocar funcionamento uma delegacia, não são próprios, não pertencem ao Estado, geralmente são prédios locados e seguidamente tem que se trocar de endereço para uma delegacia e isso traz uma série de consequências administrativas e operacionais, com reflexos na sociedade. Situação que se entende como politicamente incorreta para a polícia e para o Estado.

A figura 7, que vem logo a seguir representa, através de um diagrama, um sistema de telefonia baseado em protocolo de Internet (telefonia IP), para a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, em razão do valor que seria agregado e que seria um fator gerador de muitas

vantagens e oportunidades no âmbito institucional, inclusive proporcionaria um grande aumento na produtividade.

Figura 7 - Diagrama esquemático de um Sistema de Telefonia IP.



Fonte: <<http://www.tadsoluciones.com.ar/soluciones/centrales-telefonicas-ip/>>

O projeto foi elaborado para ser executado em três fases. Na primeira fase seriam atendidos os Órgãos Policiais sediados na Capital, Porto Alegre. A segunda fase seria destinada ao atendimento dos Órgãos Policiais sediados na Região Metropolitana e a terceira e última fase seria para atendimento dos Órgãos Policiais sediados no Interior do Estado.

Como dito anteriormente, o investimento em inovação nesta área elevaria o QoS da Polícia Civil, tornando-a mais qualificada administrativa e operacionalmente e com redução de custos para o Estado e aumento na produtividade cartorária, fato que também elevaria a qualidade dos processos e produtos desenvolvidos pela instituição.

Outra ferramenta que constava do projeto e que foi planejada era o ensino a distância, o qual proporcionaria, através da formação e da capacitação, uma nova forma de qualificar os recursos humanos necessários para uma melhor gestão do capital intelectual da instituição, pois a formação de qualidade chegaria a todas as regiões policiais no Estado.

8.5 Ensino a distância – EAD

Este projeto envolvia, em primeiro lugar, a Academia da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, a ACADEPOL, como costuma ser chamada. O porquê disso, em primeiro lugar por se entender que a Academia é um Órgão Policial que tem a competência na formação e qualificação de mão de obra especializada para atuação na instituição Polícia Civil, é a porta de entrada da instituição em se tratando de recursos humanos. Em segundo lugar, pelo fato de que todos os concursados que desejam fazer parte do quadro funcional da Polícia Civil do Estado, obrigatoriamente têm que passar pela Academia, haja vista que toda a capacitação na polícia é realizada pela academia, e nem poderia ser diferente.

A Academia de Polícia é um órgão de formação e capacitação por excelência. Pena que ainda não se tem uma Academia de Polícia funcionando em prédio próprio, à altura do que a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul mereça. Digna para a prestação de uma formação e capacitação técnica e de qualidade a todos que ingressam nos quadros funcionais da Polícia Civil gaúcha.

A figura 8, apresentada a seguir, mostra as modalidades de Ensino a Distância - EAD, os quais seriam implementados na Polícia Civil, era o que se pretendia instalar na ACADEPOL.

Figura 8 - Modalidades de Ensino a Distância - EAD



Fonte: <<http://www.diaadia.pr.gov.br/multimeios>>

O objetivo desse projeto era o de dotar a Academia de Polícia Civil de todos os equipamentos necessários para prestar um ensino à distância de excelência aos funcionários policiais, principalmente àqueles que estão lotados em órgãos policiais sediados no interior do Estado e que têm dificuldades para vir a Porto Alegre frequentar um curso de reciclagem em determinada área, por exemplo.

Além do que, se for um curso de natureza obrigatória, o Estado teria que arcar com as despesas referentes às diárias de viagem e, muitas vezes, até mesmo com o deslocamento de veículos, o que tornaria as despesas ainda maiores, haja vista o gasto com combustível, desgaste do veículo, sem falar em outras consequências que podem advir desse deslocamento, tal como a retirada do efetivo de uma cidade do interior, onde já se carece de recursos humanos. Daí a importância que o ensino à distância tem para a Polícia Civil nos dias atuais.

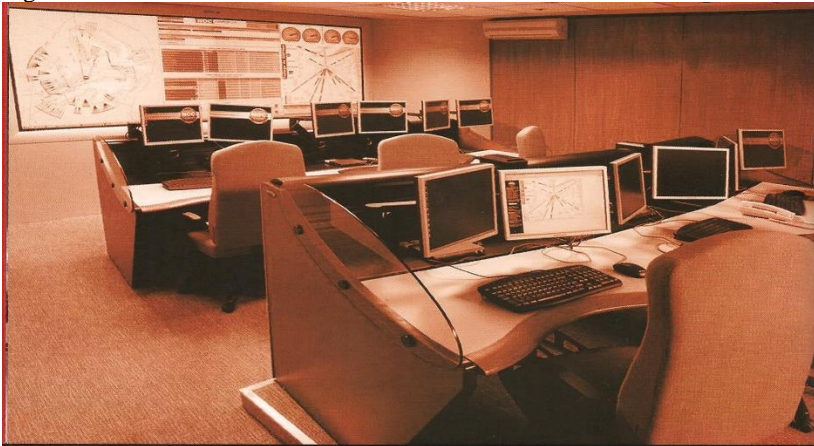
A seguir se fala no Centro de Comando e Controle, na verdade, o que se pretendia era dotar a Polícia Civil de um sistema de contingência para dar suporte às suas atividades operacionais principalmente.

8.6 CENTRO DE COMANDO E CONTROLE

Os Centros de Comando e Controle são importantes para a segurança pública, até mesmo pela possibilidade que detêm para reunir, em um único ambiente, todos os órgãos públicos que têm a competência de prestar um serviço público de excelência aos cidadãos ordeiros, ainda mais quando se trata da segurança pública. Até porque era para estar reunida neste local a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Estadual, a Polícia Rodoviária Federal, a Guarda Municipal, os Bombeiros, a EPTC, a CEEE, a RGE, a SMAN, o DMAE, a CORSAN, Corpo de Bombeiros e a SAMU, enfim, todos os órgãos que prestam algum tipo de serviço público, principalmente aqueles que devem, muitas vezes, prestar serviços tidos como sendo de emergência e essenciais em um plano de contingência.

Na figura 9 que será apresentada a seguir, mostra um tipo de Centro de Comando e Controle, muito importante para instituições que atuam como prestadoras de serviços de segurança pública.

Figura 9 - Centro de Comando e Controle – CCC.



Fonte: Prospecto comercial da Empresa *Boxfile*.

As críticas construtivas que se faz com relação ao Centro de Comando e Controle, é de que ele não está funcionando de forma adequada, haja vista que este centro funciona como órgão de execução, quando deveria funcionar como órgão de supervisão, em razão de que

está instalado no prédio central da Secretaria da Segurança Pública, enquanto parece que o mais correto seria que cada instituição vinculada à Secretaria tivesse o seu centro de atendimento e de despacho de viaturas. Isso serve até mesmo como plano de contingência, para atuação em situações de risco, de crise e até mesmo de emergência, pois devemos e temos que estar preparados com antecedência, para as piores ocorrências, pois se assim procedermos, vamos evitar uma situação constrangedora como a que ocorreu por ocasião do ataque terrorista às Torres Gêmeas, em Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001, quando a atuação dos bombeiros e da polícia foi um fiasco, justamente por diversos problemas de gestão administrativa, de gestão operacional e de ordem técnica, ocorridos naquele dia e que o grande vilão foram as comunicações que não funcionaram, com isso impedindo o salvamento de milhares de pessoas, dentre estas muitos bombeiros.

Outra crítica é a de que Porto Alegre possui dois Centros de Comando e Controle, um municipal e outro estadual, mas que, ao que se sabe não se comunicam entre si, deixando, portanto, um vazio muito grande e muito a desejar, no que se refere à prestação de segurança pública e à prestação de outros serviços de interesse da sociedade.

Também é de se notar que o Centro de Comando e Controle que devia ser estadual, serve somente Porto Alegre e algumas cidades da Região Metropolitana, haja vista que não há ramificações deste para o interior do Estado, o que ao que se entende não é difícil de concretizar-se, até mesmo porque esse centro deve atuar como um centro coletor de informações, para que essas possam ser analisadas pelos órgãos de inteligência e repassadas aos gestores para que estes tomem decisões adequadas a cada caso que se apresente.

Não se tem a competência para alterar essa situação, mas podemos sim e estamos amparados pela Lei 10.098/94, de 03 de fevereiro de 1994, art. 178, I, a fazer críticas construtivas às instituições a que pertencemos.

A Lei nº 10.098/94, de 03 de fevereiro de 1994, Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civil do Estado do Rio Grande do Sul, no seu artigo 178, I, menciona o seguinte:

Art. 178 – Ao servidor é proibido:

I – Referir-se, de modo depreciativo, em informação, parecer ou despacho, às autoridades e a atos da administração pública estadual, **podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-**

los do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço (grifo nosso);

Isso posto, fica aqui a sugestão, a qual visa alertar os gestores no sentido de que se antecipem aos fatos quando possível, usem a inteligência para isso, para que estejam sempre preparados para enfrentar os piores eventos possíveis.

A Delegacia Eletrônica foi projetada e planejada quando se dirigiu o Departamento Estadual de Informática Policial, hoje não mais integrante da estrutura orgânica de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

8.7 DELEGACIA ELETRÔNICA

A Delegacia Eletrônica, hoje conhecida, erroneamente, por Delegacia Online, foi concebida no Departamento Estadual de Informática Policial. Na oportunidade havia se iniciado dois projetos considerados da maior importância para a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul e para o cidadão gaúcho. Um desses projetos era o da Delegacia Eletrônica - DE, o qual visa o registro de ocorrências policiais através dos meios eletrônicos e computacionais.

A discordância com relação ao nome fica por conta de que a palavra online ou on-line, é um termo que vem do idioma inglês e é usado principalmente para expressar conectividade na Internet, que algo ou alguém tem, ou seja, quando um dispositivo ou sistema está conectado ele vai dizer ou indicar que está online. Fato que pode ser comparado quando um indivíduo ou alguém está conectado à Internet, através do Messenger, por exemplo, ele vai dizer que está disponível online, isso para que seus colegas de bate-papo saibam que ele está ali disponível para uma conversa ou para iniciar um diálogo. Essa sinalização é geralmente representada por um ponto verde facilmente identificável na tela do aparelho que está sendo utilizado. Caso contrário, você ou ele estarão offline, oportunidade em que o pontinho verde não estará presente, não aparecerá para você e nem para o seu interlocutor, isso indica desconexão. Isso não ocorre no caso da dita "delegacia online", na verdade ela não está e nem ninguém está ali online para iniciar um diálogo com você, quando você necessita registrar uma determinada ocorrência. A delegacia está disponível sim por meios eletrônicos e computacionais, portanto, não está online, como costumam dizer. Isso confirma o entendimento que se tem de que o

nome está errado, não está correto, haja vista que se trata de um Delegacia Eletrônica e não online, como a denominam.

Figura 10, a seguir, mostra uma gama de componentes eletrônicos, os quais são fixados a qualquer placa de circuito eletrônico, tipo os que são utilizados em sistemas computacionais.

Figura 10 - Componentes eletrônicos utilizados em circuitos computacionais.



Fonte: <<https://pt.dreamstime.com/>>

Para melhor justificar esse entendimento, conceitua-se eletrônica como sendo um ramo da ciência que estuda a utilização dos mais variados circuitos eletrônicos, os quais são formados pelos diversos componentes elétricos e eletrônicos, com objetivo principal de representar, armazenar, transmitir, receber, ou processar informações, além de exercer o controle sobre processos e servo mecanismos. O que fica claro sobre essa ótica é o fato de que se pode afirmar que os circuitos internos dos computadores e outros instrumentos computacionais que servem para armazenar e processar informações, são todos confeccionados à base de circuitos eletrônicos, isso ocorre também com os sistemas de telecomunicações, dentre os quais aparece a Internet, ou seja aqueles sistemas que servem e facilitam a transmissão e recebimento de informações, através do uso dos mais diversos tipos de sensores e transdutores, transistores, circuitos integrados (chips), capacitores, dentre outros, são todos componentes eletrônicos que representam grandezas físicas que transportam informações sob a forma de sinais elétricos e/ou digitais, todos situados dentro da área de interesse de estudo da eletrônica. Disso tudo que se viu, fica provado

que o nome “Delegacia Online” está errado. O mais correto seria Delegacia Eletrônica.

Figura 11, abaixo, mostra uma placa mãe de um computador, o que nada mais é do que um circuito elétrico/eletrônico montado sob uma placa de baquelite, local onde todos os componentes elétricos e eletrônicos (capacitores, diodos, transistores, circuitos integrados, chips, CPU, dentre outros) são fixados através de um sistema de soldagem SMD. Isso nada mais é do que o circuito principal de uma Delegacia Eletrônica, por isso ela assim deve ser chamada.

Figura 11 - Placa-mãe de um computador.



Fonte: <<https://www.revistabw.com.br/revistabw/arquitetura-de-computadores-placa-mae/>>

A intenção era a de possibilitar ao cidadão a realização do registro de uma ocorrência sobre a prática de um fato delituoso, utilizando-se, para isso, o seu computador, aquele que está instalado e funcionando na sua residência.

O projeto era bastante ambicioso para a época e se pretendia agregar mais coisas a essa delegacia, todas visando o bom atendimento do interessado, inclusive com o desenvolvimento de software que facilitasse ao cidadão efetuar o registro na delegacia competente para esse fim, ou seja, aquela responsável para dar atenção aos fatos policiais que acontecesse na rua onde está localizada a residência do interessado, do conforto do seu lar. Ele não precisava se deslocar até o órgão policial para registrar uma ocorrência.

Na figura 12, abaixo, apresenta uma foto de uma Delegacia Eletrônica em pleno funcionamento no Estado do Paraná, ferramenta

que traz muitas vantagens para os membros da sociedade que necessitam de um acesso rápido aos serviços que são prestados pela Polícia Civil.

Figura 12 - Vista do ambiente de uma Delegacia Eletrônica no Estado do Paraná.



Fonte: Site da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Havia uma preparação para que, após o registro, o cidadão fosse convidado a comparecer no órgão policial, através de um agendamento eletrônico, para prestação de esclarecimentos, com data e hora marcada antecipadamente, sem que houvesse a necessidade de ele ter que ficar esperando na delegacia, um momento para efetivar a sua declaração. Isso tudo que foi colocando aqui é plenamente factível, basta verificar que a delegacia está funcionando até a presente data, embora ainda, sem aquelas condições idealizadas na época, até mesmo por que, com o avanço tecnológico, muita coisa, pode ser agregada a esta delegacia, todas visando a diminuição da necessidade do emprego de uma grande quantidade de recursos humanos para prestar atendimento nesta delegacia.

Este é um órgão policial eletrônico e que tem condições de funcionar automaticamente em todas as Delegacias de Polícia do Estado, haja vista que funciona com a utilização de software, sem criar problemas para a instituição.

O Projeto Escrivão, na época em que foi projetado visava a padronização da formação e o exercício laboral do Escrivão de Polícia, na verdade, o que se queria era dotar a instituição de uma ferramenta que viesse a facilitar o trabalho deste agente policial.

8.8 PROJETO ESCRIVÃO (HOJE SPJ)

O outro projeto que foi iniciado no Departamento de Informática Policial – DINP foi o Projeto Escrivão, hoje SPJ, o qual foi projetado para padronizar a formação do Escrivão de Polícia e o desenvolvimento do seu trabalho em todos os órgãos policiais civis do Estado, incluindo-se aqui os Departamentos especializados.

A intenção era de que o Escrivão que atuasse em Alegrete faria a mesma coisa que um Escrivão que estivesse lotado no DEIC, por exemplo. Tinha-se a pretensão de acabar com a grande quantidade de formulários em estoque para atendimento das necessidades da polícia. Tudo o que interessa ao cartório (as peças de um IP) numa delegacia, tinham que ser impresso e estocado num Almoarifado Central para posterior distribuição a todos os órgãos policiais do Estado, também se pretendia reduzir os gastos do poder público, haja vista que não se usaria tipografia para confeccionar os documentos cartorários, sendo necessário somente estocar papel comum para a impressora que se encontra instalada junto ao computador, no cartório, à disposição do Escrivão de Polícia. Esse fato também resulta num ganho de tempo, para a formalização de uma prisão em flagrante, por exemplo. Esse projeto foi aprimorado por um colega delegado que hoje integra os quadros da Polícia Federal, o Delegado Leonei, o qual agregou mais coisas e passou a denominá-lo de SPJ, ou seja, Serviço de Polícia Judiciária, com um programa de computador onde estão inseridos todos os documentos referentes aos principais procedimentos policiais e assuntos referentes à gestão policial, necessários ao pleno funcionamento de um órgão policial, seja no que se refere à administração e gestão de recursos ou para a sua gestão operacional.

Também se pretendeu dotar a instituição, com esse projeto, de um provedor de Internet, isso visando a utilização do mesmo por todos os funcionários policiais que atuam na Polícia Civil.

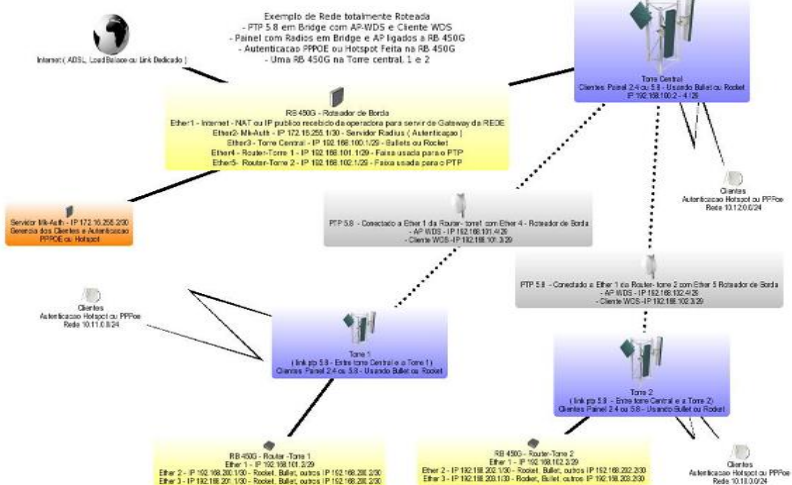
8.9 PROVEDOR DE ACESSO À INTERNET

Um provedor de acesso à internet é de suma importância para a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, em razão de que este seria um instrumento que agregaria valor e muitos ganhos, principalmente no que se refere à utilização do tempo, isso para a solução de diversas situações de interesse da administração policial, uma vez que a informação é a principal matéria prima com a qual as polícias trabalham. Sem informação, na área policial, se tem muitas dificuldades

de obter sucesso, principalmente na gestão operacional, onde uma informação pode ajudar a solucionar casos aparentemente difíceis de serem resolvidos.

O diagrama apresentado na afigura 13 a seguir, representa um provedor de acesso à Internet com os seus estágios necessários para o pleno funcionamento.

Figura 13 - Diagrama esquemático de um Provedor de Acesso à Internet.



Fonte: <<http://fpibrasil.forumeiros.com/t389-como-montar-um-provedor-de-internet-passo-a-passo>>

O provedor é um instrumento tecnológico que torna mais acessível a comunicação entre agentes de polícia e entre agentes e particulares, isso agrega valor ao trabalho desenvolvido pela polícia, pois há economia, eficácia, eficiência e rapidez nas ações policiais e com resultados positivos para todos os *stakeholders*. Isso sem falar em outras vantagens competitivas.

O projeto mais importante talvez, teria sido o de adoção de um Sistema de Terminais Leves por parte da instituição.

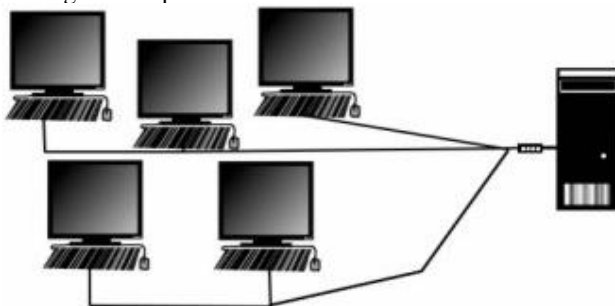
8.10 SISTEMA DE TERMINAIS LEVES

O entendimento da administração do Departamento Estadual de Informática Policial, o DINP, na época, era de que talvez este fosse o projeto mais importante para a Polícia Civil, haja vista a sua magnitude,

pois envolveria de pronto, toda a estrutura orgânica da polícia e agregaria valor, qualidade, eficiência e eficácia, com significativo aumento de produtividade, tanto na área administrativa, como na área operacional da instituição.

No diagrama abaixo, figura 14, mostrar-se um sistema de terminais leves que seriam instalados nas delegacias, onde o hardware seria um servidor de informática.

Figura 14 - Diagrama esquemático de um Sistema de Terminais Leves.



Fonte: <<http://www.hardware.com.br>>

Como dispositivo, um sistema do tipo “*thin client*”, como também é conhecido o sistema de terminais leves; é projetado para fornecer apenas aquelas funções que são úteis para programas de interface de usuário. Frequentemente tais dispositivos não incluem HD – o chamado padrão “*diskless*”, ou sem disco, os quais podem ter dados corrompidos pela instalação de software malicioso, dados perdidos pela formatação acidental ou não, falhas mecânicas, dentre outros. Em vez disso, em nome de baixos custos de manutenção e do incremento do tempo médio entre falhas, um “*tin client*” armazena todas as informações pertinentes em um servidor central de arquivos que passa a servir como hardware.

Tal modelo de processamento e armazenamento de dados, aliados à economia de energia elétrica, baixa necessidade de manutenção e possibilidade de se acabar com vírus de rede e perda de arquivos por meio de utilização de software antivírus de boa qualidade e estratégias de backup centralizado, podem fazer muito bem a uma organização. Essa tecnologia possui três premissas: segurança, versatilidade e facilidade no gerenciamento, além é claro, de economia.

Existem três grandes vantagens, intimamente ligadas entre si: a vantagem financeira, incluindo baixa manutenção e hardware, baixo

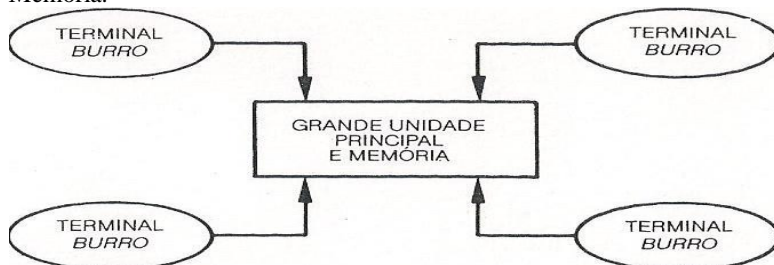
custo de energia elétrica e imediata economia no licenciamento; vantagens operacionais, como a atualização de software, haja vista que os softwares de todos os “*thin clients*” podem ser atualizados de um ponto único, com gerenciamento centralizado; por fim, temos a segurança: a arquitetura “*thin clients*” impedem a instalação de softwares piratas, a saída de dados da empresa por mídias removíveis (usa-se o sistema de antivírus alocado no servidor), além de facilitar a criação de políticas de *backup*.

Nesse último quesito – a segurança – há um recurso interessante: criar perfis específicos de uso do “*thin client*” e de recursos alocados no servidor, como aplicações.

O sistema “*thin client*”, também conhecido como terminal burro se baseia justamente na questão de não deixar nenhuma inteligência, que necessitaria de gerenciamento, por parte do cliente. Quando há menos inteligências com que se preocupar, centralizando tudo no servidor, as coisas ficam mais fáceis. Em um cartório, por exemplo, pode ocorrer que informações importantes, armazenadas, em um disco rígido local, acabem sendo perdidas se, por acaso venha a ocorrer um problema com o disco, comprometendo todo o trabalho. Com uma arquitetura de “*thin clients*”, forçosamente os usuários são obrigados a armazenarem informações em um único local – o servidor.

A figura 15, abaixo, apresenta um diagrama do sistema do tipo que se está falando, ou seja, um servidor central que serve de hardware, pois é aí que estão instalados todas as placas e componentes necessárias para o pleno funcionamento dos terminais, ou estações de trabalho que a ele estão ligados. Esses terminais ou estações de trabalho não possuem certos circuitos, daí serem chamados de “terminais burros”.

Figura 15 - Diagrama esquemático de uma grande Unidade Principal e Memória.



Fonte: Eletrônica básica do estado sólido (VALKENBURGH, 1985, v. 5, p. 5-146).

Além disso, “*thin clients*” que sofrem por sobrecarga elétrica, por exemplo, podem ser facilmente substituídos por qualquer pessoa, bastando que haja um aparelho disponível para essa substituição, ao contrário do que ocorreria com um PC, ou uma estação de trabalho, que requer uma pessoa com um nível maior de conhecimento para a instalação e configuração da máquina, além da necessidade de mais tempo de trabalho para a normalização da operação.

Vale também lembrar que a arquitetura de “*thin clients*” reduz os custos de administração de segurança, prevenção contra vírus e aplicação de políticas de backup, já que tudo isso pode ser feito uma única vez, na ponta do servidor.

Como vantagem adicional, também é importante mencionar o processamento centralizado: a velocidade do processamento e o desempenho do servidor são comunicados aos clientes.

A arquitetura “*thin clients*” apresenta uma série de vantagens aos usuários deste sistema, dentre as principais podemos elencar as seguintes:

- 1.Arquitetura magra em número, peças, placas e hardware requerido para o produto;
- 2.Arquitetura dedicada para operações específicas, o que traz um aproveitamento de quase 100% da máquina em sentido operacional;
- 3.Ausência de partes mecânicas, como discos rígidos, já que o conceito de “*thin client*”, tecnicamente, supõe servidor “rico” e cliente “pobre”;
- 4.Custo de manutenção imbatível com relação ao PC tradicional;
- 5.Uso em *Call*: o “*thin client*” apenas realiza “chamadas” ao aplicativo que será usado na automação de um processo. Neste modelo de *Call* as licenças são mais baratas, barateando a solução como um todo;
- 6.Sistema operacional mais barato, seja ele *Windows Embedded* ou sistema Linux;
- 7.Gerenciamento remoto, que é um dos fatores que têm feito muitas áreas de TI de médio e grande porte optar pelo sistema “*thin clients*”;

8.TCO¹⁶. A manutenção, aliada ao gerenciamento remoto, a ausência de partes mecânicas, atualização remota de aplicativos, todas as últimas sete vantagens que citamos geram uma vantagem final, que é o Custo Total de Propriedade de um “*thin client*” frente ao *PC tradicional*.

Além das vantagens supracitadas, podem ser citadas outras que são consideradas também muito importantes. Na realidade as vantagens vêm da soma de “*thin client*” e processamento centralizado, e podem ser elencadas da seguinte forma:

- 1.Redução do custo de propriedade dos sistemas;
- 2.Aumento do controle sobre os recursos computacionais;
- 3.Racionalização dos investimentos em TI;
- 4.Aumento da segurança e diminuição da vulnerabilidade dos sistemas;
- 5.Centralização da administração dos recursos de TI;
- 6.Permitir, principalmente, que se saia do eterno ciclo de renovação do parque de computadores, pois os “*thin clients*” têm uma vida útil de dez anos, quebrando esse ciclo ao quais as empresas já se acostumaram e cujo custo passou a ser quase fixa em seus orçamentos.
- 7.com “*thin clients*” é possível diminuir substancialmente o custo com licenciamento;
- 8.com a adoção de um sistema *thin client*, temos uma redução de ocupação de espaço físico;
- 9.os dados ficam centralizados no servidor, facilitando o *backup* quando este for necessário e, com isso, reduzindo o consumo de energia elétrica;

Um computador tem uma vida útil, nos dias atuais, de no máximo quatro anos, em perfeitas condições de uso, já um “*thin client*” é feito para durar, em média oito anos.

Só para citar um exemplo, o Magazine Luísa possui mais de três mil estações de trabalho sob a forma de “*thin clients*”, todas conectadas

¹⁶ Total Cost of Ownership: custo total de propriedade. É uma ferramenta que visa estudar todos os custos do processo aquisitivo empresarial.

em rede a um único servidor central alocado na cidade de Franca, no Estado de São Paulo e o índice de devolução ou defeito nessas máquinas é baixíssimo: menos de 1% ao ano. Por que a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul não faz o mesmo?

No “*thin client*”, como já citamos anteriormente, não há partes móveis ou mecânicas para a área de TI se preocupar: não existe cooler para deixar de rodar e queimar o processador e, na verdade, esse mesmo cooler nem é necessário, pois a dissipação de calor do processador e placa-mãe é tão pequena que se pode considerá-la inexistente para aplicações cotidianas, às quais o “*thin client*” é submetido.

A economia relacionada aos custos com energia elétrica citada anteriormente está ligada ao consumo em Watts de cada equipamento, ou seja, no sistema “*thin client*” se consome uma potência, em média, de 25 Watts, chegando a apenas 12 W. É uma excelente economia, se pensarmos em PC que consome no mínimo 300 Watts, ou em casos de desktops mais sofisticados pode se consumir até 600 Watts de potência.

Por tudo que foi citado anteriormente é que se entendia que este é um sistema que atende plenamente as necessidades da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, na sua área administrativa e operacional, uma vez que seriam aproveitados todos os recursos que um sistema “*thin clients*” oferece, além do que, a adoção deste sistema, traria uma grande economia de recursos públicos, haja vista que o parque de máquinas que hoje é baseado numa plataforma de computadores, não necessitaria ser substituído a cada três ou quatro anos, além do aproveitamento das demais vantagens já salientadas anteriormente.

No caso da Polícia Civil, haveria também um aumento significativo na produção de Inquéritos Policiais¹⁷, haja vista que somente seriam instalados em cada estação de trabalho o que fosse de interesse do gestor, no caso das delegacias, seria um Delegado de Polícia de cada órgão policial que compõe a estrutura orgânica da polícia; ele é quem ficaria com a responsabilidade de autorizar ou não a instalação de aplicativos e softwares na rede do órgão que administraria. As prisões em flagrantes¹⁸ seriam efetivadas de forma mais rápida, demorariam menos tempo para serem formalizadas do que a demora constatada nos dias atuais.

¹⁷ Ato ou efeito de inquirir. Conjunto de atos e diligências que visam apurar alguma coisa; sindicância, inquérito policial (AURÉLIO, 2008).

¹⁸ Prisão de uma pessoa no ato em que esta é surpreendida a praticar um crime de forma manifesta ou patente (AURÉLIO, 2008).

Esse sistema facilita também a efetivação de auditorias, caso essa seja necessária, sem falar no controle geral do sistema, que pode ser realizado à distância e de qualquer lugar onde estiverem os principais gestores da instituição, no caso o Chefe de Polícia, Subchefe de Polícia, Diretores dos principais Departamentos que compõem a estrutura orgânica da instituição, além da Corregedoria-Geral da Polícia – COGEPOL, órgão encarregado da correição na organização. Esse é o item mais importante deste sistema, pois possibilita ao gestor principal a obtenção imediata de informações que possam subsidiar uma tomada de decisão.

O próximo capítulo desta dissertação versará sobre a gestão da informação, fator de suma importância para uma instituição como a Polícia Civil, isso levando-se em consideração que a informação é a principal matéria prima das policiais que detém a exclusividade sobre a investigação policial.

9 A GESTÃO DA INFORMAÇÃO

9.1 O CONCEITO DE INFORMAÇÃO

Para Ávila (1982, p. 335-336), do latim “in” + “formatio”, denotando a ideia de transmitir ou imprimir uma forma a. Numa civilização como a nossa, na qual os processos de comunicação assumem uma imensa importância, dado o poder dos meios de que dispõem, o estudo da informação vem despertando crescente interesse, a ponto de se constituir numa ciência, a informática, baseada numa teoria própria, a teoria da informação, Foram principalmente Norbert Wiener e Claude Shannon que elaboraram as bases matemáticas e os teoremas fundamentais da nova ciência, que enfrenta dois problemas básicos. O primeiro é o da univocidade da informação, ou seja, o de garantir que a mensagem seja entendida por quem a recebe no mesmo sentido que tem quem a envia. A mensagem é uma sucessão de símbolos extraídos de um mesmo repertório. Os símbolos podem ser de natureza diversa: sinais luminosos ou sonoros, letras e sons. Uma mensagem constitui, pois, uma determinada sucessão ou ordem entre todas as combinações possíveis dos símbolos utilizados. A informação preside a escolha dos símbolos, mesmo ignorando o conteúdo semântico, a significação da mensagem. O problema da univocidade depende assim da eliminação de interferências, chamadas “ruídos” que possam ser entendidos como sinais, deturpando o conteúdo da mensagem. O segundo problema é o da mais alta rentabilidade da transmissão, cuja solução depende de uma correta codificação da mensagem. Toda a transmissão tem um preço e Shannon demonstrou que, dada uma fonte, e dado um canal de transmissão, existe sempre uma maneira de se obter uma codificação de máxima eficiência. A informática vem exercendo enorme influência nos mais variados campos do saber humano não só no estudo das estruturas da linguagem dos problemas genéticos da transmissão hereditária. A disponibilidade de volumes crescentes de informação é um dos grandes serviços que a tecnologia moderna oferece aos governos, administrações e grandes organizações empresariais. O êxito da direção depende hoje fundamentalmente da informação exata. Por este motivo, criam-se por toda parte banco de dados, que são acervos de informações classificadas. Não há dúvida, entretanto, que a facilidade do acesso às mais variadas informações vem influenciando negativamente na preocupação de formação do espírito humano, criador de informações. No direito social, vem assumindo cada vez maior importância o direito à informação,

reivindicado pelo público relativamente às atividades do governo, como reivindicado pelos operários relativamente às atividades da empresa.

A informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. A informação não comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. (Le Coadic, 1996)

Segundo Cassaro (1999, p. 35), a informação pode ser definida como “um fato, um evento, um comunicado”. No entanto, se um fato não for comunicado, não será uma informação, bem como um comunicado, sem o fato, não terá consistência. Assim, uma definição mais aprimorada para a informação seria: um fato comunicado.

Como é de se notar, a informação nada mais é do que um processo de transmissão ou de transferência de conhecimento, através de impressos, dados, conceitos, estudos realizados com o objetivo de torná-la acessível a outra pessoa ou pessoas, instituição ou sociedade. Somente a qualidade desse processo é que vai determinar a mudança ou não de um determinado comportamento ou atitude do indivíduo que a recebe. É importante lembrar que as informações nunca foram e nunca serão sinônimos de conhecimento.

1. McGray (1999, p. 4) considera que o termo informação possui os seguintes atributos:
2. Considera quase como um sinônimo do termo fato.
3. Um reforço do que já se conhece.
4. A liberdade de escolha ao relacionar uma mensagem.
5. A matéria-prima da qual se extrai o conhecimento.
6. Aquilo que é permutado com o mundo exterior e não apenas recebido passivamente.
7. Definida em termos de seus efeitos no receptor.
8. Algo que reduz a incerteza em determinada situação.

As autoras Lastres e Albagli (apud VALENTIM, 2002) explicam que:

Informação e conhecimento estão correlacionados, mas não são sinônimos. Também é necessário distinguir dois tipos de conhecimentos: os conhecimentos codificáveis – que, transformados em informações, podem ser

reproduzidos, estocados, transferidos, adquiridos, comercializados, etc. – e os conhecimentos tácitos. Para estes a transformação em sinais ou códigos é extremamente difícil já que sua natureza está associada a processos de aprendizado, totalmente dependentes de contextos e formas de interação sociais específicas.

Miranda (1999, p. 287) distingue três diferentes tipos de conhecimentos:

- **Conhecimento explícito:** é o conjunto de informações já eliciadas em algum suporte (livros, documentos, etc.) e que caracteriza o saber disponível sobre tema específico.
- **Conhecimento tácito:** é o acúmulo de saber prático sobre um determinado assunto, que agrega convicções, crenças, sentimentos, emoções e outros fatores ligados à experiência e à personalidade de quem detém este conhecimento.
- **Conhecimento estratégico:** é a combinação do conhecimento explícito e tácito formado a partir das informações de acompanhamento, agregando-se o conhecimento de especialistas.

Davenport e Prusak (1998, p. 18) conceituam dado, informação e conhecimento. Contudo, dão maior ênfase ao termo informação: “informação, além do mais, é um termo que envolve todos os dados brutos e o conhecimento que se pode eventualmente obter.

Afigura 16 que vem logo a seguir faz uma referência ao que Davenport e Prusak citam em sua explanação sobre dados, informação e conhecimento, onde é analisado cada um deles.

Figura 16 - Dados, Informação e Conhecimento.

Dados, Informação e Conhecimento		
Dados	Informação	Conhecimento
<p>Simple observações sobre o estado do mundo</p>	<p>Dados dotados de relevância e propósito</p>	<p>Informação valiosa da mente humana Inclui reflexão, síntese, contexto</p>
<p>Facilmente estruturado Facilmente obtido por máquinas Frequentemente quantificado Facilmente transferível</p>	<p>Requer unidade de análise Exige consenso em relação ao significado Exige necessariamente a mediação humana</p>	<p>De difícil estruturação De difícil captura em máquinas Frequentemente tácito De difícil transferência</p>

Fonte: Davenport; Prusak (1998, p. 18).

A informação pode ser considerada a principal matéria-prima que é utilizada pela Polícia Judiciária, órgão que detém a atribuição constitucional para investigar a prática de atos delituosos, uma vez que a polícia necessita muito de informação para conseguir lograr êxito nas suas atividades operacionais, atualmente pode se dizer que 90% dos fatos criminais que a polícia esclarece estão consubstanciados em informações recebidas, geralmente através de informantes ou denúncias anônimas.

9.2 AS CARACTERÍSTICAS DE UMA INFORMAÇÃO

Para Cautela e Polloni (1996, p. 23), a informação precisa ser:

- a) **Clara:** apresentar o fato com clareza, não o mascarando entre os fatos acessórios.
- b) **Precisa:** deve ter um alto padrão de precisão e nunca apresentar termos como: “por volta de...”, “cerca de...”, “mais ou menos.”
- c) **Rápida:** chegar ao ponto de tomada de decisão em tempo hábil para que gere seus efeitos na decisão que será tomada. Uma informação pode ser clara e precisa, mas chegar atrasada, perdendo a sua razão de ser.
- d) **Dirigida:** a quem tem necessidade dela e que irá decidir com base nessa informação.

É importante ressaltar que o número de veículos (meios) de informação influencia de maneira fundamental na qualidade da

informação. A qualidade tende a decrescer à medida que se aumenta o número de veículos de informação.

9.3 O USO DA INFORMAÇÃO

Buckland (apud DANTE, 1998) apresenta três tipos de usos fundamentais da informação:

- a) **Informação como processo:** o que uma pessoa conhece muda quando o sujeito se informa. Neste sentido, a informação é a ação de informar, comunicação do conhecimento ou notícias de algum fato ou ocorrência; a ação de deduzir o fato, de ter escutado sobre algo.
- b) **Informação como conhecimento:** o conceito de informação também é utilizado para consignar o produto da informação como um processo. O conhecimento comunicado que se relaciona a um fato, sujeito ou evento particular; aquilo que um capta ou o que se diz; inteligência, notícia. A noção da informação como aquela que reduz a incerteza pode ser vista como um caso particular da informação como conhecimento. Em algumas ocasiões a informação aumenta a incerteza.
- c) **A informação como coisa:** o conceito de informação também se utiliza para objetos, tais como dados ou documentos, que são referidos como informação porque são considerados como “informativos”, como portadores da qualidade de corrigir o conhecimento ou comunicar informação.

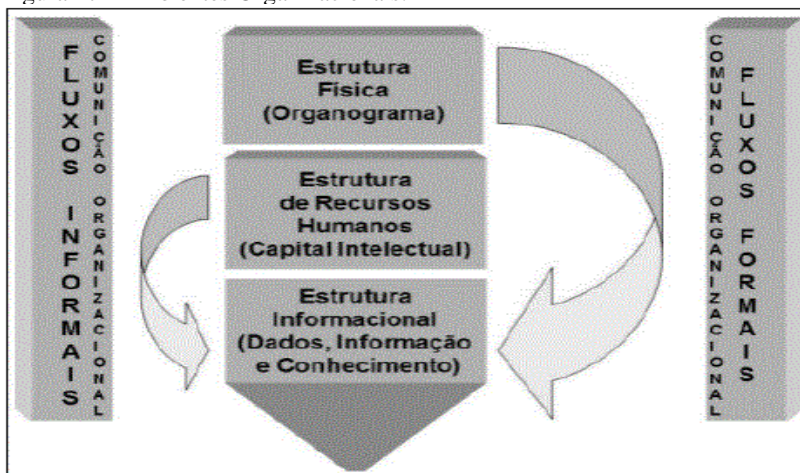
9.4 A INFORMAÇÃO E A COMPETITIVIDADE ORGANIZACIONAL

Para Valentim (2003), as organizações são formadas por três ambientes diferentes, sendo que o primeiro está ligado ao próprio organograma, ou seja, às interrelações entre as diferentes unidades de trabalho como diretorias, gerências, divisões, departamentos, setores, seções, etc.; o segundo está relacionado à estrutura de recursos humanos, às relações entre pessoas das diferentes unidades de trabalho; sendo o terceiro composto pela estrutura informacional, ou seja, geração de dados, informação e conhecimento pelos dois ambientes anteriores.

A autora segue afirmando que, a partir do reconhecimento desses ambientes, é possível mapear os fluxos informais de informação existentes na organização, assim como pode-se estabelecer fluxos formais de informação para consumo da própria organização.

A figura 17, evidenciada a seguir, faz menção aos ambientes organizacionais, conforme o entendimento de Valentim.

Figura 17 - Ambientes Organizacionais.



Fonte: Valentim (2006, p. 14).

Isso posto, nota-se que deve haver uma gestão dessas informações, no sentido de filtrar o que realmente interessa para a inteligência ou investigação, de modo que estas facilitem o trabalho policial na elucidação dos mais variados tipos de crimes atualmente praticados, desde os crimes comuns àqueles praticados por organizações criminosas.

9.5 A ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A informação, depois de tudo o que se viu, deve ser bem administrada, pois é tida como um dos principais fatores estratégicos de uma empresa, principalmente no que se refere aos negócios desta. Para tratar desta administração as empresas estão investindo em capital intelectual, de modo que possam ter em seus quadros profissionais

altamente competentes e capacitados para trabalhar com problemas administrativos relacionados à informação, principalmente no que tange às áreas de coleta, identificação, tratamento, organização, distribuição, compartilhamento e uso nos processos administrativos, produtivos e operacionais.

Outra opção está na área de marketing, haja vista que este, principalmente nas questões que envolvem segurança pública, pode ser visto como uma grande ferramenta estratégica de gestão, pois é onde se pode pesquisar novos produtos que estão sendo exigidos pelo cidadão e que a organização pode apresentar aos seus clientes. O técnico que atuará nesta área deve estar preparado para estar sempre atualizado e se atualizando, bem como, deve estar atento às constantes mudanças e alterações que estão ocorrendo e que podem ser transparentes através das mais diversas formas de informações que surgem no mundo da informação, nas novas linguagens de programação e ambientes operacionais. É importante exigir e oportunizar a este técnico o conhecimento das novas tecnologias da informação e comunicações, isso deve acontecer tanto no que se refere a hardware como a software. Aqui a empresa deve investir pesado na formação de capital intelectual.

Como se viu, a informação deve ser vista como um grande recurso estratégico, haja vista que ela tem custo, preço e valor. Desta forma entende-se que como tal, ela deve ser gerenciada da mesma maneira que se gerencia os recursos financeiros da empresa, os recursos atinentes à logística, aos recursos destinados a atender os recursos humanos, enfim, todos aqueles recursos essenciais a uma gestão eficiente de uma organização. Deve-se isso à crescente necessidade de se administrar a informação, devendo-se considerar os aspectos humanos e os aspectos relacionados às tecnologias da informação e comunicações, fato que deve resultar na proposta de formação de uma área profissional, originalmente chamada nos Estados Unidos de *Information Resource Management*, que pode ser traduzida como “gestão da informação”, fato que a tornou uma área de estudo já considerada nos Estados Unidos e na Europa, cujos conteúdos teóricos, práticos e operacionais têm se transformado numa ferramenta imprescindível para qualquer organização que necessite produzir, localizar, coletar, testar, armazenar, distribuir, compartilhar e estimular a utilização da informação.

A relação interdisciplinar da Gestão da Informação com a Ciência da Informação, administração e informática resulta num conjunto de habilidades e conhecimentos teóricos e práticos que possibilitam a

estruturação de informação, assim como o oferecimento de serviços, produtos e atividades de informação.

Há no meio institucional, atualmente, uma crescente necessidade de organização entre as empresas de pequeno, médio e grande porte, tanto da área privada como pública no sentido de melhor se organizar nas dinâmicas referentes às transformações mundiais da propalada “Sociedade da Informação”, haja vista que estas empresas estão se vendo obrigadas a adotar programas de gestão da informação, isso para que não venham ser “atropeladas” num futuro próximo, principalmente por falta de gestão da informação. A procura por organização empresarial acontece visando um melhor desempenho ético de suas atividades e visando também um processo mais adequado às suas tomadas de decisão.

9.6 A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO PARA UMA ORGANIZAÇÃO

Para Tessi (2016, p. 129-131), *uma comunicación interna que transmite información sin affectio no es incua. Repetida em el tempo y sin discriminación genera incomunicación interna. Em la actualidad, la mayoría de las organizaciones demuestra tener clara la diferencia entre información y comunicación, a pesar del discurso teórico, las tendencias demuestran que em la práctica muchas de ellas no aplican esse conocimiento. La confusa situación es facilitada, como vimos, por la vanguardia tecnológica que permite multiplicar la velocidad, la cantidad, la univocidad, la simultaneidad y la masividad de los mensajes. En este contexto, es fundamental destacar el poder de los relatos, las metáforas y las historias em el trabajo. Em ocasiones, se habla de ellas como si fueran manifestaciones de la antigüedad. Pero si en aras de la modernidade se cayera em el extremo de “tecnologizar” todas las comunicaciones internas, la organización perderia um gran oportunidad de encender el corazón de sus trabajadores.*

O autor demonstra a importância da informação para uma empresa, no caso em estudo, uma empresa pública, prestadora de serviços de segurança pública, pode-se dizer que a informação é fator preponderante, haja vista que, como já foi dito, trata-se da principal matéria-prima utilizada e trabalhada por esta empresa em seus serviços de inteligência e investigação. Diante disso verifica-se que a informação deve ser tratada de forma clara, precisa, rápida e dirigida, isso para que tenha um alto grau de qualidade, para que possa gerar confiabilidade nas

principais tomadas de decisão em benefício da sociedade quando dos esclarecimentos de fatos delituosos.

Tessi (2016, p. 129-131) ainda vai mais longe em sua explanação, salientando a importância da informação para uma empresa: Si bien la información es importante para la empresa y sus integrantes, su uso debe ser considerado cualitativa y cuantitativamente por separado. Para profundizar em este punto, puede ayudarnos una metáfora. Al comparar la información com um alimento, la consideración cuali-cuantitativa se clarifica. Nadie diría que el pan, por ejemplo, puede ser dañino para um ser humano. Pero si una persona hace una ingesta indiscriminada de pan puede enfermarse y, em casos extremos, puede incluso perder la vida por uma indigestión. La idea de um noticiero es cualitativamente muy potente, pero si responde a um paradigma de información repetitiva com muchas palabras y escasso significado, no es de extrañarse que los resultados terminen siendo como los del testimonio. Por útil que se ala información, los colaboradores evitarán ingerirla.

O capítulo seguinte aborda a gestão operacional da segurança pública, atividade esta de atribuição executiva das instituições vinculadas à Secretaria da Segurança Pública, dentre estas a Polícia Civil.

10 A GESTÃO OPERACIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA

Gestão operacional na segurança pública significa gestão das ações e operações realizadas pelas organizações policiais. Cada operação policial necessita de uma organização para que se consiga alcançar os seus objetivos e metas traçadas anteriormente, com base no que foi levantado pelo Serviço de Inteligência ou pelo Serviço de Investigações de um determinado organismo policial. É com fundamento nessas informações que se organiza uma operação policial, a qual é organizada visando extirpar do meio social um determinado criminoso, uma determinada quadrilha, ou um determinado grupo que está praticando crimes de forma organizada.

Dentre as diversas atribuições desenvolvidas pela Polícia Civil há uma que se torna visível à população, através das mídias, são as operações policiais.

Desde o momento em que se inicia uma investigação policial, até o momento que se deflagra uma operação há um lapso temporal onde são realizadas atividades relacionadas com os serviços de inteligência, as quais fazem a coleta de dados que irão subsidiar a condução posterior da operação.

Segundo Salas (2006, p. 7) a operação policial é aquela que “ocorre para consolidar e complementar uma investigação em andamento e que se manifesta por meio do cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão e de Prisão, por policiais, expedidos pelas Justiça na grande maioria das vezes”.

Uma operação policial é uma atividade que envolve etapas de investigação, deflagração e conclusão da investigação. Para a execução da operação faz-se necessário um amplo espectro de planejamento, isso para que, em determinada oportunidade, a mais adequada, sejam cumpridos os Mandados de Busca e Apreensão ou Mandado de Prisão, estes expedidos pelo Poder Judiciário local, visando obter as provas necessárias à condenação dos criminosos, as quais são efetivadas através da coleta e organização de dados sobre as ações criminosas em curso.

10.1 AS TIC COMO FERRAMENTA OPERACIONAL NA SEGURANÇA PÚBLICA

As tecnologias da informação e comunicação são ferramentas consideradas da maior importância na gestão operacional da segurança pública, haja vista que a informação é a matéria prima mais importante para as organizações que detêm a competência da prestação de serviços

de segurança pública. As polícias precisam da informação para bem atender os anseios da sociedade.

No diagrama apresentado a seguir, figura 18, demonstra-se a estrutura de um sistema de interceptações telefônicas. Trata-se de um software que trabalha sob uma plataforma computacional e tem por objetivo principal efetivar as interceptações telefônicas que são solicitadas pelas autoridades policiais ao Poder Judiciário e têm uma importância significativa na investigação policial.

Figura 18 - Diagrama esquemático de um Sistema de Interceptação Telefônica.



Fonte: [http://pt.slideshare.net?Celso Ferro/a-inteligencia-da-organização-policial](http://pt.slideshare.net?Celso+Ferro/a-inteligencia-da-organização-policial)

Como é de se notar, as polícias, assim como os demais órgãos que tratam com a segurança pública, não podem ficar alheias à inovação, principalmente à inovação tecnológica e aos acontecimentos sociais, aqueles que ocorrem no nosso meio social, nem pode ser diferente quanto aos avanços das tecnologias da informação e comunicação, instrumentos de primeira necessidade para o desenvolvimento das atividades policiais, uma vez que possibilitam, de forma mais rápida e eficiente o acesso às informações.

Quando se fala na gestão operacional da segurança pública, referem-se às atividades que são desenvolvidas pelas organizações policiais¹⁹, aquelas que têm a competência de enfrentamento às práticas

¹⁹ Ato ou efeito de agir, de atuar; atuação, ato. Manifestação de uma força, duma energia, dum agente. Comportamento, procedimento (AURÉLIO, 2008).

criminosas, aquelas direcionadas à repressão qualificada²⁰ ao crime, quando o indivíduo criminoso está em situação individual (sozinho), em grupos de criminosos e até mesmo participando de organizações criminosas.

10.2 A REPRESSÃO

Repressão é aquela atividade realizada pelas polícias que visa reprimir a prática de crimes que estão ou costumam acontecer em uma determinada área de uma cidade, Estado ou País.

10.3 A PREVENÇÃO

A prevenção é uma atividade muito importante para a segurança pública, pois trata-se de uma atividade que é desenvolvida no sentido de prevenir as várias modalidades de práticas criminosas. A prevenção é fator preponderante para a segurança pública, em razão de que ela traz retorno econômico imediato para o Estado nesta área, mas esta atividade não é muito bem compreendida pelas órgãos que prestam segurança pública, pois quase sempre está relegada a um segundo plano, até mesmo pelas mídias sociais, daí não haver muito interesse dos órgãos que prestam serviços de segurança nesta modalidade de atividade, pois ela não dá ibope às autoridades que atuam na segurança, estas não aparecem nas mídias por estarem fazendo prevenção, é muito mais fácil isso acontecer quando se faz repressão. A prevenção passa despercebida até mesmo do gestor da segurança pública, por que este é político e muitas vezes não entende nada ou quase nada da sua área de atuação e não cobra de seus subordinados essa atuação na prevenção. Inclusive não há muitos projetos para esta área no âmbito da segurança pública. A própria instituição que seria a encarregada para fazer isso, conforme consta na Constituição Federal, se dedica muito pouco a esta atividade. Não sabem o “filé” que estão perdendo.

A dinâmica criminal possui a sua estrutura e, para entender como esta dinâmica deve ser tratada atualmente, para isso temos em Capez (2008) a doutrina que salienta que cabe ao Direito Penal fazer as vezes de instrumento para o controle social, sendo esta a última e extrema ação para esta finalidade.

²⁰ É a focalização nos crimes mais perigosos para a sociedade e no mais breve espaço de tempo investigá-los e condená-los para que toda a população consiga digerir a sensação e impunidade que hoje assola.

Para Capez (2008, p. 47):

O ilícito penal é o que traz mais graves consequências à vida do agente, muito mais inclusive do que o ilícito civil, administrativo, tributário, [...], uma vez que naqueles o seu ator poderá perder o seus *status libertatis* e o seu *status dignitatis*.

Como nota-se pelo acima exposto, que estamos diante de uma situação na qual o Direito Penal é utilizado como uma instância derradeira, isto em razão de que as consequências punitivas depõem contra a liberdade e autonomia dos indivíduos, pois estas levam a pessoa humana à segregação e, muitas vezes, à degradação, fato que vem ao encontro do propalado por Berrini já lá pelos idos de 1920, ainda no século passado, o que ainda hoje está em evidência e é aplicado à realidade encontrada no Brasil.

Berrini (1921) as penitenciárias têm sido universidade do crime, onde o Estado gasta somas enormes para cultivar a periculosidade e a criminalidade dos delinquentes, restituindo à sociedade pessoas mais amedrontadas do que antes.

Para Penteadó Filho (2010) prevenção é um conjunto de ações que visam evitar a ocorrência do delito, proporcionando a manutenção da paz e a harmonia social.

Já para Calhau (2009) para o alcance de estágio o Estado lança mão de dois tipos de medidas: umas que atinjam indiretamente o delito e outras que o afetam de forma direta. Via de regra as ações indiretas visam as causas do crime, traduzindo-se num campo de ação intenso e externo, de forma a erradicar ou diminuir as causas de produção dos delitos. Age no indivíduo e no meio onde vive, algo que a Criminologia Moderna chama de prevenção primária e terciária.

Já as ações diretas incidem sobre a infração penal *in itinere*, aduz Penteadó Filho.

Dentro desse enfoque, encontra-se a ação estatal na prevenção, repressão e investigação dos delitos, como as operações policiais, a instauração de inquéritos policiais, o oferecimento da denúncia através da peça acusatória em juízo, com a posterior deflagração do processo judicial criminal e a prolação da sentença penal condenatória. Por agir

eminentemente nos delitos, as ações diretas são denominadas pela Criminologia de prevenção secundária.

Diante do acima exposto, é necessário que se aprofunde mais este estudo e se adentre nos níveis de prevenção, ou seja, que se fale sobre a prevenção primária, a prevenção secundária e a prevenção terciária, isso para que se possa entender melhor a profilaxia estatal.

10.4 NÍVEIS DE PREVENÇÃO

10.4.1 Prevenção primária

Para Calhau (2009) trata-se de uma ação indireta ao delito, atacando a raiz do conflito antes que este se manifeste, obrigando o estado a implantar os direitos sociais reservados em vários instrumentos constitucionais e legais. São ações bem onerosas e que têm reflexos a médio e a longo prazo, como incremento, ao trabalho, à segurança [...].

10.4.2 Prevenção secundária

Ainda para Calhau (2009) são ações voltadas a alguns grupos da sociedade que se encontram em situação de vulnerabilidade criminal e, por isto, estão mais propensos a delinquir. Assim sendo, urge a necessidade de ações pontuais (policialescas) ou de reurbanização de certos bairros, para que seja efetuado seu controle, tendo reflexos a curto e médio prazo.

10.4.3 Prevenção terciária

Para Calhau (2009) esta está voltada ao recluso a fim de que não volte a delinquir e alcance a ressocialização apregoada pela Lei de Execução Penal (LEP). Toda via, tal prevenção encontra altos índices de ineficácia, visto a omissão estatal em pôr em prática os direitos e deveres legais dos apenados a mitigação da estigmatização por que passa o egresso do sistema prisional.

Em se tratando desses três níveis de prevenção, nada impede que se use os mesmos concomitantemente, tudo vai depender da situação encontrada no momento.

10.4.4 Prevenção geral e específica

Santos (1999) diz que por meio da prevenção geral a pena se dirige à sociedade, intimidando aquelas pessoas que estejam propensas a delinquir, como é o exemplo de uma sentença condenatória, que constitui verdadeira advertência a todos para não transgredirem à norma, Santos (1999) atenta para o fato de que o delito é instado por fatores endógenos e exógenos, de modo que busca a recuperação do indivíduo que foi condenado.

10.4.5 A sanção e a sua finalidade preventiva

A prevenção geral positiva atinge a consciência geral, lembrando a todos que devem obedecer a ordem jurídica. Enquanto a prevenção geral negativa, a pena é aplicada a um determinado membro de uma comunidade e isso faz com que os demais repensem os seus atos e não voltem a delinquir.

No caso da prevenção especial positiva, a pena alcançará o seu caráter ressocializador quando o autor desiste de cometer novas infrações penais. Enquanto que na prevenção especial negativa o autor do delito é neutralizado por meio de sua segregação no cárcere.

10.5 A REPRESSÃO QUALIFICADA E AS TIC

A repressão qualificada, dentre vários conceitos e definições existentes, a situam como sendo: “uma resposta certa e rápida do sistema de polícia e justiça criminal, agindo de forma integrada e sistêmica contra pessoas e organizações criminosas, com potencial de ameaça e lesão à segurança dos cidadãos”, tem se que:

A repressão qualificada tem como premissa básica: “focalizar os criminosos mais perigosos para a sociedade e, nos mais breves espaços de tempo investigá-los, processá-los e condená-los para que toda a população consiga diferir a sensação de impunidade que hoje lhe assola”.

A competência de gerenciamento de informações, que são submetidas a uma análise de precedentes pelos serviços de inteligência, bem como os casos pertinentes que são materializados através de um trabalho investigativo que é, como dito anteriormente, realizado pelas polícias judiciárias. “É importante frisar que essa metodologia não alcançará o êxito pleiteado se não houver uma participação conjunta e comprometida dos demais órgãos que se entende como sendo

integrante” de um sistema segurança pública, bem como da participação do Ministério Público e principalmente do Poder Judiciário.

A repressão qualificada na fase administrativa da persecução penal deve se pautar fundamentalmente na legalidade dos atos praticados na fase investigatória²¹ e também se mostrar através de uma determinada transparência interna que envolva os responsáveis pela apuração dos fatos, para assim conferir mais credibilidade e rapidez na conclusão dos procedimentos inquisitoriais, os inquéritos policiais.

Já a persecução penal é uma atividade que envolve a Polícia Civil e o Ministério Público, portanto, ela está dividida em duas partes: a primeira parte é ato exclusivo de Polícia Judiciária, cuja competência, no Brasil, é das Polícias Cíveis dos Estados da Federação, quando da elaboração do inquérito policial. Esta é uma fase inquisitorial, executada por Escrivão de Polícia e presidida por um Delegado de Polícia²². É realizada nos cartórios das Delegacias de Polícia e termina com a conclusão do inquérito. A segunda parte da ação penal é da competência exclusiva do Ministério Público, que o apresenta ao Poder Judiciário. Daí a conclusão que fica do conceito emitido por Mansur: “de que a persecução penal só se concretiza com ação integrada dessas três instituições, ou seja, as Polícias Cíveis, o Ministério Público e o Poder Judiciário”.

O inquérito policial, principal produto das Polícias Judiciárias, é um instrumento de competência exclusiva das Polícias Cíveis dos Estados, o qual tem início com a notícia da prática de um fato delituoso, cuja atuação da polícia começa com a investigação policial, a qual deve prezar pela busca das provas que as leve ao autor da execução de um crime, que é o que se chama a concretização da prova.

Já a denúncia é um ato de competência exclusiva do Órgão do Ministério Público.

Essa conceituação é importante e necessária para o entendimento do que significam as atividades operacionais dos órgãos que detêm a competência de prestar uma segurança pública efetiva, eficaz e eficiente ao cidadão ordeiro. Segurança pública de excelência e não se faz segurança pública de excelência se se fazer prevenção. Entende-se que a prevenção é fator essencial para a segurança de Estado, principalmente se se pensar em inteligência econômica, pois ela, com um custo muito

²¹ Fase em que se segue os vestígios; pesquisa e se examina com atenção (AURÉLIO, 2008).

²² Aquele que recebeu delegação. A maior autoridade policial numa delegacia (AURÉLIO, 2008).

baixo para o Estado, pode ajudar e muito nas questões que envolve segurança pública, haja vista que vai possibilitar a redução da violência e criminalidade, fatores que têm uma influência positiva na liberdade e autonomia das pessoas que vivem em sociedade.

O próximo capítulo vai tratar da inteligência policial, aquela necessária para a atividade operacional e essencial para as instituições que lidam com segurança pública.

11 INTELIGÊNCIA POLICIAL

A inteligência visa a produção do conhecimento para a descoberta da verdade real e tem como finalidade precípua o assessoramento ao processo decisório, devendo afastar, portanto, qualquer outra atividade que não se coadune com este escopo.

A Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, deu origem ao Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), e define, no seu artigo 1º, §2º, inteligência como sendo:

(...) a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.

Já os estudiosos do tema, uma das definições preferidas e de maior relevância no cenário acadêmico é a elaborada por Shermann Kent (KENT, 1951). Ele criou a definição tríplice de inteligência e a descreve sobre três facetas: conhecimento, organização e atividade.

Para Marco Cepick, “inteligência é toda a informação coletada, organizada ou analisada para atender as demandas de um tomador de decisões.” (CEPICK, 2003, p. 27)

Diante de uma diversidade de conceitos, nota-se que algumas características são indissociáveis da atividade de inteligência, haja vista que estão presentes em todas as definições de inteligência, quais sejam:

- a) o foco na produção do conhecimento, através de metodologia própria, e;
- b) a função de assessoria ao processo decisório.

Diante do exposto, pode-se dizer que inteligência nada mais é do que a atividade que tem como principal objetivo produzir conhecimentos relevantes, através de metodologia própria, a fim de assessorar o processo decisório.

O Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000 criou o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SSISP), que foi regulamentado pela Resolução nº 01, de 15 de julho de 2009.

Este decreto, no seu artigo 1º, dita a finalidade do SSISP, que é “coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública em todo o País, bem como suprir os governos federal e estaduais de informações que subsidiem a tomada de decisões neste campo.”

A Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, órgão central do subsistema, com a finalidade de respaldar tecnicamente as ações do SSISP, publicou, através da Portaria do Ministério da Justiça nº 22, de 22 de julho de 2009, a Doutrina Nacional de Segurança Pública – DNISP, a qual foi elaborada por policiais, agentes de inteligência e acadêmicos que atuam na área.

Para a Doutrina Nacional de Segurança Pública – DNISP:

A atividade de inteligência de Segurança Pública é o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para a identificação de ameaças reais ou potenciais na esfera da segurança pública, basicamente orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar os governos federal e estaduais a tomada de decisões, para o planejamento e à execução de uma política de segurança pública e das ações para prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos de qualquer natureza ou atentatórios à ordem pública.

Para Celso Ferro (apud Magalhães, 2004), inteligência policial é:

(...) a atividade que objetiva a obtenção, análise e produção de conhecimentos de interesse da segurança pública no território nacional, sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência da criminalidade, atuação de organizações criminosas, controle de delitos sociais, assessorando as ações de polícia judiciária e ostensiva por intermédio da análise, compartilhamento e difusão de informações.

Para o Departamento de Polícia Federal:

(...) é a atividade de produção e proteção de conhecimento, exercida por órgão policial, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas de acessórias, com a finalidade de apoiar o

processo decisório deste órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional. (Manual de Inteligência Policial do DPF, p. 8)

11.1 A INTELIGÊNCIA POLICIAL COMO FERRAMENTA DE APOIO OPERACIONAL

Quando se refere à gestão operacional de uma instituição policial, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação, não se pode ficar alheio à inteligência²³, haja vista que esta abrange diversas áreas da gestão de uma empresa ou instituição pública e se destina à produção do conhecimento, tanto na atividade pública como na atividade privada, daí a importância que se pretende dar a esta ferramenta na presente monografia, até mesmo porque se entende que: “sem tecnologia da informação e comunicação não se tem inteligência”; razão pela qual se pretende evidenciar a importância desta ferramenta na segurança pública, haja vista que o objetivo é desenvolver um trabalho voltado para a gestão administrativa e operacional da segurança pública, com a utilização das tecnologias da informação e comunicação.

Uma definição bastante ampla diz que: “inteligência é toda informação coletada, organizada e analisada para atender a demanda de um tomador de decisões e auxilia para este fim o emprego de dispositivos tecnológicos e uso de sistemas de informação na construção do conhecimento”.

No livro *Inteligência Digital* (Wendt & Barreto, 2013: 47), há o desenvolvimento de uma tese sobre aplicações de inteligência na segurança pública e na polícia judiciária²⁴ (Polícias Cíveis dos Estados) e, na mesma oportunidade, conceituaram Inteligência de Segurança Pública (ISP) e Inteligência Policial, como segue:

Inteligência de Segurança Pública (ISP) – Compreende o exercício permanente de ações especializadas para a produção de

²³ Do latim “intelligentia”, conhecimento, noção, percepção, entendimento (DE PLÁCIDO, 1996).

²⁴ Denominação dada ao órgão policial, a que se comete a missão de averiguar a respeito dos fatos delituosos ocorridos ou das contravenções verificadas, a fim de que sejam os respectivos delinquentes ou contraventores punidos por seus delitos ou por suas infrações (DE PLÁCIDO, 1996).

conhecimentos e a salvaguarda destes e de dados necessários para prever, prevenir e reprimir atos delituosos de qualquer natureza ou relativos a outros temas de interesse da segurança pública.

Inteligência Policial – É o conjunto de ações que empregam técnicas especiais de investigação, visando confirmar evidências e indícios e obter conhecimentos sobre a atuação criminosa dissimulada e complexa, bem como a identificação de redes e organizações que atuem no crime, de forma a proporcionar um perfeito entendimento sobre a maneira de agir e operar, ramificações, tendências e alcance de condutas criminosas.

Para o Delegado de Polícia Ayrton F. Martins Jr., no seu trabalho a inteligência policial e a investigação policial, inteligência pode ser tratada como:

Inteligência e Investigação são conceitos que, apesar de terem muitas vezes similaridades, não se confundem. Inteligência seria uma atividade proativa, caracterizada pela busca incessante de informações, par fins de possibilitar ao gestor público um supedâneo mínimo para seu poder decisório. Com base em informações contextualizadas, o destinatário final da atividade de inteligência poderá propor e comandar ações concretas em termos de segurança pública. O conhecimento teria o potencial para ‘equacionar o poder’, sendo necessário possuir a informação mais atualizada possível, para conseguir posição de vantagem sobre o adversário (no caso, a criminalidade em geral e organizada).

Com relação à investigação, o mesmo autor tem o seguinte entendimento:

Tratando-se de investigação, sabe-se que se define como atividade nas quais agentes públicos oficiais, cuja função institucional é prevista na Constituição e na lei, buscam através das mais variadas ações, prospectar provas e indícios da ocorrência de uma infração penal e sua autoria, cuja destinação final será da Autoridade Policial, em sede de Inquérito Policial, para fins de

indiciamento²⁵, representação ou relatório no estado em que se encontra o procedimento. Em termos de persecução criminal, ainda se pode dizer que o destinatário da investigação policial, ao final, seria o Ministério Público, que teria a liberdade e propor ou não a respectiva ação penal²⁶. Por fim, em termos de processo, dir-se-ia que o destinatário final da persecução criminal seria o juiz, que com base nos elementos carreados ao processo na condição de provas, poderia decidir o caso concreto, aplicando a lei²⁷ no seu entendimento cabível.

Ao autor menciona, ainda em seu trabalho que a “investigação policial, ao contrário da atividade de inteligência, que se caracteriza por possuir natureza reativa e repressiva, uma vez que só vai ocorrer após a prática de um fato, considerado, em tese, delituoso”. Há o entendimento também de que cabe à Investigação determinar se há provas de que tal fato realmente existiu e de que este fato teve natureza criminosa e, a partir daí, apontar, com fundamento nas provas então coletadas, a prova da autoria.

Dos textos supramencionados pode-se tirar uma lição, ou seja, o de que os serviços de inteligência, todavia, não têm como objetivo, a coleta ou busca de provas processuais²⁸, ao contrário de outros autores, mas sim na produção de conhecimento que permita ao gestor de uma determinada instituição tomar suas decisões estratégicas. Isso não impede, que as informações coletadas pela inteligência, após serem trabalhadas pelo setor de análise, cheguem a conhecimento do setor de investigação de um determinado órgão policial. É entendimento de que esta é a forma adequada e correta de se lidar com estas ferramentas.

²⁵ Submeter a inquérito policial ou administrativo. Indiciamento policial em sede de inquérito (AURÉLIO, 2008).

²⁶ Representa o ato pelo qual se promove a punição de um crime ou contravenção, é um assunto do direito penal (DE PLÁCIDO, 1996).

²⁷ Tem a significação de acomodação ou execução, manifestando, assim a utilização do princípio legal para a solução do caso concreto, ou submissão de um caso individual a uma prescrição geral (DE PLÁCIDO, 1996).

²⁸ É a demonstração que se faz, pelos meios legais, da existência ou veracidade de um fato material ou de um ato jurídico, em virtude da qual se conclui por sua existência ou se firma a certeza a respeito da existência do fato ou do ato comprovado (DE PLÁCIDO).

A inteligência policial é a atividade que objetiva a obtenção, a análise e a produção de conhecimentos de interesse da segurança pública, acerca de fatos e situações de imediata ou potencial influência criminal, atuação de organizações criminosas, controle da prática de delitos sociais, assessoramento às ações dos órgãos que prestam serviços de segurança pública, através do compartilhamento e da disseminação de informações. Enquanto isso, a investigação policial tem como seu maior propósito instrumentalizar a persecução penal.

A inteligência pode ser percebida como um instrumento de apoio e assessoria da atividade-fim policial (inteligência tática) e não fazer às vezes desta, bem como da gestão da segurança pública e da defesa social²⁹ (inteligência estratégica), mas sim municiando o planejamento operacional com informações necessárias para a realização de ações policiais.

O entendimento que fica é de que a inteligência, assim como a investigação policial são ferramentas distintas entre si, mas que devem ter vida eterna dentro das organizações que atuam na prestação de serviços de segurança pública uma vez que ambas têm uma importância significativa, para a tomada de decisões e solução de casos difíceis.

11.2 A DISTINÇÃO ENTRE INTELIGÊNCIA E INVESTIGAÇÃO POLICIAL

Há um grande problema a ser solucionado na esfera policial relacionado à questão que envolve a distinção entre Inteligência Policial e Investigação Policial. Este é um problema sério e que vai demorar um longo tempo dá para ser solucionado, em razão da pouca importância que os organismos encarregados da prestação de segurança pública dão para a inteligência, seja ela policial ou criminal, principalmente pela alta gestão desses organismos, sendo este um dos principais fatores geradores de insucesso na solução de casos de toda ordem, nos meios administrativos e operacionais dessas instituições.

Para os autores Wendt e Barreto, no livro *Inteligência Digital*, Ed. 2013, p. 48:

Investigação criminal – Tem por objetivo, após a prática de uma infração penal, recolher elementos de autoria e materialidade para que se possa instaurar a competente ação penal contra os autores do fato.

²⁹ É o conjunto de serviços organizados com a intenção de assegurar a integridade das pessoas em sociedade, bem como a integridade de um país (DE PLÁCIDO, 1996).

Inteligência Policial – Disponibiliza ferramentas para uso na investigação criminal. Ex.: análise relacional e/ou de vínculos, tecnologias, técnicas e ferramentas operacionais (técnicas de vigilância, OMD, RECON, fotografia etc.).

Como foi frisado anteriormente, a inteligência, seja ela policial ou criminal, é uma ferramenta de suma importância, para a gestão administrativa e operacional da segurança pública, daí o porquê de se dispensar uma grande atenção à explanação sobre a mesma, haja vista que a inteligência não é nada, nos dias atuais, sem a parceria da tecnologia, inclusive costuma-se dizer que: “não se pode entender a inteligência dissociada das tecnologias da informação e comunicação”.

Disso surge uma crítica construtiva à instituição, a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, a qual possui três departamentos que tratam com tecnologia da informação e comunicação, ou seja, o Departamento Estadual de Telecomunicações – DETEL, o Departamento Estadual de Informática Policial – DINP e o Gabinete de Inteligência e Estratégia – GIE, quando, na verdade, o mais correto é possuir somente um, e que este englobe a inteligência e a tecnologia, este seria o Departamento de Inteligência Policial – DIPOL, o qual teria como competência, cuidar da inteligência e da tecnologia no âmbito da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. No lugar dos Departamentos que serão extintos, pode-se criar novos, que venham ao encontro dos interesses da sociedade.

É importante deixar claro que de nada adianta a elaboração simples de uma legislação para agrupar esses órgãos policiais, tem que se mexer na estrutura orgânica dos mesmos, haja vista o constante avanço tecnológico, atualizando-se assim a estrutura orgânica da Polícia Civil, deixando-se esta formalizada e à disposição dos interessados.

11.3 A SUBUTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA PELOS ÓRGÃOS POLICIAIS

A outra crítica que se faz é a de que a inteligência é subutilizada nas instituições de segurança pública, quando deveriam ser valoradas ao máximo, fala-se sobre isso devido à experiência que se tem junto da Agência de Inteligência da Secretaria da Segurança Pública do nosso Estado, antes conhecida como Departamento de Inteligência e Assuntos Estratégicos – DIAE, hoje Departamento de Inteligência de Segurança Pública – DISP.

É fato constatado de que a inteligência ajudaria muito subsidiando órgãos operacionais das instituições policiais com

informações, com isso eles conseguiriam dar uma resposta rápida, eficaz e eficiente à grande maioria dos problemas relacionados à segurança pública, seja nas questões que envolvem a gestão administrativa, bem como na gestão operacional.

O setor mais importante de um órgão de inteligência, segundo entendimento, é o de análise criminal, daí o porquê da atenção maior que será dada a esta área da inteligência, até mesmo por ser este o setor que mais utiliza as ferramentas relacionadas às tecnologias da informação e comunicação, necessárias para o trato com uma grande quantidade de informações que existem nas mais diversas fontes de informações hoje existentes e que são de interesse primordial para a tomada de decisões na segurança pública.

Considera-se a análise criminal como sendo uma ferramenta de suma importância para a atividade operacional de polícia judiciária, por isso ela está sendo tratada nesta dissertação em um capítulo à parte, como segue.

12 A ANÁLISE CRIMINAL

12.1 SÍNTESE HISTÓRICA DA ANÁLISE CRIMINAL

Para os Professores George Felipe de Lima Dantas e Nelson Gonçalves de Souza: “o serviço de Análise Criminal é, genericamente, o órgão encarregado da coleta e a análise de informações e dados pertinentes aos fenômenos relacionados à criminalidade”.

Nos dias atuais é muito difícil fazer análise criminal de uma grande quantidade de dados sem a utilização das tecnologias da informação e comunicações, as quais facilitam o trabalho do analista na detecção de padrões criminais; estabelecendo as devidas correlações entre as práticas criminosas e seus respectivos autores intelectuais; assim como determinados os perfis de alvos³⁰ e os delinquentes habituais³¹ e mesmo previsto o cometimento de crimes. As informações e dados, após serem trabalhadas pelo analista, serão colocados à disposição dos órgãos administrativos ou operacionais, para as futuras tomadas de decisão e desenvolvimento de atividades de inteligência e operacional de um órgão de segurança pública.

De tudo o que foi visto até aqui, chega-se à conclusão de que os temas de interesse da segurança pública, com todo o avanço tecnológico existente e que facilitam consideravelmente as comunicações entre organizações, sejam elas públicas ou privadas, ainda permanecem fragmentados e tratados separadamente pela sociedade civil e pelas instituições policiais. Não há ainda o interesse das academias no sentido de que esses temas que digam respeito à atividade de segurança pública sejam tratados de forma específica visando uma convergência entre essas duas vertentes do saber a respeito da segurança.

Para Dantas & Souza, August Vollmer (1876-1955) considerado o “pai” da moderna gestão científica da atividade policial norte-americana, já apontava, no início do século XX, as mesmas metodologias básicas atualmente utilizadas na análise criminal moderna:

³⁰ Fim ou resultado que se deseja atingir; meta, objetivo. No caso, o alvo é uma pessoa (AURÉLIO, 2008).

³¹ É o que se mostra predisposto ao crime por uma fraqueza moral congênita, pelos vícios de educação, pela miséria, pelas degradações morais e por outros fatores que o tornam um criminoso reincidente, ou afeito ao crime (DE PLÁCIDO, 1996).

Na premissa da regularidade do crime e de fatos similares, é possível tabular as ocorrências policiais de uma cidade e assim determinar seus pontos de maior e menor risco para as ocorrências de crime.

Wilson sucedeu Vollmer na cátedra de administração policial de Berkeley e, assim como seu mentor, também acreditava no valor da pesquisa acadêmica voltada para a atividade policial. A ideia de mapear o crime, referida por Vollmer, também foi preconizada por Wilson:

As divisões de análise criminal são responsáveis pelo exame sistemático de boletins diários de ocorrências de determinados crimes, de modo a determinar hora, local, características especiais, semelhanças com outras ocorrências e vários outros fatos significativos que podem contribuir para a identificação de um criminoso ou de um padrão de atividade criminal (Orlando Winfield Wilson).

Ante ao exposto, verifica-se que a moderna análise criminal está consubstanciada “no uso intensivo da Tecnologia da Informação e Comunicação”, sendo que nela estão incluídos os chamados aplicativos de estatística computadorizada e de sistemas geoprocessados, tendo como objeto de análise criminal uma grande quantidade de informações e de dados organizados em bases agregadas.

Da análise das bases nacionais de dados agregados, é possível se estabelecer relações entre diversas categorias de dados e informações criminais, determinando, com isso, padrões e tendências humanamente impossíveis de serem detectados em trabalho manual.

12.2 CONCEITO DE ANÁLISE CRIMINAL

A Análise Criminal não se resume à apresentação de números de violência e criminalidade de uma determinada região para o conhecimento das autoridades ou dos gestores. Não se pode confundir Análise Criminal com Estatística.

A Análise Criminal utiliza os recursos oferecidos pela estatística e constitui uma metodologia voltada para a compreensão do fenômeno criminalidade, com vistas à articulação de esforços devidamente

distribuídos e aplicados, no sentido de favorecer a tomada de decisões de forma eficaz, para a redução e controle da criminalidade.

Assim, pode-se conceituar Análise Criminal como “uma metodologia de produção de conhecimento, realizada por meio do conjunto de atividade de coleta, organização e interpretação de dados, buscando identificar a existência, o surgimento ou a evolução de padrões e tendências de prática de crimes, objetivando subsidiar os gestores, através do planejamento estratégico e tático/operacional, da investigação criminal e da pronta resposta do aparelho dos demais órgãos vinculados à segurança pública, com vista à redução da criminalidade”.

Outro conceito de Análise Criminal diz que:

A análise criminal é um conjunto de processos sistemáticos direcionados para o provimento de informação oportuna e pertinente sobre os padrões de crime e suas correlações de tendências de modo a apoiar as áreas operacionais e administrativas no planejamento e distribuição de recursos para a prevenção e repressão de atividades criminais, auxiliando o processo investigativo e aumentando o número de prisões e esclarecimento de casos.

Observa-se que existe uma relação entre os conceitos supramencionados, que enfatizam a produção de informações a partir do estabelecimento de padrões e tendências de práticas criminosas, como forma de apoiar as ações policiais de segurança pública.

Análise Criminal, na moderna doutrina de Inteligência Policial, pode ser conceituada como sendo uma metodologia de produção de conhecimento; incorpora técnicas da Atividade de Inteligência associada com a tecnologia de informação e comunicação, com o propósito de subsidiar a área da gestão operacional e da gestão administrativa das organizações policial, subsidiando a gestão administrativa e operacional, orientando o planejamento e a melhor disponibilização dos recursos humanos e materiais, no sentido de melhor atuar na prevenção e na repressão qualificada do fenômeno da criminalidade e da violência (Ferro 2008).

Dos conceitos acima propostos, é possível inferir que a análise criminal tem como objeto, estudos sobre a criminalidade e está entendida em todos os seus subelementos: os padrões e as tendências do crime, o perfil do autor do fato criminoso, da vítima e do espaço

geográfico onde o fato ocorreu; o “modus operandi”; os quais são individualizados sob a forma de variáveis, ou unidades-base de construção da metodologia de trabalho do analista criminal.

12.3 A ANÁLISE CRIMINAL E A INTELIGÊNCIA POLICIAL

O professor George Felipe de Lima Dantas, em seu artigo intitulado “As Bases Introdutórias da Análise Criminal na Inteligência Policial”, cita que o Capitão DeLadurantey, Comandante da Divisão de Investigação Científica de Los Angeles, conceituou inteligência como:

É o conhecimento das condições passadas, presentes e projetadas para o futuro de uma comunidade, em relação aos seus problemas potenciais e atividades criminais. Assim como a Inteligência pode não ser nada mais que uma informação confiável que alerta para o perigo potencial, também pode ser o produto de um processo complexo envolvendo um julgamento bem informado, um estado de coisas, ou um fato singular. O “processo de Inteligência” descreve o tratamento dado a uma informação para que ela passe a ser útil para a atividade policial.

Da definição supracitada chega-se à conclusão da importância da Análise Criminal para as atividades de inteligência policial, haja vista a grande empregabilidade do que é liberado pelos setores de análise, tanto para a tomada de decisão da alta gestão de um órgão de prestação de serviços de segurança pública, bem como sua utilização na gestão operacional desses mesmos órgãos.

No mesmo trabalho o ilustre professor ao citar Steven Gottlieb (1994), referindo o “*Integrated Criminal Apprehension Program*” (Programa Integrado de Prisão de Criminosos), faz referência ao fato de que esse policial americano define a Análise Criminal da seguinte forma:

É um conjunto de processos sistemáticos (...) direcionados para o provimento de informação oportuna e pertinente sobre os padrões do crime e suas correlações de tendências, de modo a apoiar as áreas operacional e administrativa no planejamento e distribuição de recursos para a

prevenção e supressão de atividades criminais, auxiliando o processo investigativo e aumentando o número de prisões e esclarecimento de casos. Em tal contexto, a análise criminal tem várias funções setoriais na organização policial, incluindo a distribuição do patrulhamento, operações especiais e de unidades táticas, investigações, planejamento e pesquisa, prevenção criminal e serviços administrativos (como orçamento e planejamento de programas).

Como podemos observar da definição e para a época, há o entendimento de que a análise tinha, desde já, uma importância muito grande para a atividade policial, haja vista a preocupação com os padrões de como os crimes eram praticados, pois daí se chegaria ao se analisar cada tipo de delito praticado, aos verdadeiros autores desses crimes, uma vez que se tinha a identificação do “modus operandi” de cada um deles e isso levaria ao criminoso. A conclusão que se tem é de que, com um bom trabalho de análise, a inteligência policial também contribui para a prevenção da prática de crimes, em razão de que a análise pode levar os órgãos policiais a se anteciparem aos fatos, impedindo, com isso, que eles venham a se concretizar.

O que se pode verificar, através da análise criminal, realizada sobre os índices criminais em determinado bairro, cidade, município, Estado, em conjunto com outros fatores que podem e devem ser levados em consideração, tais como: o dia, a hora, o local, o tipo de vítima, a possível descrição do autor, o “modus operandi”, ou qualquer outra variável referente ao fato praticado e que esteja sob análise, é de que se tem uma visão geral, nesses ambientes, de que a criminalidade está aumentando ou diminuindo, bem como, passa a existir um embasamento concreto para um planejamento de ações de segurança pública.

As maiores dificuldades encontradas para a criação e implementação de uma doutrina em análise criminal é a falta de conhecimento, nos organismos voltados para a segurança pública, da importância dessa ferramenta para a atividade policial, assim como também a ausência de uma cultura de produção de conhecimento realizada por meio de pesquisa, estudo de padrões e tendências de fatos relacionados com a criminalidade.

12.4 A ANÁLISE CRIMINAL NO BRASIL

Para o professor George Felipe de Lima Dantas e Nelson Gonçalves de Souza (2004):

Análise Criminal é um processo analítico e sistemático de produção de conhecimento. Baseado na sociologia do crime está orientado segundo os princípios da pertinência e da oportunidade, sendo realizada a partir do estabelecimento de correlações entre conjuntos de fatos delituosos ocorridos (ocorrência policiais), padrões e tendências da “história” da criminalidade de um determinado local ou região.

Sempre que é possível, as atividades de análise devem buscar englobar territorialmente, locais ou regiões, dos quais estejam disponíveis também, indicadores demográficos e socioeconômicos, de tal sorte que a criminalidade possa ser contextualizada. É uma ciência consolidada principalmente pelos órgãos *Law Enforcement* nos Estados Unidos da América (PETERSON, 2007).

No Brasil a produção de conhecimento através da análise criminal não é levada em consideração como deveria acontecer, daí a dificuldade deste ser aplicado à gestão da segurança pública, principalmente da gestão operacional, tal fato não acontece em outros países, dentre os quais os EUA, a Austrália, o Canadá, e a Inglaterra, onde a inteligência recebe outro tipo de tratamento, inclusive com farto investimento na área. No entanto, no Brasil, a produção desse tipo de conhecimento, ainda escassa, está circunscrita³² a alguns poucos nichos acadêmicos ou de profissionais especializados na gestão operacional da segurança pública.

A precariedade deste trabalho de análise no Brasil deve-se principalmente à inexistência de dados e informações para a realização de estatísticas criminais válidas e confiáveis. O que acontece atualmente no Brasil não é por falta de iniciativas do Estado nesse sentido, conforme fica patente no Decreto-Lei Nº 3.92 de 30 de dezembro de 1941, o qual dispõe sobre a execução das estatísticas criminais a que se refere o art. 809 do Código de Processo Penal:

³² Divisão territorial. No caso, área de competência de um órgão policial (AURÉLIO, 2008).

Parágrafo 1º. As estatísticas criminais, policial e judiciária, terão por base o boletim individual que é parte integrante dos processos.

§ 1º. Os dados contidos no boletim individual, referente não só aos crimes e contravenções, como também aos autores, constituem o mínimo exigível, podendo ser acrescido de outros elementos úteis à estatística.

§ 2º. O boletim individual é dividido em três partes destacáveis, e será adotado no Distrito Federal, nos Estados e nos Territórios. A primeira parte ficará arquivada no cartório policial; a segunda será remetida à repartição incumbida do levantamento da estatística policial; e a terceira acompanhará o processo. Transitada em julgado³³ a decisão final, e lançados os dados respectivos, será a terceira parte destacada e enviada: a) no Distrito Federal, ao Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e, b) nos Estados e nos Territórios, aos respectivos órgãos centrais de estatística.

Art. 2º. Depois de devidamente criticadas e apuradas pelos órgãos de estatística componentes, a segunda e terceira parte do boletim individual serão remetidas ao serviço de identificação³⁴, como elementos complementares do registro do prontuário do acusado³⁵ nelas referido.

Art. 3º. O modelo de boletim individual, publicado com o Código de Processo Penal, fica substituído pelo que acompanha a presente lei.

³³ É passar em julgado, isto é, é ter a sentença, pelo transcurso do prazo, em que se pode recorrer dela, se tornando coisa ou caso julgado (DE PLÁCIDO, 1996).

³⁴ É o serviço público responsável pela identificação das pessoas naturais, no sentido de identificá-las por seus sinais característicos (antropométricos, dactiloscópicos, etc.), de modo que em qualquer contingência, possam perfeitamente se distingam umas das outras (DE PLÁCIDO, 1996).

³⁵ É o registro, mantido pela polícia civil, em que anota, em resumo, tudo o que concerne à vida civil ou criminal dos indivíduos ali identificados, a fim de que, de pronto, tenha todos os dados precisos para conhecimento dos fatos que se mostram ligados aos mesmos (DE PLÁCIDO).

No Brasil, a ausência de uma cultura técnica de inteligência, na qual está inclusa a análise criminal, não favoreceu ainda uma necessária presteza no estabelecimento de grandes sistemas nacionais de dados agregados (base de dados) pela gestão. Em outra visão, ao revés, a precariedade ou inexistência de grandes sistemas de bases agregadas de informações e dados, não teria favorecido ainda o pleno desenvolvimento de uma cultura técnica de análise criminal nos órgãos policiais do país.

Na primeira hipótese, é possível afirmar que a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), órgão subordinado ao Ministério da Justiça, desde a década de 1990, vem tentando induzir, por parte dos entes federativos, a construção de sistemas nacionais de dados agregados (base de dados), com informações acerca do crime e a da violência. Na segunda hipótese, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) estaria hoje buscando direcionar o foco e sistematizar a cultura da Análise de Inteligência Policial³⁶, técnica pertinente ao grande domínio metodológico da Inteligência de Estado.

São dignas de nota, entretanto, algumas iniciativas empreendidas no Brasil, nos últimos anos, tanto no âmbito acadêmico quanto institucional, no sentido de disponibilizar instrumentos e produtos da análise criminal alinhados com as melhores práticas internacionais. Nesse sentido, os trabalhos pioneiros dos sociólogos Cláudio Beato e Túlio Khan devem ser considerados e examinados. Em áreas específicas da gestão, incluindo a da integração do conhecimento, bem como a da análise criminal tática de *alta tecnologia*, destacam-se respectivamente, os estudos de Nelson Gonçalves de Souza e Celso Moreira Ferro Júnior realizados em Brasília.

Não há dúvida de que o alinhamento da Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação e Comunicação, em prol da Análise Criminal, seja um modelo a ser adotado pela Gestão Operacional da Segurança Pública, no sentido de um melhor controle do fenômeno do crime e da violência. Beato aponta a importância do tema:

A utilização intensiva de tecnologia de informação tem promovido uma verdadeira revolução silenciosa nas polícias do mundo (...). A constituição de unidades de análise de crimes tem

³⁶ Da, ou próprio da polícia, ou útil aos seus fins. Aquele encarregado de vigiar, em cumprimento de leis ou regulamentos policiais. Vigiar, reprimir, conter. (AURÉLIO, 2008).

se constituído num dos principais suportes para o desenvolvimento de policiamento comunitário e de solução de problemas.

A tendência a uma universalização da prática da análise criminal vem favorecendo, inclusive, a constituição de associações internacionais temáticas, caso da “*International Association of Law Enforcement Analysts*” (Associação Internacional de Analistas de Inteligência Policial), a IALEIA. Criada em 1981, e que tem como finalidade promover o profissionalismo da Análise de Inteligência Policial, encorajando seu reconhecimento enquanto atividade técnico-profissional, bem como o desenvolvimento de padrões internacionais de qualificação, treinamento e utilização de métodos e técnicas específicas.

12.5 AS FINALIDADES DA ANÁLISE CRIMINAL

A finalidade da Análise Criminal, de uma forma abrangente, é estabelecer correlações para a detecção de padrões criminais, como, data, hora e característica do local onde ocorreu o crime, perfil das vítimas de interesse aos criminosos, perfil dos autores, “modus operandi”, dentre outros fatores significativos que podem contribuir para a identificação de padrão de determinada atividade criminosa ou do conjunto de atividades delituosas (criminalidade).

Os resultados ou produtos oriundos da análise criminal são imprescindíveis para a atividade de polícia, pois favorece a tomada de decisões, o planejamento estratégico e operacional; possibilitando uma melhor distribuição de recursos materiais e humano, direcionados às operações especiais de unidades táticas e de operações preventivas³⁷, subsidiando, assim, o desenvolvimento das ações de segurança pública com vista à redução dos índices de violência e de criminalidade.

12.6 FONTES UTILIZADAS PELA ANÁLISE CRIMINAL

As principais fontes de informações e de dados que são utilizadas com maior frequência pelos órgãos de segurança pública, para a elaboração dos seus relatórios de análise criminal, são os registros de

³⁷ É medida preventiva que visa impedir embaraços, crimes, outro ato violento venha ocorrer contra pessoas determinadas ou grupos delas (DE PLÁCIDO, 1996).

ocorrências³⁸ policiais, as oitivas contidas nos inquéritos policiais, os relatórios das autoridades policiais e que integram esses inquéritos, as informações oriundas dos disque-denúncia - 181 (telefone utilizado pelos órgãos de segurança pública para que os cidadãos possam fazer denúncias sobre fatos delituosos que tenham tido conhecimento), que atualmente estão sendo utilizados de forma errônea pelos órgãos da segurança pública bem como de outras fontes de informação, como aquelas que estão armazenadas nos principais bancos de dados das instituições públicas e que possam interessar à segurança pública.

No diagrama que é apresentado na figura 19, abaixo, é uma estrutura que mostra as principais fontes utilizadas pela análise criminal, em órgãos de inteligência policial.

Figura 19 - Principais fontes utilizadas para se fazer Análise Criminal.



Fonte: <<http://pt.slideshare.net/CelsoFerro/a-inteligencia-da-organizaçãopolicial>>

Em síntese, as fontes de conteúdo para a realização de uma análise criminal eficiente vão desde as ocorrências policiais, inquéritos, processos, relatórios, depoimentos³⁹, trabalhos científicos, de onde se pode extrair o dado ou a informação que possa interessar para a produção do conhecimento de interesse de algum órgão policial.

³⁸ É o vocábulo empregado para designar o próprio ofício ou a repartição, a que se comete o encargo de promover ou realizar o registro. No caso uma delegacia (DE PLÁCIDO, 1996).

³⁹ É o ato pelo qual uma testemunha faz declarações perante a autoridade policial, que a convocou, “ex officio”, ou em atenção a pedido deferido por ela (DE PLÁCIDO, 1996).

Há softwares que facilitam a busca em diversos bancos de dados, inclusive softwares de excelente qualidade, produzidos aqui mesmo no Brasil.

12.7 A INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA ANÁLISE CRIMINAL

A análise criminal é uma função básica da Inteligência Policial e Criminal, a qual deve ser bem trabalhada, desenvolvida e utilizada por uma instituição policial.

É por meio da análise criminal que informações e dados pertinentes à atividade policial são coletados, cotejados, analisados e, finalmente, disseminados enquanto produtos informacionais de interesse da segurança pública.

Esses dados são aqueles que gerados no âmbito interno da instituição policial, através dos registros de ocorrências policiais, dos relatórios e de outras atividades desenvolvidas pela própria polícia e que possam servir à análise criminal.

Dados adicionais podem ser obtidos de outras fontes, como, por exemplo, fontes externas, caso de organizações coirmãs, demais instituições pertencentes aos sistemas de justiça criminal (Poder Judiciário, Ministério Público, organizações prisionais, autarquias, empresas de economia mista, etc.), além de outras instituições da rede pública e porque não dizer de empresas da iniciativa privada.

A análise criminal é uma atividade sistêmica que manipula informação e dados coletados rotineiramente a respeito de ocorrência criminais e criminosos (como nos “registros” ou “boletins” de ocorrências), de maneira a permitir a prevenção e repressão qualificada de práticas delituosas, aí incluindo a prisão de delinquentes.

A coleta e a análise de dados, rotineiramente disponíveis acerca de ocorrências criminais, possibilitam um fluxo permanente e regular de informações deles resultantes, agregando valor às tarefas policiais, tanto nas atividades de patrulhamento quanto de investigação policial, tornando-as, assim, mais efetivas e como resultados positivos.

As informações obtidas por meio da análise de dados criminais são utilizadas tanto nas atividades operacionais quanto nas atividades gerenciais. Os policiais envolvidos na área operacional podem beneficiar-se das informações da análise criminal, em suas operações diárias, incluindo o planejamento tático-operacional.

Já nas funções gerenciais, de gestão, as informações advindas da análise criminal servem para orientar o planejamento estratégico institucional, na medida em que o conhecimento criminológico será

utilizado no encaminhamento de macro questões de prevenção e repressão qualificada (como com a identificação de tendências e padrões da criminalidade e perfis de vítimas e autores), servindo, assim, para orientar a alocação dos recursos institucionais, tanto matérias como humanos.

12.8 A ANÁLISE CRIMINAL E O MAPEAMENTO DA CRIMINALIDADE

O mapeamento da criminalidade conta com uma longa história. Phillips (1972) exemplifica o uso da técnica a partir dos estudos especialmente orientados acerca da criminalidade e da delinquência⁴⁰, realizados por sociólogos e criminólogos desde 1830 (...). Nesses estudos, Phillips identificou três grandes escolas:

A escola **cartográfica** ou **geográfica** predominou entre 1830 e 1880, começando na França e passando à Inglaterra. Esse trabalho se baseava **em dados sociais, que os governos começavam a coletar**. Seus resultados tendiam a se concentrar na influência de variáveis como riqueza e densidade populacional sobre os níveis da criminalidade.

A escola tipológica predominou entre o período cartográfico e o período ecológico, que adentraria o século XX. Os tipologistas enfocavam a relação entre as características físicas e mentais das pessoas e a criminalidade.

A escola da **ecologia social** concentrou-se nas **variações geográficas em condições sociais**, pressupondo que estas se relacionavam aos padrões de criminalidade.

12.9 A ANÁLISE CRIMINAL E MONITORAMENTO DE INCIDENTES CRIMINAIS

Como tudo ocorre no tempo e no espaço, com o crime não poderiam ser diferentes, os crimes ocorrem tanto no tempo quanto no espaço. Vasiliev (1996) sugeriu que o tempo é um conceito mais

⁴⁰ É o estado ou qualidade de delinquente, como indica o próprio delito ou falta criminoso (DE PLÁCIDO, 1996).

complexo que o espaço. Espaços e localizações podem ser vistos e medidos um tanto facilmente por meio de sistemas simples de referência, como as coordenadas x-y. O tempo é, no entanto, mais difícil de compreender, e os mapas o têm representado de diversas maneiras (Vasilev 1996, p. 138), entre as quais:

Momentos. Fornecer a hora dos eventos nos espaços geográficos. Quando e onde ocorreu o incidente criminal?

Duração. Como um evento ou processo se perpetua em um espaço específico? Por exemplo: por quanto tempo uma taxa de criminalidade permanece acima ou abaixo de certo nível em uma área específica? Por quanto tempo persiste uma “zona quente” (área de alto índice de criminalidade)?

Tempo estruturado. Espaço padronizado segundo o tempo (por exemplo: regiões, distritos e postos de patrulha com rotação de turnos).

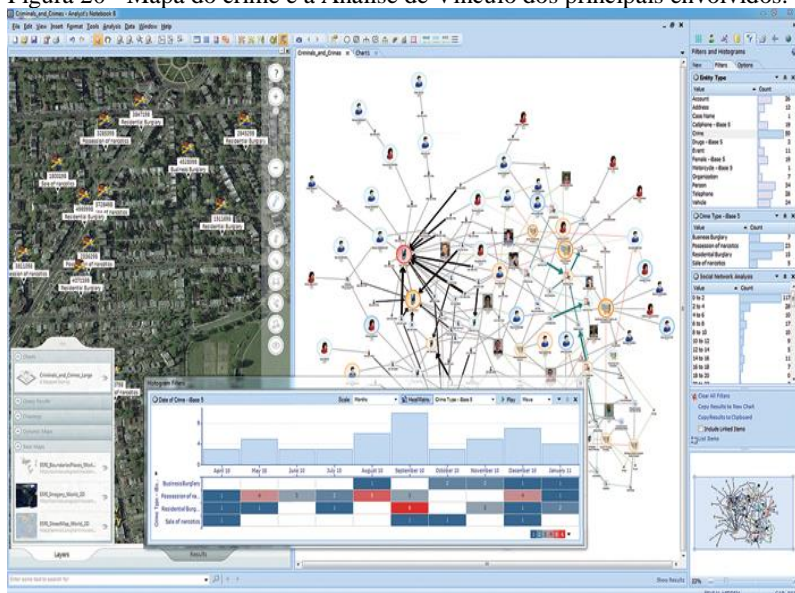
Distância como tempo. Com frequência, nós expressamos a distância como tempo. “É muito longe?” “Cerca de 20 minutos.” Mais específica, talvez, é a preocupação com os tempos de resposta. Na prática, um tempo de resposta admissível máximo e fixo corresponde à distância máxima capaz de ser percorrida pelas unidades de patrulha. Outra aplicação seria checar se um suspeito poderia ter viajado do último lugar em que foi visto até a localização do crime dentro de certo período de tempo.

Os mapas podem fornecer uma ampla variedade de informações, que incluem, mas não se limitam, à localização, à distância e à direção, bem como ao padrão de apresentação de dados pontuais ou de área. Cada tipo de dado significa coisas diferentes para usuários diferentes.

A figura 20 que vem logo abaixo, mostra a utilização de mapas quando da atuação policial, uma vez que eles são uma ferramenta importante no processo de redução da criminalidade, haja vista que as instituições policiais poderão atuar por área (s), com isso empregando melhor os seus efetivos operacionais e seus equipamentos. Na figura citada pode-se notar que o software permite, ao mesmo tempo, a realização da visualização do mapa e a análise de vínculo de criminosos, quando algum desses já tenha sido identificado; que pode ser, no caso,

um chefe de quadrilha, por exemplo, com atuação no local, haja vista também, que a polícia pode ser ajudada pelo estudo do “modus operandi” dos criminosos e/ou criminoso.

Figura 20 - Mapa do crime e a Análise de Vinculo dos principais envolvidos.



Fonte: site do GIS <<http://gislouge.com/crime-mapping-and-analysis/>>

A localização é, na perspectiva do analista criminal, o tipo mais importante de informação a ser apresentado ou reunido em um mapa. Onde as coisas acontecem ou aconteceram, ou onde podem acontecer no futuro, é a informação mais procurada e potencialmente útil, pois tem diversas implicações para os investigadores e para a alocação dos recursos do órgão policial local e da comunidade, além da sua utilidade no campo do planejamento e da política.

A distância não é muito útil como informação abstrata. Ela toma vida quando traduzida em algum tipo de relação: qual a distância da casa da vítima até o local em que ela foi assaltada? Qual a distância máxima que as viaturas são capazes de percorrer dentro de um ambiente urbano específico para que atendam às chamadas em um tempo aceitável? Que distância um suspeito poderia ter percorrido em um período de tempo específico?

A direção é mais útil, quando combinada com a distância, embora não seja uma informação tipicamente importante na análise criminal, a menos que ela se relacione a outros processos e a condições relevantes. É utilizada, em geral, num contexto descritivo, como “a zona quente dos arrombamentos está se movendo para o Oeste,” ou “roubos seriais se movem para o Sudeste,” ou “o lado Leste está se tornando uma área de alta criminalidade.”

O padrão é um conceito especialmente útil na análise criminal, na medida em que ela envolve a descrição ou a análise do padrão das ocorrências criminais. O padrão pode ser uma ferramenta investigatória poderosa, porque o modo como os pontos se configuram pode nos dizer algo acerca do processo que leva a esta configuração. Os padrões são, em geral, classificados como aleatório⁴¹, uniforme, aglomerado ou disperso.

Em uma configuração aleatória, os pontos têm a mesma possibilidade de estar em qualquer lugar do mapa. Os pontos se distribuem aleatoriamente pelo mapa.

Em uma distribuição uniforme, os pontos se encontram igualmente espaçados.

Também podemos dizer que numa distribuição uniforme a distância entre os pontos vizinhos é maximizada.

Em um padrão de aglomeração, os pontos se encontram aglomerados, com áreas substancialmente vazias.

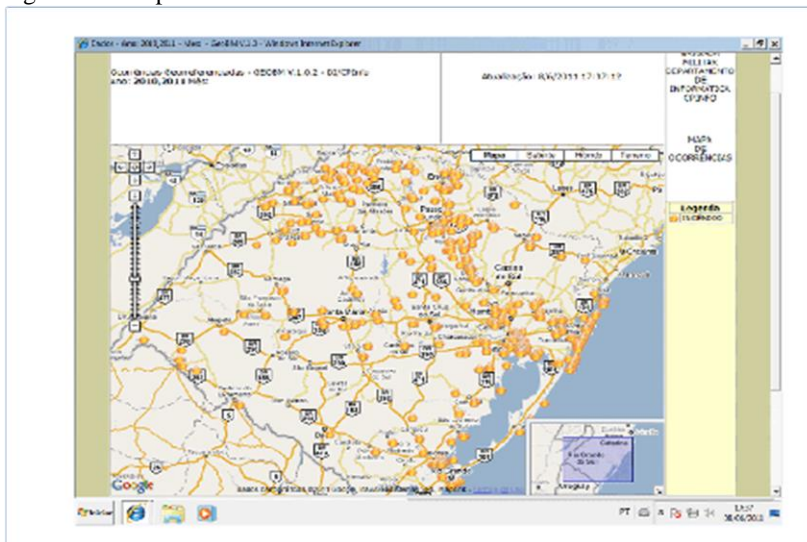
12.10 A ANÁLISE CRIMINAL E OS MAPAS

Pode-se dizer que o mapa é um produto final de um processo que pode começar com o registro de ocorrência policial, o com um relatório policial, passando pela equipe de processamento de dados, uma vez que é utilizada no banco de dados e, finalmente, transformada em um símbolo quando no papel.

Abaixo apresenta-se, na figura 21, uma das formas de utilização de mapas na atuação policial no Estado do Rio Grande do Sul. As informações documentadas no mapa podem ser utilizadas pelos órgãos policiais, após serem trabalhadas pelos analistas, como ferramenta de suporte para a inteligência e a investigação, uma vez que sugerem diversas generalidades aplicáveis à utilização dos mapas:

⁴¹ Designa tudo o que se prende ao caso ou ao jogo da sorte. É uma condição fundada na sorte, nos azares ou no acaso (DE PLÁCIDO, 1996).

Figura 21 - Mapa do crime no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: GIE (Gabinete de Inteligência e Estratégia da PC/RS).

1. Agregam diversas informações de maneira coerente.
2. Oferecem uma visualização viva dos dados e dos padrões descritivos que podem sugerir respostas às questões levantadas pela investigação.
3. Proporcionam oportunidade de análise espacial com ferramentas de seleção e consulta.
4. Servem como ferramentas de persuasão⁴² para a alocação específica de recursos por parte dos gestores de organizações destinadas à segurança pública

12.11 A ANÁLISE CRIMINAL E O PERFIL GEOGRÁFICO

Na análise criminal é importante levar em consideração o perfil geográfico de determinado ambiente, uma vez que este é uma metodologia investigatória e de inteligência que utiliza a localização de conjuntos de crimes ocorridos em determinado local, os quais devem

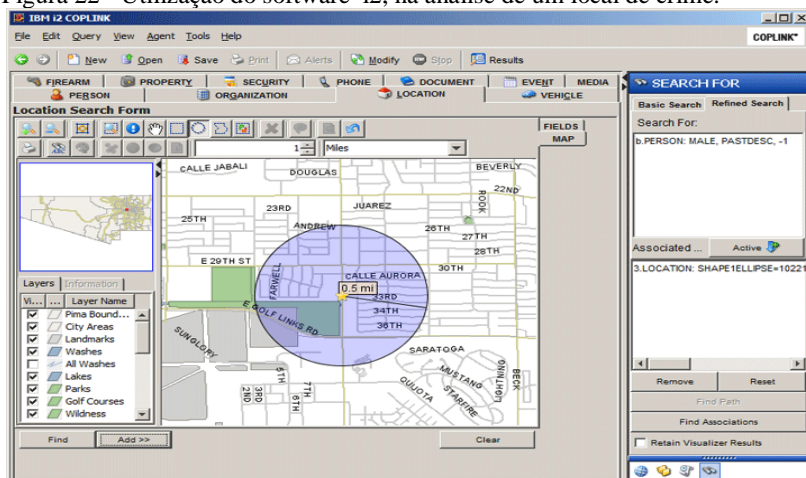
⁴² Ferramenta de convencimento; é o convencimento mediante fatos ou palavras, a que se acredite ou se faça alguma coisa. O processo é ardiloso mostra-se induzimento ou instigação (DE PLÁCIDO, 1996).

estar conectados para determinar a provável região de atuação de um determinado criminoso ou grupo de criminosos. Embora normalmente aplicado em casos de homicídios⁴³, estupro, incêndios criminosos, assaltos e atentados à bomba, seriais. O perfil geográfico também pode ser utilizado nos casos de crimes singulares que envolvam cenários múltiplos ou outras características geográficas significativas.

Os locais dos crimes, que são subdivididos segundo o tipo (e.g., encontro com a vítima, homicídio e local de desova dos corpos das vítimas), são introduzidos segundo endereço, latitude/longitude ou digitalização. São então criados e examinados cenários nos quais os locais dos crimes são pesados com base em certos princípios teóricos e metodológicos.

Abaixo, na figura 22, apresenta-se um modelo do que foi falado, com a utilização do software i2, onde é demarcada a área deflagrada, isso para que a polícia possa se concentrar no local do fato e com isso examinar melhor os cenários ali existentes; facilitando sobre maneira o trabalho, haja vista que a coleta de materiais e informações pode subsidiar uma investigação sobre o fato, de forma que este possa ter uma solução rápida, eficaz e eficiente.

Figura 22 - Utilização do software i2, na análise de um local de crime.



Fonte: <<http://www-01.ibm.com/software/br/industry/i2software/>>

⁴³ Do latim “homicidium” (morte violenta) é entendido como toda a ação que possa causar a morte de um ser humano. É a destruição da vida de um ente humano, provocada por ato voluntário, ação ou omissão (DE PLÁCIDO, 1996).

Como se viu o perfil geográfico pode ser utilizado como base para diversas estratégias de inteligência e de ações investigatórias. Algumas das mais comuns incluem:

1. A priorização de suspeito e pista;
2. A busca baseada nos endereços contidos nos sistemas de registro da polícia;
3. A saturação e vigília das patrulhas;
4. E também em investigações e buscas.

12.12 A ANÁLISE CRIMINAL E O GEOPROCESSAMENTO

O geoprocessamento “é um conjunto de técnicas de coleta, tratamento, manipulação e apresentação de informações que estão situadas dentro de um determinado espaço geográfico”.

Dentre as mais relevantes formas de geoprocessamento, podemos mencionar: cartografia automatizada, processamento de imagens de satélite, digitalização de mapas e Sistemas de Informações (GIS – *Geographic Information System* - Gonçalves, 2001).

Na próxima figura, a de número 23, que vem logo abaixo, apresenta-se a utilização do geoprocessamento como ferramenta policial de inteligência e investigação, haja vista a sua significativa importância na atuação operacional dos órgãos policiais. Como é de se notar, há uma demarcação no terreno indicando que ali está concentrado um grande número ocorrência de fatos delituosos, permitindo que a força policial faça a sua tomada de decisão sobre como proceder para reduzir esses índices de práticas criminosas no local.

Figura 23 - O Geoprocessamento como instrumento de inteligência e investigação policial.



Fonte: GIS <<http://gislounge.com/crime-mapping-and-analysis>>

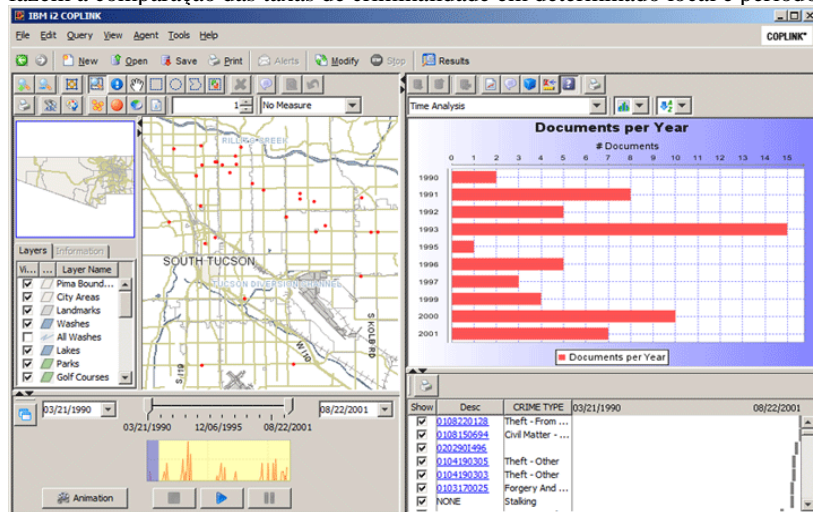
O principal objeto do geoprocessamento, quando utilizado para subsidiar ações de segurança pública, é, na realidade, a geoinformação, que corresponde a uma informação unida com um atributo geográfico. O que nada mais é que a informação em um determinado endereço, em um determinado ambiente e que carrega consigo as coordenadas geográficas (latitude, longitude e altitude) do local a que está se referindo.

Uma informação que tem como aliada a si sua posição geográfica é também chamada de informação georeferenciada, no sentido de ter referência, através das coordenadas, com algum ponto da Terra. O tratamento da geoinformação permite o controle do meio ambiente e o planejamento de cidades e de redes de infraestrutura. (Vasco Furtado, 2005).

No mapa, se torna possível visualizar com muito mais facilidade a posição das informações coletadas. Essa visualização das informações localizadas num mapa, por si só, já esclarece muito. Pois, dando uma noção espacial ao dado, traz este para o mundo concreto. Mas, além de facilitar a visualização das informações, o mapa, aliado aos softwares e outros equipamentos de análise, permitem também que o analista trabalhe com essas informações, de modo que possa relacioná-las e calcular as distâncias entre elas, enfim, tirar dessas informações tudo o que elas podem dar com relação ao lugar a que se referem.

Na figura 24, abaixo, apresenta-se uma tela de computador onde pode-se ver a representação de um mapa do crime associado a um gráfico que faz uma comparação das taxas de criminalidade em um determinado ambiente georreferenciado, em determinado período. O software utilizado é o i2 da IBM, o qual é muito utilizado por organizações policiais e outras organizações pública que detenham o interesse em labutar em áreas de inteligência, investigação e detecção de fraudes, os quais podem ser órgãos de segurança pública e empresas privadas, principalmente empresas de telefonia móvel, no rastreamento, detecção e identificação de autores de fraudes.

Figura 24 - Representação de um mapa do crime com utilização de gráficos que fazem a comparação das taxas de criminalidade em determinado local e período.



Fonte: <<http://www-01.ibm.com/software/br/industry/i2software/>>

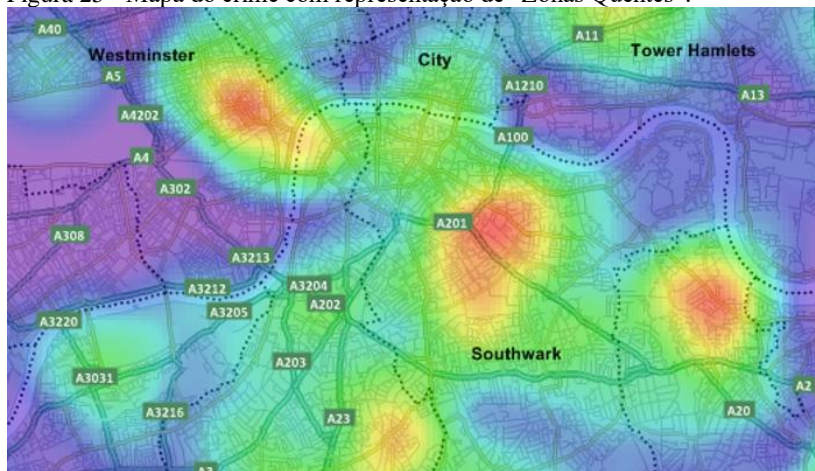
Embora haja a tentativa de pensar os sistemas de informação geográfica (GIS) como tecnologia totalmente contemporânea, suas raízes conceituais são mais antigas. Um GIS consiste no registro e na sobreposição de diferentes distribuições espaciais de dados no papel (ou em outro meio adequado), com o objetivo de encontrar pontos que se inter-relacionam.

12.13 A ANÁLISE CRIMINAL E AS “ZONAS QUENTES”

Um termo que passou a fazer parte do vocabulário do analista criminal é o conhecido como “zona quente”, o qual vem recebendo uma atenção cada vez maior, devido ao impacto e significado que esses ambientes representam. O que são zonas quentes? Como nós as reconhecemos?

A figura 25 que vem logo abaixo, mostra em um mapa as zonas quentes de uma determinada cidade ou região, as quais são apresentadas com cores diferenciadas e de forma que se possa visualizá-las no sentido de identificar o “núcleo” das ocorrências, isso para que os órgãos encarregados da segurança pública, possam melhor tomar as suas decisões e definir sua forma de atuação e até mesmo estabelecendo as principais competências e atribuições para a prática de ações policiais de combate à criminalidade em locais pré-definidos, como está indicado no mapa.

Figura 25 - Mapa do crime com representação de “Zonas Quentes”.



Fonte: GIS < <http://www.gislouge.com/crime-mapping-and-analysis>>

Zona quente é uma condição indicativa de alguma forma de aglomeração em uma determinada distribuição espacial em um determinado ambiente. Entretanto, nem todos os aglomerados são “zonas quentes”, uma vez que os ambientes que ajudam a gerar o crime nem sempre são tidos como de grande impacto na segurança pública, até

mesmo porque os locais onde estão as pessoas também tendem a construir aglomerados.

12.14 A ANÁLISE CRIMINAL E O MAPEAMENTO DA CRIMINALIDADE

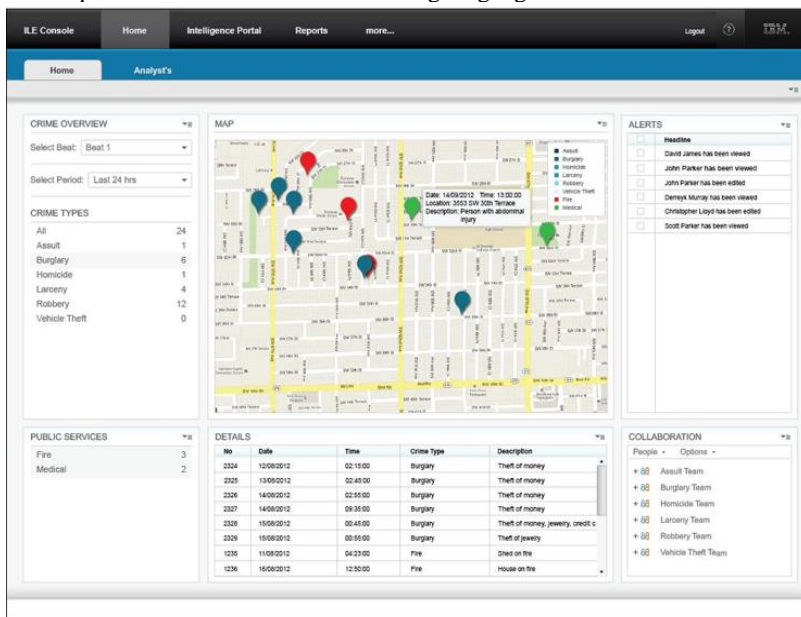
No Brasil os órgãos encarregados da segurança pública enfrentam muitas dificuldades para a realização de um mapeamento da criminalidade, a nível nacional, devido a diversos fatores, dentre estes se podem citar o desequilíbrio tecnológico.

O desequilíbrio tecnológico ocorre devido ao fato de que a maior parte dos órgãos policiais, com exceção de alguns, não utilizam a tecnologia do mapeamento da criminalidade.

O mapeamento da criminalidade é de suma importância para uma instituição policial, uma vez que este permite a visualização da criminalidade como um todo, em determinado espaço geográfico, seja ele urbano, suburbano, ou até mesmo rural. Essa ferramenta permite uma atuação coordenada dos órgãos policiais, permitindo a estes o desenvolvimento de uma série de atividades correlatas que permitiram uma atuação econômica, rápida, eficaz, eficiente e segura. Além de possibilitar, em muitos casos, uma antecipação à concretização dos fatos por parte dos criminosos, o que seria o ideal, pois a ação criminosa seria “abortada” por uma ação policial de sucesso. É o que se chama antecipar-se aos fatos. O que também é uma forma de prevenção qualificada, pois não ocorrerá o fato que antes estava em evidência e preste a ocorrer.

A figura 26 a seguir mostra como o mapa pode ser elaborado com a ajuda de softwares, no exemplo, o software utilizado é o i2, muito utilizado pelas instituições policiais de muitos países e que é uma das melhores ferramentas já inventadas na área da tecnologia da informação e comunicação para esta finalidade. Este software permite uma ação surpreendente dos órgãos de segurança pública, na solução de casos intrigantes e que parecem, muitas vezes, de difícil solução.

Figura 26 - Mapa do crime com a demarcação da criminalidade por tipo de delitos praticados em uma determinada região geográfica de uma cidade.



Fonte: <<http://www-01.ibm.com/software/br/industry/i2software/>>

As diferenças urbanas, suburbanas e rurais, assim como as perspectivas e as necessidades dos órgãos policiais situados em zonas urbanas, suburbanas e rurais, diferem amplamente, no que diz respeito à análise e ao mapeamento da criminalidade.

A geocodificação incompleta é, atualmente, um dos grandes problemas que estão sendo enfrentados pelos organismos de segurança, haja vista que, devido a isso, estão em andamento esforços de geocodificação de endereços, principalmente (...).

Há, atualmente, uma busca pela padronização dos registros de ocorrências, razão pela qual a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP elaborou e disseminou um “Manual de Preenchimento de Ocorrências Policiais”, ou seja, um Formulário de Coleta Mensal de Ocorrências Criminais e Atividades de Polícia, visando com isso uma padronização de endereços e demais informações interessantes para um trabalho de análise criminal, para que essa se torne uma constante no ambiente policial e demais órgãos encarregados da prestação de serviços de segurança pública.

Ao analista recomenda-se estar atento ao dado e à forma de como esse dado é introduzido nos sistemas informatizados e de registros, isso para evitar que ocorram distorções, como já ocorreu no RS, onde uma determinada via pública, aliás, uma pequena rua sem saída, passou a ser o local onde ocorriam praticamente todos os furtos e roubos de veículos em Porto Alegre, ao se auditar o sistema verificou-se que os lançamentos desses dados eram feitos por dissídia do funcionário que alimentava o banco de dados. O Analista Criminal deve levar em consideração, sempre, o seguinte: “dados mal registrados são perdidos, não são analisados, ocasionando análises espúrias”.

Ante ao exposto verifica-se que um dos maiores problemas encontrados pelo analista criminal é a captura de dados incompletos (completude), daí a necessidade e a grande importância que deve ser dada ao preenchimento das ocorrências policiais, com relação a todos os seus atributos. O analista tem que ter consciência da importância do seu trabalho para o sucesso das atividades de segurança pública.

Daí a necessidade de que todo o fato social relacionado à criminalidade seja do conhecimento policial. Isso para que os órgãos policiais possam melhor planejar as suas ações.

12.15 A ANÁLISE CRIMINAL E O GPS

O GPS é a abreviatura de *Global Positioning System*, ou seja, Sistema de Posicionamento Global. O mesmo consiste de uma constelação (rede) de 24 satélites em 6 planos de órbita sobre a Terra a uma altitude de 20.200 quilômetros aproximadamente. É conhecida a existência de satélites reservas para uma substituição imediata, caso seja necessário.

Por meio do receptor de GPS pode-se determinar uma posição geográfica exata sobre a superfície terrestre (latitude e longitude). Daí a importância significativa que este instrumento tem nas investigações de homicídios e casos da prática de abigeato, por exemplo.

Com os seus seis planos de órbita e ângulos de 60 graus, cada satélite percorre duas voltas ao redor da Terra em 24 horas e promove uma ampla e excelente cobertura.

Algumas aplicações para o GPS: é praticamente impossível relatar aqui todas as possibilidades da utilização deste instrumento, pois além das já conhecidas existem ainda as que serão descobertas. O GS pode ser empregado: em acampamentos; em automobilística; em aviação; em comunicações; na segurança pública; nas localizações de

emergências; na monitoração de veículos; em náutica, na sincronização de sistemas, em topografia, dentre outros.

O GIS é um software integrado ao GPS que trata da geoinformação, ao qual se dá o nome de Sistema de Informações Geográficas. Este software possibilita aos setores de análise criminal a confecção de mapas, através do georeferenciamento das informações que possui seu processamento e sua visualização. Ele funciona aliando uma base de dados gráfica e a uma base de dados alfanumérica. Ele facilita a manipulação e integração de grandes quantidades de dados permitindo uma rápida formação e alteração de cenários, impossíveis de serem considerados fora do âmbito computacional.

A figura 27 que vem logo a seguir, apresenta um mapa que comprova o que se fala, haja vista que o que for nele demarcado é de suma importância para os órgãos encarregados da prestação de serviços de segurança pública, para que possam se manter informados a respeito da criminalidade na sua área de atuação e com isso prestar um serviço de excelência à sociedade.

Figura 27 - Mapa do crime em uma determinada zona da cidade de Madri, na Espanha. (Georreferenciamento de Área)



Fonte: GIS <<http://gislounge.com/crime-mapping-and-analysis/>>

Com o GIS pode-se combinar elementos dos mapas de forma a refazer análises de relacionamentos, padrões e tendências de práticas criminosas. O GIS possui ferramentas que permitem que se analisem

esses padrões, encontrá-los e medir as distâncias entre eles, dentre outras funções.

Com a utilização do GIS, os mapas deixaram de ser “estáticos” e passaram a ser manipulados e atualizados em intervalos de tempo curtíssimos, razão pela qual são cada vez mais indispensáveis como ferramentas de planejamento. Antes do GIS, os estudos eram planejados utilizando-se mapas tradicionais, em papel, com tabelas estatísticas e gráficos feitos à mão. Os mesmos mapas e tabelas eram mantidos por diversos departamentos acarretando perdas de tempo e duplicação de esforços. A atualização de mapas não era possível de se desenhar em um único mapa. Com a utilização do computador, esta limitação deixou de existir, uma vez que é possível armazenar todos os dados que se deseja, e apresentar somente aqueles que são relevantes para um determinado estudo.

Abaixo, figura 28, apresenta-se um modelo de mapa utilizado pela Polícia da cidade de Los Angeles (LAPD Police), onde a utilização de um software apropriado possibilita o controle de vários tipos de crime que estão ocorrendo em determinada área da cidade, uma vez que, após a identificação dessas práticas delituosas, e as informações referentes a elas, são armazenadas e a polícia utiliza aquelas que mais lhe interessa, sendo que as demais passam a integrar o banco de dados, para futura utilização caso venha ser necessário. Se não fossem as tecnologias da informação e comunicação, esta aplicação ficaria mais difícil de ser realizada concomitantemente.

Figura 28 - Mapa do crime muito utilizado pela polícia da cidade de Los Angeles.



Fonte: GIS <<http://www.gislouge.com/crime-mapping-and-analysis/>>

O GIS é uma importante ferramenta multidisciplinar. Pode ser aplicado em diversas áreas que tenham em comum o interesse por objetos georeferenciados, como o controle da poluição, planejamento de ocupação de terras, combate ao crime, projeto e manutenção de serviços públicos, controle de hidrantes nas diversas aplicações de geoprocessamento ligadas a área de segurança pública.

A figura 29, abaixo, mostra a ocorrência da prática efetiva de um tipo de crime em uma determinada área, no caso em tela, a prática da prostituição na cidade de São Francisco nos Estados Unidos da América, no transcurso de ano de 2009. As zonas de maior incidência da modalidade criminosa aparecem, no mapa, na forma de altas montanhas em locais determinados, o que significa uma ocorrência muito elevada de prostituição nesses locais da cidade. Aí se tem o que se chama de georreferenciamento.

Figura 29 - Mapa com o georreferenciamento da prática de prostituição na cidade de São Francisco nos Estados Unidos.



Fonte: GIS <<http://gislouge.com/crime-mapping-and-analysis/>>

Um exemplo do uso de informações geográficas juntamente com sistemas de informações, pode ser a análise dos fatores ligados a criminalidade em uma região específica. Ao se identificar onde um determinado crime está acontecendo em um GIS, pode-se entender com a ajuda de informações georeferenciadas sobre a urbanização da região, os motivos que estão levando à ocorrência deste tipo de crime. Pode-se identificar, por exemplo, a falta de saneamento básico ou uma deficiência na iluminação como sendo indutores das ocorrências. (VASCO FURTADO, 2005).

Funções do sistema de informação geográfica (GIS) – o GIS é utilizado com propósitos descritivos, analíticos e interativos.

Aliança entre jurisdições⁴⁴ – essas relações reconhecem que o comportamento criminoso presta pouca atenção às fronteiras entre os

⁴⁴ Designa as atribuições especiais conferidas aos magistrados, encarregados de administrar a justiça. É o poder de poder julgar de um juiz (DE PLÁCIDO, 1996).

órgãos policiais que detém a competência para tratar com assuntos atinentes à segurança pública, ou as circunscrições⁴⁵.

O compartilhamento dos dados, nos dias atuais, é de suma importância para os órgãos encarregados da prestação de segurança pública e deve acontecer, entre instituições e entre os Estados, cada vez mais com maior frequência.

A análise criminal tem importância significativa, por que através dela é possível identificar vários fatores relacionados à prática delituosa e que são muito válidos para subsidiar o planejamento de ações policiais em áreas com alto índice de eventos criminosos.

O acesso às informações geográficas aumenta com a utilização da Internet e de sistemas como o ICAM (Coleta de Informações para Mapeamento Automático), a exemplo do que ocorre em Chicago nos EUA. O acesso poderá ser realizado até mesmo pelo público em geral, o qual poderá usar as informações para se proteger, assim como para ajudar os órgãos encarregados da segurança pública a melhorar as suas formas de atuação, haja vista que, como já foi dito antes, a informação é a principal matéria prima utilizada por essas organizações.

12.16 A análise criminal e as teorias que lhe dão suporte

A análise criminal está consubstanciada em algumas teorias sociais, as quais lhe servem de suporte; e, através destas, é possível a aplicação das teorias criminais de cunho sociológico e das teorias que cuidam da incidência de fenômenos criminais, conforme padrões espaciais, aqueles que ocorrem em determinados locais, e perfis de criminosos e ou teorias criminais.

As teorias sociológicas abordadas na criminologia ambiental são as seguintes: “teoria da anomia; teoria da associação diferencial, teoria do controle social; teoria da escolha racional; e teoria da desorganização social.”

A Teoria da Anomia teve origem na década de 30 e resume-se como decorrente da impossibilidade de o indivíduo atingir metas por ele almejadas, seja por fatores internos ou externos, o que o motivaria para o crime (MERTON, 1938, v. 3, p. 672-682).

⁴⁵ É a divisão territorial ou a parte do território de um país, estado ou município, a que se atribui certo regime administrativo, na qual se assenta o poder jurisdicional de uma autoridade administrativa, civil ou militar, para dirigir certa espécie de serviço público (DE PLÁCIDO, 1996).

Já a Teoria da Associação Diferencial, ou Teoria do Aprendizado Social, afirma que o indivíduo, principalmente o jovem, determina o comportamento que irá adotar a partir de situações de conflito que vivenciou e que irá contribuir para o que ele chama de determinação favorável ao crime (SUTHERLAND, 1973, P. 30-41).

A Teoria do Controle Social busca explicações sobre por que as pessoas se absterem de cometer crimes. Aduz que o indivíduo é dissuadido a trilhar o caminho do crime pela relação direta com a probabilidade de ser descoberto na execução do delito e o custo que a devida punição lhe causaria. A teoria afirma que, quanto mais fortes forem os vínculos do cidadão com a sociedade, maior o seu comprometimento com os valores por ela estabelecido e menor a sua disposição para transgredi-los (AGNEW, 1993, v. 30, p. 245-266).

A Teoria da Escolha Racional, contribuição dos ramos da Economia, revela que o ato criminoso decorre de uma avaliação racional desenvolvida pelo indivíduo, que leva em conta os custos de benefícios obtidos com a atividade criminosa se comparados àqueles resultantes do trabalho legal e, também, das probabilidades de detenção e aprisionamento.

A Teoria da Desorganização Social aborda as comunidades locais, que se organizam em um sistema complexo de redes de associações formais e informais que contribuem, ou não, para o processo de socialização e aculturação do indivíduo. Fatores como a desagregação (ou à desorganização) social o papel de formador de redes sistêmicas capazes de facilitar ou inibir o controle social. (SAMPSON, 1995, p. 193-216).

A Análise de Vínculos é outra ferramenta muito importante para a atividade policial, devido a isso, também está sendo tratada, nesta dissertação em um capítulo à parte, como segue.

13 A ANÁLISE DE VINCULOS

A análise de vínculos é a técnica baseada em tecnologia da informação e comunicação, uma vez que se utiliza de softwares de vanguarda para a realização da análise de verificação de ligação entre indivíduos, grupos e facções criminosas, principalmente no que se refere à constatação da prática de crime organizado, além do que sugere uma moderna metodologia de investigação, através da qual se consegue ampliar a capacidade de visualização da complexidade da prática de um fato tido crime, com a utilização de recursos gráficos produzidos com a utilização de softwares de última geração e que são destinados para esta finalidade.

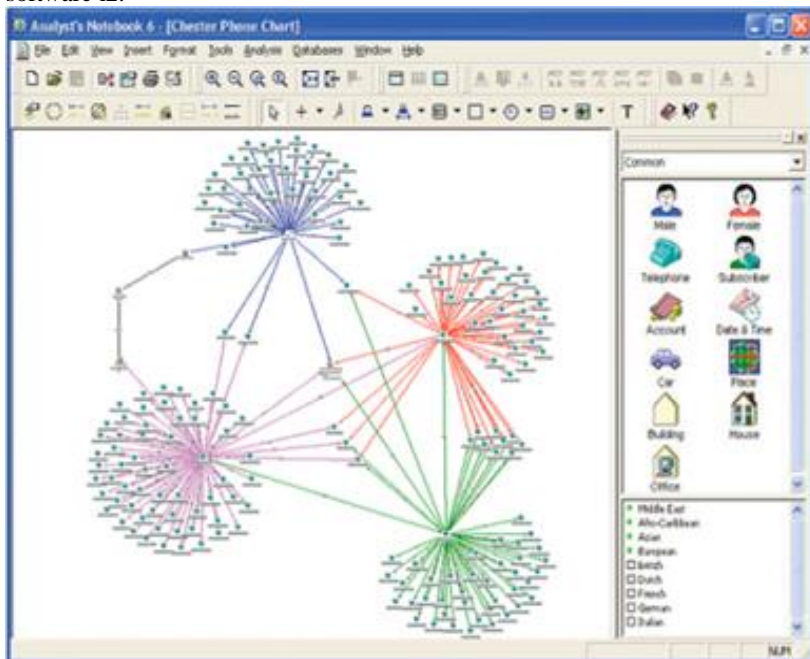
13.1 A ANÁLISE DE VÍNCULOS NA ATIVIDADE POLICIAL

Os gráficos são importantes por que facilitam a verificação de elementos criminosos e que agem de forma associada, formando uma relação em teia bastante complexa, que se identifiquem por meio de ligações dos fatos ocorridos, associações de pessoas, vínculos de contatos telefônicos, do fluxo financeiro, etc. Os quais devem ser analisados para que tornem possível a construção de conhecimento, isso para que subsidiem uma investigação policial.

Os softwares utilizados na análise das ligações telefônicas causais e demonstração de evidências específicas da organização ou organizações facilitam o trabalho dos analistas, exigindo dos analistas operadores da análise de vínculos uma visão e descrição do volume de dados, de uma variedade larga de fontes. A análise é realizada em um tempo mais curto do que se as análises fossem feitas sem a utilização desse meio computacional.

A seguir, apresenta-se, nas figuras 30 e 31, abaixo, mapas que mostram uma análise de vínculo realizada com a utilização do software i2, onde pode-se observar à direita a foto dos principais envolvidos no caso sob análise, onde pode-se determinar até mesmo o grau de participação de determinados indivíduos que integram um grupo que via de regra, participa de uma organização criminosa e à esquerda o mapa com as ligações destes com outras pessoas, também participantes da mesma organização na prática criminosa.

Figura 30 - Mapa de uma Análise de Vínculo realizada com a utilização do software i2.



Fonte: <<http://www-01.ibm.com/software/br/industry/i2software/>>

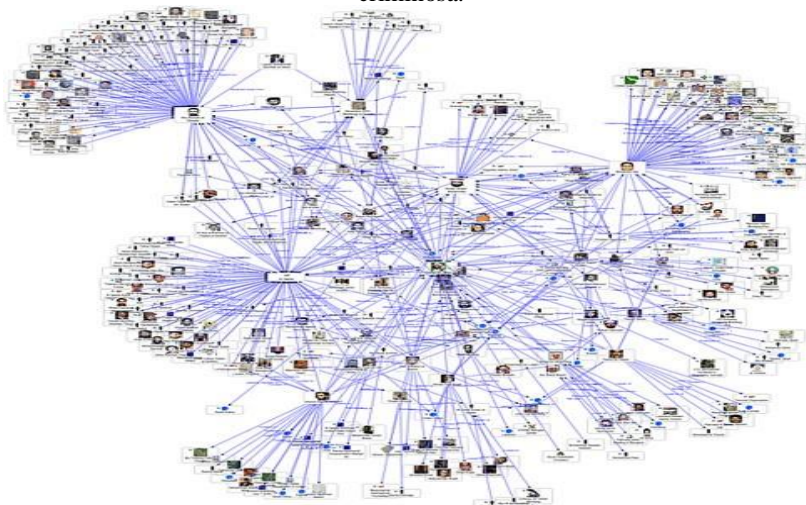
Para Xu e Chen (2004) a análise de vínculos é eficiente e eficaz para as agências de inteligência e de investigação criminal no combate ao crime organizado, tráfico de drogas, terrorismo e sequestro. Eles propõem uma técnica de análise de vínculos que usa algoritmos resumidos, para identificar as associações mais fortes entre entidades em uma rede criminal.

No Brasil as primeiras análises de vínculos realizadas foram pelo Delegado Celso Ferro, em Brasília, podemos até dizer que foi ele que introduziu esta ferramenta em nosso país, quando a utilizou para fazer a análise de vínculo de uma quadrilha que fraudava concursos públicos no Distrito Federal, por isso é considerado o pai da análise de vínculos em nossas polícias.

E, em homenagem a esse grande amigo, é que se coloca aqui um mapa de análise de vínculo realizada no software i2 e que se parece com aquela realizada por Celso Ferro e que envolvia fraudadores de um Concurso Público realizado em Brasília.

A figura 31, a seguir, representa um trabalho realizado com a utilização da Análise de Vínculo, onde mostra-se a atuação de uma quadrilha atuando em determinado tipo de crime, pois através da análise de vínculo se pode chegar a todos os integrantes dessa organização criminosa.

Figura 31 - Análise de Vínculo com os principais envolvidos numa organização criminosa.



Fonte: <<http://www-01.ibm.com/software/br/industry/i2software/>>

O capítulo seguinte vai tratar da questão que deveria envolver o planejamento operacional numa instituição policial,

14 PLANEJAMENTO OPERACIONAL

O planejamento operacional é uma das atividades mais importantes dentre aquelas realizadas pelos órgãos encarregados da prestação de serviços de segurança pública. Ele ocorre em curto prazo, e é efetuado na realização das competências da empresa ou órgão público e deve possuir início e fim determinado, haja vista que cada atividade ou ação humana é um projeto.

A questão referente ao planejamento operacional da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul é muito complexa e tem que ser muito bem pensada, haja vista a sua complexidade, mas isso não quer dizer que não seja necessário. O planejamento operacional deve ocorrer de forma que, para cada ação operacional, deva ser aberto um projeto e este deve ser tratado através de um sistema de gestão, tipo gestão de projetos e por isso que os organismos policiais devem possuir um gestor para tocar cada um dos seus projetos na esfera operacional.

Neste trabalho tratar-se o planejamento operacional como sendo um conjunto de projetos, os quais deverão ter os seus gerentes e estes deveram observar a regras previstas no Guia PMBOK. Este é o entendimento que se tem e que ficam expostas para as discussões que se fizerem necessárias.

A figura 32, que vem a seguir, mostra objetivos de nível mais alto, o planejamento operacional com as suas respectivas características, ou seja: objetivos específicos, atividades e recursos.

Figura 32 - Planejamento operacional.



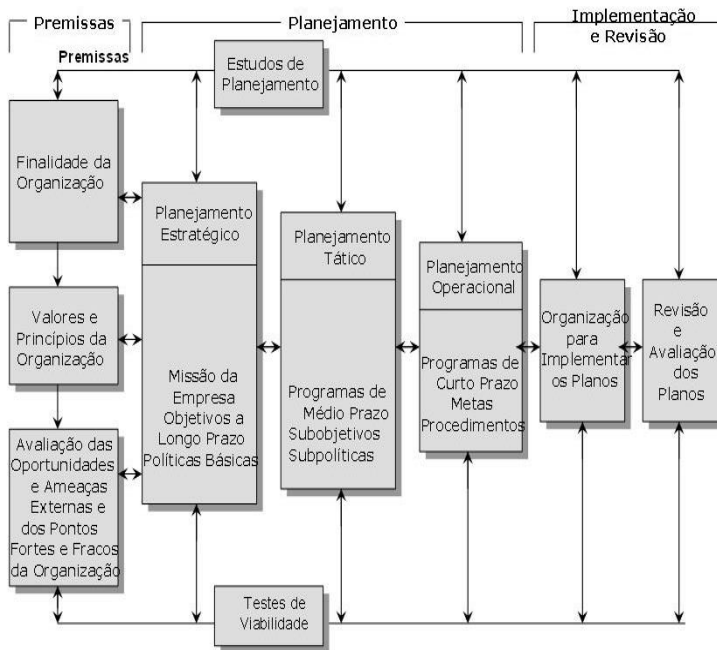
Fonte: www.ebah.com.br/content/ABAAABS38AH/1o-planejamento-organizacional-dos-recursos-humanos

14.1 PROJETO OPERACIONAL

Como cita o Professor Vilson Gruber “projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único. A natureza temporária dos projetos indica que eles têm um início e um término definidos (*PMBOK GUIDE*, quinta edição)”. No caso das instituições que prestam serviços de segurança pública, o que vai ser criado é um serviço cujo objetivo principal é dar segurança à sociedade, sendo este o resultado objeto do projeto. Uma ação policial tem todas as características de um projeto justamente porque tem um início e um término definidos, dentre outros atributos desta natureza, conforme explanação a seguir:

A figura 33, abaixo, apresentada a seguir, versa sobre o que é um planejamento operacional, através de uma análise dos seus objetivos estratégicos no plano estratégico, no plano operacional e na sua implementação.

Figura 33 - O planejamento operacional, através de uma análise dos seus objetivos no plano estratégico, operacional e na sua implantação.



14.2 O GERENCIAMENTO DE UM PROJETO OPERACIONAL

Gerenciar um projeto é aplicar os conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto a fim de atender aos seus requisitos (Professor VILSON GRUBER).

É a aplicação e integração apropriadas dos 47 processos estabelecidos pelo Guia PMBOK, agrupados logicamente e abrangendo cinco grupos: iniciação, planejamento, execução, encerramento e monitoramento e controle.

O entendimento é de que no futuro este procedimento deve ser observado, sob pena das instituições sucumbirem, diante da falta de organização administrativa e operacional das instituições prestadoras de segurança pública. Os gestores das instituições devem observar isso e cobrar dos subordinados o cumprimento desses procedimentos. Não se pode continuar da forma como se procede atualmente, onde se atua principalmente em cima de uma denúncia anônima e depois se divulga que o fato que resultou em prisões e que este estava sendo investigado por quatro meses, por exemplo, por tantos meses e até anos, por exemplo.

Na figura 34, que é apresentada abaixo, mostra um diagrama onde se tem as principais fases de um projeto operacional, onde pode-se notar: a iniciação, o planejamento, a execução, o controle e a finalização do projeto.

Figura 34 - Diagrama esquemático das principais fases de um planejamento operacional.



Fonte: <<http://www.consultorwillelinhares.blogspot.com.br/2013/04/trabalho-em-equipe-e-lideranca.html>>

Na figura 34, supra, vê-se também a identificação dos requisitos; adaptação às diferentes necessidades, preocupações e expectativas das partes interessadas à medida que o projeto é planejado e realizado.

Balanceamento das restrições conflitantes do projeto, mas não se limitam a: escopo, qualidade, cronograma, orçamento, recursos e riscos.

Um projeto é um empreendimento singular e temporário com objetivo de desenvolver um produto ou serviço. Isso deixa claro que uma atividade ou ação policial de segurança pública pode ser considerada um produto ou um serviço, portanto, enquadra-se plenamente na conceituação.

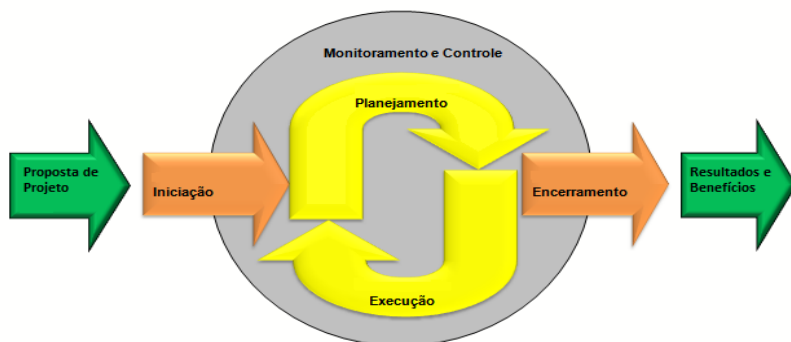
14.3 CICLO DE VIDA DE UM PROJETO OPERACIONAL

É o conjunto de fases do projeto. Todo o projeto pode ser subdividido em fases: a divisão nos possibilita um melhor

acompanhamento; possibilita controle sobre os recursos gastos; possibilita as correções que forem necessárias; possibilita termos uma visão de quanto será gasto com o projeto para que este atinja seus objetivos e facilite a reutilização de experiências no projeto.

A figura 35, situada abaixo, representa o ciclo de vida de um projeto operacional e os seus detalhes, tal qual é tratado na gestão de projetos.

Figura 35 - Diagrama do ciclo de vida de um projeto operacional.



Fonte: <https://www.linkedin.com/pulse/os-documentos-essenciais-apara-gestao-de-projetos-nelson-rosamilha>.

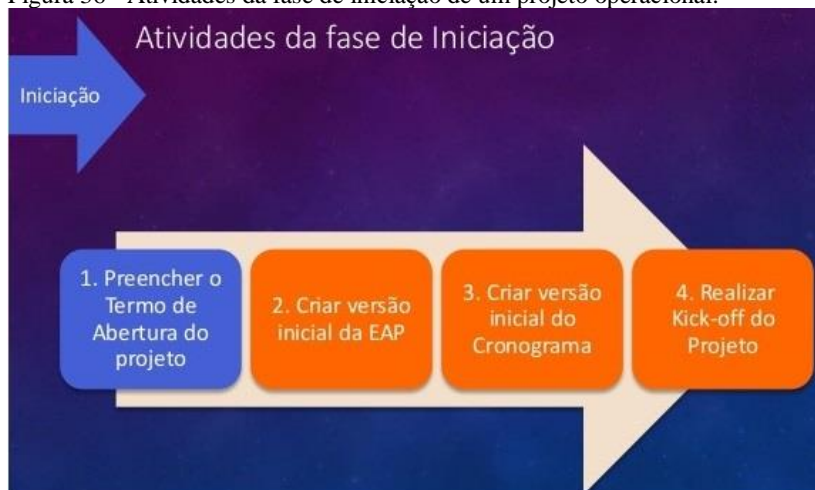
14.4 A INICIAÇÃO DO PROJETO OPERACIONAL

Antes de iniciarmos um projeto, no caso uma ação ou operação policial, devemos realizar a identificação dos seguintes itens:

1. Da necessidade ou o problema que vai ser atendido ou solucionado;
2. Da oportunidade que se pretende aproveitar com a implantação do projeto;
3. É essencial que a missão e objetivo sejam definidos, bem como as estratégias que serão utilizadas.

A figura 36, que vem logo a seguir, representa as atividades da fase de iniciação de um projeto operacional.

Figura 36 - Atividades da fase de iniciação de um projeto operacional.



Fonte: <https://pt.slideshare.net/maigon/gerenciamento-de-projetos-aula03-termo-de-abertura-eap-e-cronograma>

14.5 O PLANEJAMENTO OPERACIONAL

Nessa fase deve se detalhar tudo que será realizado no projeto, com vista a obtenção do sucesso da atividade ou ação:

1. O cronograma;
2. A interdependência entre atividades;
3. A alocação dos recursos envolvidos;
4. A análise de custos, etc.

Ter atenção especial para a comunicação da equipe, qualidade, riscos, aquisições e recursos humanos envolvidos.

A figura 37, que vem logo abaixo, baseada na gestão de projetos, mostra como deve-se proceder quando da elaboração de um projeto operacional, o qual não deve ser diferente quando aplicado numa atividade operacional de segurança pública.

Figura 37 - O planejamento operacional.



Fonte: <https://pt.slideshare.net/CarinePaiva/1026-planejamento-ttico-e-operacional>

14.6 O MONITORAMENTO E O CONTROLE DO PROJETO OPERACIONAL

O monitoramento e controle devem ser executados em paralelo com as demais fases de planejamento e execução da atividade ou ação.

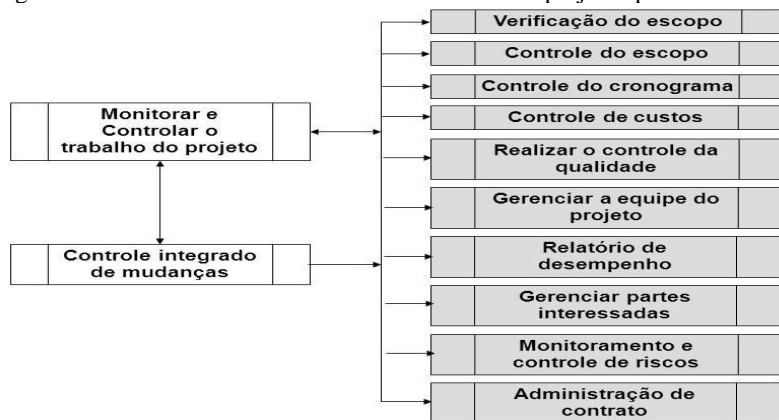
Acompanhar, avaliar formalizar tudo que está sendo feito, desde o início do projeto;

É nesta etapa que deverão ser realizadas ações corretivas, casos estas venham a ser necessárias, para que se possa fazer as devidas correções e para que se volte ao rumo certo;

A grande vantagem de se utilizar esta fase é a possibilidade de sempre se acompanhar de perto o desenvolvimento do projeto referente à atividade ou ação de segurança pública.

A figura 38, abaixo, apresenta todas as fases que se necessita observar quando do monitoramento e controle de um projeto operacional.

Figura 38 - Fases do monitoramento e controle de um projeto operacional.



Fonte: slideplayer.com.br/slide/1830737

14.7 O ENCERRAMENTO DO PROJETO OPERACIONAL

O encerramento do projeto no caso em tela ocorre com o encerramento da atividade ou ação de segurança pública, momento em que se devem avaliar todas as tarefas e fazer através de uma auditoria interna ou externa, todos os documentos que serão entregues e pode-se utilizar este momento para que toda a equipe passe por um processo de aprendizagem.

A conclusão de cada fase do projeto é caracterizada pela entrega ou finalização de um determinado trabalho, serviço ou produto, no caso prestação de serviços de segurança pública.

Toda entrega deve ser tangível e de fácil identificação, como por exemplo, um relatório que foi confeccionado, após a realização de uma atividade ou ação desenvolvida em prol da segurança pública.

A figura 39, apresentada a seguir, versa sobre todas as fases de um encerramento de um projeto operacional, como é tratado em gestão de projetos e que se entende que não é diferente em se tratando do planejamento de uma operação policial.

Figura 39 -As fases de encerramento de um projeto operacional.



Fonte: [https:// pt.slideshare.net/alessandroalmeida/planejamento-execuo-e-controle-de-projetos-19052015](https://pt.slideshare.net/alessandroalmeida/planejamento-execuo-e-controle-de-projetos-19052015)

14.8 AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DE UM PROJETO OPERACIONAL

Um projeto, assim como uma atividade ou ação de segurança pública, deve possuir as seguintes características:

1. Têm início em fim determinado;
2. Sofrem restrições;
3. São realizadas por pessoas;
4. São elaborados progressivamente; e
5. Criam um resultado único seja ele positivo ou negativo.

A figura 40, que vem logo a seguir, representa as principais características de um projeto operacional, tal como se verifica quando se trata de gestão de projetos, ou seja: cada projeto é temporário, é único e é progressivo.

Figura 40 -Principais características de um projeto operacional.



Fonte: <https://pt.slideshare.net/silasserpa/curso-de-gesto-de-projetos-ms-project>

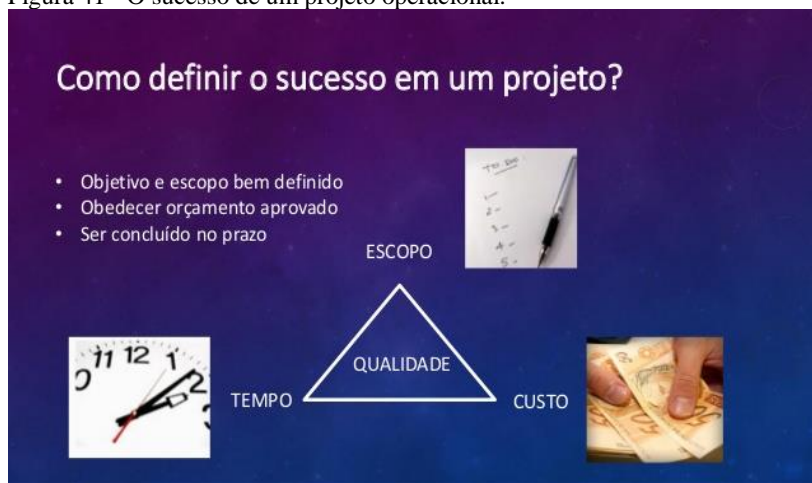
14.9 CONCEITOS DE SUCESSO DE UM PROJETO OPERACIONAL

Um projeto, assim como uma atividade ou ação de segurança pública, para que tenham sucesso garantido devem:

1. Atender os requisitos técnicos e funcionais;
2. Cumprir o orçamento;
3. Satisfazer os interessados (*stakeholders*); e
4. Beneficiar o patrocinador.

A figura 41, representada abaixo, faz referência ao que deve ser feito para que se obtenha sucesso de um projeto operacional.

Figura 41 - O sucesso de um projeto operacional.



Fonte: <https://www.slideshare.net/maigon/gerencimaneto-de-projetos-aula02-conceitos-fase-de-iniciao>

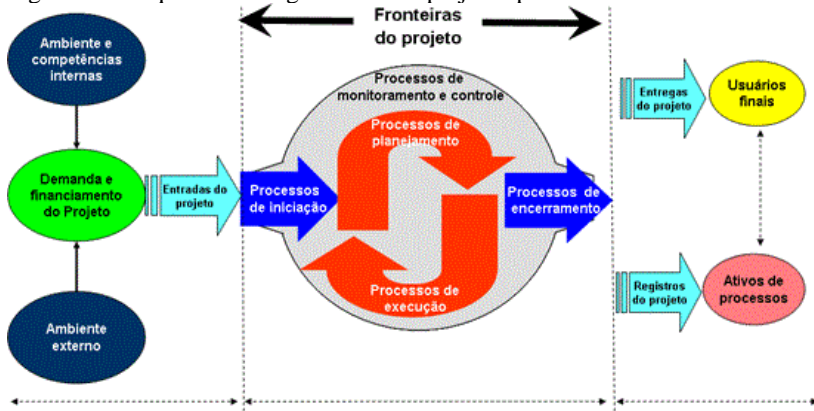
14.10 O QUE É FAZER A GESTÃO DE UM PROJETO OPERACIONAL?

É administrar as incertezas do projeto, no caso uma atividade ou ação de segurança pública, planejando sua execução antes de iniciá-lo e controlando de modo a assegurar sua conclusão no prazo e orçamentos estipulados, conforme as especificações.

É o mesmo que se deve fazer para gerenciar uma atividade ou ação de segurança pública, realizada pelas organizações encarregadas da prestação desses serviços.

A figura 42, situada abaixo responde ao questionamento o que é fazer a gestão de um projeto operacional. Indica o que deve ser feito para que se obtenha sucesso nesse tipo de projeto.

Figura 42 - O que é fazer a gestão de um projeto operacional.



Fonte: www.teleco.com.br/tutorialprojti/pagina_4.asp

14.11 O QUE É PLANEJAR UM PROJETO OPERACIONAL?

É estabelecer objetivos e o escopo do projeto, dividir em fases, definir tarefas e responsáveis para alcançar o objetivo proposto considerando premissas e restrições existentes.

Na atividade policial operacional das organizações encarregadas da prestação dos serviços de segurança pública, não é diferente, há que se planejar para se ter sucesso operacional e institucional.

Na figura 43, representada abaixo, elenca todas as atividades necessárias para se planejar um projeto operacional, tal como se vê em gestão de projetos.

Figura 43 - O que é planejar um projeto operacional?



Fonte: <https://escritoriodeprojetos.com.br/planejamento>

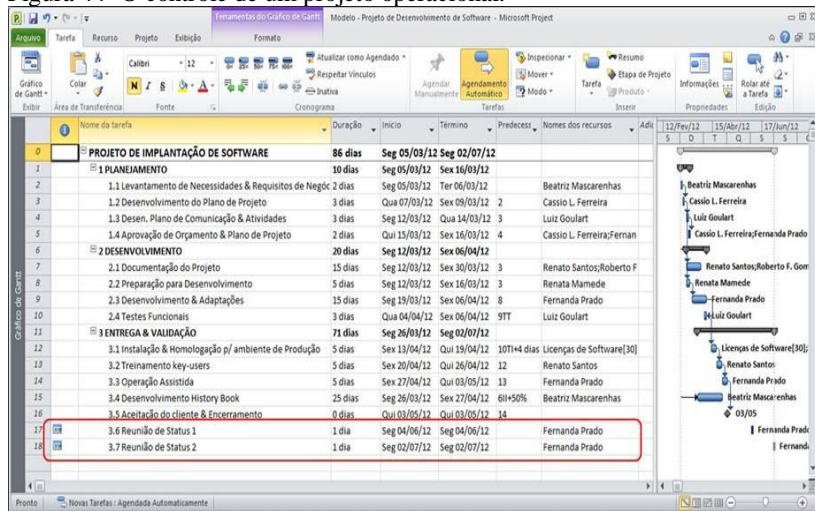
14.12 O QUE É CONTROLAR UM PROJETO OPERACIONAL?

É acompanhar o progresso e mensurar o desenvolvimento do projeto por meio da comparação entre o realizado e o planejado, tomando ações corretivas apropriadas, conforme necessário.

Aqui é interessante a utilização de indicadores que posam possibilitar uma avaliação mais rigorosa dos requisitos do projeto operacional.

A figura 44, abaixo, mostra como é realizado o controle de um projeto operacional, o qual, nesta amostragem é realizado através de um programa de computador, como se nota na tela de computador que esta representada na figura.

Figura 44 -O controle de um projeto operacional.



Fonte: www.rafael-santos.net/2011/07/

14.13 O QUE É GERENCIAR OS *STAKEHOLDERS* NUM PROJETO OPERACIONAL?

Os *stakeholders* são as partes interessadas no projeto da atividade ou ação de segurança pública, nada mais são do que todos os envolvidos e que têm interesse na realização da atividade ou ação e no sucesso desta. Para gerenciar esses interessados é necessário levar em consideração o que segue:

1. Identificar todos os envolvidos;
2. Levantar suas necessidades;
3. Captar suas expectativas sobre o projeto;
4. Identificar critérios de sucesso;
5. Avaliar seu conhecimento e habilidades;
6. Equilibrar os interesses dos principais envolvidos;
7. Descobrir suas prioridades dentre as restrições;
8. Envolvê-los nos processos de gerenciamento.

A figura 45, que é apresentada a seguir, faz referência ao que é gerenciar os *stakeholders* em um projeto operacional, no qual deve-se tratar quem são os intervenientes, a descrição destes e nomear individualmente quem são os participantes dessa gestão.

Figura 45 -Gerenciamento dos *stakeholders* em um projeto operacional.

Interveniente	Descrição	Participantes
Patrocinadores	Pessoa ou grupo que está patrocinando o projeto	Flavio
Diretores da empresa	Pessoas que fazem parte da direção da empresa	Flavio, Ana, Marli e Guilherme
Clientes	Profissionais liberais e pequenas empresas que necessitem do serviço de locação de escritórios virtuais.	N/A
Funcionários	Pessoas que são os colaboradores da empresa	Todos os funcionários da empresa.
Equipe do projeto	Pessoas que fazem parte da equipe do projeto	Thiago, Priscila, Nerciane, Jeremias, Marcus, Victor e Cícera.
Órgãos licenciadores	Entidade responsável por autorizar e fiscalizar as normas legislativas	Corpo de Bombeiros, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Guarda Civil.
Fornecedores	Categoria de pessoas que forneceram insumos para o projeto	Escritolândia, Kalunga, Brasil Telecom, Celesc, Casan, Khomp, etc.

Fonte: <https://hinc.com.br/gerenciamento-de-partes-interessadas/>

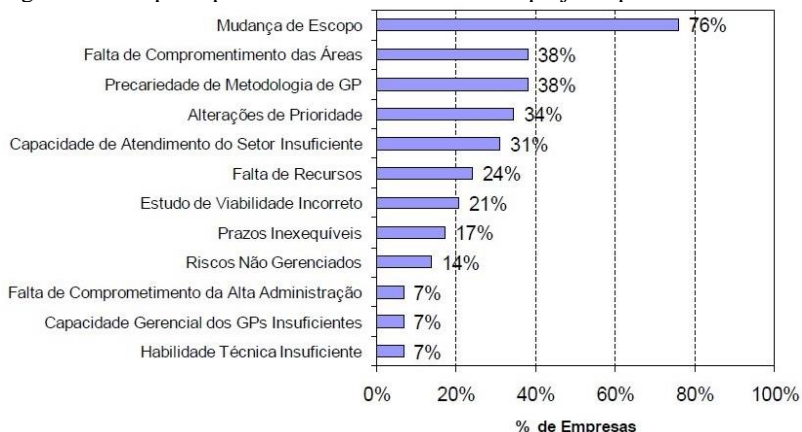
14.14 AS PRINCIPAIS CAUSAS DE FRACASSO EM UM PROJETO OPERACIONAL

As principais causas de fracasso num projeto referente a uma atividade ou ação de segurança pública, desenvolvida por órgãos policiais, outros desta natureza podem ser identificadas através da observação dos seguintes itens:

1. Falta de alinhamento de expectativas;
2. Falta de preparo da equipe do projeto;
3. Planejamento inexistente ou insuficiente;
4. Incapacidade de prever riscos;
5. Problemas de comunicação;
6. Requisitos mal definidos;
7. Limitação de recursos.

A figura 46, que vem logo a seguir, é uma representação das principais causas de fracasso que se pode identificar em um projeto operacional.

Figura 46 - As principais causas de fracasso em um projeto operacional.



Fonte: analiserequisitos.blogspot.com

14.15 O PROCESSO DE GESTÃO DE UM PROJETO OPERACIONAL

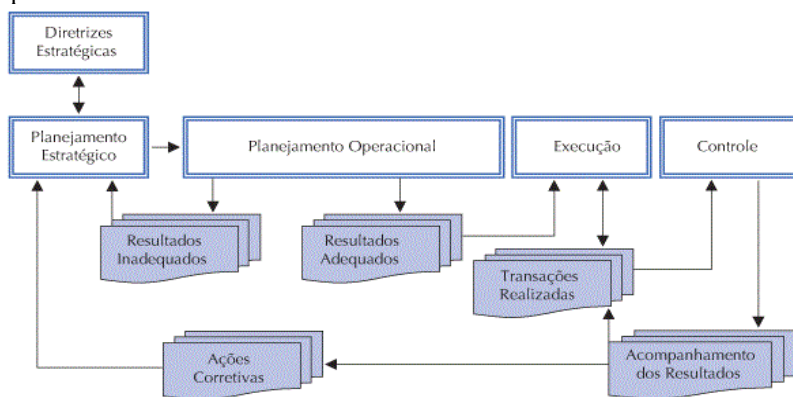
Um processo é um conjunto de ações e atividades inter-relacionadas, que são executadas para alcançar um produto, resultado ou serviço predefinido. É o caso das atividades ou ações de segurança pública.

Cada processo é caracterizado por suas entradas, as ferramentas e as técnicas que podem ser aplicadas e as saídas resultantes desses casos.

A figura 47, abaixo, versa sobre as Interações Sistêmicas do Processo de Gestão de um projeto operacional, que trata das diretrizes

do processo de gestão, do planejamento estratégico, do planejamento operacional, da execução e do controle.

Figura 47 - Interações sistêmicas do processo de gestão de um projeto operacional.



Fonte: adaptado de Catelli, Pereira e Vasconcelos (2001, p. 137)

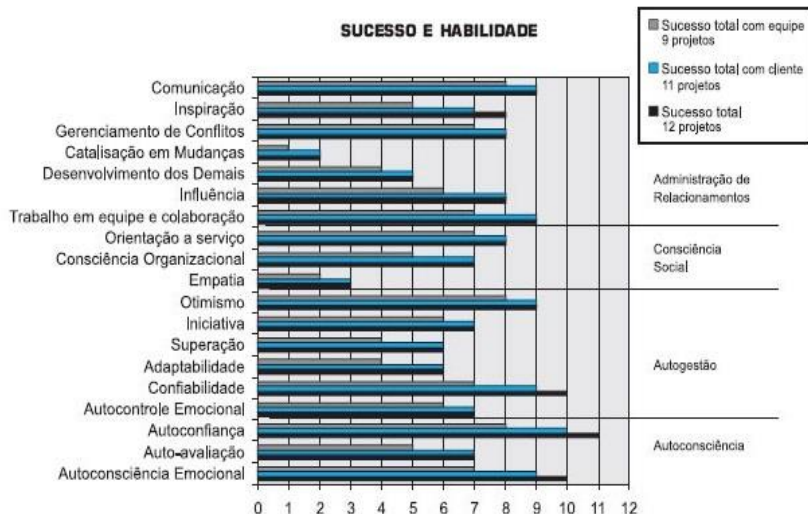
14.16 O QUE A EQUIPE DO PROJETO OPERACIONAL DEVE FAZER PARA OBTER SUCESSO?

Cumprir os requisitos para atender as necessidades e expectativas das partes interessadas.

Obter um equilíbrio entre as demandas do escopo, tempo, custo, qualidade, recursos e riscos para gerar um produto, ou serviço ou resultado especificado.

A figura 48 que vem logo a seguir especifica o que a equipe do projeto operacional deve fazer para obter o sucesso esperado, citando grande parte do que deve ser providenciado e feito para que se obtenha sucesso num projeto operacional.

Figura 48 - O que a equipe do projeto operacional deve fazer para obter sucesso.



Fonte: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132005000300007

14.17 AS ÁREAS DO CONHECIMENTO EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS

O que se quer dizer é que para o gerenciamento de um projeto, assim como no caso do planejamento de uma operação de segurança pública, ou ação policial, é importante analisar os seguintes itens:

1. Integração;
2. Escopo;
3. Tempo;
4. Custos;
5. Qualidade;
6. Recursos humanos;
7. Comunicações;
8. Riscos;
9. Aquisições; e
10. Gerenciamento das partes interessadas.

A integração: é a necessidade que se tem de verificar quantos são os órgãos que têm o interesse na ação e se devem atuar individual ou conjuntamente.

O escopo: é o plano designado para a elaboração do projeto referente à atividade ou ação.

O tempo: tem a ver com o tempo que será despendido par a elaboração do planejamento da atividade ou ação de segurança pública e o tempo necessário para a execução desta.

Os custos: é mensuração de tudo que envolve e que vai envolver o planejamento operacional, ou seja, deve ser levado em conta tudo o que vai ser utilizado na atividade ou ação de segurança pública.

A qualidade: tem a ver com tudo o que está relacionado à ação, desde informações recebidas e analisadas, ao desenvolvimento de toda a ação, do início ao término desta;

Os recursos humanos: refere-se a todos os *stakeholders* necessários ao pleno desenvolvimento da atividade ou ação.

As comunicações: diz respeito aos meios de comunicações que serão utilizados no transcorrer da atividade ou ação, bem como a comunicação que será desenvolvida interna e externamente.

Os riscos: aqui se tem que mensurar todos os riscos possíveis de acontecer e como evitá-los, ou reduzir a sua existência no desenrolar da atividade ou ação de segurança pública.

As aquisições: se caso haja a necessidade de aquisição de algo que seja importante para o sucesso da atividade ou ação.

O gerenciamento das partes interessadas: aqui se faz referência a tudo o que diz respeito às partes envolvidas no projeto referente à atividade ou ação.

A figura 49, a qual está logo a seguir, versa sobre as áreas do conhecimento do conhecimento.

Figura 49 - Diagrama das áreas do conhecimento em gerenciamento de um projeto operacional.

ÁREA DE CONHECIMENTO	PROCESSOS				
	Iniciação	Planejamento	Execução	Monitoramento	Encerramento
Integração do Projeto					
Escopo do Projeto					
Tempo do Projeto					
Custos do Projeto					
Qualidade do Projeto					
Recursos Humanos do Projeto					
Comunicações do Projeto					
Riscos do Projeto					
Aquisições do Projeto					
Partes interessadas do Projeto					

Fonte: inovacaoeprojetos.wordpress.com

14.18 A EXECUÇÃO DO PROJETO OPERACIONAL

É o processo de realização do trabalho definido no plano de gerenciamento do projeto para atingir os objetivos;

Requerer a implementação de mudanças aprovadas, incluindo ações corretivas, preventivas e reparo de defeitos que por ventura ocorrerem ou venham a ocorrer.

As informações, sobre desempenho serão utilizadas como entrada para os processos de monitoramento e controle do planejamento operacional

Abaixo tem-se a figura 50, que representa tudo o que é necessário para a execução de um projeto operacional e vai tratar da preparação, estruturação, execução e a sua conclusão.

Figura 50 - A execução do projeto operacional.



Fonte: slideplayer.com.br/slide/2985218/

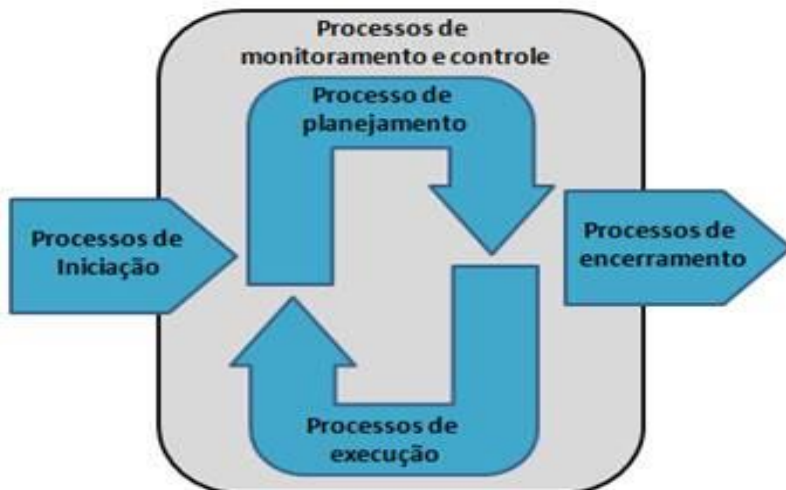
14.19 COMO ORIENTAR E GERENCIAR A EXECUÇÃO DO PROJETO OPERACIONAL?

Orientar e gerenciar a execução planejamento operacional ou de um projeto do tipo de atividade ou ação de um órgão de segurança pública é um processo que deve incluir as seguintes etapas:

1. Executar as atividades para alcançar os objetivos;
2. Formar, treinar e gerenciar os membros da equipe;
3. Obter, gerenciar e utilizar recursos;
4. Estabelecer e gerenciar os canais de comunicação;
5. Gerar dados do projeto;
6. Emitir solicitações de mudança;
7. Gerenciar e implementar atividades de resposta de resposta a riscos;
8. Coletar e documentar lições aprendidas.

Na figura 51 que vem logo abaixo, tem-se uma visão de como orientar e gerenciar a execução do projeto operacional.

Figura 51 - Como orientar e gerenciar a execução de um projeto.



Fonte: leandrocampos.com.br/ulbra/gerproj01.html

14.20 O MONITORAMENTO E CONTROLE DO PROJETO OPERACIONAL

É o processo de acompanhamento, revisão e ajuste do processo de planejamento operacional, para atender aos objetivos de desempenho definidos no plano de gerenciamento.

Monitorar e controlar o trabalho relacionado à execução da ação ou atividade que se está planejando é de suma importância, por isso deve ser:

1. Executado do início ao término do projeto;
2. Fornecer a compreensão da “saúde do projeto”.

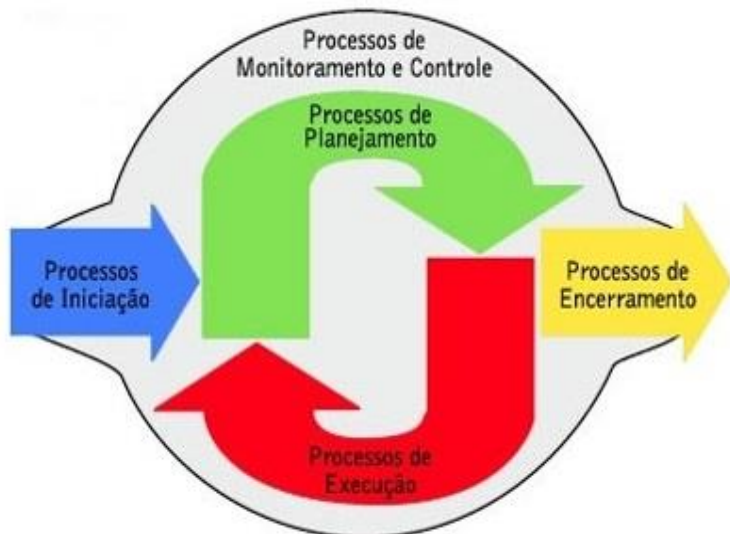
Este processo também inclui fatores que são muito importantes para uma avaliação posterior à execução do planejado, principalmente no que se refere a:

1. Comparação entre o Real e o Planejado;
2. Avaliação do desempenho;

3. Verificar se as ações corretivo-preventivas são necessárias;
4. Identificação, análise e acompanhamento dos riscos;
5. Manutenção da base de informações do projeto;
6. Fornecimento de informações e previsões;
7. Monitoramento da execução das mudanças.

A figura 52 que vem a seguir, trata dos processos de monitoramento e controle de um projeto.

Figura 52 - O monitoramento e controle de um projeto.



Fonte: adaptado do Guia PMBOK (PMI, 2008)

14.21 O ENCERRAMENTO DO PROJETO OPERACIONAL

É o processo de finalização de todas as atividades, de todos os grupos de processos de gerenciamento do planejamento operacional e que se refere ao projeto.

Visa assegurar que todo o trabalho previsto está completo e o mesmo alcançou os objetivos que foram traçados quando do

planejamento da atividade ou ação. Daí a importância de se rodar o PDCA nessa fase do processo.

A figura 53 que vem logo a seguir, representa o diagrama esquemático que versa sobre a atividade de execução e encerramento de um projeto operacional.

Figura 53 - Execução e encerramento de um projeto operacional.



Fonte: sliplayer.com.br/slide/1864826/

O ciclo do PDCA deve ser rodado a cada início e encerramento de uma atividade ou ação geradora de projeto operacional, isso para ajudar na avaliação do que foi feito no transcórre do planejamento do projeto, na fase anterior à execução do projeto, no transcórre do desenvolvimento do projeto, isso para se estabelecer normas que servirão para os próximos projetos que forem elaborados, visando o aprimoramento desta atividade no âmbito institucional.

O diagrama sobre o Ciclo de PDCA apresentado a seguir, na figura 54, representa os principais requisitos que devem ser avaliados, tendo em vista futuras correções para que os erros não voltem a acontecer em um Planejamento Operacional e que tenha a ver com uma próxima atividade ou ação de segurança pública. Tudo o que for feito nessa etapa também deve ser formalizado e deve ser colocado à disposição do *stakeholders* de forma transparente, para análise, isso para que algumas falhas que por ventura tenham ocorrido, não voltem mais a acontecer.

Figura 54 - O Ciclo do PDCA sendo rodado após a conclusão de uma ação.



Fonte: <<http://vr-consultores.blogspot.com.br/2013/06/o-ciclo-pdca.html>>.

O planejamento operacional de uma instituição que presta serviços de segurança pública deve até mesmo ser mais rigoroso do que aquele que ocorre nas empresas privadas, isso porque envolve vários fatores e por isso entende-se que cada atividade ou ação que faça parte do planejamento operacional deva ser tratada como um projeto.

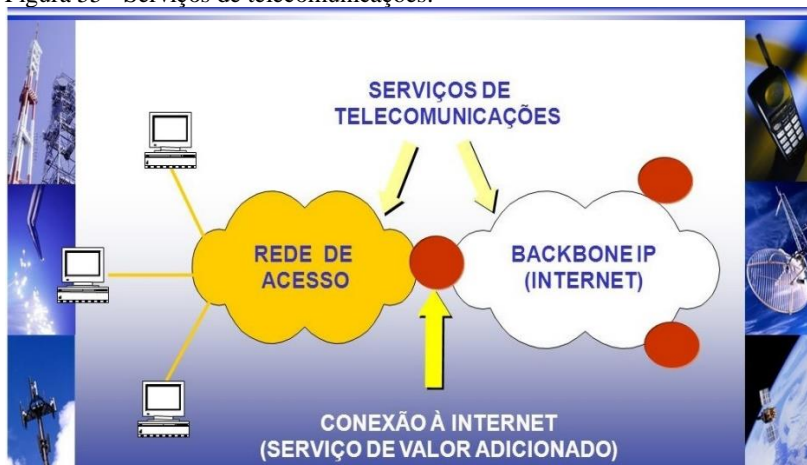
O capítulo a seguir vai tratar sobre as telecomunicações, ferramenta muito importante para as organizações que labutam na área da segurança pública, haja vista que os terminais celulares ainda não possuem condições técnicas para substituí-los no emprego operacional das forças de segurança pública.

15 OS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E A PC – RS

Quando se fala na utilização de tecnologia da informação e comunicação na gestão administrativa e operacional da segurança pública, é impossível não entrar na área das telecomunicações, haja vista a grande quantidade de equipamentos eletrônicos e computacionais que são utilizados, principalmente na esfera da inteligência policial e criminal e que, para a obtenção de algum conhecimento técnico necessário para o manuseio desses instrumentos, é importante que se tenha conhecimento ou alguma noção de telecomunicações.

A figura 55, abaixo, apresenta um diagrama esquemático referente aos serviços de telecomunicações, tal como estes são vistos pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. No diagrama representa-se um modelo vigente para a conexão à Internet.

Figura 55 - Serviços de telecomunicações.



Fonte: sliplayer.com.br/slide/10514933/

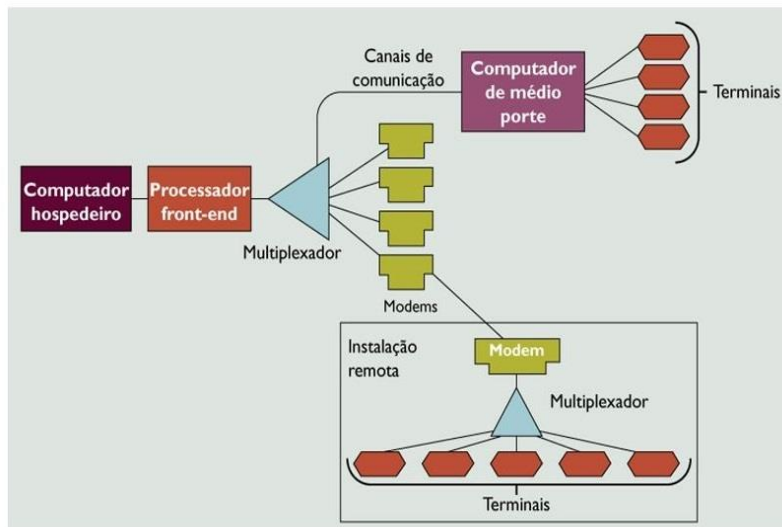
15.1 CONCEITUAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA

Para João Carlos Mariense Escobar (1999, p. 21) “Telecomunicação é a comunicação à distância, realizada por processo eletromagnético, que consiste na utilização das propriedades do campo eletromagnético para geração de sinais de comunicação”.

A figura 56, que vem a seguir, representa os componentes e funções de um sistema de telecomunicações, onde se vários circuitos

integrados, fibra óptica e cabos para conexão são bastante utilizados. São todos componentes de extrema importância em se tratado de telecomunicações, pois são eles que permitem o pleno funcionamento desta gama de equipamentos que estão em plena evolução em nossos dias e que permitem que possamos nos comunicar de forma rápida e eficiente com o resto do mundo.

Figura 56 - Componentes e funções de um sistema de telecomunicações.



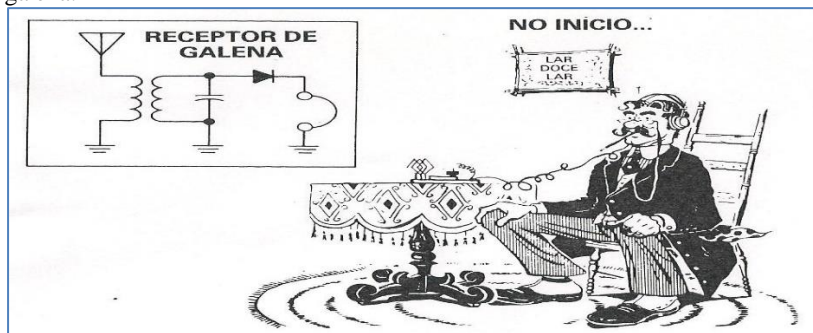
Fonte: slideplayer.com.br/slide/1832103

O Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963, que regulamentou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT), definiu telecomunicações como a comunicação realizada por processo eletromagnético, e Serviço de Telecomunicações como:

[...] execução de atividades necessárias e suficientes para, efetivamente, resultarem na transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético.

Na figura 57, mostrada abaixo, é possível se ter uma noção de como eram recebidos os sinais RF, tempos atrás, para se sintonizar uma emissora de rádio, o que era realizado através da utilização de um Rádio de Galena, diz-se isso porque a “galena”, como ficou conhecida, devido à “pedra” de um metal que se utilizava para poder funcionar o dito rádio; era, na verdade, um pedacinho de cristal de galena (mineral composto de sulfato de chumbo). A galena foi um rádio primitivo, feito com a utilização dos seguintes componentes: um alfinete, uma bobina, um capacitor, uma boa antena, um fone de ouvido, uma terra e um cristal de galena; daí o nome do primitivo “radinho”. O pior é que funcionava mesmo, principalmente lá no interior, onde não havia sequer energia elétrica.

Figura 57 - Sintonia de uma emissora de rádio através do uso de um cristal de galena.



Fonte: Eletrônica Básica do Estado Sólido (VALKENBURGH, 1985, v. 4, p. 4-14).

Já a Lei nº 9472/97 (Lei Geral das Telecomunicações – LGT) define telecomunicações como sendo a transmissão, emissão ou recepção, por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético, de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza (art. 60, § 1º).

Os serviços de telecomunicações compreendem a execução de atividades necessárias e suficientes para produzirem a telecomunicação.

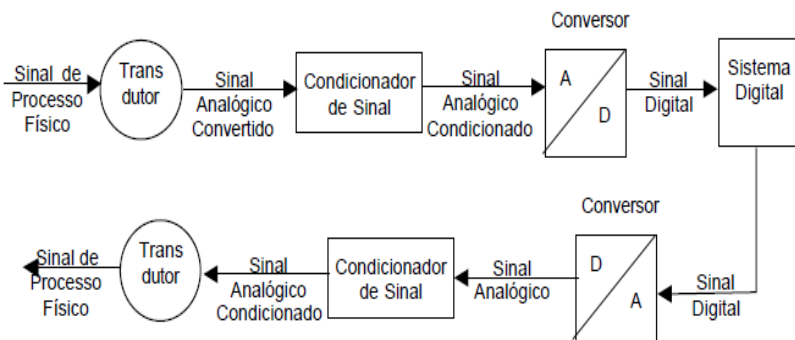
15.2 TÉCNICA ANALÓGICA E DIGITAL

Para o mesmo autor citado anteriormente, sobre técnica analógica e técnica digital, a conceituação que se tem é a seguinte:

Diz-se que a telecomunicação é analógica, quando realizada com o emprego de técnica que permite a codificação da informação pela variação contínua de qualquer característica de um sinal, estando a informação contida na taxa de variação desta característica em relação ao tempo. Analógica é palavra corriqueiramente empregada para caracterizar aparelhos eletrônicos que trabalham com variações contínuas, variações essas que, em geral, são proporcionais (análogas) a outros fenômenos (ex.: variações na pressão do ar, provocadas por sons).

A figura 58 que é mostrada logo abaixo, representa o diagrama esquemático dos sinais analógicos e digitais, mais precisamente como se procede para obter esses sinais e torna-los audíveis.

Figura 58 - Diagrama esquemático dos sinais analógicos e digitais.

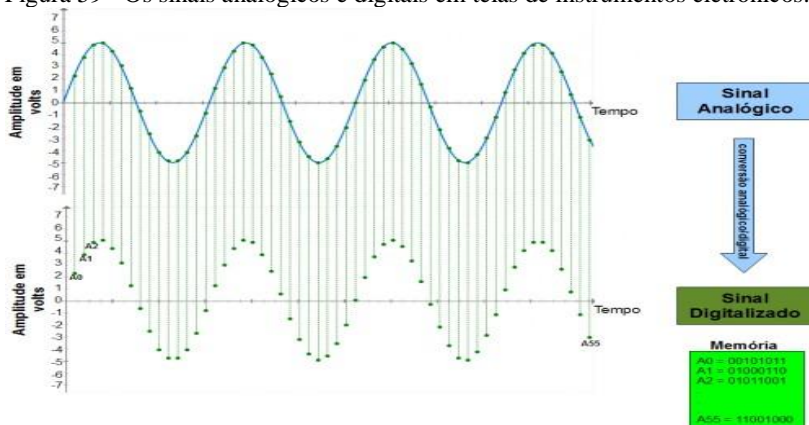


Fonte: www.ebah.com.br/content/ABAAAAYMQAF/conversao-analogica-digital-digital-analogica

[...] Haverá telecomunicação digital quando realizar-se mediante emprego de técnica que permite a codificação da informação pela variação descontínua de qualquer característica de um sinal, estando a informação contida na diversidade das descontinuidades sucessivas. É a denominada técnica digital que, em informática e telecomunicações, é sinônimo de informação representado por *bits*, isto é, informação digital binária.

A figura 59 que vem logo a seguir, representa como os sinais de radifrequência (RF) analógicos e digitais são representados e vistos pelos instrumentos eletrônicos que permitem esta visualização, tal como os osciloscópios.

Figura 59 - Os sinais analógicos e digitais em telas de instrumentos eletrônicos.



Fonte: www.hardware.com.br/artigos/ouvidos-eletronicos-como-computadores-lidam-com-sons/fatiando-som.html

Um *bit* é a menor unidade de informação usada por computadores, e pode ser uma pequena corrente elétrica num circuito elétrico ou o furo num cartão de papel. Quando em grupos de oito, os bits convertem-se nos *bytes*, que são usados para representar todo o tipo de informação, tanto de letras quanto pontos coloridos de uma tela de um computador.

Os equipamentos digitais transferem dados na forma de um bit de cada vez, donde a expressão BPS, que traduz uma medida de velocidade – *bits* por segundo – que marca o tempo em que esses equipamentos realizam essa transferência.

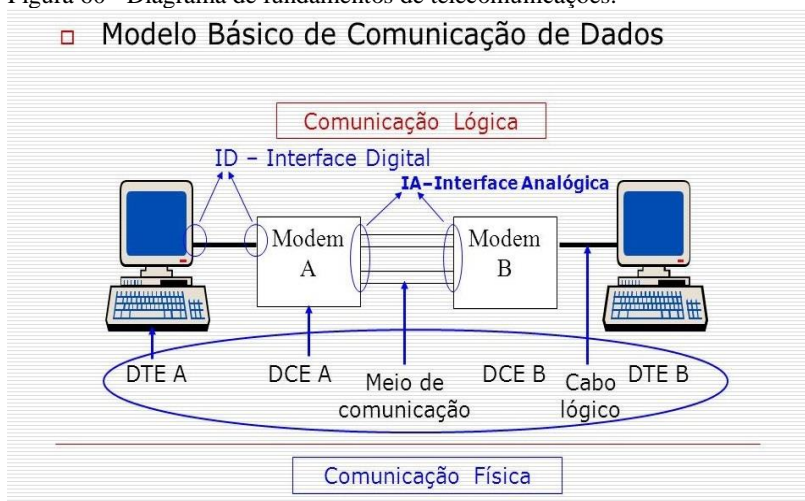
15.3 FUNDAMENTOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

O objetivo básico da regulamentação das telecomunicações é garantir à sociedade o acesso aos serviços de telecomunicações, que devem ser prestados a tarifas e preços razoáveis e em condições adequadas. Informa esse disciplinamento alguns princípios fundamentais da atividade pública propiciadora da telecomunicação, que

obrigatoriamente devem ser observados, tais como o direito de acesso (e fruição) da população aos serviços públicos, assim considerados aqueles definidos como de interesse coletivo, o da razoabilidade na fixação das tarifas e preços a serem pagos pelos usuários desses serviços, como condição para deles poderem usufruir continuamente, e o que decorre do fato de, obrigatoriamente, devem ser prestados com adequabilidade às finalidades próprias de sua natureza e destinação.

A figura 60 que aparece abaixo mostra um diagrama esquemático que representa os fundamentos de telecomunicações.

Figura 60 - Diagrama de fundamentos de telecomunicações.



Fonte: slideplayer.com.br/slide/3813698

15.4 COMPETÊNCIA REGULAMENTAR EXCLUSIVA DA UNIÃO

A competência normativa da União em matéria de telecomunicações acha-se inscrita nos arts. 28, IV, e 48, XII, da Constituição Federal, e não compreende simplesmente a edição de leis em sentido formal, mas também de normas em nível infralegal, contanto que, por serem hierarquicamente inferiores à lei, não exorbite do poder regulamentar (CF, art, 49, V).

A figura 61, abaixo, mostra o quadro de atribuição de faixas de frequências no Brasil, tal qual é distribuído pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, a qual é uma agência reguladora que

detém atribuições para efetivar o controle sobre a distribuição de frequência no Brasil.

Figura 61 - Atribuição de faixas de frequências no Brasil.



Fonte: anatel.com.br

A regulamentação das atividades de telecomunicações esteja elas elevadas à categoria de serviço público ou não, cabe, portanto, ao Poder Executivo da União exercido pelo Presidente da República e, no caso, auxiliado pelo Ministro de Estado das Comunicações (CF, arts. 76; 84, IV, VI e parágrafo único; 87, parágrafo único, II). Por força do que dispõe o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, compete ao Ministro das Comunicações - MC, além de outras atribuições, exercerem orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência, referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República e expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos⁴⁶.

⁴⁶ Ato ou efeito de regular. Norma, ou conjunto de normas. Disposição oficial que elucida a execução duma lei, etc. (AURÉLIO, 2008).

16 RADIOCOMUNICAÇÃO NA POLÍCIA CIVIL - RS

16.1 CONCEITUAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA

Para João Carlos Mariense Escobar (1999, p. 41) “Radiocomunicação é a telecomunicação que utiliza frequências radioelétricas não confinadas a fios, cabos ou outros meios físico”.

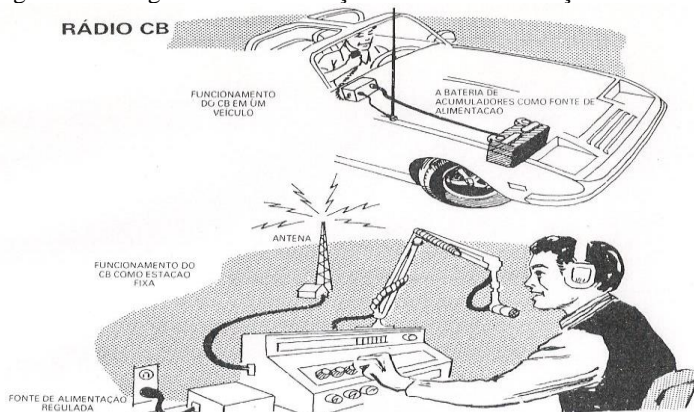
Segundo o que consta no Regulamento de Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações – UIT (Genebra, 1994):

[...] os serviços de radiocomunicação são aqueles que implicam transmissão, emissão ou recepção de ondas eletromagnéticas para fins específicos de telecomunicações. É a telecomunicação transmitida por meio de ondas, radioelétricas, as ondas hertzianas, que se propagam com a velocidade da luz, em todas as direções, através do espaço.

É através dessas ondas (ondas eletromagnéticas e frequência inferior a 3.000 Ghz) que se processa a radiocomunicação, que vem a ser uma espécie do gênero telecomunicação.

A figura 62, abaixo, apresenta um diagrama esquemático de uma estação fixa e de uma estação móvel de rádio, muito utilizado pelos órgãos de segurança pública.

Figura 62 - Diagrama de uma estação fixa e de uma estação móvel de rádio.



Fonte: Eletrônica Básica do Estado Sólido (VALKENBURGH, 1985, v. 1, p. 1-140).

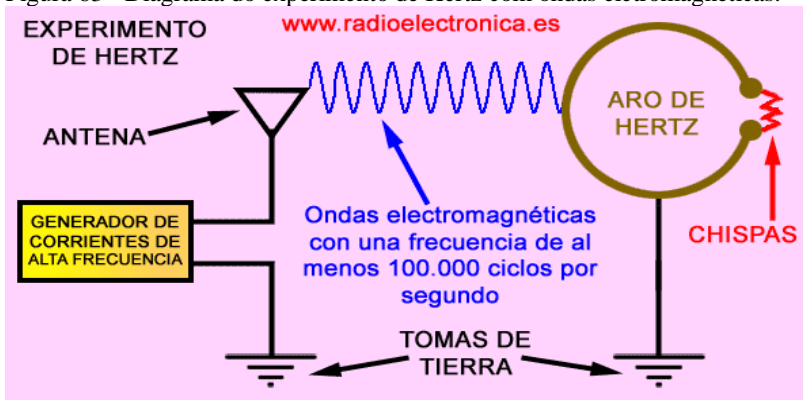
Os serviços de radiocomunicação são fixos, quando entre pontos fixos determinados, e móveis, quando entre estações móveis e estações terrestres ou entre estações móveis, simplesmente (MEDEIROS. 2004, p. 37).

16.2 ONDAS RADIOELÉTRICAS

As ondas hertzianas foram previstas teoricamente por Maxwell e demonstradas experimentalmente pelo físico alemão Heinrich Rudolf Hertz (1857-1894), em 1887, e se produzem quando uma corrente alternada, de altíssima frequência, percorre um condutor.

A figura 63 que vem a seguir é um diagrama esquemático que representa o experimento de Hertz sobre as ondas eletromagnéticas e a sua propagação. As ondas hertzianas foram previstas teoricamente por Maxwell e demonstradas

Figura 63 - Diagrama do experimento de Hertz com ondas eletromagnéticas.



Fonte: www.radioelectronica.es

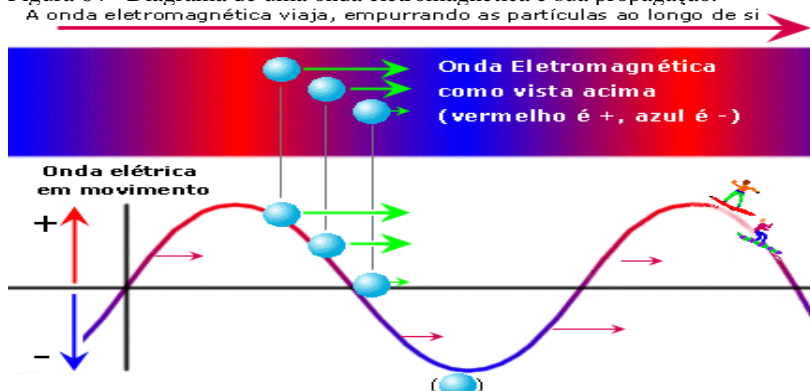
Hertz demonstrou que existe uma estreita analogia entre as ondas eletromagnéticas e as ondas luminosas, eis que ambas se propagam com a velocidade de 300.000 km por segundo, se refletem e sofrem os mesmos fenômenos de interferência e de difração podendo ser polarizadas.

A frequência é o número de vibrações ou ciclos, em uma unidade de tempo, nos movimentos harmônicos. É o número de vezes que uma

corrente alterna cã s segundo, em ciclos completos. O hertz (ou ciclo) é uma unidade de medida de frequência e equivale a um ciclo por segundo.

Na figura 64 que vem a seguir, mostra um diagrama esquemático de uma onda eletromagnética realizado uma de suas “viagens” empurrando algumas partículas ao longo de si.

Figura 64 - Diagrama de uma onda eletromagnética e sua propagação.



Partículas carregadas positivamente (O) próximas à crista da onda E-M experimentam uma força (maior) para a frente; as mais próximas do centro experimentam a menor força. O resultado é que as partículas tendem a se mover junto com a onda.

Fonte: einsteinjournal.blogspot.com/2012/01/

O espectro radioelétrico de frequências, ou espectro de radiofrequências, imprescindível para realizarem-se as telecomunicações:

É a faixa determinada de frequência em que a telecomunicação se processa. Trata-se de um recurso limitado, constituído bem público que exige utilização racional (e consensual) por parte de todos, a fim de tornar possível a radiocomunicação sem interferências prejudiciais.

Por muito tempo as ondas eletromagnéticas foram chamadas de ondas hertzianas. Quando Hertz morreu, em 1894, não passavam de curiosidade. Dois anos depois, Guglielmo Marconi, italiano, na época com apenas 22 anos, patenteou o primeiro dispositivo capaz de transmitir mensagens telegráficas por ondas hertzianas.

A figura 65, abaixo, apresenta um diagrama esquemático do espectro de frequências eletromagnético e os principais sistemas associados.

Figura 65 - As ondas eletromagnéticas e os principais sistemas associados.



Fonte: Eletrônica Básica do Estado Sólido (VALKENBURGH, 1985, v. 4, p. 4-6).

16.3 A NATUREZA JURÍDICA DO ESPECTRO DE RADIOFREQUÊNCIA

Para João Carlos Mariense Escobar (1999, p. 42), ao analisar a natureza jurídica do espectro de radiofrequência, faz referência de que:

As ondas radielétricas, e com elas o espectro de radiofrequências, constituem bem público – “res communis” – não passível de apropriação privada. Observadas as atribuições de faixas segundo tratados e acordos internacionais, os países estabelecem planos de atribuição, distribuição e destinação das radiofrequências, conforme necessárias aos diversos serviços e atividades de telecomunicações, concedendo aos particulares o direito de usá-las.

Sendo um bem público, as radiofrequências somente podem ser utilizadas exclusivamente no interesse público, o que autoriza o Estado a restringir o emprego de determinadas radiofrequências ou faixas, condicionando o seu uso à compatibilidade em potência, faixa de transmissão e técnica empregada, com a atividade ou o serviço a ser prestado.

Por ser um recurso natural limitado, assevera, com tantos outros, Guillermo J. Cervio, nenhum país pode invocar propriedades sobre elas, mas apenas prioridade de uso.

16.4 AS FAIXAS DE FREQUÊNCIAS

Para o mesmo autor, João Carlos Mariense Escobar (1999, p. 43), as faixas de frequência compõem:

O plano de atribuição e destinação de radiofrequências, segundo a Lei Geral de Telecomunicações – LGT destina faixas para fins exclusivamente militares, para serviços de telecomunicações prestados em regime público e em regime privado, para serviços de radiodifusão, serviços de emergência e de segurança pública e outras atividades de telecomunicações.

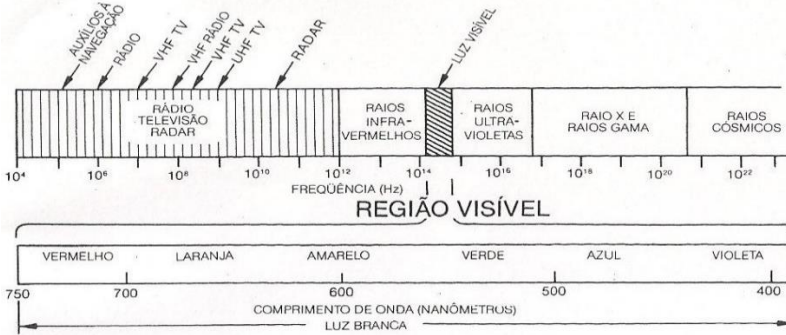
Na destinação de faixas de radiofrequências, será considerado o emprego racional e consignações existentes, objetivando evitar interferências prejudiciais, que consistem na emissão, irradiação ou indução que obstrua, degrade seriamente ou interrompa repetidamente a telecomunicação.

Na figura 66 podemos observar as faixas de frequências e a respectiva distribuição e atribuição das mesmas; o que é feito, no Brasil, sob coordenação e distribuição da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

A figura 66 que vem logo abaixo, representa o diagrama esquemático do Espectro Eletromagnético de Frequências e as suas regiões visíveis, bem como as suas principais formas de utilização dessas frequências.

Figura 66 - Espectro eletromagnético e região visível.

O ESPECTRO ELETROMAGNÉTICO



Fonte: Eletrônica Básica do Estado Sólido (VALKENBURGH, 1985, v. 3, p. 3-134).

A qualquer tempo, mediante prazo adequado e razoável, poderá ser modificada a destinação de faixas de frequência, bem como ordenada a alteração de potências ou de outras características técnicas, desde que o interesse público ou o cumprimento de convenções ou tratados internacionais o determine.

16.5 AUTORIZAÇÃO PARA O USO DE RADIOFREQUÊNCIA

O mesmo autor citado anteriormente, ao referir-se à autorização de uso de radiofrequência, menciona que “A utilização do espectro radioelétrico, como vimos, subordina-se ao interesse público, e não pode prescindir de um eficiente controle por parte do Poder Público, a fim de realizar-se com proveito e racionalidade”.

Como é de se notar, a autorização para o uso de radiofrequência, depende, portanto, de prévia outorga⁴⁷ da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, mediante autorização, tenha ou não caráter de exclusividade⁴⁸.

⁴⁷ É antecipação de poderes, haja vista que outorga exprime em certos casos os poderes conferidos em um mandato e, até, o próprio mandato: tem outorga, isto é, tem poderes ou está investido em mandato. É concessão (DE PLÁCIDO, 1996).

⁴⁸ Entendem-se tudo que traga a qualidade de exclusivo, ou seja, que vem só, unicamente, sem admissão de outra coisa. É o que não se pode delegar (DE PLÁCIDO, 1996).

A autorização de uso de radiofrequência é ato administrativo vinculado, associado à concessão, permissão ou autorização para prestação de serviço de telecomunicações, que atribui ao interessado, por prazo determinado, o direito de uso de radiofrequência, nas condições legais, quando por meio de equipamentos de radiação restrita e, pelas Forças Armadas, nas faixas destinadas a fins militares. As frequências distribuídas para uso policial compõem a relação de atribuições destinadas para uso no Brasil e estão sob o controle da ANATEL.

16.6 SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO DIGITAL DA PC – RS

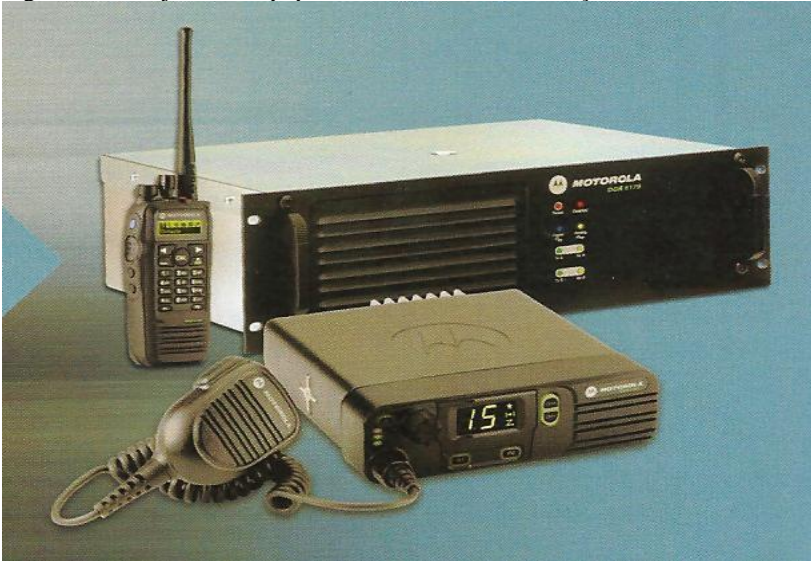
As comunicações são de suma importância para qualquer instituição policial, ou instituições que detém a competência de levar segurança à população de determinado município, ou região. Daí a importância dos gestores ficarem atentos para este item, sejam eles Secretários de Segurança Pública, Chefes de Polícia, os bons exemplos de gestão devem vir de cima, isso quer dizer que quem tem que dar o exemplo é o gestor maior de uma instituição, o chefe!

No caso do uso do rádio, se os chefes utilizarem os seus sistemas de telecomunicações e solicitarem que os demais façam os mesmos, todos os funcionários irão proceder desta forma, ou seja, vão usar os meios de comunicações que lhes forem colocados à disposição. No RS teve um Chefe de Polícia que usava sempre o rádio, o prefixo da sua estação todos os policiais a conheciam, principalmente os que exerciam funções operacionais, era “Tigre 01” ou “Tigre negativo primeiro”.

Ele costumava fornecer, via rádio, para a estação central, os seus deslocamentos, inclusive ele possuía uma estação de rádio instalada em seu gabinete; este foi um período importante da área operacional da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. Foram umas das gestões em que mais se investiu em telecomunicações e radiocomunicação na Polícia Civil.

Na figura 67, abaixo, se apresenta um conjunto de equipamentos de radiocomunicações, composto por um transceptor de VHF, para utilização como estação fixa ou móvel e o respectivo microfone móvel de mão; um transceptor de VHF para uso móvel (HT) individual (portátil) e uma estação de transmissão de VHF (repetidora de VHF), a qual juntamente com a torre e a antena (sistema irradiante), forma o que se costuma chamar de sistema de transmissão.

Figura 67 - Conjunto de equipamentos de radiocomunicação.



Fonte: Prospectos comerciais da Empresa Motorola.

Chama-se de estação fixa de mesa, aquele equipamento (transceptor) que é instalado em uma sala de um órgão policial, também conhecida como Sala de Rádio. Já a estação móvel é aquela que vai instalada em um veículo, no caso em uma viatura policial. O equipamento portátil, também conhecido como transceptor para uso individual de mão, *hand talkie* (HT), ou transceptor móvel de mão; é aquele que pode ser transportado facilmente pelo policial, sendo que, muitas vezes, integra a carga pessoal do funcionário policial e até seria melhor que fosse assim, pois haverá mais cuidado para com o equipamento de radiocomunicação.

Todos os equipamentos apresentados na figura são do tipo digital, em VHF, portanto, essenciais para os órgãos policiais. Como é de se notar, os transceptores possuem display para o envio e recebimento de mensagens, tipo celular. O transceptor portátil possui um teclado do tipo DTMF, alfanumérico que possibilita ao agente utilizá-lo como se fosse um terminal celular, bastando para tanto, mediante o uso de uma senha, abrir o transmissor (repetidora) e depois de efetuada a ligação desfazer o procedimento e voltar para o sistema rádio.

16.7 A RADIOCOMUNICAÇÃO POLICIAL ATRAVÉS DO TEMPO

Na revista *Segurança e Defesa*, número 116, página 62, Vinicius D. Cavalcante apresenta aos leitores um artigo sobre as comunicações na segurança, onde ele introduz o assunto com um pequeno resumo histórico das comunicações através dos tempos, no mundo e no Brasil.

São interessantes as referências que esse autor faz, principalmente onde ele cita o fato de que “boas comunicações são um dos fundamentos do bom trabalho policial”. Outra colocação feita e que considero importante é a de que:

[...] na década de 90 as polícias brasileiras, Polícia Federal, Rodoviária Federal, Polícias Militares e Polícias Civas, começaram a trilhar caminhos diferentes para a aquisição de seus equipamentos de rádio, que embora atendessem as especificidades de cada uma, em geral não permitiam uma comunicação direta entre elas.

É bom aproveitar o gancho para dizer que o problema persiste até os dias atuais, pelo menos no Estado do Rio Grande do Sul, só para citar um exemplo e dizer que o problema ainda é maior, pois além da dificuldade encontrada no fato das polícias “não se falar entre si”, há também a situação de que a Polícia Civil utiliza a banda alta do espectro de VHF, enquanto a Polícia Militar utiliza a banda baixa, isso dificulta mais ainda a conversação entre ambas as instituições, numa situação de extrema necessidade.

Em determinada oportunidade o Departamento de Telecomunicações da Polícia Civil, no Rio Grande do Sul, foi montado um sistema de transmissão que possibilitava essa comunicação entre as duas polícias, embora todas as dificuldades técnicas encontradas, mas confessa-se que este sistema de transmissão (repetidora) nunca foi utilizado.

Isso posto, vai-se além, pois entende-se que a comunicação deve ocorrer numa situação de risco⁴⁹, de crise,⁵⁰ ou de emergência, entre todos os órgãos que estão vinculados à Secretaria da Segurança Pública

⁴⁹ Manifestação repentina de ruptura do equilíbrio. Fase difícil, grave na evolução das coisas, dos acontecimentos, das idéias (AURÉLIO, 2008).

⁵⁰ Ação de emergir. Situação crítica; incidente. Caso de urgência (AURÉLIO, 2008).

(PC, PM, IGP, SUSEPE e Corpo de Bombeiros), uma vez que é obrigação exclusiva do Estado proporcionar isso através da aquisição de equipamentos adequados e modernos e exigir de todas as organizações suas subordinadas, que os utilizem diariamente, inclusive possibilitando, de tempo em tempo, o treinamento conjunto de todas essas instituições, simulando um caso concreto.

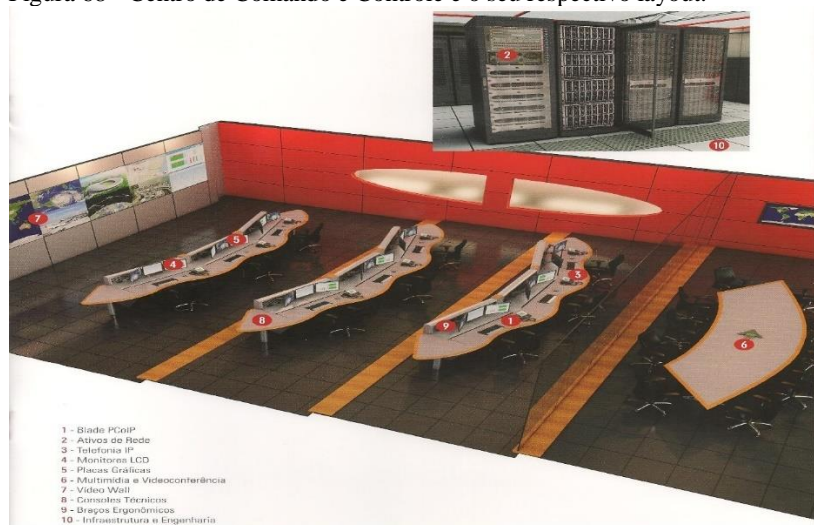
O treinamento desta natureza deveria ocorrer nas unidades menores das instituições supracitadas, preferencialmente na Região Metropolitana e nas cidades de menor porte, situadas no interior do Estado, pois estas não estão imunes a uma situação idêntica, até mesmo por que possuem menos recursos que o que está disponível na capital e cidades da Região Metropolitana. Da lavra do mesmo autor:

Se o advento da radiocomunicação permitiu revolucionar o atendimento policial às ocorrências, reduzir o tempo de reação das forças de segurança e aumentar a eficácia do efetivo empregado, a miniaturização dos equipamentos através da sofisticação dos circuitos da eletrônica transistorizada, fez com que tanto os veículos quanto os policiais que conduziam sua patrulha a pé pudessem se mais facilmente conectados.

Essa colocação é importante e deve ser aproveitada para tecer uma crítica aos famosos Centros de Comando e Controle, os quais geralmente ficam instalados e funcionando junto às Secretarias de Segurança, órgão de supervisão e não de execução operacional, por isso, o entendimento é de que esses centros devem até permanecer instalados na secretaria, mas como integrantes da estrutura orgânica da agência de inteligência e funcionando como órgão de supervisão e de prestação de apoio e subsídio para as tomadas de decisões dos gestores, uma vez que, segundo o entendimento, o que interessa para o Secretário é a informação sobre os fatos que estão ocorrendo na sua área de atuação, até por que essas informações seriam do seu interesse para subsidiar as suas tomadas de decisão na área de gestão.

Na figura 68, abaixo, apresenta-se uma foto de um Centro de Comando e Controle e os seus principais compartimentos funcionais (layout). Estes centros estão em moda atualmente e são muito utilizados por órgãos de segurança pública, tanto estaduais como municipais. Quase todos os centros desta espécie, no Brasil, possuem este layout, ou parecido com este.

Figura 68 - Centro de Comando e Controle e o seu respectivo layout.



Fonte: Prospecto comercial da empresa BOXFILE.

16.8 AS RADIOCOMUNICAÇÕES COMO ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

Entende-se que até por uma questão estratégica e de contingência, cada instituição deveria ter a sua Central de Comunicações, hoje, por exemplo, se tivermos um problema no Centro de Comando e Controle - CCC, por exemplo, um ataque terrorista ou um outro acidente ou desastre qualquer, pode-se até ficar sem comunicação, como já ocorreu em dada oportunidade, ainda na época do CIOSP, quando tivemos o rompimento de um cabo de fibra óptica, o qual, segundo consta, foi “corroído” por um roedor (rato), fato muito difícil de acontecer, falando-se tecnicamente. Hoje Porto Alegre possui dois Centros de Comando e Controle, um de propriedade do município, instalado na cidade de Porto Alegre, mas, como foi dito antes e outro do Estado, o qual está instalado e em funcionamento no prédio onde funciona a Secretaria de Segurança Pública, os quais, segundo consta, não se comunicam entre si.

Na época em que as polícias possuíam os seus próprios centros de comunicações, a Polícia Militar o COPOM e a Polícia Civil o Centro de Operações, as ocorrências eram atendidas de forma mais rápida e com maior eficácia e eficiência.

É de lembrar que a Polícia Militar, através de um trabalho de qualidade total, monitorava⁵¹ os deslocamentos de suas viaturas para os locais de ocorrência, ou seja, possuía indicadores de atendimento ao público e chegou a um padrão de atendimento que era de cinco minutos; hoje isso poderia ser feito com mais facilidade, haja vista que os transceptores⁵² podem ser fornecidos, pelos fabricantes, de acordo com a vontade dos clientes, no caso os transceptores saem de fábrica, tanto os móveis como os portáteis, com um sistema de GPS embarcado, já instalado no circuito eletrônico do próprio equipamento. Isso é importante para o cidadão que solicita um atendimento. Hoje nós não temos atendimento cronometrado e nem indicadores para a medição de atendimentos. “O que não é medido não é gerenciado (KAPLAN & NORTON, 1997)”.

Na figura 69, apresentada a seguir, é uma foto de um conjunto de equipamentos de radiocomunicação (transceptor móvel de mão, transceptor para estação fixa, ou móvel e uma estação repetidora), todos digitais, para operar na faixa de VHF do espectro de radiofrequência (RF). Os comentários a respeito destes equipamentos foram feitos anteriormente.

⁵¹ Monitorizar. Acompanhar e avaliar dados fornecidos por aparelhagem técnica; monitorar (AURÉLIO, 2008).

⁵² É o nome dado ao equipamento rádio dotado de transmissor e receptor em um mesmo volume (MEDEIROS, 2004:80).

Figura 69 - Equipamentos de radiocomunicação em VHF digital.



Fonte: Prospecto comercial da Empresa Motorola.

16.9 O RÁDIO COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO DO POLICIAL

O rádio é considerado para a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul como instrumento de trabalho dos policiais, isto está previsto no Decreto nº 34.534, de 13 de novembro de 1992, que institui

os instrumentos de trabalho do policial civil e dá outras providências, isso em seu artigo primeiro, conforme segue:

Art. 1º - Ficam instituídos como instrumentos de trabalho, a serem fornecidos pelo Estado, aos servidores da Polícia Civil mencionados no inciso I do art. 2º da Lei nº 7.366, de 29 de março de 1980

VIII – transceptores de VHF, tipo para operação móvel individual – portáteis. (Inciso VIII acrescentado pelo Decreto nº 43.564/05)

Isso se deu em razão da importância significativa para quem quer verdadeiramente fazer gestão; pois através do uso do rádio o gestor toma conhecimento imediato do que está acontecendo na sua área de atuação e, com isso, pode tomar a decisão que melhor convier a determinados casos, podendo até intervir no caso, se for necessário, poderá até, por exemplo, coordenar uma atividade, ação ou operação, gerenciar uma situação de risco ou de crise, enquanto que, sem comunicação coletiva (através de uma rede de rádio), o gestor fica a “ver navios” como se diz na gíria, não tem conhecimento do que está se passando, além do mais, esta situação só serve para incentivar e incrementar os desvios de conduta, uma vez que deixa de existir controle imediato sobre a atuação das instituições policiais.

Os dois principais instrumentos de trabalho de um policial atuante entendem-se como sendo o seu rádio (transceptor) e a sua arma. Entenda-se que todo o policial, antes da assunção do seu cargo em qualquer órgão policial, deve receber como carga pessoal, um rádio portátil⁵³ para uso individual e uma arma; esta de preferência pistola e da melhor qualidade.

Tempos atrás, na Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, foi elaborada uma minuta de um Projeto de Lei - PL, onde o rádio e arma foram tidos como sendo os principais instrumentos de trabalho dos policiais civis, mas apareceu uma “mente inteligente”, um delegado que estava lotado na Divisão de Assessoramento Jurídico – DAJ, da Chefia de Polícia, à época e este alterou essa minuta de legislação. Hoje ela existe, mas não atende ao que se pretendia.

⁵³ Quando em função das dimensões e peso, puder ser transportado pelo homem. Também conhecido com transceptor móvel de mão (MEDEIROS, 2004:274)

16.10 O 11 DE SETEMBRO DE 2001 – UM ESTUDO DE CASO

O autor Vinicius D. Cavalcante, também faz referências em seu artigo, ao fato ocorrido nos Estados Unidos por ocasião do ataque terrorista às Torres Gêmeas, no dia 11 de setembro de 2001, em Nova York, onde ocorreu uma “falha na comunicação”, palavras mágicas que servem, muitas vezes, para minimizar uma situação que poderia ter tido um desfecho menos crítico, ou até mesmo salvar várias vidas. Na verdade, não houve falha, a comunicação via rádio não se concretizou.

Mesmo em países com tradição de planejamento contingencial e cujas forças de segurança treinam e costumam ser exigida com muita frequência, a situação pode fugir ao controle dos gestores.

No fatídico dia 11 de setembro de 2001, quando os bombeiros de Nova York se dirigiram para as Torres Gêmeas em chamas, o sistema de rádio não funcionou. Policiais no local não conseguiam ouvir as ordens de seus superiores, e nenhuma das equipes de emergência que acorreram ao pior ataque terrorista em solo americano conseguia se comunicar com os demais. Com isso não se pode concordar com o autor, até por que se entende que o problema era mais antigo, havia uma “rixa”, pelo menos é o que se percebe quando da leitura do livro 102 Minutos, entre os bombeiros e a polícia de Nova York, sendo que a polícia possuía um sistema de melhor qualidade do que o dos bombeiros.

Na verdade, o problema já havia sido detectado, mas nunca corrigido, segundo relato que pode ser encontrado no livro “102 Minutos”, de autoria dos jornalistas Jin DWYER e Kevin FLYNN, que acompanharam os fatos do local.

A figura 70, que vem logo a seguir, é uma foto das Torres Gêmeas no momento em que o evento terrorista de ataque às mesmas estava sendo posto em execução.

Figura 70 - As Torres Gêmeas no momento do ataque terrorista.



Fonte: g1.globo.com

Pare em um sistema de comunicações via rádio é muito difícil de acontecer, ainda mais quando ele é utilizado constantemente, pois qualquer problema que ocorre é reclamado pelos usuários e logo o sistema é consertado. Como se verifica, a conversação entre polícia e bombeiros, através da rede de rádio, não existia, para ficar bem

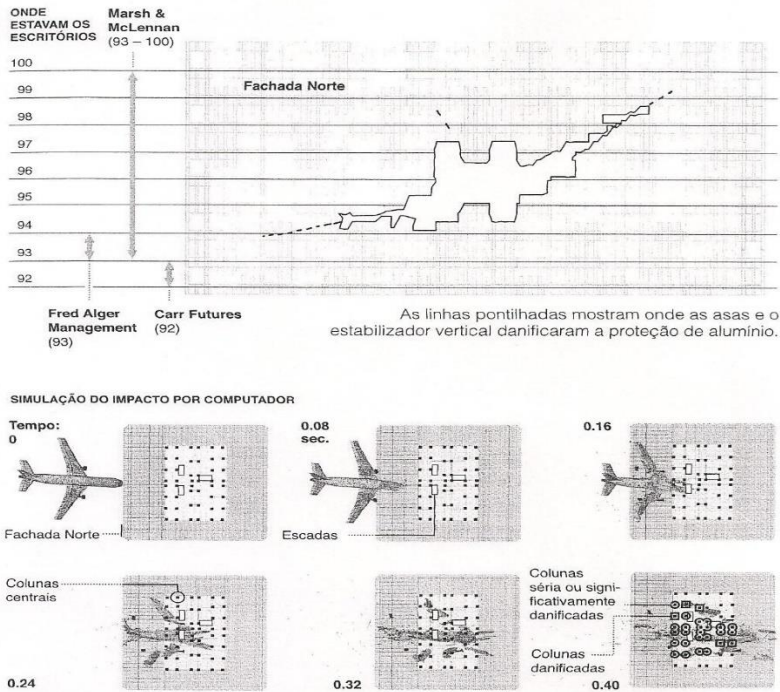
entendido. É isso que acontece no Rio Grande do Sul, as polícias, bombeiros, Guardas Municipais - GM, Perícias, Defesa Civil - DC, dentre outros, não estão preparadas para uma necessidade deste tipo, não falam entre si.

O bom gestor deve estar atento a tudo. Por isso se acha interessante a frase de Vegetius: “Si vis, para bellum”. (Se queres paz, prepara-te para a guerra), ou a frase de Sun Tzu: “Na paz, prepara-te para a guerra. Na guerra, prepara-te para a paz”. Os sistemas de comunicação não podem falhar nunca, ainda mais quando se lida com a vida humana, o bem maior de todo o ser humano. O autor ainda vai mais longe e tece os seguintes comentários:

Os ataques daquele dia materializaram os mais temidos pesadelos dos planejadores, com a eclosão dos piores problemas possíveis em tecnologia de comunicação. No dia do atentado, uma rede comercial congestionada tornou impossível o uso de telefones celulares, e **as frequências de rádio da polícia e dos bombeiros não eram compatíveis** (grifo nosso). O principal problema apontado pelo Departamento de Bombeiros de Nova York foi a dano causado à infraestrutura das chamadas repetidoras, aparelhos que permitiriam que os sinais de rádio funcionassem nas Torres Gêmeas. Esse fato não permitiu que muitos comandantes e bombeiros pudessem falar entre si, e muitos dos bombeiros que circulavam pelas escadarias não conseguiram ouvir a ordem de evacuação. Na ocasião, 343 bombeiros, 23 policiais e 37 oficiais da Autoridade Portuária de Nova York e Nova Jersey pereceram; muitos deles estariam vivos hoje em dia se as comunicações tivessem funcionado a contento.

A figura 71, abaixo, é a representação, em diagrama esquemático, das Torres Gêmeas nos Estados Unidos, antes do fatídico dia 11 de setembro de 2001.

Figura 71 - Diagrama da Torres Gêmeas em Nova York.



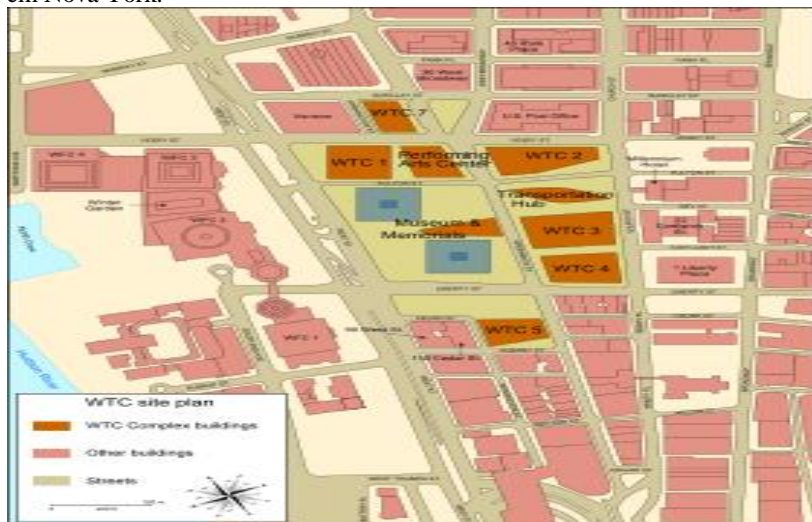
Fonte: Livro 102 Minutos.

Como é natural, nessas situações, as lições aprendidas com o incidente motivaram inúmeros esforços para correção dos problemas identificados, priorizando-se os mais críticos. Nos anos posteriores, as equipes de emergência de Nova York atualizaram seus equipamentos para se adaptar a imprevistos e realizarem mais treinamentos. Hoje, as equipes de polícia e bombeiros treinam juntas e durante uma emergência podem se comunicar pela mesma frequência de rádio. Para o Departamento de Bombeiros de Nova York, a prioridade foi instalar estações repetidoras portáteis para walkie-talkies⁵⁴ funcionar mesmo em um edifício alto ou no metrô.

A figura 72, que vem logo a seguir, é um diagrama esquemático de um mapa situacional de onde estavam localizadas as Torres Gêmeas, na cidade de Nova York nos Estados Unidos.

⁵⁴ Emissor e receptor portátil para comunicação radiofônica, a certa distância, com aparelho similar (AURÉLIO, 2008).

Figura 72 - Diagrama representando o mapa de localização das Torres Gêmeas em Nova York.



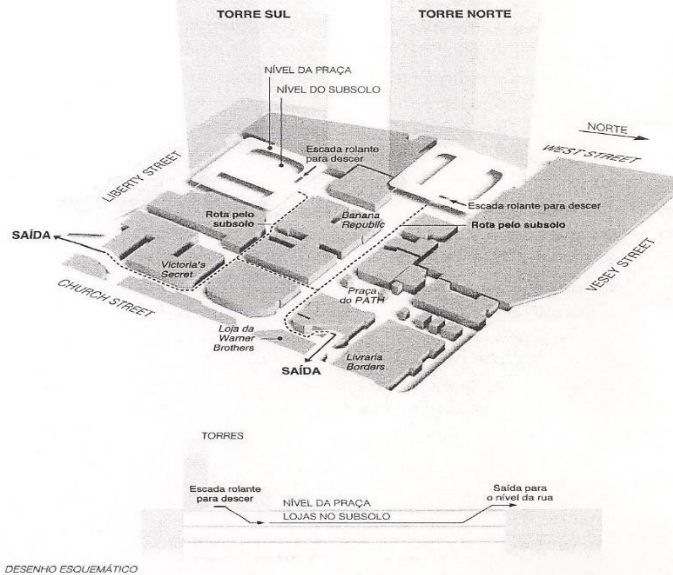
Fonte: newworldencyclopedia.org/entry/World_Trade_Center

Sobre o fato ocorrido nos Estados Unidos, mais precisamente o caso do ataque terrorista às Torres Gêmeas, no dia 11 de setembro do ano de 2001, os jornalistas Jim DWYER e Kevin FLYNN, autores do livro 102 Minutos, Na História Inédita da Luta Pela Vida nas Torres Gêmeas, figuras 59 e 61, relatam o seguinte:

Durante 102 minutos, na manhã de 11 de setembro de 2001, 14 mil homens e mulheres lutaram pela vida no World Trade Center. Este livro conta o que aconteceu do ponto de vista das pessoas que ficaram dentro das Torres Gêmeas – funcionários de escritórios, visitantes e resgatadores que acorreram para ajudá-los. Os relatos foram retirados de 200 entrevistas feitas com sobreviventes e testemunhas, milhares de páginas de transcrição de mensagens de rádio, telefone, e-mails e relatos orais. Todas as fontes estão identificadas e numeradas.

A figura 73, abaixo, é a representação em diagrama esquemático do Térreo das Torres Gêmeas, quando do ataque terrorista ocorrido no ano de 1993.

Figura 73 - Diagrama do térreo das Torres Gêmeas em 1993.



Quando as pessoas subiam do subsolo, saíam nas ruas Church e Liberty, onde ambulâncias estavam aguardando, e encontravam-se a uma distância segura dos destroços que caíam.

Fonte: Port Authority of New York and New Jersey; LZA Technology – Livro 102 Minutos.

16.11 O ESTOPIM MAIOR DA TRAGÉDIA: A FALTA DE COMUNICAÇÃO VIA RÁDIO

Os autores realizaram uma pesquisa sobre o ocorrido e constataram que houve falhas diversas nos sistemas de comunicações no dia em que os americanos de Nova York mais precisaram de comunicação, só para salientar, falhas ocorrem até nos países mais desenvolvidos do mundo, como ficou evidente, e elevaram a situação da crise que resultou na morte de milhares de pessoas, principalmente bombeiros.

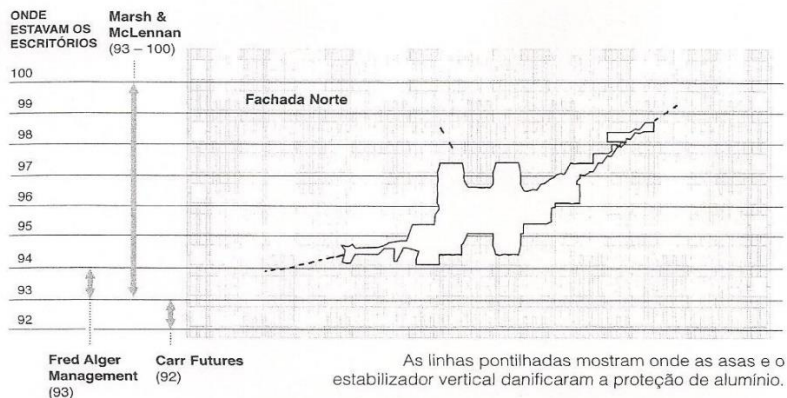
Na visão dos comandantes mais antigos do Corpo de Bombeiros, o ataque de 1993 trouxe lições aterradoras sobre o que poderia dar errado quando múltiplas agências de socorro respondem a um desastre. (...) os oito anos seguintes pareciam ser uma era dourada para a

segurança pública em Nova York, porque o crime diminuía e o número de incêndios abaixava.

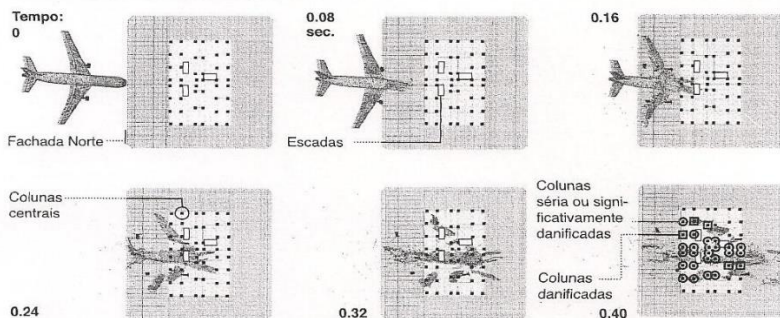
Em 1996, o Corpo de Bombeiros assumiu a responsabilidade de atender às emergências médicas, e imediatamente retirou de paramédicos e técnicos de urgências médicas a possibilidade de ouvir as comunicações da polícia. Em 1997 e 1998, a cidade gastou milhares de dólares na compra de rádios novos que permitiriam a comunicação direta entre comandantes da polícia e dos bombeiros, mas esses equipamentos de alta tecnologia não tiveram uso algum, foram deixados nas prateleiras dos escritórios da polícia e no bagageiro dos carros dos chefes de bombeiros. E assim como não haviam trabalhado em consonância em 26 de fevereiro de 1993, as duas corporações nunca voltaram ao Trade Center para treinamentos conjuntos.

A figura 74, que vem logo a seguir, é a projeção, em diagrama esquemático, do ataque realizado por aviões em mãos terroristas, às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001.

Figura 74 - Diagrama da projeção do ataque às Torres Gêmeas.



SIMULAÇÃO DO IMPACTO POR COMPUTADOR



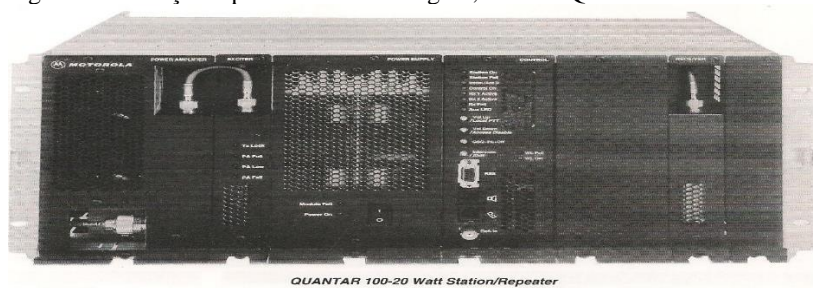
Fonte: National Institute of Standards and Technology (NIST)

Aqui fica provado que já tinha ocorrido outro incidente o qual deveria ter despertado as autoridades para as causas da segurança, mas não foi isso que se verificou, os fatos antecedentes não serviram para que os órgãos encarregados da segurança e de situações de emergências elaborassem um plano de contingência, de treinamento conjunto e que atendessem às suas necessidades de pronto emprego em adversidades, haja vista que até os equipamentos mais modernos, que foram adquiridos, foram relegados a outro plano, foram deixados nas prateleiras e nos bagageiros das viaturas dos bombeiros. Um instante depois, os eletricitas gritaram, orientando-os. Deviam ir para um corredor central. Um eletricitista tentava fazer funcionar um rádio bidirecional, mas não conseguia se comunicar.

O transceptor utilizado pelo eletricista não funcionou, primeiro pelo fato de que ele não teve treinamento para usar o equipamento e em segundo em razão de que o local não era beneficiado com um sistema de transmissão adequado para uma rede de rádio.

A foto abaixo, mostrada na figura 75, é de uma repetidora igual a que foi instalada junto às Torres Gêmeas, antes do atentado terrorista, mas que nunca funcionou e até mesmo nunca foi posta a teste, por parte do Corpo de Bombeiros de NY. Só que este sistema de transmissão, é um dos melhores equipamentos desta espécie para radiocomunicação via rádio. Este foi o equipamento que possibilitou o CIOSP de Porto Alegre funcionar, quando todo o sistema adquirido anteriormente deu pane. Também foi o equipamento utilizado no Curso de Comunicação Crítica para Segurança Pública ocorrido na Faculdade de Engenharia da UNB em Brasília.

Figura 75 - Estação repetidora de VHF digital, modelo Quantar.



Fonte: Prospecto comercial da Empresa Motorola.

Segundo os mesmos autores, durante os primeiros dez minutos após o choque dos aviões, o sistema 911 registrou três mil chamadas, muito dessas de pessoas que estavam nos andares superiores da Torre Norte. Elas relatavam a explosão e diziam que as escadas estavam interrompidas – simplesmente destruídas ou bloqueadas com os destroços, cheias de fumaça ou fogo.

O sistema 911 é idêntico aos 190, 191, 193 ou 197, ou seja, um sistema telefônico que se destina ao atendimento de emergências.

Muitos, naquela multidão, ganhavam a vida fornecendo informações ou os equipamentos que continham e transmitiam informações, eram especialistas em comunicações que participavam da conferência matinal no salão de festas do *Windows on the World*.

Aqui os autores fazem referência de que naquele dia havia um evento no salão de festas de um dos prédios que envolvia especialistas em comunicações.

“Os rádios de bombeiros tinham um histórico de desempenho precário, porque a massa dos edifícios, arranha-céus, frequentemente impedia que os sinais de rádio neles penetrassem, e os chefes perdiam contato com os bombeiros nos andares superiores”.

Um dos mais vergonhosos episódios havia ocorrido depois da explosão do Trade Center em 1993. Centenas de bombeiros haviam respondido, sobrecarregando as frequências de rádio. As mensagens se perderam. Um dos aspectos que mais comprometeram nossa capacidade de ganhar maior controle sobre o incidente foi a comunicação do Corpo de Bombeiros no local”.

Como é de se notar e como já foi dito anteriormente, de nada valeu os fatos ocorridos em 1993, pois nada foi feito para solucionar os problemas constatados no transcorrer do incidente e com relação à questão física referente ao prédio. As Torres Gêmeas, e as comunicações, haja vista a dificuldade da passagem do sinal de RF pelas paredes das torres, pois, segundo relato, havia dificuldade de comunicações quando os bombeiros tentavam transmitir alguma coisa do interior dos prédios.

Portanto, nada foi corrigido ou providenciado. Isso é de causar espanto, pois são fatos que ocorreram em um país considerado primeiro mundo e que tem uma preocupação muito grande com o terrorismo e a segurança. É interessante, e que isso sirva de lição para todo o mundo.

Em meados da década de 1940, a corporação empregava rádios de ondas curtas, semelhantes aos usados por soldados nos campos de batalha da Europa. Nos anos 1960, cada bombeiro recebeu um rádio. No entanto, quatro décadas após aquela inovação, e 30 anos depois que os homens na Lua transmitiram imagens de televisão ao vivo através do cosmo, os bombeiros ainda passavam dificuldades com seus rádios nos arranha-céus.

16.12 AS FALHAS PODEM ATÉ ACONTECER, MAS AS LIÇÕES FICAM

No caso apresentado fica evidente uma grande falha de gestão. Os responsáveis, no entendimento mais adequado, são os gestores, são

estes que detém o poder de decisão, geralmente alicerçado em informações advindas dos seus serviços de inteligência.

Os gestores devem estar atentos para a ocorrência de fatos desta natureza e devem investir em inovação sempre que possível. Não se admite que passadas décadas, inclusive com uma revolução tecnológica acontecendo quase que diariamente, gestores fiquem alienados e não se dê conta do que está ocorrendo na sua frente.

Para se comunicar de maneira consistente com um edifício alto, uma agência que atua em emergências precisa de duas coisas: um rádio de mão confiável e uma repetidora para ampliar os sinais de rádio, de modo que possam alcançar os andares superiores. Não importa quão resistente fosse um rádio de mão – vendedores da Motorola costumavam jogar os rádios sobre o chão, numa demonstração pretensiosa de sua resistência -, seu sinal era, em geral, muito fraco para penetrar os múltiplos andares sem uma repetidora.

Comunicação é tudo para uma instituição que tem atuação em situações de enfrentamento ao crime, de crise e de emergência; para isso esses órgãos devem possuir em seu patrimônio equipamentos de primeira linha e qualidade, transceptores para uso individual – portáteis; sistema móvel de transmissão⁵⁵ (repetidora móvel) que funcione em qualquer lugar; assim como sistemas de transmissão fixos⁵⁶ (instalados em prédios ou em infraestrutura de sistemas irradiantes⁵⁷ apropriados para isso.

⁵⁵ Sistema móvel de transmissão ou repetidora móvel são utilizados nas comunicações terrestres via rádio, em VHF, UH e SHF, para que os sinais consigam ultrapassar a linha do horizonte e vencer obstáculos. São instaladas em veículos, para que possam ser transportadas (MEDEIROS, 2004:142).

⁵⁶ São sistemas de transmissão (repetidoras) utilizados em comunicações para que os sinais de telecomunicações via rádio (VHF, UHF e SHF) possam vencer obstáculos ou ultrapassar a linha do horizonte. São instalados em pontos elevados do terreno ou em edifícios (MEDEIROS, 2004:142).

⁵⁷ Antena ou sistema irradiante é usado na transmissão dos sistemas rádio para irradiar ondas eletromagnéticas e na recepção para captá-las. Durante a transmissão, a antena converte a corrente de RF gerada pelo transmissor em ondas eletromagnéticas (MEDEIROS, 2004:181).

Para utilização em forças policiais e de serviços desta natureza é interessante que sejam adquiridos equipamentos que atendam às regras MIL, aquelas que permitem que os equipamentos devam ser operados em situações adversas, que sejam passíveis de sofrer quedas bruscas, que operem sob água, poeira, etc.

É um equipamento robusto, que suportam tudo isso sem prejuízo da sua operacionalidade⁵⁸. A Motorola, empresa americana, foi uma das primeiras indústrias do mundo a fabricar equipamentos de telecomunicações bidirecionais com esses requisitos.

O Departamento de Polícia de Nova York dera-se conta disso muitos anos atrás. Os policiais podiam se comunicar efetivamente em arranha-céus, embora o rádio de um policial, aquele que fica pendurado no cinto, fosse muito semelhante ao de um bombeiro. A diferença era que, ao contrário do Corpo de Bombeiros, a polícia instalara repetidoras em 350 locais espalhados pela cidade para ampliar seus sinais. Os bombeiros tinham colocado apenas uma meia dúzia delas.

Neste caso fica evidente a preocupação de uma instituição em relação à outra, ou seja, a polícia em relação aos bombeiros. A polícia se preocupou em espalhar sistemas de transmissão pela cidade, segundo consta, foram 350 unidades, enquanto os bombeiros instalaram apenas uma meia dúzia desses sistemas, com isso, ficaram sem área de cobertura, daí a dificuldade de comunicação que sempre tiveram.

Parte da disparidade no uso de repetidoras resultava de como as duas agências usavam seus rádios no trabalho diário. Os policiais precisavam estar em contato com a base central ou um radioperador que se encontravam distante, e isso exigia um sistema projetado para comunicação a grande distância. A situação era o reverso para os bombeiros, que estavam mais preocupados em não perder contato com um colega perdido no meio da fumaça na sala ao lado. Em geral não

⁵⁸ É a confiança no sistema, pode ser traduzida na continuidade das comunicações e a certeza da efetivação correta do enlace. Em princípio, os enlaces de comunicações não devem sofrer interrupções (MEDEIROS, 2004:34).

havia necessidade de amplificação para falar no local de um incêndio típico, numa casa. Os chefes nessas duas áreas reclamavam havia muito tempo, e em altas vozes, quando seus rádios não funcionavam bem dentro de torres de escritórios. Para o restante da corporação, que trabalhava em bairros onde os prédios raramente tinham mais de seis andares, o problema da recepção de rádio em arranha-céus não estava entre as questões prioritárias a serem enfrentadas pelo Corpo de Bombeiros de Nova York.”

Para quem trabalha com comunicação e necessita de comunicação, a visão não é e nem pode ser esta, para falar com quem está no nosso lado, basta utilizarmos um transceptor com frequências simplex⁵⁹, mas isso não é aconselhável, uma vez que possuir cobertura é muito mais interessante, pois com o acompanhamento de um bom sistema de transmissão, se tem conversação de qualquer lugar em uma determinada área de atuação, sem falar no apoio que se tem numa situação de risco, crise ou de emergência. Ainda mais com o avanço tecnológico dos equipamentos que estão no mercado.

Além disso, instalar um sistema de repetidoras seria introduzir uma maneira de operar totalmente diferente – algo nunca fácil de vender numa corporação resistente a mudanças tecnológicas. Rotinas tecnológicas transformavam-se em costumes entronizados. Ainda assim, ao longo dos anos, o Corpo de Bombeiros havia instalado repetidoras em alguns edifícios críticos, como os terminais de trens e o Trade Center.

O novo pode incomodar em razão da quebra de costumes, da quebra de paradigmas, ainda mais numa instituição resistente à inovação tecnológica, principalmente; isso acontece em qualquer ambiente que necessita de mudança tecnológica, sempre vai haver resistência e tudo vai depender das atitudes tomadas pelos gestores das instituições envolvidas.

⁵⁹ É o tipo de operação que só permite a transmissão alternadamente entre os lados; quando um lado transmite o outro recebe (MEDEIROS, 2004:39).

No Trade Center, a repetidora tinha sido parte de 80 milhões de dólares gastos pela Administração do Porto em melhorias de segurança depois da explosão de 1993. A repetidora e sua antena foram instalada no World Trade Center 5, mas eram ligadas em operadoras em painéis que ficavam nas centrais de comando de bombeiros nas duas torres, do outro lado da praça. Quando estavam ligadas, podiam captar mensagens dos rádios de mão dos bombeiros e retransmiti-las com maior potência. Isso permitiria que comandantes de bombeiros em um lobby estivessem em contato com suas tropas trabalhando nos andares superiores.

16.13 OUTRA LIÇÃO: O TREINAMENTO SEMPRE É MUITO IMPORTANTE

Como é de se notar, houve investimento, mas não houve treinamento para operar o sistema e nem exigência por parte do gestor maior, do comandante dos bombeiros, para que o sistema oferecido funcionasse a pleno, uma vez que, quando as repetidoras eram ligadas (eram para estar ligadas sempre) o sistema de rádio funcionava a contento, inclusive para os transceptores portáteis.

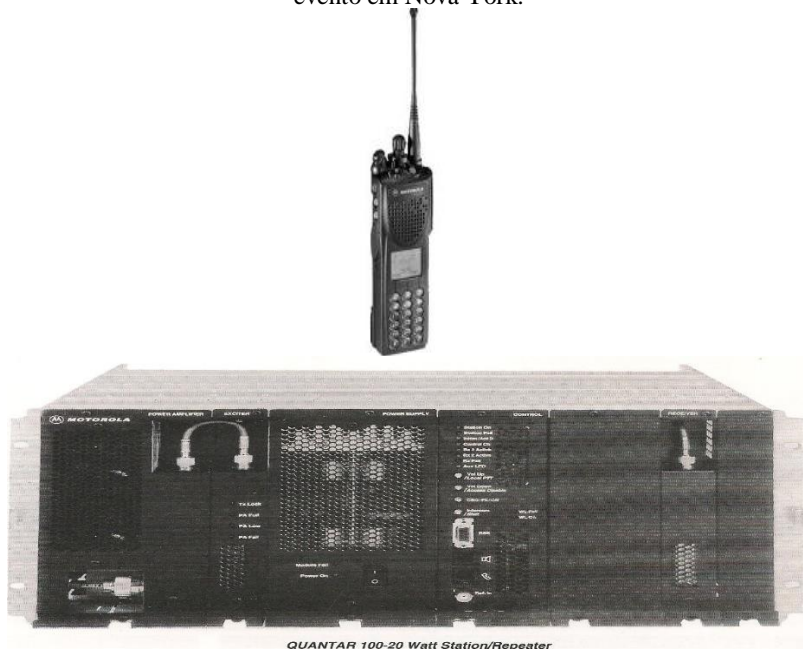
No início de 2001, o Corpo de Bombeiros também havia adotado novos rádios portáteis, o Motorola XTS3500R. Empregavam a mais moderna tecnologia digital, disseram oficiais de bombeiros, o que significava um avanço com relação aos rádios analógicos Motorola Saber, que estavam ficando velhos; os novos teriam maior capacidade de penetrar múltiplas camadas de concreto e aço nos arranha-céus.

Nas figuras a seguir apresenta-se os equipamentos que estavam à disposição do Corpo de Bombeiros por ocasião do ato terrorista contra as Torres Gêmeas, em Nova York, no dia 11 de setembro de 2001. A estação repetidora e o transceptor são da marca Motorola modelo XTS 3500R, equipamentos da melhor qualidade para radiocomunicação bidirecional, só que nunca foram sequer testados, quanto mais utilizados. Pelo que sei a Polícia Militar do Estado de São Paulo utiliza

estes equipamentos, o qual detém ótima aceitação por parte dos usuários.

A figura 76, que vem logo abaixo, é uma foto de um transceptor portátil, modelo XTS 3500R e de um transmissor (repetidora) modelo Quantar, marca Motorola – integrante de um sistema digital de radiocomunicação do tipo troncalizado.

Figura 76 - Repetidora e transceptor portátil que deveriam ter sido utilizados no evento em Nova York.



Fonte: Prospecto comercial da Empresa Motorola.

Fica evidente que houve investimentos em telecomunicações, mas o que foi adquirido em 2001 não chegou a ser utilizado pelos bombeiros. A aquisição foi de rádios modernos e dotados de alta tecnologia digital.

No entanto, com apenas alguns dias de uso, um bombeiro perdido num incêndio de uma casa chamou para pedir ajuda e não pôde ser ouvido por seus colegas lá fora. Outras reclamações logo surgiram, e os novos rádios foram tirados de

serviço em meio a um debate para saber se o problema era um defeito do equipamento ou falta de treino no uso.

Os equipamentos de telecomunicações, se bem instalados, dificilmente apresentam defeito de funcionamento, ainda mais os que foram adquiridos, estes são de alta qualidade. O que houve foi uma rejeição, talvez causada por falta de treinamento aos usuários.

Para que pudessem ser completamente eficientes, os bombeiros e os policiais precisavam partilhar informações, agir em conjunto, antecipar o que a outra corporação poderia fazer à medida que o desastre se desenrolasse. As decisões tomadas pelos comandantes eram influenciadas por quão pronta e precisamente eles estivessem numa situação sob controle a partir do que ouviam de suas tropas e de seus supostos aliados. Mas essas duas agências não treinavam juntas muitas vezes, e nem treinavam bem. Não podiam falar uma com a outra pelo rádio porque suas frequências eram diferentes. E não partilhavam equipamentos.

Isso é normal, todos são conhecedores desta situação, no Rio Grande do Sul, a Polícia Civil e a Polícia Militar, caso seja necessário, numa situação de emergência não se comunicam entre si.

Primeiro porque não possuem um canal do espectro com frequências que permita este contato, além do que a Polícia Militar utiliza frequências em banda baixa do espectro de RF, enquanto a Polícia Civil utiliza a banda alta do espectro de RF, sendo que ambas utilizam sistemas em VHF. Em segundo lugar vem a falta de treinamento, confessa-se que não pode lembrar-se da ocorrência de algum treinamento desta natureza. Lembra-se apenas que em dada oportunidade, no Departamento de Telecomunicações da Polícia Civil, foi montada e colocada à disposição das duas polícias, uma repetidora (sistema de transmissão) com frequência única para as duas organizações policiais, mas, pelo que se sabe, esta nunca foi utilizada, nem mesmo para treinamento.

No relatório, o grupo concluiu que as agências precisavam fazer trabalhos práticos conjuntos e providenciar numa única frequência de rádio que

os comandantes pudessem partilhar durante emergências. Após alguns anos de exercícios simulados, o grupo foi desfeito em 1994, quando assumiu o cargo um novo prefeito, Rudolph W. Giuliani. Ele fez da segurança pública o carro-chefe de sua administração. Em 1996, criou o Departamento de Gerenciamento de Emergências, que realizou uma série de treinamentos de desastres simulados, embora nenhum que envolvesse uma aeronave se chocando contra arranha-céus, por acidente ou intencionalmente. “Na verdade, a despeito do status de Trade Center como principal alvo de terroristas na cidade, simulações coordenadas de desastres eram eventos bem raros na vida do complexo.”

A falta de treinamento, pelo que se verifica, é uma constante, mesmo em países do dito primeiro mundo, imagine num país do considerado terceiro mundo? Que isso sirva de exemplo para todos os gestores, sem interessar de que área sejam essas pessoas. O que interessa é que todos estejam preparados para o enfrentamento de situações de risco, de crise ou de emergência.

O treinamento seguiu-se a um quase desastre real que havia sido notícia no ano anterior: por uma diferença de apenas 90 segundos, um avião argentino quase atingiria a Torre Norte quando teve problemas de comunicação com a torre de controle do aeroporto.

Tudo gira em torno da falta de treinamento. É mais uma coisa para os gestores estarem atentos quando da solicitação de aquisição de novas tecnologias, nunca devem esquecer-se de incluir no projeto o treinamento de recursos humanos. E só receber o sistema com tudo funcionando a todo o vapor, isso para não ter surpresas futuras. Isso aconteceu no nosso Estado, foi adquirido um sistema de telecomunicações por uma quantia vultosa, mas que nunca funcionou como devia.

Se o Departamento de Gerenciamento de Emergências não tinha antecedente nem peso político adequado para criar uma parceria efetiva entre o Departamento de Polícia e Corpo de

Bombeiros antes de 11 de setembro, como alguns críticos acreditavam, certamente não teve oportunidade alguma de fazê-lo naquela manhã.

[...]

Na verdade, os arranjos estavam sendo feitos pelo Departamento de Gerenciamento de Emergências usando rádios transmitindo e 800 mega-hertz. Em 1996 e 1997, dúzias desses rádios foram distribuídas a comandantes selecionados da polícia e dos bombeiros par que as agências pudessem se comunicar, uma recomendação importante do Grupo de Prontidão para Emergências Aeronáuticas de 1990. Mas havia um impasse. Quem teria o controle da frequência entre agências? Representantes do Departamento de Polícia e do Corpo de Bombeiros haviam se reunido durante meses para decidir esses temas, mas as discussões acabaram sendo interrompidas por causa das questões de protocolo não solucionadas. Os rádios eram novos e estavam prontos para o uso. Só que ninguém fora do Departamento de Gerenciamento de Emergências estava disposto a usá-los para falar. Os comandantes de bombeiros mantinham os seus no bagageiro dos carros. Os dos chefes de polícia jamais saíram das prateleiras.

É, tudo o que aconteceu se deu devido à falta de treinamento e utilização diária dos equipamentos novos e de qualidade que foram adquiridos. Além de ser um ato de irresponsabilidade, é um exemplo de um problema sério de gestão administrativa que teve reflexos graves na gestão operacional. Este exemplo não pode e não deve ser seguido por qualquer outra instituição desta natureza. Tem que servir como exemplo que não deve ser seguido jamais.

No entanto, a velocidade não explica tudo. Uma cascata de comunicações falhas – muito semelhantes à ordem não transmitida de Cheney para derrubar o avião – custou vidas. Os helicópteros da polícia relataram a deterioração das duas torres e predisseram, especificamente, o colapso da Torre Norte. Os comandantes dos bombeiros não tinham conexão alguma com os helicópteros, nem havia como receber os relatos,

mas, quanto a isso, também tinham pouco ou nenhum vínculo com suas próprias tropas. Os rádios para comunicação interagências descansavam em prateleiras ou nos bagageiros dos carros, sem uso. Sem razão alguma os bombeiros foram privados de informações críticas. Isso pode ser atribuído tanto a uma longa questão de mau hábito quanto às circunstâncias extremas.

O rádio ou transceptor, como também são conhecidos esses equipamentos como pode-se verificar, através do relato dos autores, são instrumentos importantíssimos na gestão de situações de risco, de crise e de emergência. Se os transceptores estivessem funcionados na plenitude, muitas pessoas não teriam perdido a vida nesse evento ocorrido em New York.

16.14 A NECESSIDADE DE PLANEJAR E PROJETAR SOLUÇÕES

Outro fato gravíssimo, em análise, é o fato dos bombeiros não terem contato com o helicóptero, peça fundamental numa situação destas. O helicóptero era para possuir instalado em seu interior, um sistema de transmissão para ser utilizado em caso de extrema necessidade como o caso em tela, isso só já resolveria o problema relacionado à falta de comunicações dos bombeiros, tão propalada.

Podemos lembrar aqui da seguinte situação, quando foi elaborado o projeto para aquisição de um helicóptero para a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, do qual participou um delegado que trabalhou no Departamento Estadual de Telecomunicações – DETEL, não se lembraram de incluir, na compra, um sistema de transmissão, o qual deveria ter vindo já instalado (embarcado), de fábrica, na aeronave. Esta foi uma falha gritante sob a ótica operacional. Até mesmo porque, com um sistema de rádio instalado numa aeronave tipo helicóptero, é possível a coordenação de uma operação policial, por exemplo, de um local de difícil acesso.

Para salientar a importância do que foi supramencionado, não se pode deixar de lembrar-se de uma ocasião em que se foi questionado por um Coronel do Exército Brasileiro, Coronel Guerra, oportunidade em que o delegado citado também estava junto e ouviu o questionamento do Coronel, sobre quantos helicópteros o Departamento Estadual de Telecomunicações da Polícia Civil possuía? A resposta foi a de que nem

a polícia, como instituição mãe, possuía essa aeronave na época, imaginem um departamento desta mesma organização.

Isso é só para deixar consignado aqui a importância que uma aeronave tem para uma instituição policial, mesmo em se tratando de radiocomunicações.

Os relatórios do Corpo de Bombeiros, após a explosão no Trade Center, em 1993, destacaram a precariedade da coordenação e da comunicação entre as agências de atendimento a emergências.

É lastimável, para não dizer triste, mas ignorar o ocorrido em 1993, no mesmo local, é uma falha gritante da parte dos gestores, ainda mais quando se sabe que foi expedido um relatório da lavra do próprio Corpo de Bombeiros, sendo que neste, citaram como ocorrência fundamental a precariedade de coordenação e de comunicação, para nós sem comunicação não há coordenação de qualquer atividade, ação ou operação de segurança pública, ainda mais numa situação de risco, de crise ou de emergência.

Os sistemas de radiocomunicações das polícias no mundo inteiro são constituídos de grandes redes de radiocomunicações, as quais se utilizam de sistemas de transmissão digitais e utilizam, para isso, faixas de frequências do espectro de radiofrequência que tem destinação atribuída a cada órgão, como, por exemplo, para distribuição às empresas da iniciativa privada e empresas públicas, como, polícias, bombeiros, aeronáutica, exército, marinha, dentre outras.

No Brasil, a distribuição dessas frequências está a cargo de uma Agência Reguladora, a ANATEL, a qual está encarregada da normatização no que se refere às transmissões via rádio.

A importância da utilização de sistemas digitais de radiocomunicações deve-se ao fato de que os órgãos policiais, principalmente, necessitam de sigilo em suas comunicações, isso para evitar que sejam monitorados, via rádio, por criminosos ou grupo de delinquentes que praticam toda a espécie de crime organizado. Hoje, como já se teve a oportunidade de ver através dos noticiários, de que criminosos estavam utilizando rádios do tipo utilizados pelas policias, haja vista que estes não poderiam ser “grampeados⁶⁰”, em razão de que estariam utilizando canalização aberta para transmissão não digital, fato

⁶⁰ Instalação que interfere nas ligações da linha do telefone que se quer controlar, a fim de poder ouvir e/ou gravar conversações (FERREIRA, 2008).

que permitia também que a rede de rádio dos órgãos policiais que não possuíam rede digital, fossem, por eles, como já foi dito, monitorados.

16.15 O ABANDONO DOS SISTEMAS DE RÁDIO

Nos dias atuais, com o advento dos celulares, muitas instituições policiais abandonaram os seus sistemas de comunicações via rádio, ficaram deslumbrados com os “aparelhinhos”, e passaram a acreditar que o telefone celular substituiu o rádio, esqueceram-se da operacionalidade do rádio, haja vista que neste você não precisa parar para discar para outro número, basta apertar uma tecla e já está em contato com a rede toda, no celular isso não acontece se faz uma ligação para outro telefone, não há como falar e ser ouvido por uma rede toda, principalmente quando se está em uma situação de risco, como já aconteceu certa ocasião com um Departamento da Polícia Civil Gaúcha.

O Departamento realizava uma operação de combate ao narcotráfico em uma Vila de Porto Alegre, quando um grupo de delinquentes reagiu, a bala comeu como se diz na gíria policial, dois policiais foram abatidos a tiro, um Policial Civil e um Policial Militar, ambos participavam da ação policial.

Quando o fato aconteceu, todos se lembraram dos transceptores de VHF que estavam instalados nas viaturas que participavam da operação, mas se esqueceram de se prepararem para esta operação, principalmente no que se refere à necessidade de utilização dos sistemas de rádio, ou seja, da sua rede de comunicações via rádio, uma vez que utilizavam somente viaturas discretas, aquelas que não utilizam as cores oficiais da polícia, nestas as antenas ficam soltas dentro do porta-malas, geralmente, só são colocadas para fora dos veículos quando necessitam utilizar o rádio, isto gerou um grande prejuízo à operação em todos os sentidos.

No caso citado, se os policiais que participavam da atividade estivessem utilizando os equipamentos de rádio (transceptores de VHF) que possuíam, tanto os portáteis como os que estavam instalados nas viaturas, outros colegas que estivessem na escuta da rede, viriam em socorro, ou até mesmo seriam despachadas⁶¹ mais viaturas para o local do evento, através da estação base, já o telefone celular não permite isso.

⁶¹ Ato ou efeito de despachar. Decidir, resolver; incumbir de serviço, missão. No caso, ato de dar uma missão, via rádio, para um efetivo policial numa viatura (AURÉLIO, 2008).

É só um exemplo da importância das redes de rádio para os órgãos policiais. Em dada ocasião foi elaborado, no Departamento Estadual de Telecomunicações – DETEL, um projeto para a adoção de um sistema de radiocomunicação digital, com equipamentos que possibilitam o envio de mensagens via display do rádio, todos os transceptores possuem sistema de GPS embarcado, ou seja, ele já vem instalado no interior dos transceptores, sejam eles para uso individual (portáteis) ou nos que estão instalados nas viaturas policiais, isso é interessante em razão de que facilita o despacho de viaturas para os locais de ocorrência, pois a viatura que será despachada, por exemplo, será aquela que está mais próxima do local onde está ocorrendo o evento criminoso, além do mais, os transceptores possuem teclado tipo dos aparelhos telefônicos (DTMF), isso para possibilitar que os operadores possam acessar a rede pública de telefonia, por exemplo: se o operador do transceptor (tanto móvel como portátil), necessitar de uma ligação telefônica, ele poderá fazer esta ligação do seu próprio equipamento de rádio, para isso basta ele utilizar uma senha, abrir o sistema de transmissão da rede (repetidora) com a utilização desta senha e logo a seguir discar o número do telefone para o qual deseja efetuar a ligação e, depois desta, desfazer o processo, e o transceptor voltará a funcionar como um transceptor (rádio) de polícia.

Isso, sem falar que o sistema que se projetou e iniciou-se a implantação na Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, também tornaria possível, após a instalação completa de todo o sistema, que cada estação de trabalho, cada computador, até mesmo os notebooks, passassem a atuar, se fosse interesse da instituição, como sendo uma estação de rádio, haja vista que todos seriam transformados numa estação de rádio e poderiam transmitir e receber mensagens.

O sistema todo seria em VHF com tecnologia digital, em razão de ser um sistema de pouco custo para os cofres públicos, se comparado com outros sistemas existentes, tipo o tetra, sistema muito caro, o qual é muito caro por necessitar de uma infraestrutura de irradiação muito grande cujos equipamentos de transmissão (repetidoras) são caros e o sistema exige a instalação de muitos sistemas irradiante e de transmissão para que funcione a contento.

Não se entende o motivo do interesse da instalação de um sistema tetra de radiocomunicação para cobrir a região de fronteira do nosso Estado, imaginem o custo deste sistema todo, quanto custaria para o Estado, sem falar nos problemas técnicos que teria que se enfrentar no dia a dia, não só os atinentes à falta de comunicação, mas, também, com

a manutenção dos transceptores portáteis, móveis e fixos, sem falar nos sistemas de transmissão (as repetidoras).

O sistema tetra de radiocomunicação é um sistema muito complexo e de alto custo, como já foi dito. É para país rico, não é para nós. Só para citar um problema que houve na Europa, mais precisamente na Inglaterra, esse sistema sofreu uma série de represálias, inclusive com passeatas nas vias públicas, em razão dos problemas causados à saúde pública.

16.16 CENTRO DE COMANDO E CONTROLE

Os Centros de Comando e Controle são importantes para a segurança pública, até mesmo pela possibilidade que detém para reunir, em um único ambiente, todos os órgãos públicos que têm a competência de prestar um serviço público de excelência aos cidadãos ordeiros, ainda mais quando se trata da segurança pública. Até porque era para estar reunida neste local a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Estadual, a Polícia Rodoviária Federal, a Guarda Municipal, os Bombeiros, a EPTC, a CEEE, a RGE, a SMAN, o DMAE, a CORSAN, Corpo de Bombeiros e a SAMU, enfim, todos os órgãos que prestam algum tipo de serviço público, principalmente aqueles que devem, muitas vezes, prestar serviços tidos como sendo de emergência e essenciais em um plano de contingência.

A figura 77, a seguir, mostra uma fotografia de um Centro de Comando e Controle tal qual os muitos que estão instalados em vários órgãos policiais pelo Brasil.

Figura 77 - Centro de Comando e Controle.



Fonte: Prospecto comercial da Empresa Boxfile.

As críticas construtivas que se faz com relação ao Centro de Comando e Controle, é de que ele não está funcionando de forma adequada, haja vista que este centro funciona como órgão de execução, quando deveria funcionar como órgão de supervisão, em razão de que está instalado no prédio central da Secretaria da Segurança Pública, enquanto parece que o mais correto seria que cada instituição vinculada à Secretaria tivesse o seu centro de atendimento e de despacho de viaturas. Isso serve até mesmo como plano de contingência, para atuação em situações de risco, de crise e até mesmo de emergência, pois devemos e temos que estar preparados com antecedência, para as piores ocorrências, pois se assim procedermos, vamos evitar uma situação constrangedora como a que ocorreu por ocasião do ataque terrorista às Torres Gêmeas, em Nova York, em 11 de setembro de 2001, quando a atuação dos bombeiros e da polícia foi um fiasco, justamente por diversos problemas de gestão administrativa, de gestão operacional e de ordem técnica, ocorridos naquele dia e que o grande vilão foram as comunicações que não funcionaram, com isso impedindo o salvamento de milhares de pessoas, dentre estas muitos bombeiros.

Outra crítica é a de que Porto Alegre possui dois Centros de Comando e Controle, um municipal e outro estadual, mas que, ao que se

sabe não se comunicam entre si, deixando, portanto, um vazio muito grande e muito a desejar, no que se refere à prestação de segurança pública e à prestação de outros serviços de interesse da sociedade.

Também é de se notar que o Centro de Comando e Controle que devia ser estadual, serve somente Porto Alegre e algumas cidades da Região Metropolitana, haja vista que não há ramificações deste para o interior do Estado, o que ao que se entende não é difícil de concretizar-se, até mesmo porque esse centro deve atuar como um centro coletor de informações, para que essas possam ser analisadas pelos órgãos de inteligência e repassadas aos gestores para que estes tomem decisões adequadas a cada caso que se apresente.

Não se tem a competência para alterar essa situação, mas podemos sim e estamos amparados pela Lei 10.098/94, de 03 de fevereiro de 1994, art. 178, I, a fazer críticas construtivas às instituições a que pertencemos.

A Lei nº 10.098/94, de 03 de fevereiro de 1994, Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civil do Estado do Rio Grande do Sul, no seu artigo 178, I, menciona o seguinte:

Art. 178 – Ao servidor é proibido:

I – Referir-se, de modo depreciativo, em informação, parecer ou despacho, às autoridades e a atos da administração pública estadual, **podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço (grifo nosso);**

Isso posto, fica aqui a sugestão, a qual visa alertar os gestores no sentido de que se antecipem aos fatos quando possível, usem a inteligência para isso, para que estejam sempre preparados para enfrentar os piores eventos possíveis.

16.17 DELEGACIA ELETRÔNICA

A Delegacia Eletrônica, hoje conhecida, erroneamente, por Delegacia Online, foi concebida no Departamento Estadual de Informática Policial. Na oportunidade havia se iniciado dois projetos considerados da maior importância para a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul e para o cidadão gaúcho. Um desses projetos era o da Delegacia Eletrônica - DE, o qual visa o registro de ocorrências policiais através dos meios eletrônicos e computacionais.

A intenção era a de possibilitar ao cidadão a realização do registro de uma ocorrência sobre a prática de um fato delituoso, utilizando-se, para isso, o seu computador, aquele que está instalado e funcionando na sua residência.

O projeto era bastante ambicioso para a época e se pretendia agregar mais coisas a essa delegacia, todas visando o bom atendimento do interessado, inclusive com o desenvolvimento de software que facilitasse ao cidadão efetuar o registro na delegacia competente para esse fim, ou seja, aquela responsável para dar atenção aos fatos policiais que acontecesse na rua onde está localizada a residência do interessado, do conforto do seu lar. Ele não precisava se deslocar até o órgão policial para registrar uma ocorrência.

A figura 78, a seguir, é uma vista do ambiente de uma Delegacia Eletrônica no Estado do Paraná.

Figura 78 - Delegacia Eletrônica em funcionamento.



Fonte: Site da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Havia uma preparação para que, após o registro, o cidadão fosse convidado a comparecer no órgão policial, através de um agendamento eletrônico, para prestação de esclarecimentos, com data e hora marcada antecipadamente, sem que houvesse a necessidade de ele ter que ficar esperando na delegacia, um momento para efetivar a sua declaração. Isso tudo que foi colocando aqui é plenamente factível, basta verificar que a delegacia está funcionando até a presente data, embora ainda, sem aquelas condições idealizadas na época, até mesmo por que, com o avanço tecnológico, muita coisa, pode ser agregada a esta delegacia,

todas visando a diminuição da necessidade do emprego de uma grande quantidade de recursos humanos para prestar atendimento nesta delegacia.

Este é um órgão policial eletrônico e que tem condições de funcionar automaticamente em todas as Delegacias de Polícia do Estado, haja vista que funciona com a utilização de software, sem criar problemas para a instituição.

16.18 PROJETO ESCRIVÃO (HOJE SPJ)

O outro projeto que foi iniciado no Departamento de Informática Policial – DINP foi o Projeto Escrivão, hoje SPJ, o qual foi projetado para padronizar a formação do Escrivão de Polícia e o desenvolvimento do seu trabalho em todos os órgãos policiais civis do Estado, incluindo-se aqui os Departamentos especializados.

A intenção era de que o Escrivão que atuasse em Alegrete faria a mesma coisa que um Escrivão que estivesse lotado no DEIC, por exemplo. Tinha-se a pretensão de acabar com a grande quantidade de formulários em estoque para atendimento das necessidades da polícia. Tudo o que interessa ao cartório (as peças de um IP) numa delegacia, tinham que ser impresso e estocado num Almojarifado Central para posterior distribuição a todos os órgãos policiais do Estado, também se pretendia reduzir os gastos do poder público, haja vista que não se usaria tipografia para confeccionar os documentos cartorários, sendo necessário somente estocar papel comum para a impressora que se encontra instalada junto ao computador, no cartório, à disposição do Escrivão de Polícia. Esse fato também resulta num ganho de tempo, para a formalização de uma prisão em flagrante, por exemplo. Esse projeto foi aprimorado por um colega delegado que hoje integra os quadros da Polícia Federal, o Delegado Leonei, o qual agregou mais coisas e passou a denominá-lo de SPJ, ou seja, Serviço de Polícia Judiciária, com um programa de computador onde estão inseridos todos os documentos referentes aos principais procedimentos policiais e assuntos referentes à gestão policial, necessários ao pleno funcionamento de um órgão policial, seja no que se refere à administração e gestão de recursos ou para a sua gestão operacional.

O próximo capítulo desta dissertação trata da investigação eletrônica, hoje muito importante para as instituições que labutam na área da segurança pública.

17 A INVESTIGAÇÃO ELETRÔNICA

A investigação eletrônica, nos dias atuais, é uma necessidade premente das polícias, haja vista o grande avanço tecnológico e, como se costuma dizer, o crime não ficam para trás, os delinquentes também inovam em suas práticas delituosas, principalmente o crime organizado.

O que se quer com isso, é alertar que a inovação também acontece no meio criminoso, talvez até com mais sucesso do que nos órgãos públicos, principalmente, onde tudo depende de licitação, depende do cumprimento de prazos previstos na Lei nº 8.666, a famosa Lei das Licitações, também conhecida como a “Lei do Diabo”, como muitos a chama por causa do número 666 e isso impede, em muitas oportunidades, que o avanço tecnológico chegue de forma imediata nas organizações encarregadas da prestação de serviços de segurança pública.

Lembra-se de certa ocasião em que foi solicitada a aquisição de pen drive, na época os de 512 mbs atendiam as necessidades, mas, passados três anos, quando o material foi recebido, esses *pendrives* até poderiam ser utilizados, mas já estavam ultrapassados tecnicamente.

Não é raro, durante a realização de investigações, atividades e ações policiais defrontarem-se com quadrilhas altamente organizadas e que possuem uma grande gama de equipamentos de informática e eletrônica; estes de dar inveja em qualquer instituição pública, principalmente aquelas que lidam com a segurança pública, as policias.

Grupos organizados possuem microcomputadores de última geração, enquanto os órgãos policiais usam “carroças”, máquinas desatualizadas enquanto eles usam computadores e impressoras a cores da melhor qualidade; a sorte que ainda não foram encontradas impressoras 3D por ocasião dessas ações, mas é quase certo que eles já as adquiriram. Eles possuem equipamentos de radiocomunicações, utilizados para monitorar as ações polícias; e às vezes para a conversação entre integrantes de uma mesma quadrilha e até mesmo entre grupos organizados, isso para evitar que sejam interceptados, como ocorre quando estes utilizam terminais celulares.

Os terminais celulares utilizados pelos criminosos são da melhor qualidade e de última geração tecnológica, geralmente smartphones e estes não são poucos, são vários, porque é de interesse trocá-los seguidamente, para burlar a interceptação telefônica; balanças de precisão de ótima qualidade e digital, geralmente quando envolve o narcotráfico.

Os veículos são de ótima qualidade e das melhores marcas, chegando, inclusive, criar problemas quando são apreendidos em ações policiais, pois os policiais não conseguem dirigi-los nessas ocasiões, pois não dominam a tecnologia embarcada no veículo, fato que serve até de deboche nos meios de comunicações.

Isso sem falar no armamento que os criminosos ou seus grupos possuem, em determinada ocasião o Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico – DENARC, apreendeu em um bairro de Porto Alegre, uma arma antitanque (AT), arma de uso exclusivo das Forças Armadas e que tem o poder de destruir um tanque de guerra, sem mencionar na grande quantidade de pistolas, metralhadoras e fuzis de última geração, os quais passam pelas nossas fronteiras quase que diariamente, assim como as drogas, sem serem percebidos pelas forças policiais.

Já imaginaram o que pode acontecer quando os criminosos passarem a utilizar impressoras 3D? Se isso acontecer eles aumentarão o seu poder criminoso e, além de poderem executar o conserto do seu armamento, terão a possibilidade de fabricar armas letais, sem falar em outras coisas de interesse das organizações criminosas. Esta impressora será uma grande ferramenta no mundo do crime e nas mãos criminosas imaginem o que pode acontecer, ainda mais dentro de uma prisão, onde os criminosos, “em segurança absoluta”, têm todo o tempo do mundo para colocar a sua inteligência em prática.

Figura 79, abaixo, é a representação de uma foto de um tipo de impressora modelo 3D, com a qual se pode confeccionar vários tipos de instrumentos e equipamentos que podem ser utilizados por qualquer pessoa, basta possuir uma delas e saber tudo sobre para que ela serve e o que se pode fazer com uma máquina dessas.

Figura 79 - Impressora 3D.



Fonte: <<http://frankwyllys.blogspot.com.br/2013/04/tecnologias-para-os-anos-20-impressora.html>>

No Departamento de Inteligência e Assuntos Estratégicos – DIAE, órgão integrante da Secretaria de Segurança Pública, hoje Departamento de Inteligência de Segurança Pública DISP, foi realizado um trabalho de pesquisa no sentido de verificar quantos presos que estavam segregados no sistema prisional do Estado e que possuíam conhecimentos de eletrônica.

Para surpresa de todos verificou-se, na época, que o sistema carcerário estadual estava com 24.000 presos, sendo que destes presos 10% conheciam eletrônica, perfazendo um total de 2.400 presos; e 800 presos conheciam informática. O que levou à realização deste levantamento foi o fato de ter sido encontrado junto ao corpo do delinquente conhecido como Melara, um terminal celular da Empresa OI, mas com um chip da Empresa TIM, isso antes mesmo do advento da portabilidade, pois naquele tempo não era possível a utilização de chip de uma operadora e equipamento fornecido por outra.

A contribuição dos profissionais de polícia que despertam para a realidade do crime em ascensão resulta no aparecimento de uma nova conceituação de trabalho, por meio do potencial de eficiência no emprego das interceptações, escutas telefônicas, escuta ambiental, microfone direcional, gravações, filmagens, fotografias,

rastreadores de frequência, métodos que certamente favorecem a robustez da persecução inquisitória e presta à convicção das autoridades policiais que analisam e definem o fato, como sendo criminoso, para depois trilhar pelo campo mental de planejamento e execução do crime pelo delinquente.

O Dr. Celso Moreira Ferro, foi muito feliz na sua monografia quando faz referência à necessidade que os gestores de segurança pública têm de buscar investimentos em tecnologias da informação e comunicação, visando uma solução mais adequada ao combate à criminalidade em benefício do cidadão ordeiro.

Ele elenca vários instrumentos essenciais para as polícias enfrentarem os criminosos e grupos criminosos que atuam em nossas comunidades. Quando ele cita rastreadores de frequência, ele quis fazer referência, aos scanners de radiofrequência que podem ser do tipo fixo, para instalação como estação base (fixa), ou móvel quando instalados em viaturas e de uso individual, os famosos portáteis.

Esses equipamentos são importantíssimos para os órgãos policiais, principalmente quando da realização de atividades, ações e operações em vilas, nas periferias dos centros urbanos, isto para verificar se não há criminosos na escuta de suas transmissões via rádio. Com isso fica evidenciada a importância da tecnologia da informação e comunicação nas ações e investigação policial. É da lavra do Dr. Celso Moreira Ferro Júnior, no mesmo artigo citado anteriormente, as seguintes colocações:

Está perfeitamente claro que a sofisticação dos delitos enseja gradualmente a necessidade da evolução da polícia e dos meios de que dispõe para o desenvolvimento do trabalho durante a instrução criminal⁶². Isto implica na modernização de métodos operacionais na aquisição de equipamentos. No entanto, esta evolução não deve ser apenas um compromisso com a sociedade, mas sim, uma vontade profissional. Exige-se, neste momento, a

⁶² É empregado na terminologia forense para exprimir a soma de atos e diligências que, na forma das regras legais estabelecidas, devem ou podem ser praticadas, no curso do processo, para que se esclareçam as questões ou os fatos, que constituem o objeto da demanda ou litígio (DE PLÁCIDO, 1996).

preocupação dos dirigentes de segurança pública, direcionada ao desenvolvimento de projetos, objetivando a preparação, o aperfeiçoamento, a busca de instrumentos modernos e ainda a avaliação precisa do seu emprego em benefício da sociedade.

[...]

É evidente que os instrumentos eletrônicos – sua aplicação na investigação criminal – constituem uma forma moralmente legítima e aceita de atuação, pois está em sintonia com o progresso tecnológico à disposição da sociedade e dos criminosos. Se preciso for, vamos copiar de outros países! As polícias do mundo inteiro os utilizam! Portanto, merece a atenção e investimento dos órgãos de segurança no aperfeiçoamento e na criação de setores específicos para estes fins. Criar setores especializados, conforme descrito na lei 9,034/95. Desenvolver ações e convênios com órgãos internacionais que possuem o domínio de saber empregar os equipamentos, visando a promoção de cursos de especialização.

[...]

O amadorismo deve ser completamente banido da atividade policial, pois esta já comporta uma efetiva participação de pessoas de elevada capacidade, inteligentes que se interessam pela evolução do profissionalismo na polícia. Aumenta-se, neste caso, a responsabilidade dos Delegados de Polícia e do órgão incumbido da formação do policial, que deverá sempre proporcionar a implementação desses conhecimentos modernos de forma contínua e, também, inserir um espírito evolutivo nos componentes da instituição policial.

[...]

Chega-se à concretização lógica, do necessário crescimento da atividade repressiva, da especialização em tecnologia de comunicação áudio, imagem e, finalmente, do constante estudo e evolução científica. Não devemos abandonar completamente os meios ditos empíricos, mas adicionar um novo ingrediente para a eficiência da investigação.

Da leitura deste brilhante artigo da lavra do Dr. Celso Ferro, fica o ensinamento de que a responsabilidade dos gestores de segurança pública é grande, pois a eles cabe fazer gestão mesmo, e esta não é só administrar recursos humanos como muitos pensam, vai muito além. Para se fazer gestão tem que se ter paixão, é atuar como se estivesse gerenciando um projeto e é, no sentido literal da palavra a gestão de um projeto, aliás, um projeto muito significativo e importante para a nossa sociedade que clama diuturnamente por segurança.

O Dr. Celso fala em dirigentes, nós vamos mais longe e falamos em gestores, palavra mais moderna talvez, mais importante, haja vista que gera responsabilidade e que, pelo menos, exprime um sentimento maior de responsabilidade a determinados gestores e para quem lida com a coisa pública, aqui, no caso, a segurança pública. Vale lembrar mais uma vez que fazer gestão não é só administrar recursos humanos, vai bem mais além, ainda mais quando se trata de segurança pública, hoje uma grande necessidade social.

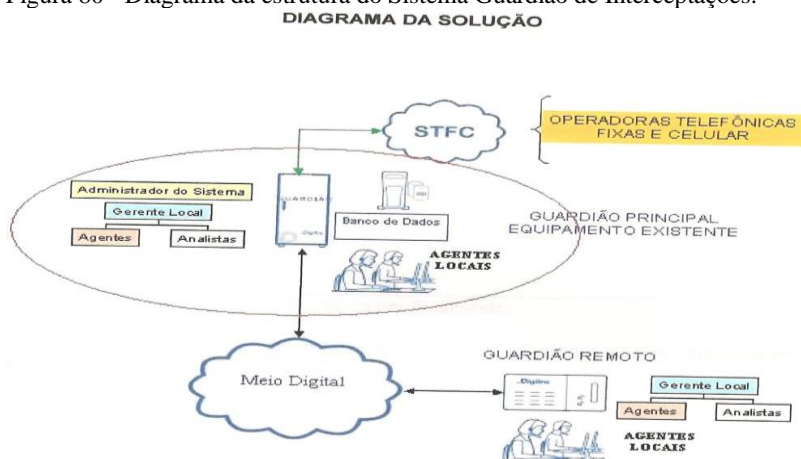
17.1 SISTEMA GUARDIÃO

Sempre se pensou em tornar a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul numa polícia de vanguarda e dotá-la de equipamentos tecnológicos de ponta. Sempre na busca de dotar a instituição de equipamentos de tecnologia de informação e comunicação de vanguarda, de última geração e que realmente correspondesse aos anseios da instituição, só para citar alguns exemplos. Dentre esses projetos, um dos primeiros foi o projeto de aquisição do equipamento que todos conhecem como Guardião para a Polícia Civil, mas, lamentavelmente, quando o equipamento foi adquirido acabou ficando na Secretaria da Segurança, local onde jamais deveria ser instalado, haja vista, como já foi dito anteriormente, a Secretaria da Segurança não é órgão de execução e sim órgão de supervisão. As Polícias Cíveis dos Estados detinham a exclusividade da investigação, fato que deixou de existir com a decisão do STF, através da qual o Ministério Público também pode investigar. O Sr. Geraldo, um dos proprietários da Empresa Dígito lembra sempre desse processo de aquisição deste equipamento de vanguarda nas questões relacionadas às interpretações telefônicas.

No diagrama abaixo é colocado à mostra um diagrama desta solução tão importante para a investigação eletrônica e que visa o gerenciamento das interpretações telefônicas.

A figura 80, abaixo, é a representação em diagrama esquemático do Sistema Guardiã de Interceptações Telefônicas. Nada mais é do que um conjunto de infraestrutura e softwares que possibilitam às polícias a utilização de uma ferramenta de suma importância no auxílio à investigação policial.

Figura 80 - Diagrama da estrutura do Sistema Guardiã de Interceptações.



Fonte: Apostila de curso ministrado pela Empresa Dígito.

Para que entendam as regras de monitoração legal realizada através do Sistema Guardiã, software utilizado para o gerenciamento de interceptações telefônicas. Para isso deve-se ater ao que segue:

1. A autoridade solicitante, aquela que detém competência para a realização da investigação criminal, Delegado de Polícia, identifica a necessidade de uma interceptação telefônica para a solução do caso que está sendo investigado e sob a sua responsabilidade;
2. Com fundamento no que prescreve a Lei nº 9.296/96, uma representação é enviada, pelo delegado competente, ao Poder Judiciário (Juiz), expondo os motivos e os fundamentos pelos quais a interceptação é imprescindível à investigação do fato;

3. O Poder Judiciário, após examinar a representação do delegado, concede vista ao Ministério Público, para que se manifeste a respeito;
4. A análise do pedido de representação é realizada de acordo com o que prescreve a Resolução nº 59 do Conselho Nacional da Justiça – CNJ. Se deferida (autorizada), o Poder Judiciário concede o Mandado Judicial, notificando a operadora de telefonia ou o provedor de acesso à cumprir a medida.
5. A autoridade policial solicitante é notificada do deferimento da solicitação e envia à operadora de telefonia e ao provedor de acesso um Ofício Complementar com informações técnicas (endereço eletrônico do Guardiã) para onde serão enviadas as informações interceptadas;
6. De posse dos documentos encaminhados ao Poder Judiciário e pela autoridade solicitante, a operadora e/ou provedor de acesso configuram o início das interceptações e encaminham os dados interceptados ao Sistema Guardiã que está instalado nos servidores da autoridade solicitante. No RS está erroneamente instalado na Secretaria da Segurança, o que não ocorre em outros Estados da Federação;
7. O Sistema Guardiã, instalado nos servidores da autoridade solicitante, recebe e armazena os dados interceptados pela operadora de telefonia e/ou pelo provedor de acesso;
8. Os agentes da autoridade solicitante utilizam o Sistema Guardiã para monitorar e analisar os dados interceptados, enviados pelas operadoras de telefonia e/ou pelos provedores de acesso; NOTA: depois de iniciada a investigação, a operadora não permite a interceptação de novos números a não ser que se observem todos os procedimentos judiciais previstos na Lei 9.296/96 e na Resolução nº 59 do CNJ;
9. O Sistema Guardiã dispõe de diversas funcionalidades que facilitam o processo de

- investigação. Realiza o armazenamento e a busca inteligente dos dados recebidos. Auxilia no levantamento de provas através do cruzamento de informações estruturais e/ou textuais para a elaboração de relatórios de inteligência. Sua utilização é segura, pois possibilita o controle e a auditoria dos dados/configurações e acessos ao sistema;
10. Encerrado o prazo autorizado pelo Poder Judiciário para interceptação, a operadora de telefonia e/ou provedor de acesso interrompe o envio dos dados para o Sistema Guardião;
 11. Encerrados os procedimentos técnicos de interceptação, análise e geração de provas, a autoridade solicitante encaminha ao Poder Judiciário o Relatório Circunstanciado de Investigação com as provas colhidas, como previsto na Lei nº 9.296/96 e na Resolução nº 59 do CNJ. Se forem necessárias novas interceptações do número alvo, todo o procedimento legal de interceptação deve ser repetido.

Não se consegue entender o porquê desse software estar instalado na Secretaria da Segurança Pública, órgão de supervisão e não de execução, como já foi dito anteriormente para o caso do Centro de Comando e Controle. Este software deveria estar instalado na Polícia Civil, instituição competente e que detém também a competência da investigação e que deveria possuir instalado este sistema no seu Gabinete de Inteligência e Estratégia – GIE, a investigação sendo competência da Polícia Civil, e agora, com a decisão do STF, também do Ministério Público, o qual já possui o sistema Guardião instalado em suas dependências. Não se entende o porquê de nenhum advogado ter questionado isso judicialmente. O que ocorre no Rio Grande do Sul é uma aberração jurídica sem precedentes.

17.2 SISTEMA TRUSTER

O Sistema Truster foi adquirido, para a Polícia Civil e também acabou ficando na Secretaria da Segurança Pública. O Truster é a última geração de software desenvolvido em Israel, onde se desenvolve nos

dias atuais o que há de mais moderno em se tratando de tecnologias destinadas à inteligência e investigação eletrônica. O Truster é um software detector de mentiras e identificador de voz, que funciona baseado apenas na voz do suspeito, com três módulos de trabalho: tempo real (monitoramento através de microfone e/ou telefone), gravação (monitoramento em qualquer arquivo de voz gravado) e interrogatório (polígrafo).

A figura 81, abaixo, é uma foto da tela demonstrando a utilização do software Truster de detecção de mentiras e identificação de voz. Importante instrumento para a atividade operacional das instituições policiais, pois tem uma importância significativa na busca da materialidade e formalização das provas necessárias e importantes para a condenação de um criminoso.

Figura 81 - Sistema Truster de detecção de mentira e identificação de voz.



Fonte: <http://baiaxetudo.net/truster-lie-24-detector-de-mentiras>

A vantagem de um sistema do tipo Truster é de que este software funciona mediante a instalação em um computador de mesa ou estação de trabalho. Também pode ser instalado em um notebook e, neste caso, pode ser transportado para qualquer lugar onde seja necessária a sua aplicação. Outras vantagens podem ser verificadas, tais como: permite minimizar esforços de investigação (diminuindo custos operacionais em homens e aparato físico) ao diminuir o número de pessoas que necessitam ser investigadas; fornece ao investigador uma excelente ferramenta para ajudar no processo decisório em casos de crises com reféns e sequestros; permite averiguar a veracidade de informações que chegam por telefone (disque-denúncia tele denúncia, etc.); permite conversas discretas com suspeitos sem que eles percebam que estão sendo monitorados; permite que se saiba da veracidade de depoimentos

no momento em que eles estão sendo tomados; dá à polícia tecnologia de vanguarda, de primeiro mundo no combate à criminalidade e não é necessário constranger a pessoa que está sendo ouvida, em razão de que não é necessário conectar sensores na pessoa.

17.3 VEÍCULOS AÉREOS NÃO TRIPULADOS – VANT

Os veículos aéreos não tripulados (VANT) ou Veículo Aéreo Remotamente Pilotado (VARP), também chamados de UAV (do inglês *Unmanned Aerial Vehicle*) e mais conhecido popularmente como DRONE (zangão, em inglês), ou seja: todo e qualquer tipo de aeronave que não necessita de pilotos embarcados para ser guiada. Esses veículos são controlados remotamente (à distância), através de meios eletrônicos e computacionais, com a supervisão e governo de humanos e até mesmo sem a intervenção destes, uma vez que podem ser dirigidos por meio de Controladores Lógicos Programáveis (CLP), os quais ainda não estão sendo explorados com toda a intensidade que deveriam na área da segurança pública, mas é sabido que eles possuem um grande potencial para o exercício de algumas atividades nesta área tão importante para a nossa sociedade.

A figura 82, que vem logo a seguir, é uma foto de um Veículo Aéreo Não Tripulado sendo preparado para um voo.

Figura 82 - Veículo Aéreo Não Tripulado – VANT.



Fonte: <http://pilotopolicial.com.br/tag/vant/page/3/>

Os VANT foram idealizados para emprego militar, e, segundo consta foi criado inspirado nas bombas voadoras alemãs, do tipo V-1, e nos inofensivos aeromodelos rádio controlados. Estas máquinas voadoras de última geração foram projetadas e construídas para utilização em missões muito perigosas para serem executadas por seres humanos, nas áreas de inteligência militar; em apoio a baterias de artilharia, para controle avançado de tiros; apoio aéreo a tropas de infantaria e cavalaria em campos de batalhas; controle de mísseis de cruzeiro; atividades de policiamento, como patrulhamento urbano, costeiro, ambiental e de fronteiras; atividades de busca e resgate, etc. Esses equipamentos, os “drones”, é há vários anos, um dos principais instrumentos aliados às estratégias militares dos Estados Unidos, onde vários Estados já possuem essa tecnologia de ponta.

A figura 83, abaixo, é uma foto de um Centro de Comando e Controle de VANT nos Estados Unidos, de onde é feito o controle sobre o deslocamento destes veículos e sobre o que interessa para a pesquisa que se está realizando, daí o controle ser efetivado através em diversas telas.

Figura 83 - Centro de Comando e Controle de VANT.



Fonte: <http://www.pilotopolicial.com.br/tag/vant/page/3/>

Dentre as atividades que podem ser desenvolvidas pelos Veículos Aéreos Não Tripulados em auxílio aos órgãos encarregados da prestação de serviços de segurança pública, os organismos policiais, onde pode-se citar aqueles encarregados do monitoramento de determinados locais, até mesmo de interior de prédios; de inteligência policial (criminal); fotografia; fotografia para análise criminal; elaboração de mapas do crime; geoprocessamento; identificação de criminosos em terra; telecomunicações; coleta de informações rotineiras e em locais de difícil acesso; apoio logístico em operações policiais; perseguições em zonas conflagradas e de difícil acesso, principalmente no interior do Estado; e no policiamento de fronteiras; policiamento noturno; no combate ao furto de gado (abigeato); no furto e/ou roubo de herbicidas; em operações noturnas; investigações de toda a ordem; apoio a segurança de dignitários; no combate ao narcotráfico, prostituição infantil, descaminho e contrabando; tráfico de armas; furto e roubo de cargas; busca e resgate; em atividades policiais em locais de eventos de qualquer natureza; áreas de desastres; vandalismo; monitoramento ambiental; trânsito; controle de furtos e/ou roubos de veículos; monitoramento e gerenciamento de crises; monitoramento de plantações clandestinas de maconha; no salvamento de pessoas no mar, por ocasião na Operação Estrela no Verão; no monitoramento de rios e lagos do nosso Estado; na Operação Fronteiras, que monitora nossas rodovias por

ocasião da Operação Estrela no Verão; em proteção aos turistas que acessam o nosso Estado, dentre outras.

A figura 84, abaixo, é uma foto de um VANT da Força Aérea Brasileira – FAB, em ação em uma área de interesse para a Polícia Federal na região de Foz do Iguaçu, provavelmente relacionada à investigação do narcotráfico.

Figura 84 - VANT sobrevoando uma região determinada.



Fonte: site de notícias da Rede Globo (G1).

No Brasil, pelo que se sabe pelos meios de comunicações, é de que a Polícia Federal já possui este veículo e já o utilizou em operações junto às nossas fronteiras, principalmente na região do Estado do Paraná, visando a repressão qualificada de crimes que costumam ser praticados nessa região que faz fronteira com o Paraguai.

Segundo a agência de notícias da Rede Globo:

O G1 acompanhou nesta quinta-feira (23 de maio de 2013) uma operação na base da PF em São Miguel do Iguaçu, a 40 km de Foz do Iguaçu, de onde partiram dois drones da FAB e um da PF para vasculhar a fronteira. Com câmeras infravermelhas e sensores térmicos, os drones têm permitido o monitoramento de suspeitos de tráfico, fazendo com que policiais em terra abordem os carros e as embarcações após a visualização.

Para o delegado Rossetti, da Polícia Federal, em entrevista ao G1:

A ideia é que o teste conjunto da PF e da FAB possa ser expandido de forma ininterrupta nas fronteiras, em especial no Norte do país, afirma o delegado Rossetti. A ação integrada permite que “alvos”, como a polícia denomina quadrilhas sob investigação, possam ser monitorados diuturnamente. Isso porque se o drone da PF precisar voltar para base para reabastecer, o da FAB pode “rendê-lo” e continuar seguindo os suspeitos.

[...]

Estamos unindo forças e compartilhando conhecimento. A PF tem um know-how de agir como polícia e usamos os vants neste sentido, como arma de inteligência. O uso de vants ainda é novo para todos nós

Já para o Coronel da Força Aérea Brasileira, Donald Gramkow, comandante do Esquadrão Hórus:

A “tropa da FAB que voa com drones no Brasil, destaca a união das instituições. ” Os vants têm finalidades diferentes e nós também possuímos conhecimentos e empregos diferentes. Somos militares de uma força armada, formados para a guerra. Eles são policiais, possuem uma formação de inteligência. Como estamos atuando há mais tempo, nossos pilotos, que são pilotos de caça e outros aviões também, já adquiriram uma técnica que pode ser compartilhada sobre como atuar com segurança.

[...]

Com o vant, a gente pode ver os suspeitos, acompanhar os criminosos, descobrir coisas sem que eles, em terra, nos vejam.

O coordenador do projeto VANT da Polícia Federal, Álvaro Marques, salienta que:

A ideia do trabalho conjunto é para gerar padrões de atuação. Eles são militares, têm uma visão diferente. Nós temos uma visão policial. Eu tenho quatro pilotos formados para o vant, todos os

pilotos comerciais também. Os três pilotos deles que estão aqui são pilotos de caça. Aqui é a oportunidade para nossos pilotos conversarem, trocarem experiências que podem gerar um padrão de atuação para o futuro, para os grandes eventos.

Álvaro Marques acrescenta, ainda:

A primeira coisa que queríamos descobrir era se, voando junto, um não interferia no outro. Os vants possuem radares e antenas para que possam transmitir as imagens, em tempo real, para nossa base de controle em solo. Com o vant da FAB e os nossos policiais próximos no ar, constatamos que não havia problemas, que a integração era perfeita.

O Coronel Marques acrescenta:

Outro teste que fizemos era para o caso de perda do link (chamado pela FAB de “enlace”), que permite que no piloto em terra veja e controle o vant. Se, por acaso, os três vant voando (os dois da FAB e um da PF) perdessem o contato com o solo ao mesmo tempo, o que podia acontecer? Como faríamos para eles voarem em segurança e pousarem sem cair ou se chocar no ar? Combinamos que cada um voltaria para a pista por um lado de uma cabeceira. E deu tudo certo.

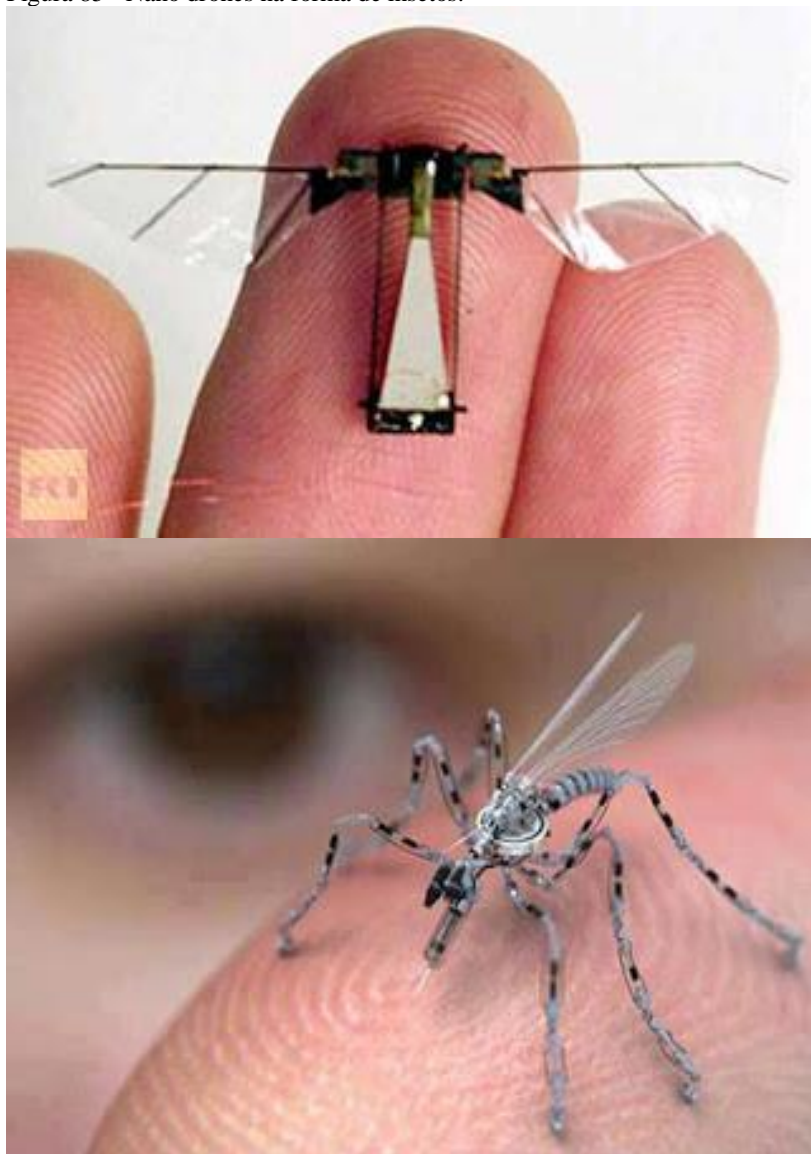
17.4 OS NANO DRONES NA INVESTIGAÇÃO POLICIAL

Os nano drones terão uma grande importância em um futuro breve, haja vista que será uma ferramenta muito importante na busca e coleta de informações para a formação de conhecimento. Há pouco tempo assistiu-se em um canal da TV por assinatura, um programa em que eram mostrados nano drones fotografando o interior de uma residência. A demonstração foi bastante interessante, haja vista as qualidades do trabalho desenvolvido por essas maquininhas, do tipo que apresentamos abaixo, nanam drones na forma de insetos. Quando este produto for colocado no mercado, tenha a certeza de que serão uma

ferramenta importantíssima para as instituições que atuam na segurança pública, nossos órgãos policiais, no entanto, também poderão ser muito eficientes no submundo do crime.

A figura 85, abaixo, é uma foto de nano drones na forma de insetos, os quais podem ser muitos importantes na área da investigação criminal dentro em breve. São equipamentos muito importantes para acesso a regiões onde se tem dificuldade para executar determinados trabalhos de investigação.

Figura 85 - Nano drones na forma de insetos.



Fonte: http://www.usinenouvelle.com/meiatheque/2/3/000142932_5.jpg

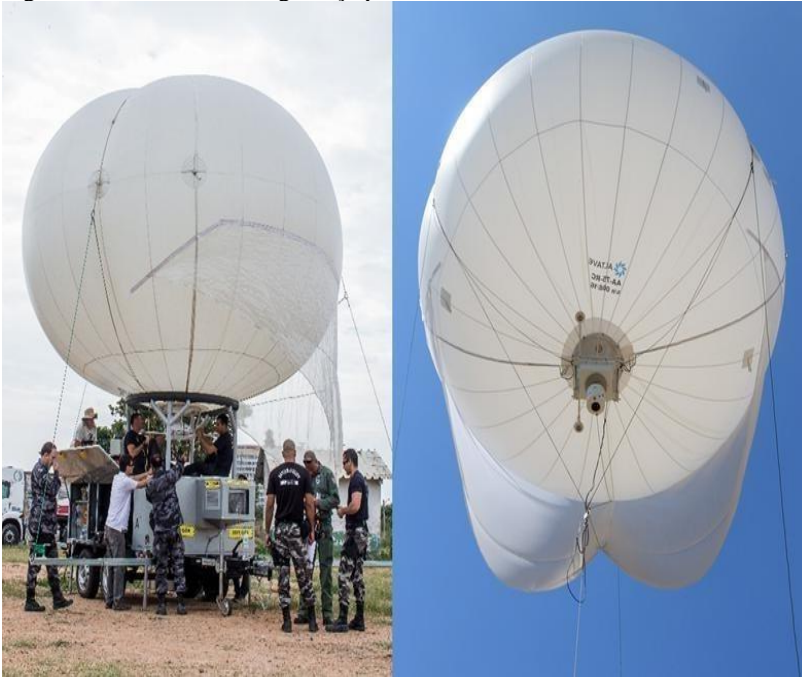
É entendimento de que a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul deve começar a pensar na necessidade de incentivar o uso deste equipamento e até mesmo destinar um setor da sua estrutura orgânica ou até mesmo do seu Departamento de Inteligência, para cuidar desta questão que versa sobre a utilização desta importante ferramenta tecnologia no interesse policial e que visa a prestação de melhores serviços à sociedade ordeira. Entende-se também, que tem que haver uma dedicação a esta atividade o mais rápido possível, haja vista a sua significativa importância para a segurança pública.

17.5 OS BALÕES NA ATIVIDADE OPERACIONAL DAS POLÍCIAS

Os balões podem ser utilizados como ferramenta importante para as organizações que atuam na área da segurança pública. É um ótimo equipamento para o pronto emprego em grandes eventos, monitoramento de zonas conflagradas, cerco a criminosos ou grupos criminosos, combate ao narcotráfico, ao contrabando e descaminho, nas regiões de fronteira.

A figura 86, abaixo, é uma foto que mostra a utilização de balões em ação em atividades de segurança pública durante a realização das olimpíadas no Brasil.

Figura 86 - Os balões na segurança pública.



Fonte: brasil.gov.br

17.6 A IMPORTÂNCIA DOS SCANNERS NA INVESTIGAÇÃO POLICIAL

Os scanners são equipamentos que possibilitam a realização de um “RX” imediato de veículos nas principais rodovias do nosso país. Os scanners podem ser fixos ou móveis. Scanners fixos são aqueles equipamentos utilizados em municípios fronteiriços e se destinam geralmente utilizados em portos seco e aduanas, com a finalidade de efetuar o scaneamento de cargas que entram e saem do país, com objetivo de detectar práticas ilícitas tidas como: contrabando, descaminho, tráfico de drogas, tráfico de pessoas, tráfico de animais, dentre outras. Scanners móveis são equipamentos instalados em plataforma veicular e roda nas rodovias do Estado ou do País, com objetivo de identificar veículos transportando cargas ilícitas, contrabando, descaminho, tráfico de drogas, tráfico de animais, tráfico de pessoas, dentre outros.

A figura 87, conforme é mostrada abaixo, representa um scanner veicular que nos dias atuais é uma ferramenta muito importante para as organizações que labutam na área da segurança pública, principalmente quando necessário identificar o transporte de grandes quantidades de drogas e outros itens que podem ser utilizados em inconformidade com a legislação vigente em nosso país.

Figura 87 - Scanner veicular para verificação e inspeção de cargas.



Fonte: slideshare.net

17.7 A BIOMETRIA E A INVESTIGAÇÃO POLICIAL

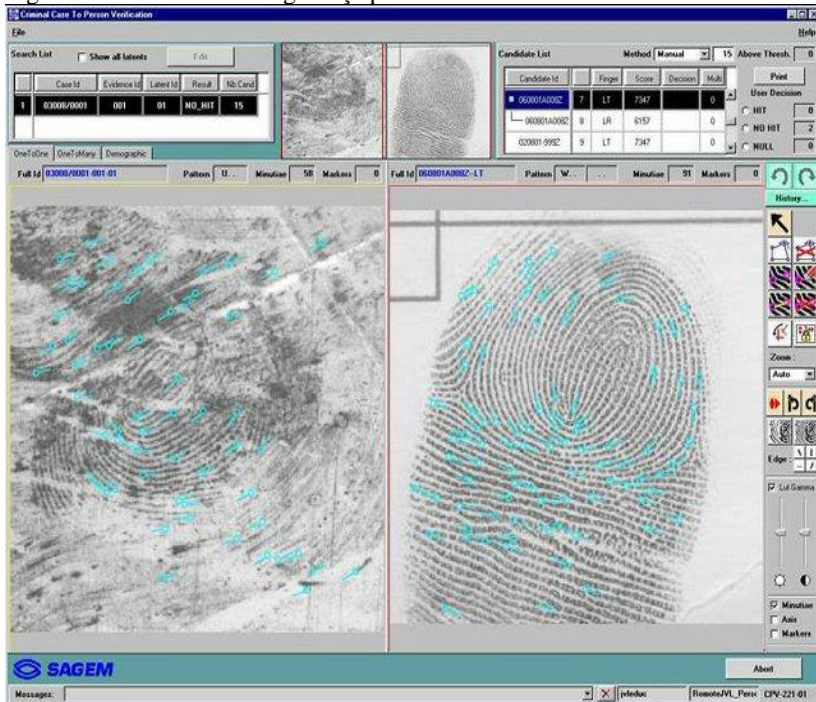
A tecnologia biométrica é utilizada na segurança pública com o objetivo de determinar a identidade de pessoas, identidades de suspeitos, detentos e procurada e em aplicações de segurança pública. O principal papel da biometria é identificar o indivíduo para que as atividades de segurança pública possam ser conduzidas a pleno.

No Brasil a introdução do AFIS (Sistema Automatizado de Reconhecimento de Impressões Digitais) enfrenta vários obstáculos, tais como: o grande esforço para digitalizar as grandes bases biométricas que existem hoje em arquivos físicos, os riscos técnicos de se implementar um sistema complexo, a automatização de tarefas, o treinamento dos recursos humanos que irão operar o sistema e a dificuldade de testar os produtos existentes no mercado.

A biometria é uma tecnologia utilizada também em sistemas carcerários, para gerenciamento da população carcerária e daquelas pessoas que as visitam, com o objetivo de garantir que os segregados não tomem o lugar de um visitante, por exemplo, e acabe fugindo e saindo pela porta da frente da casa penitenciária onde estava recluso.

A figura 88, abaixo, é uma demonstração de uma análise biométrica (Biometria) de uma impressão digital, de significativa importância na segurança pública.

Figura 88 - Biometria na segurança pública.



Fonte: <http://www.forumbiometria.com/fundamentos-de-biometria/218-biometria-na-seguranca-pblica.html>

Não se pretende entrar no mérito de cada uma das atividades elencadas anteriormente e que, com certeza, podem servir à segurança pública, mas fica a sugestão aos nossos gestores, para que façam inovação, invistam em tecnologia, pois o sucesso na segurança pública, com certeza, será garantido e os investimentos efetivados em tecnologia a informação e comunicação trarão benefícios imediatos à sociedade e

serão pagãos rapidamente, caso haja uma comparação entre os investimentos realizados e os benefícios em segurança pública proporcionados.

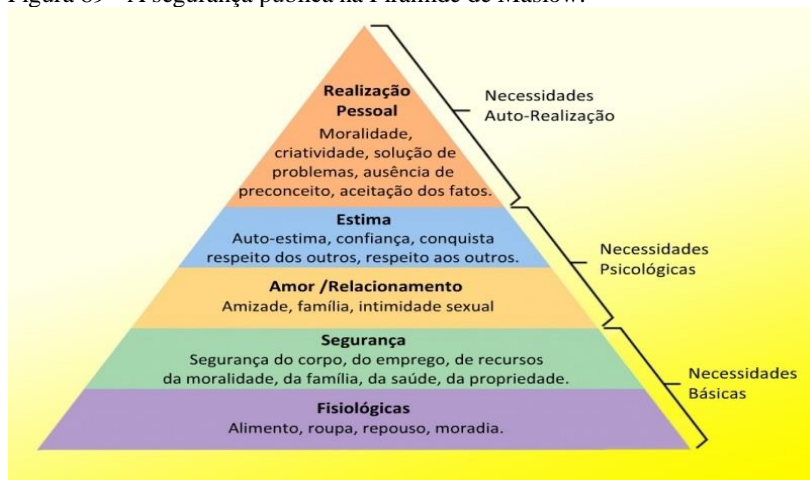
No próximo capítulo, para encerrar esta dissertação, pretende-se demonstrar por que você não tem a segurança que merece.

18 POR QUE VOCÊ NÃO TEM A SEGURANÇA QUE MERECE?

A segurança pública é hoje uma das maiores necessidades da pessoa humana, basta, para isso, observarmos a Pirâmide de Maslow. A sociedade clama por segurança em todos os ambientes sociais, mas o Estado não está cumprindo com a sua parte, pois as reclamações são muitas neste sentido, daí pode-se concluir que a segurança é gênero de primeira necessidade no Estado do Rio Grande do Sul e quiçá em todo o país.

A figura 89, abaixo, é uma representação em diagrama esquemático da Pirâmide de Maslow, onde a segurança pública aparece como sendo uma necessidade básica do ser humano.

Figura 89 - A segurança pública na Pirâmide de Maslow.



Fonte: dicasdeescrita.com.br

No caso da segurança pública, para muitos gestores públicos, principalmente aqueles que lidam com a segurança pública, só saem da inércia costumeira ou deixam o seu estado de letargia, quando a repressão força o Estado a mudar sua postura, isso em razão de que este tem suas políticas pautadas na reação e esta postura que se caracteriza pela ação do Estado, a qual só passa a ser desencadeada, quase sempre, somente após a ocorrência de um fato criminoso de repercussão e que este tenha repercutido no seio da social, aí, então o Estado passa a agir, muitas vezes, após cobranças do “quarto poder”, as mídias, passando

agir de forma também política, agindo, em muitas oportunidades sem gestão e sem técnica.

O resultado dessa repercussão visualizada e deflagrada pelo “quarto poder” é que vai provocar a ação imediata dos órgãos de segurança, isso acaba, por fim, reforçando o modelo tradicional de se fazer segurança pública, ou seja, aquele em que os governos acabam sempre indo para a mesmice, pois repetem o que é feito pelos seus antecessores e não inovam, investem em viaturas, armamento e no aumento de efetivo e, logo após, vêm para a mídia fazer propaganda do fizeram, achando que fizeram grande coisa, mas na verdade eles não conhecem a sua área de atuação e, muitas vezes não sabem o que devem pôr em prática, para solucionar os problemas de sua área de atribuição.

Esses mesmos gestores de segurança pública, seja em nível estadual ou municipal, se apresentam nas mídias, quando das suas investidas em propagandas políticas dizendo que foram distribuídas tantas viaturas para a forças que atuam na segurança, tantas armas, que foram realizadas operações integradas envolvendo a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Guarda Municipal, mas isso não resolve o problema, eles têm outras saídas, mas eles não sabem o que fazer, na verdade não conhecem segurança pública e, por isso, jamais poderiam se habilitar para o exercício desta atividade que tem o dever e a obrigação de lidar com a vida das pessoas.

Essas ações denotam uma lógica premente de inércia e de ação reativa, que acaba tendo pouco ou nenhum sucesso no combate à criminalidade e a violência que assola a nossa sociedade nos dias atuais. Na verdade, ao invés de estancar a onda de violência e criminalidade, acabam por fazer com que mais violência e criminalidade venha a ocorrer, mas para esses “gestores” isso até parece ótimo, pois só assim eles terão mais motivos para aparecer nas mídias e essa aparição pode lhe render um ótimo retorno político. A segurança do cidadão, que para pôr esse direito e lhe sai cara, que se lixe.

O atestado de que a prisão fracassa em reduzir crimes deve talvez ser substituído pela hipótese de que a prisão conseguiu muito bem produzir a delinquência, tipo especificado, forma política ou economicamente menos perigosa – talvez até utilizável – de ilegalidade; produziu os delinquentes, meio aparentemente marginalizado, mas centralmente controlado; produzir o delincente como sujeito patologizado. O sucesso da prisão: na luta em torno da lei e das legalidades, especificar uma “delinquência”. (Michel Foucault, *Vigiar e Punir*, 1997, p. 230)

MENDES (2001), descreve em sua obra, com detalhes, uma cena da modalidade de roubo praticado com a técnica de punguismo, modalidade que muito praticou quando “menor” nas ruas da cidade de São Paulo, em meados da década de 60, no século passado:

“Eu e o Bidu já entrávamos na frente, o outro, já na passagem, abriu a bolsa num toque sutil e até mágico, às vezes. Esperamos os passos da vítima que como numa dança. Olhávamos dentro da bolsa para saber o conteúdo. Se houvesse carteira ou dinheiro, eu, por ser mais afoito e para provar que era bom na arte, já encostava. Fazia uma forquilha nos dedos, e, num átimo, apossava-se da carteira e deixava a vítima seguir, qual faz o toureiro ao dar a facada mortal no touro. Bidu vinha atrás de mim para ver se alguém me segura. Se deixasse que eu continuasse, é porque estava limpo, ninguém percebera (...). Se me ultrapassasse já sabia que deveria correr o máximo que pudesse e se me tocasse, deveria jogar a carteira no chão e correr mais ainda. Aplacava-se a ira da vítima devolvendo o produto do roubo” (p. 64).

Para Clarice Lispector (1978) ...a primeira lei, a que protege corpo e vida insubstituível, é a de que não matarás. Ela é a minha maior garantia assim não me matam, porque eu não quero morrer, e assim não me deixam matar, porque ter matado será a escuridão para mim. Esta é a lei. Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo a minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo o meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina – porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro (Clarice Lispector, *Mineirinho*, 1978)

Clarice Lispector escreve essa crônica após a morte, em 1962, do assaltante conhecido por “*Mineirinho*”, no Rio de Janeiro. Desarmado, sem oferecer resistência, *Mineirinho* foi morto por treze tiros disparados pelo grupo de policiais civis liderados por Milton Le Cocq, os mesmos que dois anos mais tarde estariam associados ao Esquadrão da Morte carioca.

Indiscutível, no entanto, era a crise de legitimidade que recaía nesse momento sobre a Polícia Civil, o que as diferentes matérias do *Jornal Estado de São Paulo* ajudam a compreender. Imersa em denúncias sobre práticas de violência e corrupção, sobre práticas de violência e corrupção, sobre tudo durante os primeiros anos da década de 60, a imagem dessa corporação como a principal instituição policial do Estado ruía gradativamente.

Esse foi o contexto que precedem ao golpe militar em 1964. Com a ditadura militar, é certo que as instituições policiais foram totalmente cooptadas ao aparelho repressivo político do Estado ou território, inclusive de visões específicas da Polícia Civil que atuariam como um braço importante da ditadura. A Força Pública, por se tratar de um destacamento militar, teve uma aproximação mais natural ao Exército e um contínuo fortalecimento de suas funções, até o Decreto-Lei nº 667 de 1969 vir militarizar a segurança pública em nível nacional.

A ditadura acabou assim por promover uma reorganização de forças e poderes no âmbito da segurança pública, que levaram a um processo de contínuo enfraquecimento da Polícia Civil, que se assiste até os dias de hoje. Isso porque não se limitou a conferir às forças militares a competência para a repressão apenas política (nos termos da ideologia de “segurança nacional”), mas também de enfrentamento à criminalidade autônoma ao Poder Judiciário (Pinheiro, 1981, p. 65).

A vigilância policial fornece à prisão os infratores que esta transforma em delinquentes, alvo e auxiliares dos controles policiais que regularmente mandam alguns deles de volta à prisão (FOUCAULT, 1997, p. 324).

A delinquência urbana que se faz nesse momento na cidade, consiste na verdade numa categoria complexa, forjada por diferentes processos e atores, e para a qual a atribuição da sinomia de criminalidade violenta não encerra seu fenômeno. Ela terá, nesse momento, no personagem urbano trombadinha, em geral um menino de rua, um menor abandonado, sua representação mais ideal.

A instituição de uma delinquência que constitua como que uma ilegalidade fechada apresenta um certo número de vantagens... É possível orientar essa delinquência fechada em si mesma para as formas de ilegalidade que são menos perigosas: mantidos pela pressão dos controles nos limites da sociedade, reduzidos a precárias condições de existência, sem ligação com uma população que poderia sustenta-los (como se fazia antigamente para os contrabandistas ou certas formas de banditismo), os delinquentes se atiram fatalmente a uma criminalidade localizada, sem poder de atração, politicamente sem perigo e

economicamente sem consequência. Mas essa ilegalidade concentrada, controlada e desarmada é diretamente útil. Ela o pode ser em relação a outras ilegalidades: isolada e junto a elas, voltada para suas próprias organizações internas fadada a uma criminalidade violenta cujas primeiras vítimas são muitas vezes classes pobres, acossada de todos os lados de prisão, depois de uma vida definitivamente especializada (Michel Foucault, 1997, p. 231).

Queriam proteger a sociedade de nós, mas talvez a solução fosse nos proteger da proteção social. Daí era perguntar se éramos animais, como queiram, ou se éramos animalizados, como nos faziam. Marginais e criminosos, ou “marginalizados” e “criminalizados”? O resultado se observa no estrago, na devastação que retribuiríamos, no futuro, à sociedade. (Luiz Alberto Mendes, 2001, p. 146)

Mendes (2001) descreve as relações com os policiais no primeiro período de sua carreira delinquencial, quando, em meados dos anos 60, praticava punguismo ao lado de outro menor na região central da cidade de São Paulo:

Nos levaram para um reservado na administração da estação. Deram uns tapas na cara, sem querer machucar. Mas sabiam que era melhor bater para valer, o rosto era uma questão de honra. Mas ficou claro que não queriam nos prender de verdade [...] A maneira um tanto amistosa já revelava suas intenções. Já havíamos subornado um monte de policiais em nossas andanças, quando eles não nos assaltavam. Bidu, mais experiente, foi logo expondo que ganhávamos bastante dinheiro ali na estação [...] Depois de tomar tudo que tínhamos, deram mais uns tapas, um pontapé na bunda de cada um, e nos soltaram. (Mendes, 2001, p. 65)

A figura 90, a seguir, é uma foto de um grafite que faz referência à participação de crianças e adolescentes no mundo do crime. Hoje este ser humano está sendo captado em grande escala para as práticas criminosas em razão da legislação, haja vista que vai acabar ficando pouco tempo segregado em razão da sua situação de criança e/ou adolescente.

Figura 90 - Grafite sobre a participação de crianças e adolescentes no crime.



Fonte: g1.globo.com

É preciso retomar com muito cuidado a proposição foucaultiana de que a prisão fabricaria a delinquência, para situar a ordem de questões que encerram este capítulo. A prisão e todo o aparelho penal, em sua violência secreta, tem obtido êxito ao longo dos anos, em produzir o delinquente no lugar do infrator.

Por trás do infrator, a quem o inquérito dos fatos pode atribuir a responsabilidade de um delito, revela-se o delinquente cuja lenta formação transparece na “investigação biográfica”. A introdução do biográfico é importante na história da criminalidade. Porque ela faz existir o “criminoso” antes do crime e num raciocínio limite, fora dele. (Foucault, 1997, p. 201)

Os muros da prisão devem seu formidável poder menos à sua impermeabilidade material do que aos inúmeros fios, aos mil canais, à fibras infinitas e entrecruzadas que os transpassam. A força da prisão é a incessante capilaridade que a alimenta e a esvazia; ela funciona graças a todo um sistema de comportas, grandes e pequenas, que se abrem e se

fecham, aspiram, escarram, despejam, engolem, evacuam. (Michel Foucault, 2003, p. 147)

... a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer o controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mais tornados manejáveis por sua organização em delinquência. Este é um instrumento para gerir e explorar ilegalidades (Foucault, 1997, p. 232)

Referida trama criará, do mesmo modo, a delinquência como derivação.

Do tolerado, do meio legal, do parcialmente lícito; ramificação sobre um tráfico, aceito, protegido, integrado a todas as atividades honestas e das quais os prisioneiros são a um só tempo mão de obra febril, subempreiteiros ardilosos e cegos, as mais fáceis vítimas (Foucault, 2003, p. 147).

18.1 O ESTADO COMO PROTAGONISTA DA SITUAÇÃO QUE ESTÁ POSTA

O Estado é protagonista da situação em que se encontra a segurança pública pelo seguinte fato, ele perdeu o controle sobre os seus sistemas prisionais e este se transformou em uma grande fábrica de facções, todas imbuídas numa disputa acirrada por territórios e recursos humanos, fator que eleva os índices de violência e de criminalidade em todo o Estado. Isso torna-se evidente quando pode-se observar a superlotação dos sistemas carcerários, pois as cadeias brasileiras, com a superlotação, se transformaram em verdadeiros quartéis-generais do crime, onde as facções se organizam para dominar o tráfico de drogas, regular o convívio entre presos e controlar a violência dentro e fora do sistema penitenciário. E o pior de tudo isso: os órgãos encarregados da prestação de serviços de segurança pública estão contrariando a tendência mundial, uma vez que não estão conseguindo reduzir o inchaço da massa carcerária que lota os nossos presídios.

Para Lacerda (2017). Foi-se o tempo do bandido que atuava como lobo solitário ou das quadrilhas independentes. A criminalidade se profissionalizou. E quem ainda não se adaptou aos novos tempos logo é obrigado a rever seus conceitos. Na imensa maioria dos presídios, quem dita as regras de convivência entre os detentos são as facções – e não o poder público, como era de se esperar. Tal como acontece na esfera corporativa, com empresas de pequeno, médio e grande porte, as facções também têm suas particularidades. Algumas se equivalem a multinacionais, como o PCC, a maior e mais poderosa do Brasil, além

dos pioneiros do CV. Outras entrariam num ranking de emergentes, como a FDN, que dá as cartas na conflagrada região amazônica e em janeiro comandou massacres dentro do sistema carcerário manauara.

A figura 91, abaixo, é um infográfico que representa A Burocracia do Comando, como é chamada pelo líder da Facção criminosa mais atuante no país, o Primeiro Comando da Capital, o PCC.

Figura 91 - Infográfico sobre a burocracia do comando.



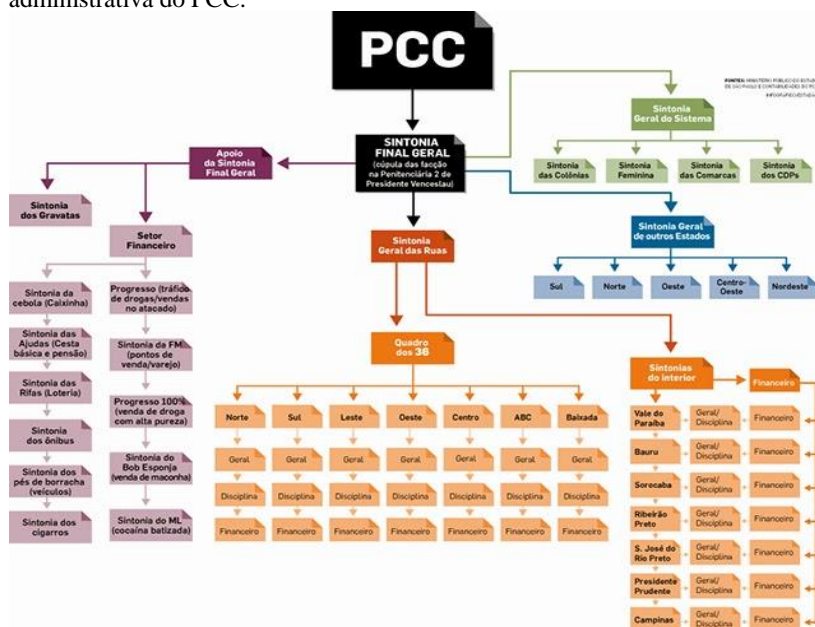
Fonte: Crime organizado – São Paulo: Abril, 2014 – Superinteressante.

O infográfico a seguir, mostrado na figura 92, é a representação da organização da facção criminosa denominada PCC, ou seja, o Primeiro Comando da Capital, cujo líder é Marcos Williams Herbas Camacho – o Marcola, líder máximo desta facção que possui mais de 10 mil integrantes, segundo cálculos do Ministério Público do Estado de São Paulo, o qual administra a sua facção como se fosse uma empresa e utiliza para isso a palavra *burocracia*, meio pelo qual ele controla toda a

arrecadação da facção que controla, em 2017, 137 presídios – nada menos que 90% dos presídios do Estado de São Paulo – e fatura a importância de R\$ 123 milhões por com o tráfico de drogas, rifas e mensalidades. Nada mal: esse faturamento equivale ao de empresas com valor de mercado de R\$ 1 bilhão na bolsa de valores (Costa e Selligmann, 2014, p. 24).

Figura 92, abaixo, infográfico com o organograma da Facção PCC, onde está sendo mostrada toda a organização da “empresa” criminosa mais poderosa em atuação no país, haja vista o grande giro de capital existente e que é muito bem coordenado pelos seus principais líderes. Hoje mais forte do que muitas empresas em atividade no Brasil.

Figura 92 - Infográfico com o organograma da estrutura orgânica e administrativa do PCC.



Fonte: estadão.com.br

Ainda para Lacerda (2017). Se você acha que o sistema prisional brasileiro corre risco de entrar em colapso, talvez seja hora de atualizar sua definição de colapso. Hoje, o país amontoa 622.2 mil presidiários num espaço onde deveriam caber 371 mil. Na média, cada preso tem apenas 1m² para viver, o que equivale a menos da metade da área ocupada por uma pessoa com os braços abertos (2,5m²). Em muitas

celas, os detentos se revezam para dormir – enquanto alguns deitam, outros aguardam junto às paredes, em pé. É por isso que, em diversas penitenciárias, os corredores se convertem em dormitórios e as celas ficam abertas o tempo inteiro.

Lacerda (2017). No Rio Grande do Sul a facção mais organizada é a d’Os Manos. Mas, a mais conhecida é uma dissidência chamada Bala na Cara. Pelo menos outros cinco grupos combatem os Bala – e se autodeclararam “Anti-Bala”. Mas isso não significa que sejam aliados. As facções que atuam no Rio Grande do Sul são: o PCC,

os Bala na Cara, os Tauras, os Manos, os V7, os Unidos pela Paz, os Amigos Leais e Os Abertos.

Alessandra (2012) salienta que: Para um estudo que pretenda compreender dinâmicas de transformação nas prisões e nas economias criminais urbanas na atualidade, não será possível distanciar-se justamente da noção fundam-te e ela mesma dinâmica a partir da qual um recente ator, o PCC, (e sua representação com o crime organizado) se engendra: a gestão dos ilegalismos. O PCC, de modo mais proeminente, mas também de outras facções do sistema prisional que se autodenominam partidos, comandos, associações, sindicatos, enfim, só atuam e se reproduzem na prisão e para além dela na medida em que, inseridas na trama dos ilegalismos junto aos gestores, articulam presos a atividades criminais que estão diretamente conectadas a economias criminais.

Para Alessandra (2012). A tudo isso o Estado, por seus representantes encarregadas de aplicar a lei e gerir a ordem, não só concorre ou está presente, mas é a peça fundamental, o elemento impulsionador. Sem o Estado, as atividades criminais não passam de empreiteiras erráticas, desestruturadas, avulsas, mas é ao comparecer como gestor das atividades proibidas e do campo de práticas que delas decorrem, transacionando mercadorias, distribuindo calculadamente as punições e por fim auferindo lucros e proveitos, que o ele permanece como principal protagonista das economias criminais, da gestão dos ilegalismos, da produção da delinquência e, mais recentemente, da articulação da criminalidade.

Ainda para Alessandra (2012). O Estado constitui, em diferentes instâncias, por seus diferentes agentes, o solo, o referencial sobre qual o processo que resultou no advento do PCC e de novas formas de articulação criminal eclodiu. Sua presença está marcada desde o início desse processo, é certo: quando esse ator ainda se estabelece como pequeno agrupamento de presos que pretendia de um lado reagir à violência institucional dentro das prisões, de outro, regular e normatizar

um espaço no qual prevalecia a violência difusa diante da omissão dos agentes públicos nesse universo. Ainda adstrito ao universo prisional, o processo de arregimentação da massa de recrutados, por esse nem tão pequeno grupo, ao lado da monopolização do comércio de drogas intramuros, se deu nas franjas do mal disfarçado práticas corruptas e prevaricadoras da gestão prisional e de sua omissão interessada. Certificadas que os muros da prisão encerram mais do que de fato poderiam conter, as autoridades silenciaram-se na medida de sua convivência durante a expansão desse processo, até o momento de sua deflagração, pela megarrebelião de março de 2001.

A socióloga Alessandra (2012), cita em sua tese que: Tem vigorado assim um modelo pelo qual o Estado, por suas agências de manutenção da ordem e de repressão ao crime, atua como o principal operador da reprodução criminosa e da articulação da criminalidade em todos ciclos da gestão dos ilegalismos das ruas à prisão e da prisão às ruas. Primeiramente, recrutando ao espaço da prisão os indivíduos avulsos e desarticulados, em detrimento é certo daqueles que operam os níveis mais estratégicos e destacados da economia criminal e que podem transacionar com as forças de ordem, pagando suas mercadorias políticas. No universo da prisão, empurrando-os à articulação criminosa ou ao menos à sua adesão, como uma condição essencial à sua sobrevivência. Na saída desse universo, o Estado confere a última palavra ao engajamento mais preciso nessa criminalidade agora articulada, diante dos obstáculos interpostos a uma trajetória longe do crime.

Na outra ponta desse sistema prisional autogerido por facções, encontra-se, contudo, aqueles poucos que não contam com a “boa aventura” de serem membros ou simpatizantes desses agrupamentos e que, por essas razões, acabam excluídos não apenas da “massa”, como passam a gozar da condição de inumanidade, tal como faz supor a descrição da “cela de seguro” (o seguro do seguro). Para os indivíduos lá depositados, a exemplo do homo sacer romano e de sua vida nua “exposta à morte ensacrificável” (Agabem, 1988, p. 17), é da condição de matável, decretada pelas normas reatualizadas do mundo do crime, que eclode sua máxima sujeição, operacionalizada não pelos “facínoras” desse mundo, mas pelos honrosos representantes do Estado nas prisões. Desse modo, agentes do Estado e criminosos (hoje representados pelas facções criminosas) manejam juntos as múltiplas sujeições e a constante exposição à morte que se impõem a esses sujeitos, produtos menos visíveis, mas nem por isso menos desejáveis, da versão atualizada da gestão dos ilegalismos.

A lei e a ordem tem suas franjas, que não são regiões recalcitrantes ou mal controladas que eles (os detentores de dinheiro ou poder) buscariam arrancar dos adversários; elas são para eles as condições de seu exercício real. Para tornar coletivamente aceitável essa relação de poder que é a lei, é preciso que o ilegalismo da delinquência seja conservado com cuidado e organizado como perigo permanente. O amor pela lei ou pelo menos a docilidade geral, se compram ao preço dessas complicitades, afinal pouco custosas. O teatro polícia delinquência que ocupa um lugar tão amplo em tudo que se lê e vê desde o século XIX, é um dos complementos e dos contrapesos indispensáveis ao sufrágio universal. Para que a lei possa valer comodamente em sua violência secreta, para que a ordem possa impor coações, é preciso que haja, não nas fronteiras exteriores, mas no próprio centro do sistema, e como uma espécie de jogo para todas as suas engrenagens, essas zonas de “perigo” que são silenciosamente toleradas e depois magnificadas pela imprensa, pela literatura policial e pelo cinema. E pouco importa que o criminoso, ali, seja apresentado como um herói da revolta pura, ou como um monstro humano apenas saído das florestas, com tanto que ele faça medo. (Michel Foucault, *Ditos e Escritos*, IV, p. 148)

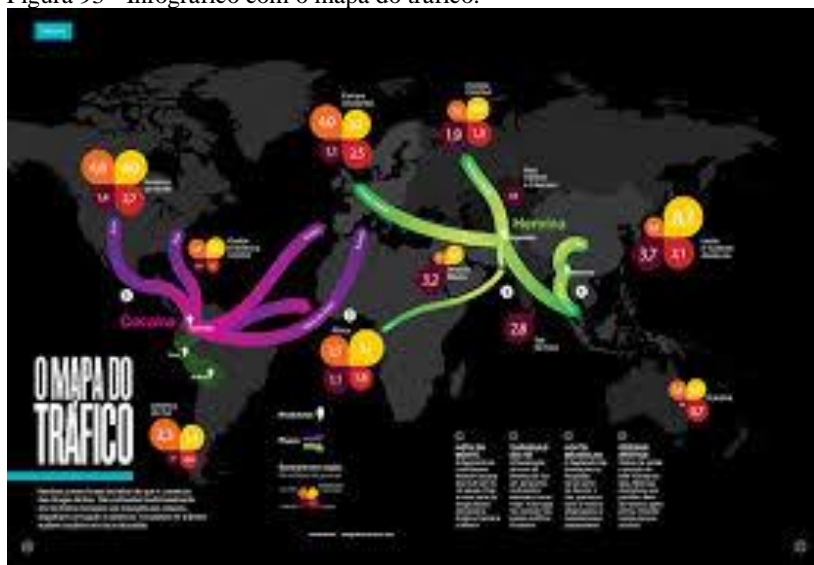
Não há uma justiça penal destinada a punir todas as práticas ilegais que, por isso, utilizasse a polícia como auxiliar e a prisão como instrumento punitivo, podendo deixar no rastro de sua ação o resíduo inassimilável da delinquência. Deve-se ver nessa justiça um instrumento para o controle diferencial das ilegalidades. Em relação a este, a justiça criminal desempenha o papel de caução legal e princípio de transmissão. Ela é um ponto de troca numa economia geral das ilegalidades, cujas outras peças são (não abaixo delas, mas a seu lado) a polícia, a prisão e a delinquência. A invasão da justiça pela polícia, a força da inércia que a instituição carcerária opõe à justiça não é coisa nova, nem efeito de uma esclerose ou de um progressivo deslocamento de poder; é um traço de estrutura que marca os mecanismos punitivos nas sociedades modernas. Podem falar os magistrados; a justiça penal com todo o seu aparelho de espetáculo é feita para atender à demanda cotidiana de um aparelho de controle meio mergulhado na sombra que visa engrenar uma sobre a outra polícia e delinquência. Os juízes são os empregados quase que não se rebelam, desse mecanismo, ajudam na medida de suas responsabilidades a construção da delinquência, ou seja, a diferenciação das ilegalidades, o controle, a colonização e a utilização de algumas delas pela ilegalidade da classe dominante (FOUCAULT, 1987: 248).

De tudo que foi visto nesta dissertação e para se chegar ao ponto do por que você não tem a segurança que merece, chega-se ao

entendimento de que o grande culpado é o Estado, isso por que este ente federativo não ataca a principal causa da violência e da criminalidade, basta que se analise diariamente o que está sendo divulgado pelas principais mídias. O povo brasileiro é pacífico e vive bem em sociedade. Os principais crimes que ocorrem em nosso país, podendo-se dizer até mesmo que mais de 90% deles, estão relacionados direta ou indiretamente com o narcotráfico.

A figura 93, abaixo, é a representação em infográfico do mapa do tráfico no mundo.

Figura 93 - Infográfico com o mapa do tráfico.



Fonte: UNODOC – infográfico de Eduardo Asta – São Paulo: Abril, 20154.

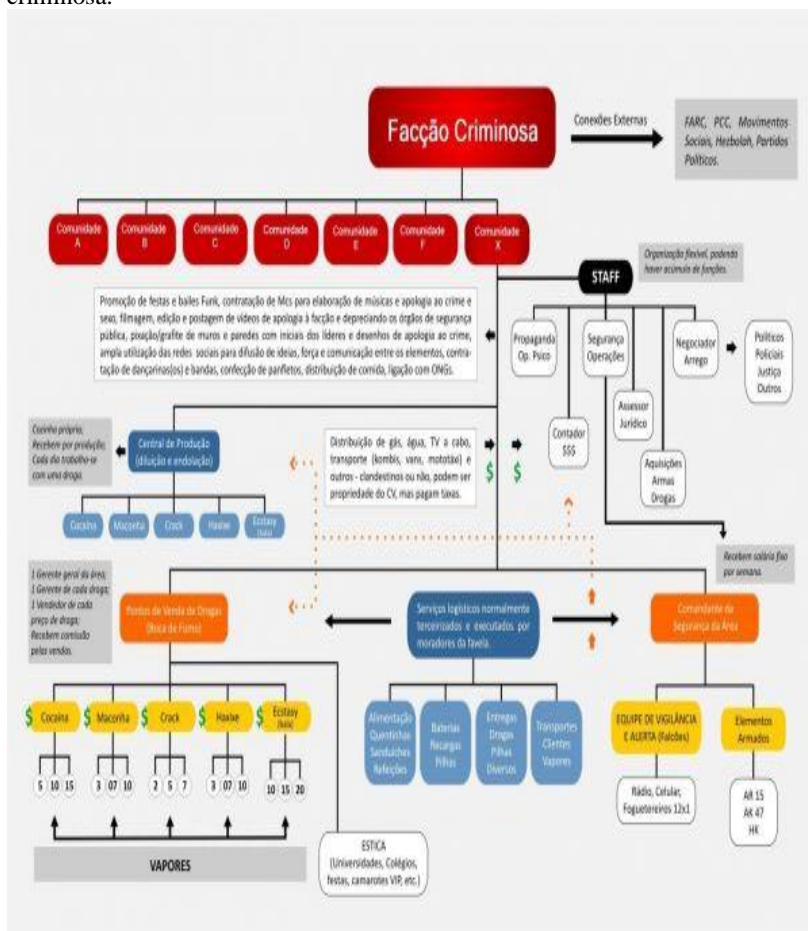
Os índices de homicídios, crime que é utilizado pela ONU para medir índices de violência e criminalidade, estão sendo praticados diuturnamente em consequência do tráfico de drogas, acontecem ou por dívidas com o tráfico ou por disputas de território entre as facções criminosas. Isso demonstra que os homicídios não estão ocorrendo no meio social ordeiro, eles estão acontecendo no submundo.

Outro fator interessante e que leva o Estado a contribuir para que o cidadão gaúcho não tenha a segurança que merece é o fato de que, como bem disseram a socióloga Alessandra e Michel Foucault, a facções criminosas dominam todo o sistema carcerário gaúcho e o

Estado, através dos seus agentes, permite que isso aconteça, uma vez que se pode até dizer que a máquina que deveria estar prestando serviços de segurança pública de excelência para o cidadão, estão na verdade, de forma direta, servindo como meros recrutadores de recursos humanos para essas mesmas facções, explica-se por quê: a Polícia Civil, a Polícia Militar, a SUSEPE, o Instituto Geral de Perícias e até mesmo o Poder Judiciário e o próprio Ministério Público estão sendo usados neste serviço de recrutamento; primeiro os órgãos de repressão, estes prendem um indivíduo, a sua prisão é formalizada através dos atos de polícia judiciária, com a participação do IGP, logo após o procedimento é encaminhado ao Poder Judiciário e este dá vistas ao órgão do Ministério Público, após isso, o indivíduo é conduzido ao presídio, onde ele é apresentado para um agente da SUSEPE ou da Polícia Militar, neste momento, antes de ser encaminhado para a cela onde ficará segregado, lhe é perguntado se ele pertence a alguma facção, se ele responder que sim, será encaminhado para a ala prisional onde estão segregados os integrantes daquela facção, pois se assim não se proceder, este indivíduo corre risco de vida; caso responda que não, aí, então, o Estado vai lhe indicar, através do agente que o representa e que está ali para receber o novo preso, uma facção da qual ele passará a fazer parte, ou seja, será o seu novo integrante.

A figura 94, abaixo, é o infográfico que representa a organograma de uma facção criminosa, onde pode se ver toda a sua organização, mais organizada do que muitas empresas que conhecemos.

Figura 94 - Infográfico com o organograma da organização de uma facção criminosa.



Fonte: esculaxocomx.blogspot.com

Para que você tenha a segurança que merece, o Estado tem que investir pesado em segurança pública, uma vez que segurança sai caro, não deixar que os fatos aconteçam para depois correr atrás e atacar de pronto os problemas que envolvem o sistema prisional, onde as facções estão dando as cartas e ditando o jogo. Sem isso não teremos segurança, podem ter a mais absoluta das certezas e não poderemos viver com dignidade.

19 CONCLUSÃO

A presente dissertação demonstrou a aplicabilidade das mais diversas tecnologias da informação e comunicação na administração pública, bem como estas podem facilitar, influenciar e até mesmo motivar o trabalho de todos os interessados (*stakeholders*) nessas atividades, principalmente naquelas direcionadas à gestão administrativa e operacional das organizações voltadas à prestação de serviços de segurança pública, sendo que a utilização destas não trazem só benefícios a essas instituições, mas, também motivação a todos aqueles que labutam nesta área tão importante da administração pública, incluindo aqui os mais altos gestores, os quais dependem do conhecimento para as suas tomadas de decisão, até o mais humilde funcionário dessas instituições.

A dissertação também mostra que as tecnologias da informação e comunicação são ferramentas que, se bem empregadas no serviço público, se traduzem em produtividade e qualidade no ambiente de trabalho dos órgãos competentes e encarregados da prestação de uma segurança pública de excelência à sociedade. Daí o porquê da análise feita sobre a aplicação e não aplicação destas ferramentas nos organismos policiais, uma vez que são estes os principais encarregados da prestação deste serviço às nossas comunidades, por isso teceu-se algumas críticas construtivas para determinados casos onde as tecnologias poderiam estar sendo empregadas e não estão e onde estão, ou possam estar sendo empregadas de forma inadequada.

De tudo que se viu nesta dissertação, conclui-se que uma das formas de fazer gestão em empresas públicas é dotando esses organismos de um excelente planejamento estratégico, o qual deve estar baseado e ter seu alicerce nas tecnologias da informação e comunicação, pois estas, nos dias atuais, são instrumentos de gestão de primeira necessidade, para qualquer empresa; por isso que se entende que um planejamento estratégico não estará completo e terá dificuldade de ser implementado e de cumprir com os seus objetivos, metas e ações, se não estiver alicerçado nas TIC, pois, sem este planejamento formalizado a instituição ficará à deriva, sem saber para onde ir. A instituição que não possuir um planejamento estratégico, nos tempos modernos, pode ser comparada como uma folha seca jogada ao bel prazer dos ventos, uma vez que não terá um norte para se guiar e seguir.

A dissertação foi elaborada com fundamento nas tecnologias de informação e comunicações, levando sempre em consideração a importância destas na gestão administrativa e operacional da segurança

pública, mas não se pretende esgotar o tema, haja vista que há muito que se fazer nesta área em benefício da sociedade brasileira, por isso pretende-se deixar um recado à nossa juventude que está nos bancos acadêmicos, para que voltem suas atenções para a segurança pública, pois a área da tecnologia é um vasto campo a ser trilhado e que pode dar bons frutos, principalmente àqueles que são empreendedores e que atuam, principalmente, na produção de softwares. Os órgãos que labutam na segurança pública necessitam de muita tecnologia, isso para que possam atuar com modernidade e trabalhar com maior eficácia e eficiência no enfrentamento da criminalidade e da violência.

Para verificar a importância do que se fala, basta identificar nesta dissertação, através da análise que foi realizada, assim como as críticas construtivas que foram feitas, o grande campo existente nesta área, para aqueles que estão conhecendo a segurança pública e as suas mazelas, principalmente nas questões referentes ao emprego e utilização de instrumentos e equipamentos tecnológicos, até mesmo em razão de que o crime não para, pois além de migrar constantemente, ele também se atualiza em todos os sentidos, até mesmo em razão de estarmos vivendo numa aldeia global, onde a informação anda muito rápida e dá às pessoas, a oportunidade de estarem sempre atualizadas em todos os sentidos, fato que não ocorria tempos atrás. E os atores que lidam com a segurança pública não podem se esquecer de que a matéria prima das organizações que tratam diretamente com o crime, que estão na linha de frente, em órgãos operacionais, é a informação e esta só será bem utilizada em nossos dias com o emprego das tecnologias da informação e comunicação.

A presente dissertação não esgota este tema de tamanha importância para a sociedade brasileira e, como não poderia deixar de ser, entende-se que é necessária a continuação deste estudo, principalmente em nossas academias, haja vista que há muito para ser feito e ninguém melhor que a nossa juventude, a famosa geração “Z”, assuma o comando desta luta em busca de soluções mais eficazes e eficientes na área da segurança pública, haja vista que as tecnologias da informação e comunicação têm muito a oferecer neste sentido, principalmente nas questões que necessitam do desenvolvimento de softwares e aplicativos que venham a beneficiar o cidadão que integra essa mesma sociedade. Neste sentido é que se escolheu o tema e se tentou provocar os leitores deste trabalho, pois se tentou mostrar por que você não tem a segurança pública que merece.

REFERÊNCIAS

APARICI, Roberto. **Conectados no ciberespaço** / Roberto Aparici (coordenador); [tradução Luciano Menezes Reis]. – São Paulo: Paulinas, 2012.

AYRES, Nilce Miranda. **Fatores condicionantes na estruturação de uma gestão estratégica da informação**: uma contribuição na evolução da administração da informação e da tecnologia nas organizações. 2000. 170 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BARRETO, Alesandro Gonçalves. **Inteligência digital**: uma análise das fontes abertas na produção de conhecimento e de provas em investigações criminais e processos / Alesandro Gonçalves Barreto; Emerson Wendt – Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações** / Ludwig von Bertalanffy; tradução de Francisco M. Guimarães. – 8. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRANDÃO, Priscila e CEPIK, Marco. **Inteligência de segurança pública**: teoria e prática no controle da criminalidade / Priscila Brandão e Marco Cepik, organizadores. – Niterói, RJ: Impetus, 2013.

BRAUN, Carlos Rodríguez (tradutor). **Adam Smith: Uma investigación sobre la naturaleza y causas de la riqueza de las naciones**. Editora Tecnos (Grupo Anaya, S.A.). Madrid. 2009.

BRITO, Thais Lemos de. **Segurança pública no estado democrático de direito e sua relação com os direitos humanos**. Disponível em: <<http://cpgls.ucg.br/ArquivosUpload/1/Files/v%20MOSTRA%DE%20PRODUÇÃO%20CIENTIIFICA/direito/31-pdef>>. Acesso em: 16-03-2015.

CALHAU, Lélío Braga. **Resumo de criminologia**. 5ª ed. Niterói: Impetus, 2009.

CAPEZ, Fernando. **Código penal comentado**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.

CASSARRO, A. C. **Sistemas de informação para tomadas de decisões**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** / Manuel Castells; tradução Roneide Venancio Majer. – 17ª edição, revista e ampliada. – São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação** / Manuel Castells; tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne; revisão de tradução de Isabela Machado de Oliveira Fraga. – 1ª ed. – São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CAUTELA, Alciney Lourenço; POLLONI, Eurico Giulio Franco. **Sistemas de informação na administração de empresas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência** / Marco A. C. Cepik. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DANTAS, George Felipe de Lima. **Análise criminal e a gestão da segurança pública**. Disponível em: <<http://www.mail-archive.com/policia-br@grupos.com.br.msg00712.html>>. Acesso em: 16-03-2015.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **As fronteiras da administração** / Peter Drucker; tradução Ricardo Bastos Vieira. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DVIR, Avi. **Espionagem empresarial** / Avi Dvir. – São Paulo: Novatec Editora Ltda,

DWYER, Jim. **102 minutos: a história inédita da luta pela vida nas Torres Gêmeas** / Jim Dwyer e Kevin Flynn; tradução, Maria Lúcia de Oliveira, - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

ESCOBAR, João Carlos Mariense. **O novo direito de telecomunicações** / J. C. Mariense Escobar. - Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário brasileiro Globo** / Francisco Fernandes, Celso Pedro Luft, F. Marques Guimarães, - 30ª ed. – São Paulo: Globo, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio: o dicionário da língua portuguesa** / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida do Anjos – Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; 1975.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio: o dicionário da língua portuguesa** / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação Maria Baird Ferreira, Margarida dos Anjos – Curitiba: Ed. Positivo, Edição especial; 2008.

FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. **A tecnologia na investigação criminal.** Disponível em: <
<http://www.datavenia.net/opiniaio/celso.html>>. Acesso em: 16-03-2015.

FINCATO, Denise Pires. **A pesquisa jurídica sem mistérios: do projeto de pesquisa à Banca** / Denise Pires Fincato. – 2ª. ed. ver. e ampl. – Porto Alegre: Sapiens, 2014.

FONTANA, Sandro Paulo. **GPS: a navegação do futuro.** Sandro Paulo Fontana. – Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos, IV.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits.** Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 15ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Naissance de la Biopolitique.** Cours au Coollège de France (1978 – 1979). Paris: Gallimard, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FRAGOSO, Suely. **Método de pesquisa para internet** / Suely Fragoso, Raquel Recuero e Adriana Amaral. – Porto Alegre: Sulina, 2012.

FREITAS, Andrey Rodrigues de. **Perícia forense aplicada à informática**: ambiente Microsoft / Andrey Rodrigues de Freitas. - Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para trabalho científico: elaboração e formatação das normas da ABNT**. – 14ª. ed. – Porto Alegre: s.n., 2007.

G1 DESTACA MATERIA EM QUE PF E FAB USAM VANTS NA FRONTEIRA. Disponível em:

<<http://www.dpf.gov.br/agencia/niticias/2013/g1-destaca-materia...>>.

Acesso em: 23-03-2015.

GARCIA, Luiz Carlos Dias. **Planejamento estratégico: teoria e prática** / Luiz Carlos Dias Garcia. – Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013.

GARGIONI, Maria Helena Bueno. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989** (Atualização) – Porto Alegre – CORAG – 26ª Edição. Ano 2014.

GARGIONI, Maria Helena Bueno. **Lei Complementar nº 10.098/94**. Estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul – atualização – Porto Alegre: CORAG. Divisão de Publicações Técnicas – 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antônio Carlos Gil. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata** / Joanisval Brito Gonçalves. – Niterói, RJ: Impetus, 2010.

LACERDA, Ricardo. **Fações criminosas no Brasil**. Dossiê Super Interessante, et al – São Paulo: Abril, 2017.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos** / Maria de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 7. ed. – 10. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2015.

LE COADIC, Y. F. A. **Ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MANSUETI, Marcos. **Paranoia digital** / Marcos Mansueti. – 1ª. ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones B, 2016.

MATTOS, Antonio Carlos M. **Sistemas de informação: uma visão executiva** / Antonio Carlos M. Mattos. – São Paulo: Saraiva, 2006.

MEDEIROS, Julio César de Oliveira. **Princípios de Telecomunicação: teoria e prática** / Julio César de Oliveira Medeiros. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2004.

MEIRELLES, Fernando de Souza. **Informática: novas aplicações com microcomputadores** / Fernando de Souza Meirelles. – 2ª. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1994.

MENDES, Luiz Alberto. **Às cegas**. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

MENDES, Luiz Alberto. **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Texto-base da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública**. Brasília. 2009.

MIRANDA, R. C. da R. O uso da informação na formulação de ações estratégicas pelas empresas. **Ciência da informação**. Brasília, v. 28, n. 3, p. 284-290, set/dez. 1999.

MOTTA, Valter T. **Normas técnicas para apresentação de trabalhos científicos** / Valter T. Motta, Ligia Gonçalves Hesseln e Silvestre Gialdi. – Porto Alegre: Editora Médica Missau, 1999.

NASCIMENTO, Juarez do. **Telecomunicações** – 2ª edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

NEUMANN, Clóvis. **Gestão de sistemas de produção e operações** / Clóvis Neumann. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

OLIVEIRA, Carlos Augusto de. **Inovação da Tecnologia, do produto e do processo** / Carlos Augusto de Oliveira. – Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda., 2010.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de Oliveira... **Desafios da gestão pública de segurança** / Orgs. Fátima Bayma de Oliveira... [et al.]. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. São Paulo: Saraiva, 2010.

PINOCHET, Luís. **Tecnologia da informação e comunicação** / Luis Hernan Contreras Pinochet. – 1ª. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

PISCIONE, Deborah Perry. **Os segredos do Vale do Silício: o que você pode aprender com a capital mundial da inovação** / Deborah Perry Piscione; tradução de Neyse Cunha Lima. – São Paulo: HSM do Brasil, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. **Manual do gestor público: um guia de orientação ao gestor público**. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2009.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica, elaboração e relatório de estudos científicos**. 11ª ed. rev. amp. Porto Alegre, Sulina, 1986.

SANTOS, Rogério Dutra dos. **Introdução crítica ao estudo do sistema penal: elementos para a compreensão da atividade repressiva do estado**. Florianópolis: Diploma Legal, 1999.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto. **Abordagens atuais em segurança pública** / org. Rodolfo Herberto Schneider. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SENASP. **Manual de preenchimento**: formulário de coleta mensal de ocorrências criminais e atividades de polícia. Brasília.

SERRA NEGRA, Carlos Alberto. **Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado** / Carlos Alberto Serra Negra, Elizabete Marinho Serra Negra. -- São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro. Forense, 1996, 4v.

SILVA, Wwllington Diolice Felix da. **Introdução à gestão da informação** / Wwllington Diolice Felix da Silva, -- Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

SPOHR, Elizabet Maria. **Avaliação do impacto de tecnologias da informação emergentes nas empresas** / Elizabet Maria Spohr e Jacques Philippe Sauvé. – Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

SPYER, Juliano. **Conectado: o que a internet fez com você e o que você pode fazer com ela** / Juliano Spyer. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

TEIXEIRA, Alessandra (2012). **Construir a delinquência, articular a criminalidade**. Um estudo sobre a gestão do ilegalismo na cidade de São Paulo. Tese de doutoramento em Sociologia, FFLCH-USP. São Paulo.

TESSI, Manuel. **Comunicación interna em la práctica**: siete premisas para la comunicación em el trabajo. – 1ª. ed. 3ª. reimp. – Buenos Aires: Granica, 2016.

TORRES, Norberto A. **Competitividade empresarial com a tecnologia de informação**. São Paulo: Makron Books, 1995.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Inteligência Competitiva em Organizações: dado, informação e conhecimento. **Ciência da informação**, Brasília, v. 3. n. 4, ago/02. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago02/Art_02.htm>. Acesso em:

VALLE, André. **Gestão da tecnologia da informação** / André Bittencourt do Valle. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

VALLE, Benjamin. **Custos da qualidade em suprimentos**. Rio de Janeiro, Coppe/UFRJ, 1994.

VAN VALKENBURGH, Nooger. **Eletrônica básica do estado sólido** / Van Valkenburgh, Nooger & Neville: tradução. Paulo João Mendes Cavalcante. – Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985. 5v.: cm – (Série Eletrônica Básica – COMMON CORE).

VANZIN, Tarcísio; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida. **Mídias do conhecimento** / Tarcísio Vanzin, Gertrudes Aparecida Dandolini, organizadores. – Florianópolis: Pandion, 2011.

WALTON, Richard E. **Tecnologia de informação: o uso de TI pelas empresas que obtêm vantagem competitiva**. São Paulo: Atlas, 1994.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; tradução: Crísthian Matheus Herrera. – 5ª. ed. Porto alegre: Bookman, 2015.